

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

THOMAZ JOEZER HERLER

**FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO MR-8: POSSIBILIDADES E
LIMITES DE CONSTRUÇÃO DE UMA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA
POLÍTICO-MILITAR (1964-1969)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

THOMAZ JOEZER HERLER

**FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO MR-8: POSSIBILIDADES E
LIMITES DE CONSTRUÇÃO DE UMA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA
POLÍTICO-MILITAR (1964-1969)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, na Linha de Pesquisa Estado e Poder, sob a orientação da prof. Dra. Carla Luciana Silva.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

H549f Herler, Thomaz Joezer
Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969) / Thomaz Joezer Herler. - Marechal Cândido Rondon, 2015.
264 p.

Orientadora: Prof. Dr^a. Carla Luciana Silva

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.

1. Movimento Revolucionário 8 de Outubro. 2. Brasil - História - Revolução, 1964. 3. Guerrilhas. I. Silva, Carla Luciana. II. Título.

CDD 22.ed. 322.42
981.62
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



PARANÁ

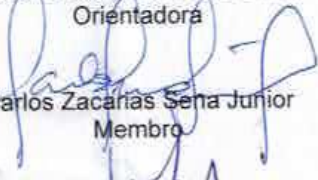
GOVERNO DO ESTADO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA


Aos vinte e sete dias do mês de maio de 2015, às 9h, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr^a Carla Luciana Souza da Silva (Orientadora) (UNIOESTE), Dr. Carlos Zacarias Sena Junior (UFBA) e Dr. Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE) para avaliarem o trabalho "*Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidade e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969)*", apresentado pelo pós-graduando **Thomaz Joezer Herler** para a obtenção do título de "Mestre em História" no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Gilberto Grassi Calil, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinado por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 27 de maio de 2015.


Carla Luciana Souza da Silva
Orientadora


Carlos Zacarias Sena Junior
Membro


Gilberto Grassi Calil
Membro


Thomaz Joezer Herler
pós-graduando

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Edmundo Fernando Herler e Ione Eler E Herler pelo suporte financeiro dado nos três anos que permaneci em Marechal Cândido Rondon/PR, favorecendo tanto a minha entrada no mestrado e quanto o desenvolvimento do mesmo.

Ao prof. Mse. Divino Sena, da UFMS/CPAN, por ter acreditado no meu potencial desde o tempo do meu curso de graduação e por ter orientado e me auxiliado na correção dos meus primeiros projetos.

À prof. Dr^a Carla Luciana Silva, minha orientadora no mestrado, pelo interesse em minha pesquisa desde o primeiro contato que tivemos e pela paciência, dedicação e atenção com que orientou minha dissertação.

Ao prof. Dr. Gilberto Grassi Calil pelas contribuições à minha pesquisa desde o momento em que ministrou as disciplinas de “Teoria e Metodologia da História” e “Seminário de Pesquisa”, bem como pelas críticas e recomendações à minha dissertação quando participou da minha banca de qualificação.

Ao prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior, pelo interesse em relação à minha pesquisa e pelas críticas, apontamentos e sugestões feitas quando esteve presente em minha banca de qualificação.

Ao Aluízio Ferreira Palmar, antigo quadro do primeiro MR-8 e atualmente militante pela construção de uma memória sobre a repressão e resistência à Ditadura brasileira, por seu trabalho pioneiro na região a partir do site “Documentos Revelados” e sua obra *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, de onde extraí minhas as primeiras fontes para a elaboração de meu projeto de pesquisa.

Ao Comitê de Memória, Verdade e Justiça (CMVJ) do Oeste do Paraná pelas audiências públicas e atividades que me proporcionaram considerável amadurecimento enquanto pesquisador da luta armada no Brasil, bem como pelos constantes esforços na construção de uma memória da Ditadura e resistência à mesma na região.

Aos membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná” e da Linha de Pesquisa “Estado e Poder”, pelas reuniões, discussões e atividades das quais participei e que muito contribuíram neste trabalho, uma vez que nosso conhecimento e visão de mundo são construídos socialmente.

*[...] por que luta o guerrilheiro?
Teremos que chegar à conclusão
inevitável de que o guerrilheiro é
um reformador social que
empunha as armas respondendo
ao protesto irado do povo contra
seus opressores e que luta para
mudar o regime social que mantém
todos os seus irmãos desarmados
na ignomínia e na miséria. Se
lança contra as condições
especiais da institucionalidade de
um dado momento e se dedica a
romper, com todo o vigor que as
circunstâncias permitam, as
normas desta institucionalidade.*

(Ernesto “Che” Guevara)

FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO MR-8: POSSIBILIDADES E LIMITES DE CONSTRUÇÃO DE UMA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA POLÍTICO-MILITAR (1964-1969)

RESUMO

Esta dissertação aborda a formação e trajetória do primeiro MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), grupo armado que foi formado visando o enfrentamento à Ditadura instaurada pelo Golpe de 64, intentando a derrubada da mesma e a construção do socialismo no Brasil. Tendo seu início enquanto Dissidência do PCB no Rio de Janeiro (DI-RJ) no ano de 1964, num momento em que o partido estava sofrendo rachas em vários estados, seus membros arregimentaram diversos quadros de outras organizações, tais como a Dissidência do Paraná (DI-PR), Polop, Ação Popular (AP) e Ligas Camponesas, propondo constituir uma “frente revolucionária”. Tendo a ruptura com o PCB sido motivada por divergências não apenas com o paradigma de “revolução por via pacífica” adotado pelo partido, como também pela concepção de “revolução por etapas”, o MR-8, que pregava a transição direta ao socialismo, buscou inspiração em diversas experiências revolucionárias internacionais. Sendo atraídos pelo recente sucesso da Revolução Cubana, os quadros do movimento buscaram na “teoria do foco guerrilheiro”, desenvolvida por Ernesto Guevara e Régis Debray, um ponto de partida para a construção de uma vanguarda revolucionária em um país assolado por uma Ditadura Empresarial-Militar, como era o caso do Brasil. Contudo, durante o período de desenvolvimento de suas ações, os militantes do MR-8, a devido às dificuldades e limites encontrados nas experiências concretas, adaptariam a teoria do foco guerrilheiro às possibilidades propiciadas naquele momento histórico. Tendo sua derrocada em agosto de 1969, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro foi uma das primeiras organizações armadas brasileiras de inspiração marxista a lutar contra a Ditadura Empresarial-Militar, bem como uma das primeiras a serem destruídas pela repressão. Para melhor compreender as discussões teóricas que ocorriam entre seus membros, articularemos a discussão de “partido” desenvolvida por Lenin com a “teoria do foco guerrilheiro”, partindo da percepção de Ernesto Guevara e Régis Debray. Para reconstituir sua trajetória, utilizaremos uma série de fontes históricas, algumas produzidas pela organização, outras pelos órgãos repressivos, bem como livros escritos por pessoas que fizeram parte ou tiveram contato com o grupo em questão.

Palavras-chave: MR-8; partido; revolução brasileira; teoria do foco guerrilheiro.

FORMATION AND TRAJECTORY OF THE FIRST MR-8: POSSIBILITIES AND LIMITS OF CONSTRUCTION OF A POLITICAL-MILITARY REVOLUTIONARY VANGUARD (1964-1969)

ABSTRACT

This master's thesis deals with the formation and trajectory of the first MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), an armed group that was formed in order to confront the dictatorship established by the Coup of 64, attempting its overthrow and the construction of socialism in Brazil. Beginning as a PCB Dissent in Rio de Janeiro (DI-RJ) in 1964, at a time when the party was suffering cracks in many states of Brazil, its members rallied several frames of other organizations, such as Dissent of Paraná (DI-PR), Polop, Ação Popular (AP) and the Ligas Camponesas, proposing constitute a "revolutionary front". Having the break from the PCB been motivated by differences not only with the concept of "revolution through peaceful means" adopted by the party, as well as the paradigm of "revolution by stages", the MR-8, which advocated direct transition to socialismo, sought inspiration in several international revolutionary experiences. Being attracted by the recent success of the Cuban Revolution, members of the movement sought in the "theory of guerrilla focus", developed by Ernesto Guevara and Régis Debray, a starting point for building a revolutionary vanguard in a country ravaged by a Corporate-Military Dictatorship, as was the case in Brazil. However, during the development of their actions, the militants of the MR-8, due to the difficulties and limitations found in concrete experiences, would adapt the theory of guerrilla focus the possibilities afforded at that historic moment. Having its downfall in August 1969, Movimento Revolucionário 8 de Outubro was one of the first Brazilian armed Marxist organizations to fight the Corporate-Military Dictatorship, as well as one of the first to be destroyed by repression. To better understand the theoretical discussions taking place among its members, we will articulate the discussion of "party" developed by Lenin with the "theory of guerrilla focus", from the perspective of Ernesto Guevara and Régis Debray. To rebuild his career, we use a number of historical sources, some produced by the organization, by other law enforcement agencies as well as books written by people who took part or had contact with the group in question.

Keywords: MR-8; party; Brazilian revolution; theory of guerrilla focus.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAP – Associação Brasileira de Anistiados Políticos	CMVJ – Comitê de Memória, Verdade e Justiça
ABI – Associação Brasileira de Imprensa	COLINA – Comando de Libertação Nacional
AI – Ato Institucional	CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas
ALN – Ação Libertadora Nacional	CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
AP – Ação Popular	CSN – Conselho de Segurança Nacional
APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	DHPaz – Sociedade Direitos Humanos pela Paz
APML – Ação Popular Marxista-Leninista	DI - Dissidência
ARENA – Aliança Renovadora Nacional	DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara
CASC – Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil	DI-PR – Dissidência Comunista do Paraná
CEB – Comunidades Eclesiais de Base	DI-RJ – Dissidência Comunista do Rio de Janeiro
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	DI-SP – Dissidência Comunista de São Paulo
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha	DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina	DPF – Delegacia de Polícia Federal
CGI – Comissão Geral de Investigações	EEUU – Estados Unidos
CGT – Central Geral dos Trabalhadores	
CIE – Centro de Informações do Exército	

ERP – Ejercito Revolucionario Popular

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FRP – Frente Revolucionária Popular

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IC – Internacional Comunista

IPES – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IPM – Inquérito Policial-Militar

JK – Juscelino Kubitschek

JUC – Juventude Universitária Católica

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MAR – Movimento Armado Revolucionário

MDB – Mobilização Democrática Nacional

ME – Movimento Estudantil

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MOPOCO – Movimiento Popular Colorado

MR-26 – Movimento Revolucionário 26 de Março

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade

OM – Organização de Massa

OP – Organização Política

OPM – Organização Político-Militar

ORM-Polop – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCI – Partido Comunista Italiano

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PM – Polícia Militar

POC – Partido Operário Comunista

POS DR – Partido Operário Social-Democrata Russo

PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista

PRT – Partido Revolucionário dos
Trabalhadores

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUA – Pacto Unidade e Nação

QG – Quartel General

SNI – Serviço Nacional de Informações

UBES – União Brasileira dos Estudantes
Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPE – União Paranaense dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas
Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VAR – Vanguarda Armada Revolucionária

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – DA CONSTRUÇÃO DA “NOVA LINHA POLÍTICA” DO PCB À CONSTITUIÇÃO DO PRIMEIRO MR-8	29
1.1 CRISE DE PARADIGMAS E FORMAÇÃO DA “NOVA LINHA POLÍTICA” DO PCB (1954- 1960)	35
1.1.1 Conjuntura anterior (1948-1953).....	36
1.1.2 Evolução das concepções acerca da Revolução Nacional-Democrática no interior do partido (1954-1960).....	41
1.1.2.1 O desenvolvimento da questão agrária no PCB e a crítica à razão dualista	44
1.1.2.2 Questões burguesa e nacional.....	51
1.1.3 Breve síntese da nova “linha política” do PCB	55
1.2 GOVERNO JANGO, GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS ARMADAS	58
1.2.1 Governo Jango e articulação da direita golpista.....	59
1.2.2 Constituição da “Ditadura de Segurança Nacional” e seu impacto nos movimentos populares e organizações de esquerda.....	69
1.2.3 Processo de constituição das organizações revolucionárias armadas no Brasil	72
1.3 CONTESTAÇÕES E ALTERNATIVAS AO PCB QUE CONTRIBUÍRAM NA FORMAÇÃO DO PRIMEIRO MR-8	78
1.3.1 Caio Prado Jr e as críticas teórico-interpretativas à nova “linha política” do PCB.....	80
1.3.1.1 Caio Prado Jr e a “via colonial”	81
1.3.1.2 Caio Prado Jr e a questão do desenvolvimento	85
1.3.2 ORM-Polop	88
1.3.3 Formação e caracterização do pensamento maoísta e sua incidência sobre a AP	90
1.3.4 Ligas Camponesas, MNR e o foquismo cubano	95
CAPÍTULO 2 – EMBATES TEÓRICOS NO MR-8: A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO NA FORMAÇÃO DE UMA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA POLÍTICO-MILITAR	98
2.1 FORMAÇÃO DAS DIRETRIZES TEÓRICAS E PRÁTICAS DO MR-8: O FOCO GUERRILHEIRO	100
2.1.1 A “teoria do foco guerrilheiro” na obra <i>Guerra de guerrilhas</i>	102
2.1.2 Os embates entre partido e guerrilha na obra <i>Revolução na revolução</i>	113
2.1.3 Problematizações sobre ação revolucionária a partir dos documentos produzidos pelo MR-8	130

2.1.4 Problematizações sobre teoria revolucionária e análises de conjuntura nos documentos produzidos pelo MR-8.....	139
CAPÍTULO 3 – DA “SUBIDA À SERRA” AO PRESÍDIO DA ILHA DAS FLORES: NASCIMENTO E QUEDA DE UM MOVIMENTO ARMADO	150
3.1 AÇÕES E ARTICULAÇÕES DA DI-RJ NA LUTA CONTRA A DITADURA	157
3.2 DIREÇÃO DO MR-8 NA CONSTRUÇÃO DO FOCO GUERRILHEIRO E BASE NOS “GRUPOS DE EXPROPRIAÇÃO”: ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO CAMPO E NA CIDADE.....	171
3.2.1 Andanças no Oeste do Paraná: memórias da solidariedade campesina e dos conflitos entre posseiros e fazendeiros na região	176
3.2.2 Lauro Consentino Filho: o dentista do MR-8.....	183
3.2.3 Enquanto isso, no meio urbano carioca.....	187
3.2.4 O treinamento guerrilheiro no Parque Nacional do Iguaçu.....	195
3.3 DIVERGÊNCIAS ENTRE OS QUADROS DO MR-8.....	201
3.4 FIM PARA UNS, COMEÇO PARA OUTROS: O DESBARATAMENTO DO MR-8, SEU IMPACTO NA MÍDIA E A INESPERADA FORMAÇÃO DO MR-8/DI-GB	213
3.5: O MR-8 NA ILHA DAS FLORES: TORTURA, RESISTÊNCIA E LIBERDADE.....	231
CONCLUSÃO	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245
FONTES.....	251
ANEXOS.....	255

INTRODUÇÃO

Sabemos que a discussão sobre os movimentos revolucionários armados brasileiros dos anos 1960 ainda é embrionária e problemática para a nossa historiografia. E estes problemas ficam muito mais evidentes ao constatarmos uma dada tendência presente em historiadores, sociólogos e jornalistas que se propõem a analisar este objeto. Parte destes estudiosos, ao olhar para tais organizações, costuma ir além de uma análise de como tais grupos se constituíram, quais eram suas percepções acerca da revolução brasileira e as possibilidades de construção de uma organização revolucionária, juntamente com suas táticas, estratégias, dilemas, problemas, limites e a conjuntura na qual se erigiram. Além de desenvolverem tais raciocínios, por vezes ainda dedicam-se a pensar o que tais grupos “deveriam” ter sido, ao invés de pensarem apenas “o que” foram e, principalmente, “porque” foram. Tal situação tem levado, constantemente, a uma leitura anacrônica acerca de tais grupos. Em alguns casos, isto ocorre pela ação de antigos militantes destas organizações armadas que reconstituem seus passados de inserção na luta armada a partir de suas posições políticas do presente, geralmente voltadas à colaboração de classe, quando não abertamente conservadoras. Além disto, também ocorrem tais tentativas da parte de intelectuais vinculados a discursos contrarrevolucionários que visam incriminar ou, ao menos, deslegitimar as ações destes militantes.

O historiador carioca Daniel Aarão Reis Filho deixa bem clara esta tendência ao citar as obras de memória *O que é isso companheiro?*¹, de Fernando Gabeira, e *1968 – o ano que não terminou*², de Zuenir Ventura. Estas obras, escritas por ex-militantes de grupos armados, tenderiam a imprimir nestes grupos ações baseadas num misto de ingenuidade idealista e na irresponsabilidade juvenil, que teria levado a consequências desastrosas. Segundo Reis Filho,

A versão mais difundida apresenta os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Boas intenções, claro, mas equivocadas. Uma fulguração, cheia de luz e de alegria, com contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontade pura, puros desejos, ilusões. Diante do profissionalismo da ditadura, o que

¹ GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

² VENTURA, Zuenir. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

restava àqueles jovens? Ferraram-se. Mas todos demos boas risadas. Afinal, o importante é manter o bom humor³.

Neste caso, tratando-se de versões desenvolvidas por ex-militantes, ficam bem claras as intenções tanto de trazer à luz um passado mal resolvido quanto de adequar a leitura de seus passados às aspirações (políticas) que possuem no presente. Porém, além destas visões desenvolvidas por antigos militantes, vemos também esta tendência de “júri” das organizações armadas em autores que jamais fizeram parte de tais grupos. Geralmente, trata-se de construções do passado executadas por intelectuais de posições políticas abertamente conservadoras, que geralmente desprezam ou ao menos minimizam a importância dos movimentos populares, tanto resistentes quanto revolucionários, no processo abertura política brasileira. Com base neste posicionamento, acabam por reforçar ainda mais uma visão anacrônica e deslocada dos problemas teóricos e práticos que existiram nas diferentes organizações.

Dentre os diversos casos, Élio Gaspari, em sua obra *A ditadura escancarada*, expõe claramente esta tendência ao dissertar, dentro de sua ótica, as razões do fracasso das organizações revolucionárias armadas. Em uma passagem, Gaspari defende que o fracasso da luta armada se deu porque o projeto dos diferentes grupos envolvidos “não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas”, alegando que

Documentos de dez organizações armadas, coletados por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, mostram que quatro propunham a substituição da ditadura militar por um governo popular revolucionário (PCdoB, Colina, PCBR e ALN). Outras quatro (Ala Vermelha, PCR, VAR e Polop) usavam sinônimos ou demarcavam etapas para chegar àquilo que, em última instância, seria uma ditadura da vanguarda revolucionária. Variavam nas proposições intermediárias, mas, no final, de seu projeto resultaria um “Cubão”⁴.

Ainda, mais a frente, Gaspari enfoca como outra razão do fracasso destes grupos armados o desinteresse pela busca de adesões com grupos políticos fora da esquerda, perdendo assim “o apoio, ainda que tênue, do grosso das forças que se opunham ao regime⁵”.

³ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. p. 31-45.

⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (193-194).

⁵ Idem, p. 194.

Nestas duas passagens, podemos logo concluir que, para o autor, um programa “ideal” para qualquer movimento armado deveria ser aquele que propusesse primeiramente a redemocratização e, juntamente com a mesma, a aliança com a ala direitista de oposição à Ditadura. Sem entrar na discussão de suas intenções políticas com tais afirmações, constatamos que propor tal projeto às organizações armadas é ignorar completamente todo o processo de formação destes grupos. Ignoram-se as discussões que ocorriam no interior do PCB antes e depois do Golpe, a formação da linha política deste partido e as razões pelas quais diversos comunistas, jovens e velhos, romperam com o este partido em busca de novos caminhos para a revolução brasileira. Em suma, afirmar o que foi afirmado por Gaspari é propor caminhos que eram tudo aquilo que, por diversas razões históricas, estes grupos dissidentes menos queriam.

Está claro a partir das críticas realizadas, que não partiremos de pressupostos que visam deslegitimar os grupos da esquerda armada taxando seus militantes de “ingênuos”, “irresponsáveis” ou “antidemocráticos”. Por outro lado, também não trataremos as ações destas organizações pela alcunha reducionista de “resistência” ou “resistência democrática”, tendo em vista que concebemos que esta alcunha cabe apenas aos movimentos que visaram o retorno à legalidade de 1946, sem colocar em pauta a necessidade de superação da racionalidade burguesa.

Após expor aquilo que não se pretende desenvolver nesta dissertação, cabe agora expor os objetivos da mesma. Procuraremos, como faz Marcelo Ridenti em sua obra *O fantasma da revolução brasileira*⁶, compreender as diretrizes teóricas que nortearam os diferentes grupos armados em suas tentativas de construção daquilo que constituiria a “revolução brasileira”. Tais movimentos, longe de serem simples resistentes conscientes daquilo que “não queriam” (a Ditadura), eram perfeitamente conscientes, ainda que com uma série de limitações táticas e estratégicas, da necessidade de um caminho para alcançar o socialismo, que com certeza não perpassava o retorno à Constituição de 1946. Não visualizando qualquer possibilidade de alianças com setores da burguesia ou de mudanças por vias democráticas, estes militantes visualizavam no socialismo a única possibilidade de dar o salto evolutivo necessário à realização de mudanças necessárias ao país, bem como à libertação do jugo imperialista estadunidense.

⁶ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

Nos deteremos, nesta dissertação, a discutir as concepções de “organização revolucionária” e “revolução brasileira” que foram formadas no interior do primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), juntamente com a reconstrução da formação e trajetória deste grupo até seu aniquilamento em 1969 pelas forças da Ditadura. Dito isto, fica evidente que não se trata do MR-8 conhecido na historiografia pelo sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, formado na Guanabara no meio estudantil acadêmico, composto por militantes como Fernando Gabeira, Daniel Aarão Reis Filho e Carlos Lamarca. Se tratará de um MR-8 ainda não abordado em nenhum trabalho acadêmico, surgido anos antes deste derivado da Dissidência do PCB na Guanabara (DI-GB), diga-se de passagem um dos primeiros movimentos comunistas armados da década de 1960.

Este MR-8, o primeiro, teria iniciado suas ações ainda em 1964, na cidade de Niterói/RJ, sob o nome de Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ), fundada pelos militantes Aluizio Palmar, Nielse Fernandes, Milton Gaia Leite, entre outros. Era um momento de forte crítica e debates acirrados no interior do PCB, tendo em vista o Golpe empresarial-militar que dava fim à frágil democracia instituída em 1946. Por conta disto, em vários estados brasileiros, comunistas, em geral mais jovens, recém-ingressos no ensino superior, constituíram dissidências que tinham como ponto comum a recusa aos paradigmas pecebistas. Estes pequenos grupos, defendendo posições claramente divergentes no interior do “partidão”, com o tempo desenvolveram os primeiros grupos armados brasileiros. Da Dissidência do Rio Grande do Sul surgiu o Partido Operário Comunista (POC), da Dissidência de São Paulo surgiu a Ação Libertadora Nacional (ALN), e de uma aliança entre as Dissidências do Rio de Janeiro e do Paraná teria sido constituído o MR-8. Este nome, inicialmente pertencente a um jornal da DI-RJ, fora dado em homenagem a Che Guevara, assassinado nesta data na Bolívia em 1967, passando posteriormente a representar a organização armada.

O MR-8, por razões históricas, teria sido uma das poucas organizações armadas brasileiras a adotar radicalmente as concepções de foco guerrilheiro desenvolvidas por Régis Debray e Che Guevara. Principalmente o teórico francês, altamente criticado naquele momento por militantes como Eric Sachs (Polop), Jacob Gorender (PCBR) e João Quartim de Moraes (VPR), constituiu-se um norte para os quadros do MR-8. Num momento de forte repressão política e dificuldades de organização partidária, o caráter fortemente militarista e

experimental do foquismo apresentava-se como uma possibilidade de luta para os quadros deste grupo armado.

Pretendendo por em prática as diretrizes desenvolvidas por Guevara e Debray, alguns quadros do MR-8 migram para a região oeste do Paraná em 1968, região de mata densa e diversos conflitos entre fazendeiros com posseiros e trabalhadores rurais, considerada propícia para a implantação de um foco. Com o dinheiro de expropriações executadas no meio urbano do antigo estado da Guanabara, são comprados dois sítios para servir de bases operacionais, um em Cascavel e outro em Matelândia, havendo ainda um aparelho no consultório do dentista Lauro Consentino, também militante do grupo. Desenvolvem-se, a partir de então, andanças pela região do oeste paranaense para reconhecimento e mapeamento da área, bem como para averiguar a situação de exploração em que viviam os colonos e trabalhadores rurais, possível base social de uma revolução que não chegara a ocorrer. Além disto, os quadros realizam, a partir de então, diversos treinamentos militares no Parque Nacional do Iguaçu, sendo instruídos por dois militantes do Ejército Popular Revolucionario (ERP), braço armado do Movimiento Popular Colorado (Mopoco), do Paraguai.

Em 1969, começa a ocorrer a queda deste grupo no meio urbano carioca e curitibano e no meio rural paranaense, sendo o MR-8 completamente desmobilizado pela polícia política. A Marinha, que através do Cenimar realizou os processos destes presos, começa a realizar intensa propaganda em torno deste feito, que foi destaque de matérias de jornais e revistas neste momento. Contudo, neste mesmo ano, a Dissidência da Guanabara que, juntamente com a ALN, realiza o sequestro do embaixador Elbrick, numa tentativa de desmoralizar e confundir a repressão, que se vangloriava pela queda do MR-8, adota este nome, assinando-o no documento que estipulava as condições para a libertação do embaixador. Assim surge o famoso MR-8 do meio urbano estudantil carioca, que perdura até os dias de hoje. Diferentemente do primeiro, marcado pelo foquismo tal como era tradicionalmente concebido por Guevara e Debray, o segundo MR-8 procurará articular bases sociais tanto entre a pequena burguesia (principalmente os estudantes) quanto entre os operários e os camponeses, articulando-se, deste modo, tanto no campo quanto na cidade.

Para poder chegar aos embates ocorridos dentro do MR-8 sobre a construção da “organização revolucionária” e da “revolução brasileira”, será importante primeiramente compreender como os paradigmas do PCB, a quem eles contrariavam, foram formados. No primeiro capítulo, analisaremos a conjuntura política, social e econômica que deu origem à

chamada “nova linha política” do PCB, constituída em 1958 e oficializada em 1960, no V Congresso do partido. Esta linha, que desenvolvia as diretrizes táticas para a realização de uma “revolução nacional-democrática”, etapa necessária para alcançar o socialismo, debruçava-se sobre questões relativas ao nacionalismo, à participação camponesa na revolução e às possibilidades de alianças com parcelas da burguesia brasileira.

Posteriormente, ainda no primeiro capítulo, serão analisadas algumas críticas internas ao partido, realizadas por Caio Prado Jr. ao paradigma do feudalismo no Brasil e às possibilidades de aliança com a burguesia, e externas, realizadas pela Organização Marxista Revolucionária Política Operária (ORM-Polop). Trataremos também da formação de organizações como a Ação Popular (AP), Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e das Ligas Camponesas, que se diferiam no PCB em diversos aspectos, tendo sido as duas últimas, inclusive, umas das primeiras organizações brasileiras a se inspirarem no foquismo cubano. Problematizar a importância destes movimentos formados ainda antes do Golpe se faz importante levando em consideração que, no momento em que a DI-RJ começou a se articular e seus militantes buscavam a consolidação de uma “frente revolucionária”, todos estes grupos citados estavam entre aqueles com que se tinha contato direto e com quem foi tentada uma aproximação. O descontentamento dos mesmos com o cenário político vivido no Brasil, juntamente com a divergência quanto às posições do PCB, motivou os militantes da embrionária Dissidência do Rio de Janeiro a buscar a consolidação de uma parceria com os mesmos, ainda que frustrada.

Ainda, será abordado o contexto conflituoso do governo Jango, a ação de classe golpista encabeçada pelo complexo IPES/IBAD aliado capital multinacional e associado, o Golpe empresarial-militar com a formação de uma Ditadura de Segurança Nacional, que constituiu paulatinamente todo um aparato repressivo centralizado, e a formação de diversas organizações armadas durante este momento de autoritarismo político.

No segundo capítulo, será historicizada a formação do MR-8 juntamente com as críticas feitas aos paradigmas do PCB e o modo como novas concepções de revolução e organização partidária foram desenvolvidas. Tal discussão será norteadada principalmente pelas teorias que o revolucionário russo Vladimir Ulianov (“Lenin”) desenvolve em sua obra *Que Fazer?*⁷ sobre “organização revolucionária”. Esta obra, fruto de embates ocorridos no interior

⁷ LENIN, Vladimir. *Que fazer?.* Tradução da edição francesa das Editions Sociales, Paris, 1969 (traduzida sob a responsabilidade de Roger Garaudy, por Kyra Hoppe e Alexandre Roudnikov, da quinta edição russa, tomo V

do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) no início do século XX, apresenta vários elementos importantes para se pensar as possibilidades e limites da constituição de um partido revolucionário em um contexto político de autocracia. Esta discussão sobre “organização revolucionária” será feita em conjunto com a discussão sobre a “teoria do foco guerrilheiro”, tanto na obra *A guerra de guerrilhas*⁸, de Ernesto Guevara, quanto *Revolução na revolução*⁹, de Régis Debray, que nos elucidará um pouco as ações e concepções do grupo armado estudado.

No terceiro capítulo, após ser pensado o processo de construção do MR-8, será reconstruída a atuação dos guerrilheiros no meio urbano carioca e curitibano e no meio rural paranaense, seus desafios, estratégias, limites, aspirações e experiências que se seguiram até a queda da organização em 1969. Esta trajetória será importante para visualizarmos o peso das concepções foquistas no modo como os quadros da organização agiram na tentativa de implantar e sustentar um foco guerrilheiro que teria como função a criação das condições subjetivas para a formação de um exército popular revolucionário formado por camponeses. Após a queda do grupo, será problematizada a propaganda encabeçada pela mídia quanto aos processos e prisões dos militantes, bem como a narrativa do período em que viveram na prisão até o exílio para o Chile, que ocorreu graças ao sequestro do embaixador estadunidense.

Como trataremos, em parte considerável deste trabalho, do impacto das concepções guevaristas e debrayanas sobre o MR-8, convém dizer que, diferentemente do que tem sido feito, não será discutida a viabilidade ou aplicabilidade de suas teorias. De igual forma, a “teoria do foco guerrilheiro” não será um tipo-ideal ou espelho através do qual enxergaremos as ações do movimento armado, levando em consideração os embates existentes no interior do grupo que esteve em fase de formação, cheio de embates e influências de diversas concepções. Como já foi explicitado, nosso esforço será no sentido de entender os postulados teóricos do foquismo, bem como as determinações históricas que possibilitaram e limitaram sua adesão não só pelos quadros da organização em questão, mas também por outros grupos

das *Obras* de V. I. Lenin. Direitos de tradução em língua portuguesa reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Hucitec: São Paulo, 1988.

⁸ GUEVARA, Ernesto “Che”. *A Guerra de Guerrilhas*. 2ª ed. São Paulo, SP: Edições populares, 1980 (Coleção Che Guevara Obras Completas, vol. 3).

⁹ DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Tradução: Olinto Beckerman. Centro editorial latino americano.

brasileiros. Haverá o comprometimento de olhar para o passado lembrando-se das palavras do historiador catalão Josep Fontana, que prioriza a necessidade de

Elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados¹⁰.

Ainda, citando o historiador britânico Christopher Hill, Fontana nos recorda que

Uma vez que o acontecimento ocorreu, parece inevitável; as alternativas se esvaem. A história é escrita pelos vencedores, principalmente a história das revoluções. Vale a pena, no entanto, que adentremos imaginariamente no passado, o tempo em que diversas opções pareciam abertas¹¹.

Baseando-se este trabalho em um grupo cuja trajetória ainda é pouco conhecida e explorada pela historiografia, que teve suas ações norteadas por um teórico hoje taxado de reducionista e voluntarista, tais palavras de Christopher Hill e Josep Fontana adquirem um especial sentido. Rompendo com uma concepção de inevitabilidade histórica que favorece aos vencedores e busca explicar as causas das derrotas dos vencidos, buscaremos a compreensão das atitudes e aspirações dos atores históricos envolvidos dentro da conjuntura em que as mesmas ocorreram. Em um momento em que a aniquilação dos movimentos de esquerda armada não era iminente, e em que a história não só brasileira, mas a nível mundial, encontrava-se em uma encruzilhada de angústias, tensões, incertezas, porém esperanças em novas possibilidades de luta e a construção de uma nova sociedade.

Após a promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, que concedeu liberdade aos presos e perseguidos políticos, ocorreu também uma tentativa de ocultação dos crimes cometidos por torturadores ligados às forças armadas e à polícia política, a partir da restrição aos documentos emitidos pelos órgãos ligados à segurança, espionagem e repressão. Contudo, desde então, vários esforços vem sendo feitos em prol da abertura de arquivos deste período por parte de membros e grupos da sociedade civil, com a finalidade de que sirvam de fontes para problematizar questões referentes a esta conjuntura político-social.

¹⁰ FONTANA, Josef. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004 (p. 478).

¹¹ HILL, Christopher. *Some intellectual consequences of the English revolution*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1980 (p. 33).

Já no mesmo ano, foi criado o *Projeto Brasil: Nunca Mais*, encabeçado pela Arquidiocese de São Paulo, que reuniu durante vários anos, com a ajuda de especialistas, um extenso acervo de Inquéritos Policial-Militares (IPMs) e depoimentos de pessoas que foram vitimadas pelas arbitrariedades do Regime Civil-Militar instituído, gerando um vasto banco de dados. Em 1985, o Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho, através da coletânea *Imagens da Revolução*¹², tornou públicos diversos documentos produzidos pelos próprios partidos de esquerda comunistas e grupos armados que atuaram durante o Regime, contendo seus projetos políticos. Além destes, o pesquisador colecionava também outros documentos pertencentes a instituições e pessoas que guardavam parte da história das esquerdas no Brasil, sendo tais fontes doadas em 1989 ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) para melhor conservação, estando disponíveis a todos.

No início da década de 1990, os documentos dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) foram também abertos ao público, tomando-se assim ciência de diversos crimes praticados nas delegacias, quartéis e porões contra militantes comunistas, guerrilheiros, grupos de resistência e pessoas ligadas a estes. Durante a década de 2000, vários outros avanços foram feitos no sentido de trazer à tona documentos que proporcionassem bases para pensar o momento da Ditadura Civil-Militar. Dentre tais avanços, podemos destacar a abertura, em 2005, dos documentos pertencentes ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), Serviço Nacional de Informações (SNI) e à Comissão Geral de Investigações (CGI). Pouco depois, também tornaram-se públicos os arquivos pertencentes à Polícia Federal, Itamaraty e das Assessorias de Segurança ligadas às empresas estatais. Tais arquivos, uma vez abertos, foram enviados ao Arquivo Nacional, em Brasília-DF. Apesar destes avanços, vários arquivos ainda faltam ser abertos, principalmente aqueles ligados ao Poder Judiciário, tais como os do Supremo Tribunal Militar.

Além destes avanços, ainda outros órgãos, ligados principalmente à Secretaria de Direitos Humanos, tais como a Comissão da Verdade e a Comissão de Mortos e Desaparecidos, tem desempenhado um importante papel neste processo de abertura dos arquivos da ditadura, assim como investigação daqueles que já foram abertos. Dentre os trabalhos desenvolvidos, um trabalho que me é particularmente importante para o desenvolvimento deste projeto é o de Aluizio Palmar, através de seu website “Documentos

¹² AARÃO REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução/Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Revelados”. Atualmente, enquanto militante pela construção da memória da resistência à Ditadura Brasileira, Palmar teve acesso a diversos documentos pertencentes à Polícia Federal, ao DOPS paranaense, às Delegacias de Polícia, ao Batalhão do Exército situado em Foz do Iguaçu, e outros mais.

Seu trabalho, em especial, tem grande importância neste projeto pois, ao pesquisar diversos documentos pertencentes a órgãos de repressão do Estado do Paraná, foram trazidos à tona diversos documentos relacionados ao primeiro MR-8, meu objeto de pesquisa, que ajudam-nos a pensar a atuação do grupo guerrilheiro. Dentre estes, podemos ter acesso documentos produzidos pela guerrilha, contendo seu projeto político, IPMs, fichamento dos militantes no Cenimar, entre outros, no website “Documentos Revelados”, que contém o acervo levantado por Aluizio Palmar.

Ainda, se faz importante citar os avanços recentemente feitos a nível regional com a criação em 2013 do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”, coordenado pela Prof^a Dr^a Carla Luciana Silva e integrado por alunos e professores da Linha de Pesquisa “Estado e Poder”, da Unioeste/*Campus* de Marechal Cândido Rondon. A partir das diversas pesquisas desenvolvidas pelos membros que integram este grupo, foi iniciada uma série de pesquisas que tem como finalidade a construção de uma memória sobre a repressão e resistência à Ditadura na região, em contraposição às versões que atribuem as ações do aparato repressivo apenas às regiões centrais do Brasil, bem como a problematização das mesmas.

De igual forma, devemos focar a recente criação do Comitê de Memória, Verdade e Justiça (CMVJ) do Oeste do Paraná, que vem desenvolvendo, juntamente com as Comissões Nacional e Estadual da Verdade, uma série de buscas e investigações que resultaram em várias audiências públicas. Estas audiências vem trazendo à tona para a sociedade civil as arbitrariedades e crimes cometidos por agentes da Ditadura, visando além disto auxiliar na indenização das vítimas deste aparato repressivo. Tais esforços demonstram que minha pesquisa que resultou nesta dissertação, longe de possuir um mérito puramente individual, é fruto de um movimento mais amplo de construção de uma memória sobre a Ditadura no Oeste do Paraná, sendo seus resultados fruto de um esforço coletivo e visando contribuir, igualmente, para com este processo. Além deste aspecto regional, este trabalho também aborda problemas partilhados nacionalmente pelas organizações armadas que atuavam naquele momento, visando contribuir para com uma melhor compreensão sobre as mesmas.

No decorrer de toda esta dissertação, entrevistas, tanto realizadas por mim quanto por outras pessoas, e obras de memórias terão um peso especial, sendo citadas e analisadas do primeiro ao último capítulo. Cabe aqui destacar a presença das obras *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*¹³, escrita por Aluizio Palmar, e *João Rocco: o último guerrilheiro*¹⁴, escrita por Valdir Alves. Palmar, sendo atualmente militante na investigação dos desaparecidos durante a Ditadura, expõe em seu livro sua trajetória na investigação de um intrigante massacre ocorrido em 1974 no Parque Nacional do Iguazu, em Foz do Iguazu. Em busca de pistas que pudessem levar à solução do mistério que rondava o assassinato do “Grupo de Onofre”, Palmar vai estreitando, aos poucos, sua relação com este caso e as motivações que o levaram a investigar tal crime¹⁵. Para tanto, ele reconstitui acontecimentos passados de sua vida. Seu primeiro contato com ideias socialistas ainda na adolescência, sua inserção na militância política em Niterói e seu ingresso no PCB na década de 1960. Traz à tona também os embates internos que ocorreram no PCB após o golpe de 1964, que originaram dissidências e posteriormente rachas, dando origem às organizações armadas. Aborda especificamente a formação da Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ), da qual fora fundador, que rompe com o Partido em 1966 e em 1967 muda de nome para Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

Já na obra *João Rocco: o último guerrilheiro*, escrita pelo jornalista Valdir Alves, é narrada a história de João Manoel Fernandes (“César Amaral”), ex-militante do MR-8. Em seu livro lançado em 1994, Alves reconstitui, com o auxílio do próprio João Manoel Fernandes, pessoas próximas a ele e outros antigos quadros do grupo¹⁶, o drama vivido por ele e seus companheiros enquanto militantes em uma vida clandestina no aparelho em Curitiba, nas expropriações no meio urbano carioca e nos treinamentos de guerrilha no Parque Nacional do Iguazu até as prisões na Ilha das Flores, Ilha das Cobras e Ilha Grande. A partir desta obra, poderemos conhecer bastante da trajetória do MR-8 como um todo,

¹³ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

¹⁴ ALVES, Valdir. *João Rocco: o último guerrilheiro*. 2ª ed. Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

¹⁵ O final do terceiro capítulo trará algumas informações sobre o envolvimento de Aluizio Palmar com a VPR.

¹⁶ Na obra, consta que colaboraram com informações para este livro Nielse Fernandes, Umberto Trigueiros Lima, Luiz Carlos de Souza Santos, Schlenker Harvey, Ademar Sanfelice, Jorge Sebastião de Bem, César Cabral, Maria Lourdes Fernandes Sufredine, Roberto Sufredine, Maria Iria Fernandes Koch, Jorge Manoel Fernandes e Jafete Manoel Fernandes.

principalmente os quadros que atuavam no meio urbano carioca e curitibano, até sua queda em 1969 e a prisão dos seus militantes.

Levando em consideração que são obras de memórias, a análise das motivações que levaram os autores a narrar estas histórias e das experiências vivenciadas pelos mesmos enquanto quadros da organização armada será realizada a partir do conceito de “experiência social”. Tal conceito, percebido à luz das contribuições da historiadora Yara Khoury, se fará importante para analisar a situação concreta, material, social em uma interação dialética com as representações e concepções de mundo.

Quanto às entrevistas, serão analisadas aquelas feitas ao Aluízio Palmar, uma realizada por mim em 19/08/2013, outra realizada ainda este ano pela “Sociedade Direitos Humanos pela Paz” (DHPaz), e outras ainda feitas por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”. Quanto a estas últimas citadas, analisarei especificamente duas entrevistas, transcritas na revista *Espaço Plural*, onde trabalharam como entrevistadores: Prof^ª Dr^ª Carla Luciana Silva, Prof Dr Enrique Serra Padrós, Prof Dr Gilberto Grassi Calil, Prof Mse Marcos Vinícius Ribeiro, Prof^ª Mse Edina Rautenberg, Prof Mse Marcos Ferrari de Campos e Lucas Gaspar. De igual forma, terão grande relevância as entrevistas concedidas por Lauro Consentino Filho e Fábio Campana à Sociedade DHPaz e aquela cedida por “Silas” (Mauro Fernando Souza) a seu filho Fernando Freitas de Souza, historiador, que serviu de base para sua monografia *MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro): a origem da sigla*¹⁷. Nestas entrevistas, assim como Aluízio Palmar também o fez, os três falam sobre suas trajetórias de militância e resistência à Ditadura.

Lauro Consentino Filho (“Levi”), antigo membro do Movimento Estudantil Universitário em Curitiba e também membro do PCB, teria conhecido o MR-8 a partir de Fábio Campana, assim como ocorrera com João Manoel Fernandes. Apesar de não ter sido militante da organização, foi de grande importância para a tentativa de implantação do foco guerrilheiro no Oeste Paranaense. Em sua obra *Ocoy: o rio que levou boiando os capacetes militares e também os sonhos...*¹⁸, poderemos reconstituir, sob a perspectiva de seu autor, que

¹⁷ SOUZA, Fernando Freitas de. MR-8: a origem da sigla. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica do Salvador: Salvador, 2008. <<http://historia-mr8.blogspot.com.br/2009/10/mr-8-movimento-revolucionario-8-de.html?m=1>> Acesso em 14/01/2015, às 12:46.

¹⁸ FILHO, Lauro Consentino. *Ocoy: o rio que levou boiando capacetes militares...e os sonhos*. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/03/dr-lauro-consentino-filho-2.pdf>> Acesso em 05/03/2015, às 04:36.

forneceu logística para os militantes em Medianeira/PR, alguns pontos importantes da história da organização.

Fábio Campana (“Zapata”), militante do Movimento Estudantil Secundarista e do PCB em Foz do Iguaçu e Curitiba, teria sido um dos principais quadros a rachar com o “Partidão” e a liderar a DI-PR. Posteriormente, após diálogos com os membros da DI-RJ, teria ocorrido a fusão entre ambas as organizações constituindo o MR-8. Pouco tempo depois, contudo, devido às várias divergências teóricas e práticas com os quadros cariocas, “Zapata” acaba por romper com o MR-8 levando consigo diversos militantes da DI-PR.

Mauro Fernando de Souza (“Silas”), antigo militante de um dos “Grupos dos 11”, nacionalista de esquerda, teve grande importância para a organização para a compra dos Sítios “Boi Piquá” e “Banhadão”, que serviriam de bases guerrilheiras à organização. Tal ato foi possível a partir do desfalque que Mauro realizou no banco em que trabalhava naquele momento. Esteve presente também no Oeste do Paraná em treinamentos no Parque Nacional do Iguaçu e também auxiliou na escrita de documentos de linha política, sendo defensor da teoria do foco guerrilheiro sob a ótica de Régis Debray.

A partir destas fontes de memórias e entrevistas poderemos conhecer melhor a trajetória da organização como um todo, as articulações da DI-PR com a DI-RJ que geraram a organização em questão, assim como suas ações no meio urbano curitibano e no próprio oeste paranaense, até sua queda em 1969.

Para as entrevistas, nos utilizaremos tanto dos referenciais de “história oral temática” quanto “história oral de vida”, levando em consideração as diferenças do teor das entrevistas realizadas por mim, por Fernando Freitas de Souza, pelos historiadores vinculados ao Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná” e pela Sociedade DHPaz. A diferença nas abordagens se deve ao fato da história oral de vida ser constituída de uma maior subjetividade, que a caracteriza enquanto “entrevista livre”. Já a história oral temática é caracterizada por ser norteada por uma série de questões, problemas, que precisam ser sanados, materializados na forma de um roteiro de perguntas, objetivos. Levaremos em consideração que a história oral possui sempre caráter social e nela as entrevistas não se sustentam sozinhas ou em versões únicas, sendo necessário o contraste com outras fontes.

Em minha entrevista e na de Fernando Freitas de Souza, baseadas na história oral temática, foram realizadas uma série de perguntas a respeito das divergências iniciais com o PCB, os contatos que os quadros do primeiro MR-8 possuíam com outros grupos

guerrilheiros, as bases teóricas que nortearam suas críticas, a opção pela vinda ao oeste do Paraná e as estratégias de implantação do foco guerrilheiro. Já o depoimento dado à Sociedade DHPaz faz parte de uma série de depoimentos dados por ex-militantes de partidos e movimentos de resistência à Ditadura. O resumo deste depoimento se encontra, junto com os demais, no livro *Depoimentos para a História – A resistência à ditadura militar no Paraná*, estando o depoimento na íntegra no site “Youtube”. Os depoimentos dados ao Projeto “Ditadura no Oeste do Paraná” tendem a seguir a mesma linha dos dados ao DHPaz, sendo as entrevistas com o Aluizio as primeiras de várias outras de vital importância para a construção de uma memória da repressão e resistência à Ditadura na região. Na análise de tais fontes, se fará importante o diálogo com as reflexões do historiador José Carlos Sebe Heihy e da historiadora Fabíola Holanda.

No que diz respeito às problematizações em torno deste MR-8, o que as torna particularmente necessárias é a restrição que havia até pouco tempo às fontes e materiais disponíveis referentes a esta Organização Armada. Levando-se em consideração que o grupo guerrilheiro, tomado como objeto de pesquisa deste projeto foi, após o golpe, um dos primeiros grupos a aderir ao foquismo cubano (e um dos que o seguiu de forma mais rígida), fazem-se necessárias pesquisas e questionamentos a respeito de sua atuação como forma de compreender esta conjuntura.

Além disso, os avanços existentes no processo de abertura da documentação pertencente aos órgãos de segurança, espionagem e repressão da Ditadura levantam novas possibilidades que podem e devem ser exploradas. Desde a anistia em 1979, vem-se implementando um projeto de “amnésia social” no que diz respeito a este período da nossa história, sendo essa ocultação das arbitrariedades e crimes cometidos uma forma de estimular o “esquecimento” deste momento. Deste modo, o conhecimento e pleno acesso de documentos referentes a esta conjuntura se faz importante levando-se em consideração que

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. (...) é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social¹⁹.

¹⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativeira da Memória?/Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, 1992. p. 9-24.

Sendo assim, o não acesso à documentação produzida neste momento histórico tende a comprometer, mais uma vez, a instauração de mudanças sociais que conduzam nossa sociedade a um progresso qualitativo, livrando-a dos aspectos coloniais que constituem a forma como se desenvolveu o capitalismo no Brasil. O desconhecimento deste passado recente permitirá que se reproduzam, nos próximos anos, o trabalho semi-servil e semiescravo, o mandonismo das classes dominantes, bem como a repressão e criminalização das lutas populares. O esquecimento fará com que seja dada continuidade à autocracia burguesa, que buscará por meio de Ditaduras impedir que se encontre uma saída para problemas estruturais de nosso país.

CAPÍTULO 1 – DA CONSTRUÇÃO DA “NOVA LINHA POLÍTICA” DO PCB À CONSTITUIÇÃO DO PRIMEIRO MR-8

Aluizio Palmar, em sua obra *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, corrobora Jacob Gorender ao abordar a importância da DI-RJ entre as várias organizações que fizeram parte da Luta Armada contra a Ditadura no Brasil, afirmando que

A Dissidência Comunista do Estado do Rio foi a única das organizações político-militares oriundas do PCB que tentou por em prática ao pé da letra a proposta guevarista do foco guerrilheiro. Nós éramos extremamente sectários na defesa da teoria de que um grupo de combatentes enraizados numa área rural, com um mínimo de infra-estrutura e combatendo esporadicamente, poderia mobilizar o país para a luta contra a ditadura e pelo socialismo²⁰.

O MR-8, tendo sido um movimento de orientação marxista pioneiro na luta contra a Ditadura, vivenciou em sua pequena trajetória todos os embates que posteriormente ocorreriam nas demais Organizações Armadas que viriam a ser formados. Uma das principais discussões que ocorreram foi no que diz respeito às táticas para a organização de um Exército Popular Revolucionário necessário para a derrubada do Regime então vigente no Brasil, que seria a condição necessária para a construção do socialismo. Alguns quadros do MR-8 defendiam a necessidade da luta de massas, insurrecionalista, enquanto outros defendiam, a partir das leituras que cultivaram de Che Guevara e Régis Debray, o caminho foquista. Levando em consideração as limitações conjunturais daquele momento, os militantes acabaram articulando a luta a partir do foco guerrilheiro, constituindo bases guerrilheiras na zona rural no Oeste do Paraná. Em uma entrevista a mim concedida, Aluizio Palmar fala um pouco sobre esta problemática vivida naquele momento.

[...] nós éramos guevaristas, a gente tinha sim consideração pela guerrilha cubana e pela revolução cubana. O Régis Debray deu um caminho quando nós estávamos perdidos na questão: construir partido revolucionário, fazer a luta de massas ou luta de guerrilha...nós sabíamos que não era esse caminho porque não estava dando, e quando decidimos que não estava dando veio o “Revolução na Revolução” de Régis Debray, ele mostra “não, vocês tão certos” [...]o objetivo era construir um partido revolucionário, mas como nós vamos construir um partido revolucionário? De onde? (...) nós vamos construir

²⁰ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 277-278).

na luta! Mas era isso que Debray sistematizou, não é? Formar partido na ponta do fuzil, essa história toda²¹.

Mesmo com a alegação da necessidade de fazer a luta a partir do foco guerrilheiro devido às dificuldades impostas pela repressão, o movimento não esteve em nenhum momento isento de discussões internas que chegaram a desembocar em dissidências. Valdir Alves, em sua obra *João Rocco: O último guerrilheiro*, onde narra, com base em uma série de documentos, a trajetória do militante do MR-8 João Manoel Fernandes (“César Amaral”), outrora pertencente ao Movimento Estudantil Paranaense, aborda um pouco das divergências entre “André” (pseudônimo de Aluizio Palmar) e “Zapata” (pseudônimo de Fábio Campana) no que diz respeito à articulação da luta. Segundo Alves, durante a articulação das bases do MR-8 no Oeste do Paraná ocorreu um racha que resultaria na perda posterior de vários membros que outrora pertenceram à Dissidência Comunista do Paraná (DI-PR).

Zapatinha vai aprofundando as divergências com o pessoal do Rio de Janeiro e resolve romper, definitivamente, retornando para Curitiba, caminho logo tomado pelos demais. Aí começam reuniões intermináveis na busca de uma alternativa que colocasse fim aos desentendimentos, o que acabou não acontecendo. João, que tinha estado ausente dos debates, foi chamado por Fábio Campana e comunicado do rompimento. Seria impossível começar a luta armada daquele jeito, que o pessoal de Niterói não tinha armas, não tinha dinheiro nem gente para levar a missão adiante. Continuar seria suicídio. O pessoal de Niterói sofria da doença infantil do comunismo, do voluntarismo. João Manoel, não concordou e ficou com a dissidência de Niterói. Sabia que a organização era pequena, que não tinha apoio na cidade, mas sabia também que era preciso começar, dar os primeiros tiros, realizar as primeiras escaramuças.

Enquanto estas discussões se acirravam no interior do MR-8 e das demais organizações armadas, o PCB se mantinha contrário à luta armada mesmo após o Golpe que possibilitou a construção de um aparato repressivo que limitou ainda mais suas possibilidades de organização da classe trabalhadora. Segundo Valdir Alves,

O PCB pregava a formação de uma frente ampla contra a ditadura e resistia firmemente à ideia de luta armada que começava a ser discutida com mais intensidade. Para o Partidão, somente um movimento de massas seria capaz de por fim à ditadura e restabelecer o sistema democrático, condição fundamental para preparar a transição ao socialismo.

²¹ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

Em que contexto teria se dado, deste modo, a articulação das várias organizações armadas que, rompendo com o PCB e demais partidos e movimentos, optariam pela revolução armada em detrimento do caminho pacífico? Responder esta pergunta requer que levemos em consideração que a opção pela luta armada de derrubada da Ditadura ou pelo restabelecimento da democracia significa a existência de “diagnósticos” completamente diferentes das possibilidades de chegar ao socialismo. Um se daria pela manutenção e aprofundamento, durante a década de 1950, de um projeto constituído pelo PCB ainda nos anos 1930, voltado à concepção “etapista” da revolução brasileira, que apregoava a necessidade de uma “revolução nacional-democrática”, enquanto o outro com o rompimento radical deste caminho na defesa de uma revolução abertamente socialista.

Marcelo Ridenti defende que o fracasso da política do PCB em 1964 e, principalmente, a ausência de resistência ao golpe civil-militar abalaram moralmente grande número de seus militantes e simpatizantes, especialmente os mais jovens. Estes postulavam que “a estrutura arcaica e stalinista [do PCB] não era capaz de dar conta da complexidade da sociedade brasileira nem da novidade dos movimentos sociais dos anos 60, tampouco da transformação revolucionária da ordem estabelecida²²”. Tanto Aluizio Palmar quanto João Manoel Fernandes, ambos jovens militantes comunistas no momento do Golpe, fizeram parte destes jovens que já não viam mais expectativas em qualquer movimento pacífico em uma conjuntura marcada pela ascensão de um regime ditatorial. A intuição de João Manoel Fernandes lhe “recomendava o caminho da guerrilha, urbana ou rural, decidiria em breve”, enquanto Palmar afirma que

desde o golpe estávamos envolvidos no debate sobre a linha política a ser seguida. A luta interna [ao PCB] era intensa e os setores universitário e secundarista romperam de cara com a posição nacional desenvolvimentista defendida pela direção. Juntamente com alguns quadros operários navais, começamos a caminhar em direção a opção pela etapa socialista da revolução brasileira e a luta armada²³.

Para que possamos melhor compreender este embate ideológico ocorrido na esquerda comunista brasileira após o Golpe, faz-se necessário compreender tanto a formação da linha política do PCB desde a década de 1950 quanto os vários partidos, movimentos e teorias que motivaram o MR-8 e demais organizações a trilhar o próprio caminho. Neste capítulo,

²² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* (p. 120).

²³ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 267).

analisaremos a trajetória do PCB desde finais da década de 1940 até os rachas após o Golpe de 1964 que deram origem à organização objeto de nosso estudo. Isto significa, antes de tudo, compreender os fatores que levaram o partido à adoção de uma nova “linha política” em 1958, que, partindo de uma perspectiva “etapista” visualizaria na consolidação de uma “revolução nacional-democrática” a construção de condições importantes para o país, a longo prazo, chegar ao socialismo. À formação destes novos paradigmas estão incutidas, necessariamente, problematizações sobre o papel do campesinato na revolução (Questão Agrária) e as possibilidades de aliança com setores da burguesia e nacionalistas (Questão Burguesa e Nacional).

Posteriormente, trataremos dos conflitos existentes durante o governo Jango entre os progressistas e conservadores, juntamente com as relações mantidas entre o governo e o PCB, até o Golpe de 1964 que interrompeu a legalidade democrática instaurada com base na Constituição de 1946. Compreendendo o contexto que acabou por favorecer a direita golpista, bem como a formação desta ditadura que veio a se formar, analisaremos também os rachas ocorridos na esquerda como um todo, bem como as articulações dos vários movimentos sociais e dissidências que deram origem às organizações revolucionárias armadas, dentre elas o MR-8.

Após compreendermos as articulações que favoreceram a ação da direita golpista, será importante analisar toda uma diversidade de posicionamentos contrários aos paradigmas pecebistas, então hegemônicos na esquerda brasileira, que foram se desenvolvendo durante a década de 1960, antes e depois do Golpe, que de certa forma influenciaram diretamente na formação e na trajetória do MR-8. As críticas analisadas serão provenientes tanto de dentro do PCB quanto de fora. Levando em consideração a importância do conflito sino-soviético na formulação do posicionamento crítico dos militantes do MR-8 em relação ao socialismo europeu (embora o movimento não fosse de orientação maoísta)²⁴, será importante compreender um pouco da formação do maoísmo e o impacto do mesmo na esquerda brasileira.

Além do maoísmo, vários movimentos e vertentes teóricas exerceram certa influência nos militantes do MR-8. A obra *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr, que embasaria as críticas de toda uma geração de jovens comunistas aos paradigmas pecebistas, também teve forte incidência sobre a embrionária Dissidência do Rio de Janeiro. Lançado em 1966, “o

²⁴ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

livro era uma crítica decisiva à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional antiimperialista²⁵. De igual forma, será importante uma breve exposição sobre a formação da ORM-Polop, da AP, do MNR e das Ligas Camponesas. Com algumas delas os dissidentes do Rio de Janeiro buscaram contato e articulação antes mesmo da formação do MR-8, na intenção de constituir uma “frente revolucionária”²⁶ ou uma “frente de quadros”²⁷, com outras buscavam desenvolver um trabalho de massas ou sorver de suas experiências.

Todas estas teorias e movimentos, que de alguma forma serviram de influência na formação da organização, serão intercalados com a conjuntura política daquele momento.

Levando em consideração o caráter de denúncia aos crimes promovidos por agentes da Ditadura contido nas obras *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* e *João Rocco: o último guerrilheiro*, bem como o lugar social ocupado por Aluizio Palmar e Valdir Alves atualmente, será problematizada a importância da memória em sua articulação com as lutas políticas do presente. Segundo Yara Khoury,

Na contracorrente de abordagens que consideram “o passado” como dado, como objeto da história, compartilho reflexões do Grupo Memória Popular inglês, sobre a importância política do passado porque tem existência ativa no presente, ou seja, na construção e nas articulações das forças sociais nas lutas sociais diárias²⁸.

Reconhecendo o papel ativo das lutas do presente na construção de uma memória sobre o passado, e tendo o futuro enquanto uma instância onde se depositam as expectativas de progresso social que motivam as lutas, enfocamos que

a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que se pudesse se estabelecer uma certa Memória para cunhar uma História “certa”. E aí está nosso campo

²⁵ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 268).

²⁶ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

²⁷ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 72).

²⁸ KHOURY, Yara Aun. A Problemática da memória como linguagem social e prática política: a experiência de trabalhadores da Thyssenkrupp do Brasil. *História e Perspectivas*. Uberlândia (46): 31-64, janeiro/junho, 2012.

de atuação como historiadores comprometidos com o social, interessados em voltar aos acontecimentos passados não apenas para conhecer sua história, mas para buscar as razões que o engendraram, buscando no presente o que resta desse passado - tendo como horizonte a transformação no presente e a construção de um futuro diferente do que temos hoje²⁹.

Ainda, é importante ressaltar a importância da memória individual e da experiência social para a história. Quando à memória individual, cabe enfatizar que esta

é um produto social, porque todos nós falamos um idioma, que é um produto social; nossa experiência é uma experiência social, mas não pode submeter completamente a memória de nenhum indivíduo sob um marco de memória coletiva. Cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis³⁰.

A despeito da importância social destes relatos desenvolvidos por Aluizio Palmar e Valdir Alves, os conceitos de “memória individual” e “experiência social” também fazem alusão às razões mais particulares que os levaram a narrar suas próprias trajetórias enquanto militantes.

No caso da obra de Aluizio Palmar, que narra a busca pelos desaparecidos da VPR, deve-se levar em consideração que sua experiência enquanto antigo quadro de um grupo armado o instigou a buscar respostas para tais mistérios ainda quando retornou ao Brasil como clandestino, em 1979. Palmar alega que aquele era o “momento dos reencontros e de contabilizar as baixas sofridas em 15 anos de resistência contra a ditadura, nos combates nas ruas e nas sombras, vindo ele fazer este balanço dos mortos e desaparecidos desde então, sendo assim motivado a ir em busca dos companheiros da VPR assassinados na Tríplice Fronteira³¹.

Quanto a João Manoel Fernandes, a escrita de suas memórias não se deu diretamente por ele, mas sim pelo jornalista Valdir Alves. Este, nascido em Capivari/SC, mesma cidade de João Manoel Fernandes, escreveu e publicou a primeira edição desta obra por volta de 1984, quando o antigo militante do MR-8 era então prefeito da cidade de Gravataí/RS. Segundo o autor, já remontava

²⁹ Projeto PROCAD. *Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias*. Capes/2000 (p. 144).

³⁰ Idem, p. 145.

³¹ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 247).

uma década a ideia de colocar em livro a história de João Rocco. O tema sempre sensibilizou jornalistas e escritores. Ainda jovem, aos 44 anos, circulava ao nosso redor uma biografia fascinante, um moço idealista que empunhou armas para defender a liberdade, que sonhou com fraternidade e a dignidade e por elas lutou³².

Além da sensibilização causada pela trajetória de resistência e repressão do militante, ainda Oldemar Olsen Jr., editor da obra, lembra posteriormente a importância do lançamento de obras como estas que tratam de pessoas que lutaram pelo reestabelecimento da democracia no Brasil. Mais à frente, parafraseando Eduardo Galeano, Olsen Jr. afirma que “‘ideias se combatem com ideias’ e se pode mascarar a realidade de outra maneira, citando o Eduardo Galeano ‘muitas vezes onde se lê país em paz deveríamos ler cemitério em ordem’³³”. Com isto, o editor enfoca a importância do passado ser trazido à tona para evitar que a aparente “harmonia” seja uma máscara que oculte os conflitos sociais.

A partir de tais premissas, faz-se importante articular as escritas de Aluizio Palmar e João Manoel Fernandes sobre a formação e atuação do MR-8 ao contexto vivenciado após o Golpe Empresarial-Militar no Brasil, marcado por crises de paradigmas e esperanças em uma nova esquerda, caracterizada pela ação armada e pela recusa aos tradicionais partidos comunistas. Deve-se levar em consideração neste sentido, que ambas as obras dispõem, além de uma série de passagens de memórias dos atores sociais diretamente enfocados (Aluizio Palmar e João Manoel Fernandes), uma variedade de documentos auxiliares. No caso da obra de Valdir Alves, inclusive depoimentos de outras pessoas próximas a João Manoel Fernandes. Também podemos problematizar as motivações que levaram os autores a narrar estes ocorridos, articulando suas motivações particulares (fruto de suas experiências sociais) à relevância social de seus trabalhos. De igual forma, faz-se necessário refletir sobre a importância da socialização de memórias do período referente à Ditadura no Brasil, marcado pela ocultação e silenciamento de crimes e arbitrariedades.

1.1 CRISE DE PARADIGMAS E FORMAÇÃO DA “NOVA LINHA POLÍTICA” DO PCB (1954-1960)

Antes de abordarmos, especificamente, a constituição das esquerdas armadas no Brasil e do primeiro MR-8, cabe a nós contextualizarmos historicamente o processo de formação da

³² ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 17).

³³ OLSEN JR *apud* ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 20).

chamada “Nova Linha Política” do PCB. Esta se deu após um forte processo de autocrítica e crise de paradigmas ocorrida no interior do Partido entre os anos de 1954 e 1960. Faz-se necessário, portanto, compreender as várias determinações, ligadas tanto ao contexto político nacional quanto internacional, que influenciaram diretamente nestas mudanças.

1.1.1 Conjuntura anterior (1948-1953)

O processo de autocrítica e formação de uma “Nova Linha Política” se deu após uma forte turbulência que assolou o PCB entre os anos de 1948 e 1950. Após ter sua legalidade cassada durante o Governo Dutra, o partido inicia uma radical guinada para a esquerda que começa no “Manifesto de Janeiro de 1948” e se consolida no “Manifesto de Agosto de 1950”. Segundo João Quartim de Moraes, os comunistas brasileiros, após serem empurrados para a clandestinidade

responderam, com mais amargura que lucidez, ao golpe que lhes desferira a reação liberal. Tanto o agravamento do confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos quanto o triunfal avanço das forças revolucionárias na imensa China (...) contribuíram decisivamente para reforçar a desafeição dos comunistas brasileiros pelas instituições liberais burguesas³⁴.

Segundo Angelo Priori, Prestes afirma no “Manifesto de Janeiro”, de 1948, que a “falta de ‘resistência eficaz’ contra os ataques desferidos contra o povo era também resultado da incapacidade do partido em entender aquele momento e de exercer um espírito crítico mais agudo”. Ainda, é dito que “essa falta de poder de resistência (...) era decorrente de ‘perigosas tendências oportunistas’, do ‘espontaneísmo’, do ‘reformismo’ e dos ‘desvios de direita’ que levaram o partido a ‘transformar a possibilidade em realidade, a subestimar as lutas das massas e a própria necessidade da atividade do partido’³⁵”.

Compreendendo que não havia possibilidades de encaminhar a revolução pela via institucional e democrática, o partido passa por esta autocrítica e, encorajados pelo processo revolucionário em curso na China, adotam uma posição extremista. Apesar disto, o PCB não

³⁴ MORAES, João Quartim de. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1954). In: *História do marxismo no Brasil vol. 3*/João Quartim de Moraes (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998 (p. 179).

³⁵ PRESTES, Luís Carlos *apud* PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: *Corações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*/ Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (org.). São Paulo: Cortez, 2003 (p. 63)

rompe com a ideia de “revolução por etapas”, nem sequer nega que a primeira seria a etapa “nacional-democrática” da revolução brasileira. Apenas compreende que “cabe à classe operária, em países de capitalismo atrofiado, dirigir a revolução burguesa³⁶”. Esta diretriz, contida no “Manifesto de Janeiro de 1948”, se embasava na realidade brasileira, pois “espremida entre o latifúndio e o imperialismo, a burguesia brasileira era incapaz de promover a democracia e o progresso”, transferindo assim “às classes populares, dirigidas pela classe operária, a responsabilidade histórica de realiza-las³⁷”.

Além destas questões, havia outros acontecimentos, tanto internacionais quanto nacionais que, na leitura da direção do PCB, empurravam o partido para a iminência da revolução armada. No plano internacional, podemos citar a Guerra da Coreia, que gerou um forte clima de tensão entre os dois polos mundiais naquela conjuntura de Guerra Fria. Segundo Quartim de Moraes,

É muito provável que, no espírito dos dirigentes comunistas responsáveis pelo Manifesto de agosto, a perspectiva da luta armada estivesse vinculada ao cenário evocado por Prestes em 1946 a propósito da hipótese do governo brasileiro participar, a reboque do norte-americano, de uma guerra imperialista. O dever dos comunistas, em tal hipótese, seria transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária de libertação nacional. A linha política do Manifesto de agosto consistiu, pois, em preparar esta transformação, ou, mais exatamente, em preparar-se para operá-la quando chegasse a hora³⁸.

No cenário político interno, preocupava-os os nomes indicados para disputar as eleições presidenciais em 1950. Os nomes indicados para sucessão do mandato do Presidente Dutra, que eram o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), Cristiano Machado (PSD) e Getúlio Vargas (PTB), eram vistos com extrema aversão pelos militantes pecebistas. Vargas, principalmente, era concebido pelo Manifesto de agosto de 1950 como “velho tirano”, “latifundiário”, que haveria demonstrado em quinze anos de governo seu “ódio ao povo e vocação para o fascismo³⁹”.

O passar dos anos, contudo, fez com que a direção do PCB passasse a conceber esta necessidade de luta armada como um equívoco de interpretação. No cenário político

³⁶ MORAES, João Quartim de. *op. cit.* (p. 182).

³⁷ *Idem*, 183.

³⁸ *Idem*, p. 186.

³⁹ PRESTES, Luís Carlos *apud* MORAES, João Quartim de. *op. cit.* (p. 184).

internacional, as tensões geradas pela Guerra da Coreia tenderam à estabilização, tendo em vista que

Embora empenhado em sua planetária cruzada anticomunista, exacerbada pela histeria policialesca do macarthismo, o imperialismo norte-americano já não mais dispunha no monopólio das armas nucleares. Bem ou mal, tinha de adaptar-se ao “equilíbrio do terror” com a União Soviética⁴⁰.

Também, a partir de 1952, tendo em vista a crescente mobilização sindical no plano nacional, o partido, em detrimento da postura política sectária que até então vinha tendo, voltou a frequentar os sindicatos e a disputar a organização dos movimentos. Em 1953, as mobilizações desembocaram na conhecida “greve dos trezentos mil”, desencadeada no setor têxtil e posteriormente aderida por outras categorias, principalmente a dos metalúrgicos. O sucesso de tais manifestações influenciará numa nova tomada de posicionamento por parte dos comunistas, bem como no delineamento do jogo de forças políticas no interior do país. Ocorre, progressivamente, a formação de um bloco político constituído por comunistas, trabalhistas e nacionalistas, em contraposição ao outro constituído pela reação liberal, formado pela UDN e, principalmente, pelos latifundiários⁴¹.

A formação deste cenário político veio a consolidar-se com as tensões que se seguiram ao suicídio do então presidente Getúlio Vargas, atitude tomada num momento em que encontrava-se acuado pela direita udenista. Segundo Quartim de Moraes,

A avalanche de indignação popular contra os que o haviam acuado ao gesto extremo (Carlos Lacerda, o udenismo e a direita em bloco) veio precipitar a evolução política delineada em 1953, definindo dois campos contrapostos. Como em 1945, a reação, juntando suas tropas sob a bandeira do antigetulismo, acelerou a aproximação política dos comunistas com a esquerda trabalhista, já esboçada no movimento sindical⁴².

Visualizando novas possibilidades de articulação e luta política, a partir do cenário que vinha a constituir-se, o PCB passou, novamente, por um processo de crítica interna, que teria ocorrido após o IV Congresso do PCB, reunido de 7 a 11 de novembro de 1954. Nesta ocasião, foram aprofundados “os elementos constitutivos do programa nacional-democrático da revolução brasileira, notadamente a ênfase na reforma agrária e na possibilidade de ganhar

⁴⁰ MORAES, João Quartim de. *op. cit.* (p. 186).

⁴¹ Idem, p. 189-190.

⁴² Idem, p. 191.

a burguesia nacional para a causa revolucionária⁴³”. Embora a perspectiva etapista da revolução brasileira, que previa a necessidade estratégica de consolidação da revolução nacional-democrática, já estivesse presente no partido desde a década de 1930, a partir da década de 1950, após a crítica à “guinada para a esquerda”, haverá mudanças significativas na tática para o alcance de tal objetivo.

Para uma melhor compreensão dos problemas atravessados pelo PCB neste momento, bem como para a compreensão do modo como o mesmo se estruturava, se fará necessária uma pequena análise das concepções desenvolvidas por Vladimir Ulianov (“Lenin”) em sua obra *Que fazer?*. Neste escrito, que teve sua primeira publicação no ano de 1902, o revolucionário russo pondera, enquanto militante do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), uma série de questões comuns a estas vividas pelo PCB. Sendo concebido, no decorrer das décadas, enquanto um dos meios mais importantes para a compreensão do leninismo, é neste livro que são lançadas as bases da formação da “organização revolucionária”, respondendo ao problema de como constitui-la, na ilegalidade, em meio a um contexto de autocracia política, como era o da Rússia Czarista⁴⁴.

Concebendo a libertação nacional do jugo do czarismo e o avanço ao socialismo possíveis apenas a partir da formação de uma organização de vanguarda, Lenin desenvolve, no decorrer de toda a obra, severas críticas a tendências de cunho reformista, tais como o “economismo” e o “espontaneísmo”, que se desenvolviam no interior do partido, inspiradas, segundo ele, pelo social-democrata alemão Bernstein. Tal como Luís Carlos Prestes, que no “Manifesto de Janeiro” de 1948 criticara o “espontaneísmo” enquanto um “desvio de direita”, Lenin já no começo do século XX concebia esta tendência enquanto perigosa no seio do POSDR, uma vez que colocava o movimento social-democrata como um todo enquanto apêndice dos partidos liberais⁴⁵. Concebendo a “espontaneidade” das massas enquanto uma “forma embrionária de consciência” Lenin deixa claros os limites da mesma ao afirmar que

[...] os operários perdiam sua crença costumeira na perenidade do regime que os oprimia; começavam [...] a sentir a necessidade de uma resistência coletiva, e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. Era, portanto, mais uma manifestação de desespero e de vingança que de luta. As greves após 1890 mostram-nos melhor os lampejos de consciência: formulam-se reivindicações precisas, procura-se prever o momento favorável, discutem-

⁴³ Idem, p. 191.

⁴⁴ LENIN, Vladimir. *op. cit.* (p. 19).

⁴⁵ Idem, p. 29.

se certos casos e exemplos de outras localidades etc. Se os tumultos constituíam simplesmente a revolta dos oprimidos, as greves sistemáticas já eram o embrião – mas, nada além do embrião – da luta de classe⁴⁶.

Tendo consciência dos limites da espontaneidade das massas, fica claro que a classe trabalhadora, por sua própria força, só poderia chegar, no máximo, ao desenvolvimento de uma “consciência sindical” (que não foge dos marcos da dominação burguesa). Devido a esta razão, o partido ganha importância por arregimentar um conjunto de intelectuais, provenientes das classes proprietárias, que teriam como função a disseminação da teoria revolucionária, desenvolvendo na classe operária uma forma superior de consciência⁴⁷, chamada por Lenin de “consciência social-democrata⁴⁸”. Para atingir este objetivo, o partido traria ao proletariado uma série de “revelações” relacionadas à conjuntura política nacional⁴⁹, buscando a articulação entre as lutas locais e nacionais⁵⁰, dotando de um caráter político as reivindicações outrora puramente voltadas a interesses econômicos e corporativos⁵¹.

Levando em consideração o contexto político no qual esta obra foi escrita, o partido, atuando clandestinamente, deveria possuir em suas fileiras certa quantidade de militantes profissionais, que seriam sustentados pelo partido podendo dedicar-se exclusivamente à causa revolucionária. A estes, e também aos outros militantes, seriam delegadas funções tanto de propaganda quanto de agitação política⁵², dependendo das necessidades de cada momento, o que explica as ações do PCB em 1952, que disputava a direção das lutas dos trabalhadores a partir da entrada em sindicatos e movimentos sociais. Estas ações se faziam necessárias uma vez que, mais do que conceber-se, era necessário criar mecanismos necessários para que o partido, de fato, se constituísse enquanto uma “vanguarda”.

Após expor um pouco da conjuntura anterior ao desenvolvimento do “programa nacional-democrático”, bem como um pouco das concepções de partido presentes em Lenin, nos deteremos a analisar, primeiramente, a questão nacional-democrática de um modo geral e, posteriormente, a questão agrária e burguesa, de modo a compreender o processo de mutação ocorrido no interior do partido entre 1954 e 1960.

⁴⁶ Idem, p. 24.

⁴⁷ Idem, p. 25.

⁴⁸ O modo como o termo “social-democracia” é citado no corpo da obra *Que fazer?* deixa claro que naquele momento a mesma possuía uma conotação revolucionária, e não reformista tal como se mostra atualmente.

⁴⁹ LENIN, Vladimir. *op. cit.* (p. 70).

⁵⁰ Idem, p. 110.

⁵¹ Idem, p. 45.

⁵² Idem, p. 52-54.

1.1.2 Evolução das concepções acerca da Revolução Nacional-Democrática no interior do partido (1954-1960)

Antes de abordar este processo de mudança ocorrido no PCB entre 1954 e 1958, devemos reiterar que a questão nacional-democrática já era abordada desde meados dos anos 1930 no partido, vindo a aprofundar-se qualitativamente e a tomar novos contornos no período aqui abordado. Segundo Angelo Priori, já durante o período de guinada para a esquerda entre 1948 e 1950, inspirados por Stalin, os comunistas do partido discutiam a “necessidade da formação de uma frente popular de libertação nacional que fosse capaz de derrubar a ditadura de Dutra e instaurar um governo democrático e popular no país⁵³”. A grande diferença é que, durante o período abordado, que culminará na formação de uma “Nova Política”, o partido abandonará progressivamente a ideia de revolução armada ao passo que abraçará uma concepção de “revolução por via pacífica”.

Para compreendermos o projeto de “revolução nacional-democrática” aprofundado neste período, o primeiro ponto que se faz necessário frisar é a importância que a defesa das liberdades democráticas tomou para a consolidação dos interesses políticos do PCB. Esta preocupação tornou-se urgente principalmente devido a dois fatores: as recentes alianças com os trabalhistas e nacionalistas, que possibilitavam ao partido uma maior mobilidade, e a iminente ameaça de golpe pela reação liberal, encabeçada principalmente pela UDN. Segundo Raimundo Santos, a luta pela permanência destas liberdades democráticas “abria caminho para que a luta pela democracia política não só adquirisse caráter amplo, mas se convertesse, ela própria, num patamar de participação das massas na política⁵⁴”.

Como já foi visto no tópico anterior, o suicídio de Vargas em 1954 abriu as portas para toda uma redefinição do cenário político brasileiro. Este passou a ser polarizado, principalmente, por uma ala progressista, constituída por nacionalistas de esquerda, trabalhistas e comunistas, e uma ala conservadora, constituída principalmente por liberais udenistas e latifundiários, concebidos, dentro das avaliações do PCB, enquanto aliados ao imperialismo e ao capital internacional. Sendo assim, é importante frisar que a formação de

⁵³ PRIORI, Angelo. *op. cit.* (p. 64).

⁵⁴ SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: *História do marxismo no Brasil volume 1: o impacto das revoluções*/João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (org.). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 (p. 231).

uma “Nova Política” e a redefinição de um projeto de “revolução nacional democrática”, ocorrido neste período de 1954 a 1958 só pode ser compreendido dentro da conjuntura política em que estava inserido. Segundo José Antonio Segatto,

Premido pela realidade dos fatos e pelos acontecimentos, o PCB viu-se obrigado a assumir (mesmo com reservas) a defesa da Constituição, a importância das liberdades democráticas, da unidade ampla das forças democráticas e progressistas, a possibilidade de transformações nos quadros do regime vigente⁵⁵.

Juntamente à redefinição do cenário político nacional, assoma-se o período de relativa estabilidade formado durante o governo JK, que também foi um fator crucial para o fim da “guinada à esquerda” dada pelo PCB após a cassação. Neste momento, foram problematizadas questões tidas como pressupostos para a atuação pecebista, tais como

a compreensão da Constituição de 1946 como ‘código de opressão contra o povo’, das eleições ‘como farsa’ (...) e de que as transformações e as liberdades democráticas só poderiam ser realizadas e vigorar com a implantação de um ‘governo democrático de libertação nacional’⁵⁶.

Além desta questão, faz-se importante compreender o impacto que o XX Congresso do PCUS, em 1956, teve não só no PCB, mas nos partidos comunistas do mundo inteiro. A denúncia dos vários crimes de Stálin durante este congresso, bem como o processo de “desestalinização” iniciado após o mesmo, deu origem a um processo de autocrítica, debates intensos e até mesmo rupturas no interior de diversos partidos. Segundo Santos, para os comunistas brasileiros,

após anos de assimilação acrítica, não era nada simples pôr em dúvida o marxismo-leninismo codificado por Stálin, nem resultava fácil para a mentalidade comunista dos anos 50 acreditar na veracidade dos crimes agora denunciados pelo impetuoso secretário-geral do PCUS, Nikita Kruchov⁵⁷.

Para alguns partidos, como o Partido Comunista Italiano (PCI), o XX Congresso teria sido um “estímulo para sair da passividade, do burocratismo e do formalismo dos muitos anos

⁵⁵ SEGATTO, José Antonio. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003 (p. 125).

⁵⁶ Idem, p. 125.

⁵⁷ SANTOS, Raimundo. *op. cit.* (p. 233).

de stalinismo⁵⁸”. Para o PCB, este processo de “desestalinização” abalou apenas a perspectiva personalista que se tinha quanto à figura de Stalin, não havendo ruptura com os desdobramentos teóricos provenientes da influência do mesmo (como o “etapismo”, por exemplo).

Ainda assim, os debates que ocorreram no ano de 1957 trouxeram diversos resultados no que diz respeito à compreensão da realidade brasileira e, conseqüentemente, às posturas a serem tomadas. Nos documentos oficiais,

o pleno reconhecia abertamente que, no quadro político subsequente ao suicídio de Getúlio, tinha-se criado a possibilidade para uma ampla mobilização capaz de mudar os rumos da política governamental. O governo de Juscelino, visto agora mais claramente como fruto da vitória da coalização antigolpista, expressava as aspirações “à independência, à paz, à democracia e ao bem-estar do povo”, embora tal governo (aqui voltava o programa de 54) continuasse defendendo os interesses dos “latifundiários e grandes capitalistas ligados aos monopólios norte-americanos”. A possibilidade de “mudar a política” passava pela disputa entre o setor patriótico e democrático e o entreguista, até golpista, no interior do governo. Em suma, a conjuntura era considerada favorável “à criação e rápido desenvolvimento de um movimento unitário e de massas em condições de encaminhar a questão nacional e democrática⁵⁹”.

A partir de então, devido a tais mudanças tanto na linha política do PCB quanto na situação conjuntural, irá haver uma tomada de posicionamento dos comunistas no que tange à questão do nacionalismo. Neste momento, o nacionalismo toma uma nova importância, pois é capaz de catalisar, agrupar diferentes segmentos e classes sociais sob uma mesma bandeira anti-imperialista e antigolpista. Devido a isto, o Partido precisou posicionar-se em relação à ideologia nacionalista para norteamento de sua luta. Neste sentido, Calil Chade, dirigente nacional do partido, traçou diferenciações entre

o nacionalismo de “nação oprimida” e o nacionalismo visto do “prisma exclusivo” da contraposição entre o internacionalismo proletário e o nacionalismo burguês; movimento político real policlassista, como corrente de opinião de sentido progressista, diverso do nacionalismo como ideologia e política da burguesia, que deveria ser combatido⁶⁰.

⁵⁸ Idem, p. 233.

⁵⁹ PRESTES, Luís Carlos *apud* SANTOS, *op. cit.* (p. 233).

⁶⁰ CHADE, Calil *apud* SANTOS, Raimundo. *op. cit.* (p. 249).

Dentre outros quadros do PCB que desenvolveram importantes noções de nacionalismo, encontra-se Nelson Werneck Sodré, tendo sido na década de 1950 um dos poucos marxistas membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Segundo Caio Navarro de Toledo, Sodré defendia que, no caso brasileiro

O nacionalismo não era, pois, uma especulação ou criação artificial de ideólogos; ele estava inscrito na própria face da realidade subdesenvolvida. Se em outros lugares (nações desenvolvidas) adquiriu feições opressivas e mistificadoras (nazismo e fascismo), entre nós, no entanto, ‘o nacionalismo apresenta-se como libertação’. (...) A consciência nacionalista não seria, pois, uma consciência falsificada nem serviria como instrumento de dominação de classe; ao contrário, consciência lúcida e clarividente, serviria à libertação nacional⁶¹.

Tendo sido explanados alguns dos fatores conjunturais que levaram à construção do que seria concebido como “revolução nacional-democrática”, agora se faz necessário abordar separadamente as questões “agrária”, “burguesa” e “nacional”, sendo as três desdobramentos daquela. Estes problemas, que passaram a ser maior alvo de preocupações neste momento, faziam com que os militantes ponderassem o papel do campesinato na revolução e sobre as possibilidades de aliança, nesta etapa da revolução, com uma suposta burguesia antiimperialista e com correntes políticas nacionalistas. Começaremos abordando a importância da “questão agrária”.

1.1.2.1 O desenvolvimento da questão agrária no PCB e a crítica à razão dualista

Embora esta questão sempre tenha sido tratada pelo partido, ela veio a tomar maior intensidade a partir de meados dos anos 1940. Segundo Angelo Priori, o pequeno espaço de tempo em que o PCB esteve na legalidade, entre 1945 e 1947, “possibilitou ao partido ampliar o debate acerca dos problemas da sociedade e inserir o tema do campo entre suas preocupações⁶²”. Embora os problemas dos camponeses tivessem considerável relevância, a forte influência da III Internacional Comunista na formação dos mesmos dificultava uma compreensão mais ampla sobre a importância do campesinato na revolução brasileira. Isto se

⁶¹ TOLEDO, Caio Navarro de. Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo. In: *História do marxismo no Brasil vol. 3*/João Quartim de Moraes (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998 (p. 263).

⁶² PRIORI, Angelo. *op. cit.* (p. 61).

devia ao fato das diretrizes da III IC ponderarem que “o camponês, o rural e a exploração agrícola deveriam estar sempre subordinados às questões colocadas pelo operariado, que é quem representa a ‘positividade histórica’⁶³”.

Após ser colocado na ilegalidade durante o governo Dutra, o partido, no “Manifesto de Janeiro de 1948”, dá um forte enfoque à questão dos camponeses e sua importância na revolução. Caracterizando o governo Dutra de “golpista e reacionário”, Luiz Carlos Prestes também critica “a realidade econômica e social do Brasil, caracterizando-o como um país ‘semifeudal e semicolonial, que vivia sob uma ditadura dos ‘senhores de terras, grandes industriais e banqueiros e de agentes do imperialismo estrangeiro, particularmente o norte-americano’”. Assim, o dirigente Luís Carlos Prestes pontua neste manifesto, como única saída, a construção de um “programa positivo visando a solução dos problemas da ‘revolução agrária e antiimperialista’”, para que se conseguisse mobilizar as massas a fim de que resistissem à reação e lutassem pela derrubada do então governo, concebido como de traição nacional⁶⁴.

Neste sentido, o então dirigente do PCB Maurício Grabois concebia que existiam

todas as condições para o desencadeamento de grandes lutas nas grandes concentrações camponesas em virtude da crescente miséria e exploração das massas camponesas, quer sejam assalariados agrícolas agregados, colonos, arrendatários, pequenos e médios sítiantes⁶⁵.

Como estratégia, o PCB passa a considerar necessário levantar algumas reivindicações que fossem relacionadas às necessidades de cada segmento da população camponesa. Dentre estas reivindicações, estariam “melhores condições de trabalho, melhores e maiores prazos nos contratos de arrendamento, abolição dos vales de barracões e armazéns, liberdade para vender os produtos, crédito barato, garantia de preços mínimos, habitação e o pagamento do salário mínimo para os assalariados⁶⁶”.

Apesar destes avanços relacionados à questão agrária, apenas no IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954, que as teses do Manifesto de Janeiro de 1948 serão reforçadas. Neste momento, são reforçadas as necessidades de se ter um programa agrário radical, definidas por Oto Santos (pseudônimo de Calil Chade) como

⁶³ Idem, p. 68.

⁶⁴ PRESTES, Luís Carlos *apud* PRIORI, Angelo. *op. cit.* (p. 64).

⁶⁵ GRABOIS *apud* PRIORI, Angelo. *op. cit.* (p. 64).

⁶⁶ PRIORI, Angelo. *op. cit.* (p. 65).

um programa que levante a luta pela liquidação dos latifúndios, pela extinção dos restos feudais escravistas, pela entrega gratuita e sob forma de propriedade privada das terras dos latifundiários aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nela queiram trabalhar⁶⁷.

Este reforço de preocupações com as questões dos camponeses se dava, especialmente, pelas especificidades da realidade brasileira. Enfatizava-se a concentração de terras nas mãos de uns poucos latifundiários, aliados do imperialismo estadunidense, bem como a predominância de relações de trabalho, mesmo onde a penetração do capitalismo era maior, com traços feudais e semi-escravistas⁶⁸. Pode-se dizer que estas considerações foram o grande foco dos debates do PCB sobre a questão agrária desde meados da década de 1940 até o golpe civil-militar em 1964. Tais debates, bem como as diretrizes que se formaram durante todo este tempo, foram fruto de diversas análises e produções intelectuais de membros do partido e também, em alguns casos, de estudiosos externos ao PCB que, contudo, eram influenciados por sua linha política. Faz-se assim necessário enfocar algumas destas teorias.

Dentre os intelectuais que, influenciados pelo PCB, desenvolveram teorias que sustentavam a existência de um misto de relações feudais e capitalismo no Brasil, destacam-se Nelson Werneck Sodré e Ignácio Rangel. Sodré defendia que

o feudalismo teria penetrado no país desde a fase colonial, ocupando extensas parcelas do território nacional. No decorrer dos tempos, as fazendas escravistas – voltadas para a exportação – foram sendo envolvidas por relações de natureza feudal. Ampliou-se a dominação feudal no campo, fazendo do “vasto mundo de servidão no campo um espetáculo dos nossos dias no Brasil”. Assim a oposição entre senhores e escravos foi progressivamente substituída pela contradição entre senhores e servos⁶⁹.

Ainda, segundo Carlos Alberto Dória, Sodré defende que o feudalismo foi introduzido no Brasil ainda pelos portugueses, que tinham sua estrutura social baseada em senhores feudais, mercadores e plebe. Teria se desenvolvido no Brasil a partir do século XVI, com a separação entre a agricultura escravista e o pastoreio, sendo este apêndice a atividade agrícola, influenciando na formação da sociedade brasileira e nas relações no campo. Em seu livro *História da burguesia brasileira*, Sodré corrobora que:

⁶⁷ SANTOS, Oto *apud* PRIORI, Angelo. *op. cit.* (p. 68-69).

⁶⁸ PRIORI, Angelo. *op. cit.* (p. 69).

⁶⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. *op. cit.* (p. 264).

No sertão surge uma sociedade diferente, com o laço de dependência pessoal nítido entre o servo e o senhor, além do laço econômico da prestação de serviço ou da contribuição em espécie. (...) No sertão, a sociedade apresenta os traços que a assemelham com a sociedade medieval. Nele, ocorrem estratificações éticas, como as que resguardam a família, gerando questões de honra resolvidas pela violência, ou as que distinguem o poder senhorial, como a existência de forças irregulares, ou as que definem o banditismo e mesmo as rebeliões, que aparecem disfarçadas em heresias religiosas. Trata-se de uma sociedade feudal de traços evidentes. Nela, realmente, o trabalhador é livre, no sentido de que não é escravo; não recebe salário, entretanto, antes contribui para o senhor com serviços e bens em espécie⁷⁰.

Tendo sido formada no Brasil enquanto uma atividade econômica secundária, esta se converteria, segundo a análise do autor em questão, ao feudalismo, com a decadência de áreas outrora vinculadas ao polo dinâmico da economia. Devido à existência de uma vasta disponibilidade de terras, formar-se-iam vazios que tenderiam a ser ocupados por uma forma de economia pré-capitalista, ausente do mercado, baseada na ocupação de terras para a subsistência e em relações de trabalho servis. Em outras regiões, poderia ocorrer a combinação de ambas as formas de exploração do trabalho, havendo a extração de uma renda capitalista, pelo trabalho assalariado, e de uma renda pré-capitalista, gerada pelo trabalho servil. Sodré enfoca, neste caso, os problemas que decorreriam destas áreas onde permeariam tais relações feudais, descritas como “atrasadas” em contraposição a uma economia mais moderna, gerando assim intensas disparidades sociais e econômicas no interior do país⁷¹.

Já Ignácio Rangel, também importante teórico marxista a desenvolver teses sobre a economia brasileira e a questão agrária, defendia a ideia que a “dualidade” era a lei fundamental da economia brasileira. Segundo Dória, as relações feudais no Brasil eram explicadas pelo fato de

ao longo do período colonial a estruturação da economia escravista, criando uma lavoura estável, também deu condições de passagem para o regime feudal ‘onde a propriedade da terra é suficiente para conferir ao seu detentor o comando supremo da riqueza móvel e do próprio homem’; ou seja, para uma definição válida do latifúndio se requer simultaneamente ‘o conhecimento das leis que regem uma economia feudal, e das que regem uma economia

⁷⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 (p. 26).

⁷¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964 (p. 248).

capitalista, porque o latifúndio é, essencialmente, um instituto misto: feudal-capitalista⁷².

Este raciocínio que concebia a economia brasileira enquanto “economia mista” se apoiava, por sua vez, no argumento que a história do Brasil tem sua evolução não-dependente apenas de forças internas, mas também externas. Sendo assim, deduz-se que a economia brasileira é “internamente feudal e externamente capitalista⁷³”. Por isso, haveria a necessidade de estudar as relações internas ao latifúndio em função das leis que regem uma economia feudal, contudo sabendo-se que a este latifúndio, no caso específico brasileiro, se aplicariam todas as leis que regem a economia capitalista⁷⁴.

Tratando do dualismo de Ignácio Rangel, faz-se importante abordar uma notável crítica que, décadas mais tarde, em 1972, seria desenvolvida a esta concepção por Francisco de Oliveira, sociólogo e membro da Cebrap. Em seu ensaio intitulado *Crítica à razão dualista*, Chico de Oliveira pretende “contribuir para a revisão do modo de pensar a economia brasileira, na etapa em que a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema, isto é, para efeitos práticos, após a Revolução de 1930⁷⁵”.

Embora alegue que o dualismo fosse inicialmente mais comum entre economistas que entre sociólogos, Oliveira afirma que o “prestígio dos economistas penetrou largamente as outras ciências sociais, que se tornaram quase caudatárias: ‘sociedade moderna’-‘sociedade tradicional’, por exemplo, é um binômio que, deitando raízes no modelo dualista”, fez-se bastante presente na sociologia e na ciência política⁷⁶. Reconciliando um “suposto rigor científico das análises com a consciência moral”, devido às denúncias das condições de extrema pobreza da população latino-americana, este dualismo tendia a desembocar em proposições políticas reformistas⁷⁷.

⁷² DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: *História do marxismo no Brasil vol. 3*/João Quartim de Moraes (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998 (p. 210).

⁷³ RANGEL, Inácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959 (p. 30).

⁷⁴ Idem, p. 33.

⁷⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf> Acesso em 14/07/2014, às 21:28 (p. 5).

⁷⁶ Idem, p. 6-7.

⁷⁷ Idem, p. 6.

Uma das críticas desenvolvidas ao dualismo, que segundo Oliveira tenderia à levar a uma concepção de “subdesenvolvimento”, postula que

No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia⁷⁸.

Outro possível desdobramento desta concepção dualista, bem como da concepção de subdesenvolvimento, é um relativo distanciamento de uma tentativa de compreensão dos “aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil”. Ao invés disto, a questão do desenvolvimento tendeu a ser vista, majoritariamente, “sob o ângulo das relações externas, e o problema assim transformou-se em oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes da oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas⁷⁹”.

Visando transpor os limites da razão dualista, Oliveira, analisando as relações entre a agricultura e a indústria sob uma ótica dialética, postula que

não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, neste modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos [...] ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. Longe de um crescente e cumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil⁸⁰.

⁷⁸ Idem, p. 7-8.

⁷⁹ Idem, p. 8.

⁸⁰ Idem, p. 20-21.

Apesar da inovação com que trata a formação econômica brasileira e as importantes críticas que faz ao dualismo, nas décadas de 50 e 60, e mesmo durante a Ditadura, a direção e o projeto político do PCB estariam longe de ser permeáveis a tais críticas. Nem mesmo o pensamento de Caio Prado Jr, a ser analisado ainda neste capítulo, que propunha a superação dos paradigmas do “dual” e do “feudal”, teria sido visto com bons olhos pelos dirigentes, mantendo-se em divergência.

Como pudemos perceber, as análises de Nelson Werneck Sodré e Ignácio Rangel refletiam, em diversos aspectos, a forma como o PCB compreendia a questão agrária no Brasil, bem como em suas políticas de aproximação dos camponeses e inserção dos mesmos em uma “frente nacional”. A concepção dos mesmos, calcada na ideia da existência de um misto de relações feudais e capitalistas no país, gerando contrastes entre regiões “atrasadas” e “desenvolvidas”, incidiu no partido de modo a considerar os camponeses uma classe importante para a revolução. Contudo, vale ressaltar que tal concepção reforçava a ideia de “etapa”, tendo em vista que a formação de condições propícias para o avanço ao socialismo perpassava a necessidade de eliminação dos resquícios feudais. Deste modo, os camponeses continuariam a ter sua atuação subordinada a dos operários, considerados a classe a encabeçar a revolução juntamente com o “partido de vanguarda”, pensando a evolução da história enquanto “positiva”.

No sentido de aproximar-se dos camponeses, os militantes receberam diversas orientações, que deram suporte para o início de um trabalho de forte impacto para o desenvolvimento do sindicalismo no campo. Dentre as questões estipuladas, estão:

1) atuar no campo de maneira concreta e de acordo com a situação local; 2) concentrar o trabalho entre os assalariados agrícolas, os camponeses pobres e os camponeses sem terra; 3) organizar as grandes massas camponesas de acordo com cada situação, levando em conta o desejo, a experiência e o nível de compreensão dos camponeses. As últimas experiências mostravam que as massas camponesas queriam se organizar legalmente em sindicatos e associações; 4) utilizar as mais variadas formas de lutas. Mas devem ser sempre lutas das massas e para as massas. Nesta condição, são justas as lutas que vão desde os abaixo-assinados, os pequenos protestos, as greves parciais e totais até a luta armada; 5) construir o partido no campo, recrutando milhares de assalariados agrícolas e camponeses nos mais diversos povoados, vilas bairros rurais, águas e fazendas⁸¹.

⁸¹ PRIORI, Angelo. *op. cit.* (p. 78).

A partir destes postulados teóricos desenvolvidos por Sodré e Rangel, sob a influência do PCB, podemos perceber que neste momento ocorrem diversos avanços quanto à preocupação do partido com relação à importância dos camponeses na revolução brasileira. Ainda que subordinados aos interesses do operariado, a atuação camponesa junto ao partido seria de grande importância, devido à concepção então vigente de que o Brasil ainda abrigaria resquícios feudais no campo, e também por considerarem que os camponeses eram os que mais sofriam com a permanência deste passado. Após analisar as concepções do PCB sobre o papel do campesinato na luta contra o imperialismo, faz-se agora necessário discutir a importância da burguesia e dos nacionalistas na articulação desta etapa nacional-democrática da revolução.

1.1.2.2 Questões burguesa e nacional

Antes de tudo, é importante frisarmos que estas preocupações com as possibilidades de aliança com uma suposta “burguesia nacional” e com segmentos políticos nacionalistas se fazem presentes no PCB desde meados da década de 1930, principalmente no curto período entre 1945 e 1947 em que o partido gozou de legalidade. As questões burguesa e nacional, abordadas aqui em um mesmo tópico, são difíceis de ser pensadas separadamente devido à forma como o processo político foi encaminhado no Brasil, principalmente dentro da leitura de Lúcio Flávio de Almeida. Segundo este autor, nestes dois anos os comunistas buscaram a aliança com a “burguesia nacional”, não conseguindo, contudo, a adesão esperada por parte desta classe. Isto ocorria, principalmente, devido à relação da mesma de subordinação ao imperialismo norte-americano e à propaganda anticomunista proveniente da “Doutrina Truman⁸²”.

Após ter tido sua legalidade cassada em 1947, o PCB, passando por um processo de “guinada à esquerda”, adotará uma postura considerada fortemente sectária pela maioria dos estudiosos do partido, isolando-se da dinâmica social. Os manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950 materializarão este processo, colocando inclusive, segundo Lúcio Flávio de

⁸² ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003 (p. 89-90).

Almeida, “setores potencialmente progressistas” das classes dominantes enquanto traidores⁸³. Especialmente o “Manifesto de Agosto”, denunciando as ações repressivas do governo Dutra,

conclamava à formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional a ser constituída pelos “democratas e patriotas”, sem distinção de credo religioso, filosófico ou mesmo de posição política, “homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas”. Ficavam de fora os círculos politicamente mais reacionários das classes dominantes, ou seja “os grandes comerciantes e industriais, os banqueiros e latifundiários”. Tratava-se de “classes caducas e impotentes, incapazes de resolver qualquer problema nacional, de tirar o país do atraso crônico”; traíam abertamente e se lançavam “com fúria e desespero contra os patriotas” que se engajavam na luta “pelo progresso e pela independência do Brasil⁸⁴”.

Com o suicídio de Vargas em 1954, juntamente com a redefinição do cenário político brasileiro entre golpistas e antigolpistas, a perspectiva do PCB sofreria fortes mudanças. Juntamente com a aliança com os trabalhistas, o PCB também buscava aproximação com algumas correntes militares nacionalistas tendo em vista que estas “apresentaram grande capacidade de resistência e, inclusive, de articulação com políticos profissionais, membros de associações científicas, segmentos da burguesia industrial e movimentos nacionalistas que surgiam entre as classes populares⁸⁵”.

Posteriormente, as mudanças ocorridas durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foram de vital importância na formação da percepção que o PCB teria sobre a burguesia brasileira e uma possível aliança com a mesma. Segundo Octávio Ianni, dentre os fatores que incidiram nas análises e formulações do partido, possui destaque o grande desenvolvimento capitalista do Brasil neste período, que, com a implementação do “Plano de Metas”,

sofreu uma importante e fundamental reorientação, entrando numa nova etapa, o que implicou não só uma mais “ampla e profunda transformação do sistema econômico do País”, mas também a “reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial⁸⁶”.

⁸³ Idem, p. 92.

⁸⁴ Idem, p. 93.

⁸⁵ Idem, p. 97.

⁸⁶ IANNI, Octávio. *O Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

A respeito deste contexto histórico, José Antonio Segatto segue afirmando que

nesse contexto, as teses da “colonização crescente do país” para “conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravistas” e manter o Brasil como “produtor e exportador de matérias-primas baratas”, além de a economia brasileira estar “sendo transformada em simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos”, ou, ainda, a proposição da impossibilidade do desenvolvimento capitalista sem uma “revolução democrática de libertação nacional” foram, no mínimo abaladas⁸⁷.

Tendo consciência do desenvolvimento capitalista que ocorria neste momento, bem como da relativa estabilidade democrática do período, o partido apoiou com ressalvas o governo JK. Segundo Almeida, embora houvesse discordâncias entre os comunistas e a política implementada pelo presidente, um dos fatores que tornava importante o apoio ao governo era o fato de ter sido eleito por uma “ampla coalizão antigolpista⁸⁸”. Ainda, é importante destacar que “o governo JK realizou a imensa proeza de eliminar o monopólio udenista da confiabilidade frente aos atentos sensores dos EUA, ao mesmo tempo em que manteve, redefinida e reluzente, a aura do nacionalismo⁸⁹”. Sendo assim, fazia-se necessário apoiar aquele mandato para manter a estabilidade política interna.

Contudo, é necessário ressaltar que o apoio do PCB ao governo JK se deveu a várias outras questões. Durante este mandato, foi imprescindível a inserção dos nacionalistas na estrutura institucional para a mudança de perspectiva do partido em relação a alguns setores da burguesia. Estes nacionalistas, tanto militares quanto civis, possuíam um discurso fortemente voltado à soberania nacional e à utilização adequada dos recursos naturais do país, atuando assim em prol do desenvolvimento do capitalismo industrial e dependente no Brasil. Tendo, em meados dos anos 1950, afinidade com a democracia e com a defesa da mesma contra os golpistas, estes possuíam uma forte capacidade de expansão de suas atividades e articulações. Estas incluíam “mobilizações de massa, estreitos contatos com frações burguesas desenvolvimentistas, crescentes círculos intelectuais e jogo parlamentar⁹⁰”.

Tudo isto provocava nos militantes pecebistas um relativo otimismo. Estes acreditavam que

⁸⁷ SEGATTO, José Antonio. *op. cit.* (p. 125).

⁸⁸ ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *op. cit.* (p. 106).

⁸⁹ *Idem*, p. 103.

⁹⁰ *Idem*, p. 101.

a própria gravidade da conjuntura tendia a aumentar o descontentamento popular e provocar um maior interesse das massas pela participação política e impelir as lutas dos trabalhadores em defesa de seus interesses. Também era inevitável o acirramento de contradições no interior das classes dominantes, com reflexos nos partidos, no Judiciário, nas Forças Armadas, nos parlamentos e governos federais, estaduais e municipais. A tendência apontava “para o desenvolvimento das correntes patrióticas e democráticas dispostas a oferecer resistência aos entreguistas e partidários de guerra⁹¹”.

Apesar de não ter qualquer viés antiimperialista, também o projeto desenvolvimentista cultivado pelo próprio presidente, contido no Plano de Metas, ia ao encontro de várias posições defendidas pelo PCB. Kubitschek, neste documento, critica o lugar ocupado pelo Brasil no sistema internacional, considerando-o um país semicolonial que estaria passando por uma fase de transição. Caso o mesmo não ocorresse, haveria forte risco do processo de desenvolvimento brasileiro entrar em colapso e fossilizar-se. Dentro desta perspectiva, o combate ao neocolonialismo estaria fortemente imbricado em uma luta pela industrialização, que seria então necessária para a superação total do semicolonialismo⁹². Contudo, é necessário ressaltar que ainda que seu discurso possuísse matizes nacionalistas, JK não era avesso à entrada de capital estrangeiro. Segundo o presidente, a necessidade de superar a situação de “exportador de matéria-prima” e “importador de produtos industriais” levava à necessidade de estar aberto ao capital estrangeiro para apressar o desenvolvimento econômico. Neste sentido, Kubitschek demonstrava que “não era um liberista, mas um adepto convicto de políticas marcadas pela forte e direta intervenção estatal⁹³”.

Esta modalidade de nacionalismo que se desenvolveu durante o governo JK, chamada por Lúcio Flávio de Almeida de “nacional-populismo” e “nacional-desenvolvimentismo”, buscou “uma redefinição de dependência, não a eliminação desta”. Mesmo acarretando em atritos eventuais com os Estados Unidos, estes conflitos deveriam ser “administrados” de modo a não ultrapassarem os limites necessários à convivência entre ambos os países⁹⁴. Deste modo, tal ideologia percorreria “o fio da navalha entre o antiimperialismo e a política de submissão incondicional propugnada pela Cruzada Democrática⁹⁵”.

⁹¹ Idem, p. 107.

⁹² KUBITSCHKEK, Juscelino *apud* ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *op. cit.* (p. 108).

⁹³ ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *op. cit.* (p. 109-111).

⁹⁴ Idem, p. 102.

⁹⁵ Idem, p. 103.

Se por um lado JK fazia o possível para manter-se afastado dos comunistas em seus discursos, por outro lado também se mantinha afastado dos liberais. O discurso nacionalista, com fortes matizes otimistas, propagado pelo então presidente era acompanhado de diversas ironias aos setores liberais, caracterizando-os como “pessimistas” e “inimigos do desenvolvimento”. Tendo amplo respaldo dos setores nacionalistas, tanto civis quanto militares, presentes na esfera institucional, seu discurso angariava o apoio tanto da burguesia quanto dos sindicatos, sem, contudo, afastar-se do imperialismo norte-americano, adequando-se aos “ventos que sopravam no cenário nacional e internacional⁹⁶”.

Apesar de todas as divergências, o PCB apoiava a política de desenvolvimento capitalista, acreditando que não estando na etapa socialista, mas sim antiimperialista e antifeudal, o apoio a esta política era condizente aos interesses do proletariado e do povo. Ainda, ressaltava-se que nesta conjuntura, fazia-se necessário manter uma frente ampla que, unida com os setores considerados progressistas da burguesia brasileira com e nacionalistas, fizesse oposição ao imperialismo e seus aliados. Esta necessidade tática fazia com que o partido concebesse que as contradições entre a burguesia e o proletariado não eram significativas naquele momento⁹⁷, dando enfoque à contradição entre progressistas e conservadores.

Todas estas questões foram fundamentais para a consolidação da “Declaração de março de 1958”, em que estariam calcadas as diretrizes da nova “linha política” que viria a consolidar-se no V Congresso do PCB, em 1960. Faz-se necessário agora esboçar uma síntese deste processo de mudança e das implicações destas nas ações a serem tomadas pelo partido.

1.1.3 Breve síntese da nova “linha política” do PCB

Como já vimos, todas as mudanças de perspectiva relacionadas tanto à questão agrária quanto à questão nacional e burguesa foram de suma importância para a formação da nova linha política do PCB. Esta, tendo sido inicialmente na “Declaração de março de 1958” e posteriormente consolidada no V Congresso do PCB, em 1960, solidificou as mudanças que vinham ocorrendo em função das mudanças do jogo político a nível interno e externo, bem como do resultado das análises da realidade brasileira.

⁹⁶ Idem, p. 112-114.

⁹⁷ Idem, p. 116.

Segundo José Antonio Segatto,

O projeto político definido na “nova política” (1958-1960) do PCB estava todo ele montado em função do desencadeamento da “revolução brasileira”. De extração terceiro-internacionalista, informada pelo “marxismo-leninismo” e calcada na concepção de etapas e da hierarquia das contradições (principal, fundamental, secundária), a teoria da revolução pecebista continha também as noções (militares) de tática e estratégia. Definida a estratégia (equivalente de etapa) como antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, à tática cabia a definição da organização das lutas e da intervenção política momentânea (“soluções positivas”) – a tática incluía também a luta pela instauração de um governo nacionalista e democrático, passível de ser conquistado nos “marcos do regime vigente”. Paralelamente, a superação da contradição principal (entre a nação e o imperialismo e seus aliados internos) e fundamental (entre o monopólio da terra e o desenvolvimento das forças produtivas) permitiria a realização de uma revolução “democrática burguesa de novo tipo”. Esta por sua vez, seria um empreendimento a ser executado por uma frente única nacionalista e democrática (composta pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena-burguesia, burguesia nacional), na qual a classe operária, organizada e dirigida pela sua vanguarda (o partido), deveria deter a hegemonia. Efetuada esta etapa possível pela “via pacífica” – de “aproximação às metas revolucionárias” – o caminho do socialismo estaria aberto; impunha-se a avaliar se era conveniente ou não ativar ou moderar o processo em direção à ruptura final, à tomada do poder estatal, por meio de uma intervenção súbita⁹⁸.

Levando em consideração todas estas diretrizes táticas geradas pelo “diagnóstico” feito pelos membros do PCB sobre a etapa nacional-democrática da revolução, cabem algumas ponderações. É necessário considerarmos que esta nova política comporta diversos aspectos inovadores, tais como a consciência da existência de um capitalismo em desenvolvimento no país, ainda que subordinado aos interesses estadunidenses. De igual forma, foi de suma importância o reconhecimento da heterogeneidade presente no Estado brasileiro, compreendendo as várias classes e frações de classes que o mesmo comportava em sua estrutura. Como desdobramento desta compreensão, reconhecia-se também a luta de classes que atravessava o Estado, bem como a possibilidade das classes subalternas tomarem posições e defenderem seus interesses no interior do mesmo⁹⁹. Tudo isto, somado às possibilidades conjunturais de atuação dos comunistas pelas alianças com os trabalhistas e nacionalistas, levava à valorização das liberdades democráticas e à crença, cada vez maior, na

⁹⁸ SEGATTO, José Antonio. *op. cit.* (p. 127).

⁹⁹ *Idem*, p. 127.

“revolução por via pacífica” e na necessidade de defender a democracia contra as ações dos golpistas.

Ainda, se faz necessário enfatizar que, se por um lado esta nova política abria possibilidades de maior atuação do PCB no jogo político, ao lado de nacionalistas e trabalhistas, por outro o partido se veria por vezes em situações desfavoráveis. Estando o Brasil vivenciando, segundo o partido, a etapa nacional-democrática da revolução, acarretava-se na necessidade de abrir mão ao menos em curto prazo, da hegemonia no interior da frente ampla¹⁰⁰. Segundo Almeida, possivelmente a não-priorização da contradição burguesia x proletariado pela direção pecebista foi longe demais. Para vários setores da burguesia brasileira, “a mesma realidade era vista com sinais trocados”, não sendo considerado o grande problema o imperialismo, mas sim as classes populares¹⁰¹.

Quanto à questão agrária, os pressupostos teóricos desenvolvidos por Ignácio Rangel, sobre a dualidade da economia brasileira, e Nelson Werneck Sodré, sobre a feudalidade na formação social brasileira, influenciaram diretamente no modo como o PCB olhou para o campo e os camponeses neste período. Considerava-se o campesinato enquanto uma classe com potencial revolucionário e importante nesta etapa, dado ao seu trabalho duramente explorado no latifúndio, bem como as más condições de vida derivadas do atraso no campo. Contudo, ao mesmo tempo, a ideia da existência de um desenvolvimento capitalista e da priorização da burguesia enquanto a classe que deteria a hegemonia deste processo colocava o campesinato em subordinação aos interesses de outras classes, como o proletariado e a burguesia¹⁰². Ainda segundo Almeida,

a forte presença das classes populares, inclusive do campo, era portadora de um potencial antiimperialista incompatível mesmo com amplos contingentes da “parte boa” do governo JK, aquela que o PCB pretendia reforçar. O nacionalismo que adotava não era antiimperialista, e sua democracia (burguesa) era de baixíssima intensidade¹⁰³.

A partir do que foi analisado sobre a possibilidade de alianças com setores políticos burgueses e nacionalistas, podemos constatar que embora parecesse haver diversas possibilidades de atuação do PCB durante o governo JK, havia também vários limites. A

¹⁰⁰ ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *op. cit.* (p. 116-117).

¹⁰¹ Idem, p. 119.

¹⁰² Idem, p. 106.

¹⁰³ Idem, p. 121.

concepção de “revolução por etapas”, aliada ao desenvolvimento capitalista brasileiro naquele momento, contribuíam para a aproximação dos dirigentes pecebistas a setores sociais que, por vezes, não se mostravam tão progressistas quanto era idealizado. A necessidade, contudo, de compor uma frente que pudesse consolidar a etapa nacional-democrática da revolução e impedir o avanço de grupos golpistas e pró-imperialistas fazia com que o partido abrisse mão, temporariamente, de algumas reivindicações importantes para o operariado e o campesinato. Afinal, se havia a necessidade de uma etapa nacional-democrática, os interesses da “burguesia nacional” tendiam a ser encarados por hora como interesses também das classes subalternas.

Após conhecer um pouco da formação da “nova linha política” do PCB em suas inovações no que tange à “revolução brasileira”, cabe agora abordar um pouco do contexto político brasileiro anterior e posterior ao Golpe Empresarial-Militar, bem como o modo como os diversos partidos e movimentos sociais lidaram com todo este processo.

1.2 GOVERNO JANGO, GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR E FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS ARMADAS

Neste tópico, trataremos do acirramento político e social ocorrido no Brasil durante o Governo Jango, principalmente no que tange às pautas progressistas que eram defendidas pelo mesmo, que viabilizaram inclusive o apoio dos comunistas do PCB e dos trabalhistas do PTB. Em contrapartida, abordaremos também a articulação de setores da do empresariado brasileiro, ligados ao capital multinacional, que, unidos a militares principalmente da Escola Superior de Guerra (ESG), desenvolveram um movimento que visava, a partir do desgaste do governo de João Goulart, sua queda do cargo de Presidente da República.

Após o Golpe ocorrido em 31 de junho de 1964, encabeçado pelo General Olympio Mourão Filho, seria constituída no Brasil uma “Ditadura de Segurança Nacional”. A partir disto foi sendo criado, progressivamente, um aparato repressivo centralizado de modo a deixar os movimentos populares e partidos que defendiam causas progressistas (fossem revolucionárias ou não) com cada vez menores possibilidades de ação e resistência. Deste modo, se fará importante abordarmos a formação das diversas organizações armadas que foram constituídas visando o enfrentamento violento à Ditadura, algumas visando o retorno à institucionalidade de 1946, e outras, negando qualquer possibilidade de progresso da

revolução dentro da legalidade burguesa, a revolução que encaminhasse a transição ao socialismo.

1.2.1 Governo Jango e articulação da direita golpista

Antes de tudo, cabe dizer aqui que, apesar de todas estas críticas internas e externas e cisões ocorridas, o PCB manteve-se hegemônico entre a esquerda brasileira (principalmente comunista) até pelo menos o Golpe de 1964. Dentre os vários fatores que favoreceram o partido, cabe destacar principalmente a política visada pelo governo Jango e a intensa luta que se instaurou durante este período, polarizada ainda por golpistas (setores da direita liberal e conservadora, encabeçados pela UDN) e antigolpistas (comunistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda).

De acordo com Caio Navarro de Toledo, a década de 1960 foi marcada, em especial durante o governo João Goulart, por uma intensa e prolongada crise econômico-financeira, constantes crises político-institucionais e pelo fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores no campo, gerando o acirramento da luta de classes. Além destes fatores, a própria ascensão de Jango ao cargo da presidência também era um indicativo de conflito. Segundo Reginaldo Benedito Dias, desde o “último governo Vargas, Goulart tornara-se figura incômoda ao conservadorismo”, sendo visto como o “ministro dos trabalhadores”, com pretensões de “insuflar a luta de classes” e formar uma “república sindicalista” no Brasil¹⁰⁴. Deste modo, seu governo teria começado já sob a ameaça constante do golpismo, encabeçada pelos setores conservadores da política brasileira.

Aluízio Palmar narra em seu livro, a partir de suas experiências e sua ótica, o que foi este momento turbulento na primeira metade dos anos 1960. No capítulo intitulado “Como eu entrei nessa”, Palmar reconstitui desde sua infância em São Fidelis, onde ocorreu seu primeiro contato com o marxismo, sua mudança para a cidade de São Gonçalo na adolescência e seus estudos em Niterói. Justamente nesta cidade ocorreria, em meio ao fervilhar de movimentos sociais da década de 1960, sua inserção na militância estudantil e política. Em 1959, quando cursava o científico no colégio Plínio Leite, em Niterói, rapidamente começou a fazer parte do movimento estudantil juntamente com um grupo de colegas.

¹⁰⁴ DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003 (p. 18).

Posteriormente, Aluízio Palmar passa a narrar as turbulências ocorridas na década de 1960 com a explosão de diversos movimentos sociais e com a articulação da direita golpista. Palmar expõe um pouco deste episódio ao retratar a renúncia de Jânio, em 1961, e as manifestações que ocorreram visando a posse de seu vice João Goulart, mantendo assim a legalidade da constituição de 1946.

Depois de muitas manifestações públicas e greve geral, os militares golpistas recuaram e João Goulart tomou posse. Foi uma meia vitória, pois os poderes do presidente foram limitados pelo sistema parlamentarista. Veio o plebiscito e mais uma vez a mobilização nacional venceu a direita golpista e o Brasil voltou ao presidencialismo¹⁰⁵.

Segundo Reginaldo Dias, já na renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, ocorreu o ensaio de um Golpe, havendo contra este, contudo, resistência armada.

Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, teve a iniciativa de lançar a campanha popular pela legalidade, ou seja, pela posse de Goulart. Mas seu amplo alcance, verificado em diversas regiões do país, deve ser creditado às organizações da sociedade civil. Diferentemente da apatia popular diante da renúncia de Quadros, houve mobilização estudantil, liderada pela UNE, e mobilizações de trabalhadores que culminaram na constituição de uma greve geral em defesa da posse de Goulart¹⁰⁶.

Tendo a campanha pela legalidade gerado a permanência de Jango, os conservadores utilizaram-se ainda do parlamentarismo como artifício, visando limitar os poderes do presidente, bem como a possibilidade da execução de mudanças que fossem de encontro com os seus interesses. Apesar disto, este regime não teve vida longa, sendo derrubado em 1963 possibilitando o retorno do presidencialismo, a partir de um plebiscito¹⁰⁷.

Juntamente com este clima de tensão, Niterói fervilhava com manifestações, onde diversas frações de esquerda debatiam e disputavam posições no interior de movimentos sociais e sindicatos.

Niterói era um grande laboratório, onde idéias e práticas sociais das mais variadas vertentes fluíam intensamente. Trabalhistas, nacionalistas, comunistas e trotskistas conviviam e disputavam espaços nos colégios, na

¹⁰⁵ PALMAR, Aluízio. *op. cit.* (p. 256).

¹⁰⁶ DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 18-19).

¹⁰⁷ *Idem*, p. 19.

universidade, nos estaleiros, nas metalúrgicas, no comércio, repartições públicas, bancos e sindicatos, Tudo que Lacerda proibia e perseguia do outro lado da Baía da Guanabara era permitido em Niterói¹⁰⁸.

Neste contexto político, o autor narra sua tentativa de “encontrar-se” em meio a um turbilhão de alternativas e vozes. Neste processo, conheceu diversas pessoas, militantes de diferentes partidos e movimentos, com diferentes concepções no que tange aos caminhos para a revolução e o socialismo.

Naquele início de década de 60 eu circulava entre várias facções de esquerda que existiam em Niterói, procurando respostas às minhas inquietações. Tateava em busca de um caminho para chegar-se ao socialismo. De um lado estava o Partidão [PCB] e o ISEB com sua teoria nacional desenvolvimentista e a frente única contra o imperialismo; de outro a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), as Ligas Camponesas, o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Após as aulas e até mesmo durante elas eu conversava intensamente com os comunistas do PC do B - esse partido estava sendo formado pelos stalinistas expulsos do Comitê Central do PCB - e com os trotskistas do PORT¹⁰⁹.

Mesmo dialogando com diversas tendências contrapostas ao projeto político do PCB (naquele momento hegemônico entre as forças políticas de esquerda), Aluizio Palmar resolveu ingressar no Partido, alegando que naquele momento “estava convencido de que o caminho para o socialismo seria pacífico e as reformas de base de Jango iriam libertar as forças sociais que transformariam o país¹¹⁰”.

Visando amenizar as tensões sociais, foi proposto durante o Governo Jango um plano de “Reformas de Base”, que visava uma série de reformas necessárias para a transposição de antigos problemas sociais que emperravam o desenvolvimento econômico e social do país. Dentre estas Reformas, podemos destacar a Agrária, Bancária, Fiscal e Eleitoral¹¹¹. Mesmo sendo tomadas por alguns conservadores como uma ameaça advinda do comunismo, tais reformas “não se contrapunham ao capitalismo, mas preconizavam, em linhas gerais, um

¹⁰⁸ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 260-261).

¹⁰⁹ Idem, p. 257-258.

¹¹⁰ Idem, p. 259.

¹¹¹ TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*/Caio Navarro de Toledo (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 (p. 35).

desenvolvimento econômico baseado em distribuição de renda, na afirmação do mercado interno e em políticas de perfil nacionalista¹¹²”.

Mesmo em meio a toda essa crise econômico-financeira, bem como o clima de tensão instaurado, o PCB teria vivido seu apogeu durante a presidência de João Goulart, pois sua ideologia

parecia encontrar uma base real de sustentação política. Os comunistas viam em seu governo um passo importante para a efetiva libertação nacional. O chamado populismo de esquerda e o PCB tinham muitos pontos de contato, ambos reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal remanescente no campo¹¹³.

Da mesma forma que o PCB, apoiado por forças políticas nacionalistas de esquerda e populistas, fortalecia seu projeto de representação da classe trabalhadora, as elites vinculadas ao grande capital organizavam-se com vistas a deter o avanço destas forças progressistas. Em contraposição aos comunistas, trabalhistas e nacionalistas, este bloco, composto por conservadores e golpistas, apresentava outro caminho oposto para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, baseado na “internacionalização da economia e na associação com o capital multinacional¹¹⁴”. De certa forma, tal mobilização da parte dos conservadores era influenciada pela agitação que o programa de reformas de base causava. Mesmo não sendo contrárias ao capitalismo estas geravam forte atração e mobilização de diversos movimentos sociais e setores populares naquele momento. Além disto,

desenvolviam-se perspectivas socialistas cujo horizonte, ultrapassando os limites do populismo, era a revolução brasileira, dimensão explicitada pela crescente influência das perspectivas de esquerda nos debates e disputas políticas nacionais e pela ascensão dos movimentos sociais e do nível de organização popular. Articulado com a mediação do programa das reformas de base ou como projeto imediato, o tema da revolução brasileira marcou a conjuntura¹¹⁵.

Tal como Caio Navarro de Toledo, Dreifuss também corrobora a ocorrência de uma “crise orgânica” na conjuntura do governo Jango. Tal crise se deveria à “aceleração do processo de industrialização” ocorrido na década de 1950, “baseado da implantação do setor

¹¹² DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 19).

¹¹³ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* (p. 26).

¹¹⁴ DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 20).

¹¹⁵ Idem, p. 20.

de produção de bens duráveis, monopolizados e ligados ao capital estrangeiro, capitalistas nacionais e estrangeiros”. Tais frações da classe burguesa “formaram associações, ao mesmo tempo em que o Estado serviu-se do endividamento externo para desenvolver a infra-estrutura necessária para a implantação desse capital”. Em finais dos anos 1950 “começam a aparecer sinais de uma crise mais profunda, com o descontrole da espiral inflacionária¹¹⁶”.

Iniciou-se assim um longo plano conspiratório que visava desgastar o governo de João Goulart e destituí-lo da Presidência, tal como René Dreifuss aborda detalhadamente. Segundo o autor, “a queda do governo ocorreu como a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart¹¹⁷”. Esta articulação deu-se principalmente através do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), apoiados pelo governo estadunidense e por oficiais da ESG (Escola Superior de Guerra).

Esta articulação, no desenvolvimento do plano que visava depor o presidente então eleito, utilizou-se de diversas estratégias, objetivando angariar apoio das diferentes classes e setores da sociedade por meio de propaganda, manifestações, num extenso trabalho de “preparação psicológica das massas”. Foram utilizadas com esta finalidade organizações como Lojas Maçônicas, Igrejas, Clubes, Associações de Bairro, Lion’s Club, Rotary Club, Clubes de Futebol e outros espaços, principalmente vinculados à burguesia e à classe média. Eram feitos, neste processo, constantes apelos à religiosidade cristã, à moral, à família e ao direito de propriedade, colocando o governo vigente em contraposição a tais valores.

Mesmo enfocando a importância deste movimento da burguesia ligada ao capital estrangeiro, Dreifuss não credita apenas a estas frações de classes o “mérito” pela queda de Jango, tendo em vista que o desgaste de seu governo se deu por vários outros fatores. Também é importante salientar que havia diversos movimentos da classe trabalhadora que destoavam da política de Goulart, e o acirramento das lutas políticas e sociais que ocorreram neste momento acabaram por desgastar seu governo. Deste modo, é possível caracterizar este processo, nas palavras de Demian Melo, como um “ataque bifrontal”, tendo em vista que

¹¹⁶ DREIFUSS, René *apud* MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013 (p. 123).

¹¹⁷ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado/Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987 (p. 361).

Tal crise se tornou orgânica quando os efeitos de mudanças econômico-produtoras que ocorriam com intensidade crescente a partir de meados da década de cinquenta foram trazidos para a política por duas forças sócio-econômicas fundamentais, os interesses multinacional-associados e as classes trabalhadoras que passavam por um processo de intensa politização. Essas mudanças levaram a uma confrontação ideológica e política das classes, tornando-se a crise da forma populista de domínio em princípios da década de sessenta¹¹⁸.

Já Jacob Gorender caracteriza o movimento golpista enquanto uma “contra-revolução preventiva”, defendendo assim a existência de uma conjuntura pré-revolucionária na década de sessenta. Esta ação contrarrevolucionária teria sido necessária à grande burguesia, pois os primeiros anos da década de 1960 marcam o ponto alto das lutas dos trabalhadores brasileiros no século XX¹¹⁹. Segundo Demian Melo, neste momento, a luta de classes teria posto “em xeque a instabilidade institucional burguesa, ameaçando a propriedade privada e a própria força coercitiva do Estado, com as cisões na hierarquia militar¹²⁰”.

Este processo culminou, em 31 de março de 1964, com o Golpe desencadeado pelo General Olympio Mourão Filho, que destituiu João Goulart da Presidência da República. A caracterização do processo que desencadeou este Golpe, bem como a construção da ditadura, tem sido objeto de análise e problematização por diversos historiadores há algumas décadas. René Dreifuss, como já foi visto, caracterizou o movimento e o Golpe enquanto “civil-militar” para contrapor-se a uma noção estritamente factual e tradicional de história, que tenderia a depositar nos militares todo o “mérito” do acontecimento. Contudo, posteriormente a expressão “civil-militar” se tornaria problemática.

Podemos destacar duas principais razões pelas quais atualmente o uso do termo “civil-militar” é rechaçado por alguns historiadores, principalmente os marxistas. Primeiro, pelo fato que “a visão segundo a qual a sociedade é dividida entre ‘civis’ e ‘militares’ é própria da ideologia corporativa das forças armadas, enganosa e simplista¹²¹”. Segundo, porque a não delimitação de quem eram estes “civis” poderia abrir margens para alguns historiadores

¹¹⁸ Idem, 144.

¹¹⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1999 (p. 60-76).

¹²⁰ MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica... op. cit.* (p. 125).

¹²¹ MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil militar”? : controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: *Espaço Plural*. Ano XIII. Nº 27. 2º semestre 2012. P. 39-53.

corroborarem a tese de que a sociedade brasileira teria apoiado o golpe e a ditadura, tal como foi feito por Daniel Aarão Reis Filho. Segundo Demian Bezerra de Melo,

Em uma aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, em março de 2010, o historiador Daniel Aarão Reis enfatizou a importância dessa (suposta) precisão, chegando mesmo a fazer uma autocrítica de seus próprios textos pretéritos que fizeram com que circulasse a noção “errônea” de ditadura militar. Em 2012, o influente historiador voltou a intervir nesse mesmo sentido, em artigo publicado no jornal O Globo. O mesmo texto seria posteriormente republicado na Revista de História da Biblioteca Nacional, fazendo-o circular por um amplo público¹²².

A obra criticada por ele é *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Aarão Reis Filho toma essa mudança de posicionamento, deixando de conceber a Ditadura enquanto “Militar” e tomando-a enquanto “Civil-Militar” apoiando-se no argumento de que a mesma teria angariado apoio de diversos setores da população, enfocando principalmente:

1) as massivas Marchas com Deus, pela Pátria e Família, organizadas antes (em São Paulo) e depois do golpe de Estado (no Rio de Janeiro, capitais e muitas cidades do país); 2) as votações expressivas no partido de apoio à ditadura, ARENA; 3) e a suposta popularidade do general Médici à frente do Executivo federal¹²³.

Visando superar este dilema, alguns historiadores desenvolveram categorias novas para pensar o Golpe e a Ditadura. Maria Helena Moreira Alves teria sido pioneira no desenvolvimento da categoria “Ditadura de Segurança Nacional”, termo usado para caracterizar não apenas a ditadura brasileira, mas também as demais implantadas na mesma conjuntura em outros países sul-americanos. Sendo também utilizado por Enrique Serra Padrós, esta categoria teria como base os elementos que constituíram tais ditaduras, dentre elas a Doutrina de Segurança Nacional; o alinhamento militante junto aos Estados Unidos na estratégia de ‘contenção do comunismo’ que passou pela adoção de estratégias de contra-insurgência; e a defesa dos cânones do capitalismo¹²⁴. Ainda, Demian Melo propõe como saída para este embate a caracterização do Golpe enquanto “empresarial-militar”, também

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p.30-45, jan./jun.2009.

desenvolvida por Dreifuss para designar esta “insurreição contra-revolucionária das classes dominantes¹²⁵”, deixando bem claro os setores da sociedade civil envolvidos neste processo.

Várias são as determinações que devem ser consideradas no que diz respeito ao fracasso do governo Jango e à ausência de resistência imediata da população e dos movimentos sociais ao Golpe. Primeiramente, devemos considerar que este governo, como um todo, “procurou equilibrar-se sobre interesses contraditórios e adotar políticas conciliatórias que nem sempre convergiam com o caminho das reformas¹²⁶”. Este equilíbrio em interesses contraditórios podia ser visto na própria constituição do ministério, composto por membros que iam desde “políticos conservadores do PSD, petebistas ‘fisiológicos’ e ‘ideológicos’ e militares ‘duros’¹²⁷”.

Além da constituição do Ministério, devem-se levar em consideração toda uma série de acontecimentos que deixavam explícitos os descontentamentos tanto de setores políticos da esquerda quanto da direita em relação ao governo Jango. Dentre estes, faz-se importante abordar o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965”. Sendo elaborado por Celso Furtado, ministro do planejamento, com a colaboração de Santiago Dantas, parlamentar petebista, o plano tinha como objetivo “compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do final dos anos 50¹²⁸”. Contudo, tais medidas acabaram por desagradar diferentes segmentos, sendo verificado seu fracasso em finais de 1963, tendo gerado inflação sem desenvolvimento. O historiador brasileiro Thomas Skidmore defende que a crítica dos empresários se dava por conta do corte de créditos imposto pelo Plano¹²⁹. Enquanto Dênis de Carvalho afirma que, por outro lado, o CGT, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Pacto Unidade e Nação (PUA), argumentava que os trabalhadores estavam sendo sacrificados, enquanto ficavam intactos os lucros dos grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais¹³⁰.

Nem mesmo a instituição de um plano de “Reformas de Base” teria sido capaz de superar este impasse. Isto se deve ao fato que, ao mesmo tempo em que estas soavam uma

¹²⁵ MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil militar”? *op. cit.*

¹²⁶ DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 38).

¹²⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. *op. cit.* (p. 34).

¹²⁸ Idem, p. 34.

¹²⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹³⁰ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

ameaça à direita golpista, os setores populares também se encontravam insatisfeitos, tendo em vista que o governo Jango

Protelava indefinidamente a realização de medidas populares e nacionalistas que independiam de aprovação legislativa. [...] Além disso, o governo entrava em choque com os setores da esquerda nacionalista, pois afastava colaboradores ideologicamente progressivos, combatia os setores não-pelegos do movimento sindical e condenava iniciativas políticas de esquerda¹³¹.

Esta situação de crise de hegemonia favoreceu a organização da direita golpista, ligada à internacionalização da economia e ao grande capital. Por sua vez, os setores progressistas e populares que se favoreciam da estrutura institucional e das possibilidades de atuação no governo Jango tiveram suas expectativas e projetos abortados. Com o golpe desencadeado pelo General Olympio Mourão Filho, foi imposta uma Ditadura e iniciou, segundo David Maciel,

um processo de substituição progressiva da institucionalidade democrática herdada da Constituição de 1946 por uma institucionalidade autoritária apoiada no cesarismo militar, que garante a direção política do bloco no poder pelas Forças Armadas; na supremacia do poder Executivo sobre os demais poderes, que centraliza e concentra o processo político que tomada de decisões; na Lei de Segurança Nacional e num aparato de repressão e informações ampliado em escala nacional, que militarizam a questão social e o tratamento do conflito político; numa legislação partidária e eleitoral voltada para transformar os partidos e as eleições em instrumentos de legitimação do governo. E numa estrutura sindical radicalizada em seus aspectos repressivos, tutelares e assistencialistas, que garantem o controle sobre o movimento dos trabalhadores¹³².

No Brasil, a ascensão de ditaduras burguesas, tal esta que se desdobrou do Golpe de 1964, é propiciada, em grande parte, pela formação social da qual a burguesia brasileira (principalmente aquela ligada ao capital estrangeiro) é parte. Podemos constatar isto ao analisar o caso das “Reformas de Base”. Mesmo possuindo um caráter burguês e desenvolvimentista, o conservadorismo, autocracia e truculência das diferentes frações da burguesia brasileira faziam com que estas enxergassem tais reformas como uma ameaça à

¹³¹ TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada... *op. cit.* (p. 34).

¹³² MACIEL, David. As categorias de Gramsci e a transição política no Brasil (1974-1989). In: *Estado e poder: ditadura e democracia*/Carla Luciana Silva; Gilberto Grassi Calil; Maria José Castelano; Paulo José Koling (org.). Cascavel: Edunioeste, 2011 (p. 41).

ordem instituída, chegando até mesmo a considerá-las parte de um projeto de cunho socialista.

Segundo analisara Florestan Fernandes

Os de cima não se abrem sequer para a revolução dentro da ordem, a revolução que se sustentaria em transformações capitalistas necessárias, embora tardias. (...) revolução, para eles, é revolução: tanto faz que seja dentro da ordem ou contra a ordem. Cumpra estanca-la e impedir que uma fomite o aparecimento de condições favoráveis à outra¹³³.

Ainda, Fernandes, analisando o perfil da burguesia brasileira, postula que

uma burguesia que teve uma de suas raízes no nexos estrutural entre escravidão e a acumulação primitiva do capital que tem de recorrer ainda hoje a certas modalidades pré-capitalistas de acumulação e que não rompeu (e nunca tentou decisivamente romper), com laços visíveis e invisíveis da dominação indireta (por via mercado mundial ou, mais tarde, da internacionalização das formas de produção) não produz socialmente, dentro e através de suas situações de classe, o impulso coletivo para as grandes reformas (ou revoluções encadeadas) que colocam o desenvolvimento do capitalismo no clímax da história das civilizações¹³⁴.

Além disso, a falta de interesse de autonomizar-se em relação ao capital estrangeiro tornava a proposta nacionalista do governo João Goulart estranha a tais setores do capital.

Segundo Virgínia Fontes,

As burguesias brasileiras mantem (e exportam) suas tradições truculentas, a elas adendando uma amplíssima rede de convencimento no âmbito da sociedade civil, convertida em política de Estado. Aderiram, à sua maneira, à forma da política capital-imperialista dominante no cenário internacional. Dada a estreita imbricação de seus interesses com os demais capital-imperialistas, em contexto histórico no qual a constituição de burguesias em espaços nacionais passa por uma intensa cosmopolitização, a expectativa de um comportamento autonomizante e republicano dessas burguesias está fadada ao fracasso. Inexiste pois uma *burguesia nacional* no Brasil e inexistem condições históricas para a emergência de algo similar¹³⁵.

¹³³ FERNANDES, Florestan. *Nova república?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986 (p. 26).

¹³⁴ FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982 (p. 108).

¹³⁵ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010 (p. 313-314).

Diferentemente do que esperava o PCB, não haveria possibilidades de aliança com qualquer “burguesia nacional” e muito menos condições desta deter a hegemonia em uma “revolução nacional-democrática”. Isto se dava, justamente, pelas características presentes na formação colonial do Brasil e, conseqüentemente, do capitalismo brasileiro. Tal concepção de mundo favorecia a aversão a qualquer forma de revolução, ainda que “dentro da ordem”, tal como era a proposta do governo Jango.

Essa burguesia brasileira remói, resulta e promove contradições. No ruminar de antigas contradições, atualiza as heranças das formas de dominação progressas, das quais se instaura como herdeira. Assim, retoma os traços de uma colonização que a independência política jamais intentou seriamente ultrapassar, como as formas persistentes de racismo e a recriação de sua subalternidade no âmbito cultural¹³⁶.

Após esta análise, faz-se necessário compreender a formação da Ditadura Empresarial-Militar brasileira, bem como o fenômeno de constituição das organizações revolucionárias armadas, propiciado por esta conjuntura de repressão política.

1.2.2 Constituição da “Ditadura de Segurança Nacional” e seu impacto nos movimentos populares e organizações de esquerda

Sendo também concebida por alguns teóricos como um “Estado de Segurança Nacional”, a Ditadura Empresarial-Militar formada após o Golpe de 64 tomou diversas medidas arbitrárias, silenciando a oposição, em especial aquela ligada às reformas de base e à revolução¹³⁷. A constituição de seu aparato repressivo torna-se mais concreta com a promulgação dos “Atos Institucionais” (AI). O Ato institucional nº 1, promulgado em 9 de abril de 1964, reduz “drasticamente os poderes do Congresso Nacional e outorga ao Executivo competência exclusiva em legislação financeira e orçamentária”. Além disto, suspendeu as garantias de imunidade parlamentar, o que permitia a prática contínua e arbitrária de cassação de mandatos em todos os níveis. Possibilitava também a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão¹³⁸. Por conta destas medidas, o AI-1

¹³⁶ Idem, p. 312.

¹³⁷ ALVES, Maria H. Moreira. *O Estado e a oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989 (p. 55).

¹³⁸ Idem, p. 55.

preconizava o que se convencionou chamar de ‘operação limpeza’. As bases para implementação dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares) – que atingiram, em ações individuais e coletivas, milhares de pessoas – foram lançadas pelo AI-1, que visava, declaradamente, apurar as responsabilidades pela prática de crimes contra o Estado, a uma ordem política ou atos de guerra revolucionária¹³⁹.

Posteriormente, este quadro de repressão política se aprofundaria. Com o Ato Institucional nº 2, promulgado em 27 de outubro de 1965, ainda durante o governo Castello Branco, foi reivindicada a necessidade de “tranquilidade” para que a Ditadura Empresarial-Militar pudesse empreender seus “propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil¹⁴⁰”. Legitimou-se por meio deste dispositivo um projeto que visava desmobilizar forças políticas opostas ao governo instaurado pelo golpe de 1964. Partidos vigentes foram extintos, civis acusados de crimes contra a Segurança Nacional eram julgados pelo Supremo Tribunal Militar, tendo seus direitos políticos cassados e sua liberdade restringida. Como parte deste processo, o poder executivo sofre um processo de hipertrofia, com possibilidade de decretar Estado de Sítio, fechar o Congresso, assim como baixar atos complementares e decretos-lei. Segundo David Maciel, a edição principalmente do AI-2 e, em 1968, do AI-5, constituíram-se em “momentos importantes de aceleração e redimensionamento brusco; modelando a arena da disputa política ao ponto de eliminar a oposição anti-autocrática e popular e submeter a oposição burguesa à uma posição de acomodação a situação vigente¹⁴¹”.

Nesta conjuntura, as organizações dos trabalhadores, de um modo geral, ficaram um tanto “expostas às limitações da estratégia sindical da conjuntura anterior”. Isso se deu, principalmente, devido ao fato de tais movimentos, em sua maioria, estarem atrelados à estrutura estatal. Deste modo, “a antiga legislação sindical, erigida fundamentalmente durante a ditadura Vargas, sobrevivera ao período da democracia populista e fornecia à ditadura militar elementos para restaurar o controle sobre as entidades sindicais¹⁴²”. Ainda assim, isto não impediu que durante a Ditadura Empresarial-Militar os movimentos, tanto de trabalhadores quanto de estudantes, continuassem a se organizar. Os estudantes, nos quais “a

¹³⁹ DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 45).

¹⁴⁰ A t o I n s t i t u c i o n a l n º 2 , d e 2 7 d e o u t u b r o d e 1 9 6 5 .
<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm> Acesso em 25/09/2012, às 23:58.

¹⁴¹ MACIEL, David. *op. cit.* (p. 42).

¹⁴² Idem, p. 46-47.

ditadura encontrou as primeiras manifestações de resistência¹⁴³”, seriam os principais articuladores das organizações armadas.

Devido às diversas limitações existentes na estrutura sindical, diversos trabalhadores desenvolveram “novos espaços organizativos de reivindicação e pressão”. Dentre estas alternativas, cabe destacar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as organizações de bairro. Tais grupos, após 1964,

foram utilizados pelos trabalhadores como uma espécie de refúgio a partir do qual poderiam ser desenvolvidas noções de um novo sindicalismo, com apoio nas bases e nas comunidades. Dessas experiências surgiram, já em 1965, as primeiras comissões de fábrica, maneira de driblar o controle estatal e negociar com os patrões¹⁴⁴.

Em meio a este contexto político de autoritarismo, a direção do PCB realiza uma leitura negativa em relação à radicalização de alguns partidos e movimentos de esquerda. Segundo ela, na conjuntura pré-1964 fora cometido um “desvio de esquerda” que acarretou na dissolução da frente ampla, criando condições favoráveis para a atuação da direita golpista¹⁴⁵. Deste modo, a avaliação consolidada no VI Congresso do PCB em 1967 mantém as concepções estratégicas do V Congresso, de modo que “o caminho para o socialismo supunha a etapa da revolução nacional e democrática. Latifúndio e imperialismo seguiam sendo os maiores inimigos da sociedade brasileira¹⁴⁶”.

O partido, neste sentido, apregoa a necessidade de “investir no acúmulo de forças e consolidar a frente democrática e antiimperialista”, composta pelos segmentos sociais progressistas (classes médias, setores da “burguesia nacional”, etc), mas tendo a hegemonia nesta frente¹⁴⁷. Passa a editar o jornal *Voz Operária* e aproxima-se do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de “oposição” aceito pelo governo instaurado, para uma ação parlamentar legal, entrando juntamente com este e outras forças opositoras numa batalha pela redemocratização.

Neste ínterim, surgem diversas divergências no interior do PCB, que resultam em várias dissidências. O fracasso da política do Partido em 1964 e, principalmente, a ausência de

¹⁴³ Idem, p. 54.

¹⁴⁴ Idem, p. 55.

¹⁴⁵ FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. São Paulo: Novos Rumos, 1987 (p. 50).

¹⁴⁶ DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 61).

¹⁴⁷ Idem, p. 60-61.

resistência do PCB ao golpe empresarial-militar abalaram moralmente grande número de seus militantes e simpatizantes, especialmente os mais jovens. Estes postulavam que “a estrutura arcaica e stalinista [do PCB] não era capaz de dar conta da complexidade da sociedade brasileira nem da novidade dos movimentos sociais dos anos 60, tampouco da transformação revolucionária da ordem estabelecida¹⁴⁸”.

No capítulo “Um furação sobre nossas cabeças”, Aluizio narra a articulação ocorrida no interior do PCB após o golpe, suas estratégias e recuos diante da face da repressão então instaurada, bem como as divergências internas ao partido que vieram a culminar na formação de dissidências. Segundo Palmar,

desde o golpe estávamos envolvidos no debate sobre a linha política a ser seguida. A luta interna [ao PCB] era intensa e os setores universitário e secundarista romperam de cara com a posição nacional desenvolvimentista defendida pela direção. Juntamente com alguns quadros operários navais, começamos a caminhar em direção a opção pela etapa socialista da revolução brasileira e a luta armada¹⁴⁹.

Aluizio Palmar narra de forma clara este processo, expondo a intensificação dos debates após 1964 e a radicalização que vinha ocorrendo juntamente por parte de alguns setores do partido. Segundo o mesmo, “as dissidências do PCB em vários estados começaram a defender que a revolução não seria nacional-democrática [...] mas sim socialista”.

Veremos, no tópico a seguir, os elementos que possibilitaram a emergência das chamadas organizações revolucionárias armadas, originadas tanto das dissidências do PCB quanto de rachas ocorridos em outros partidos e movimentos de esquerda.

1.2.3 Processo de constituição das organizações revolucionárias armadas no Brasil

Apesar das divergências entre as concepções políticas e revolucionárias cultivadas pelas diferentes organizações, estas eram unidas pela recusa à “revolução por via pacífica” postulada pelo PCB e, conseqüentemente, pela adoção da violência revolucionária. As diferentes organizações armadas que então se formaram partilhavam da ideia de que havia ocorrido um “desvio de direita que, resultado da orientação pacifista do PCB, teria levado os trabalhadores a uma política conciliadora”, deixando de “preparar o movimento operário para

¹⁴⁸ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* (p. 120).

¹⁴⁹ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 267).

o confronto com a burguesia¹⁵⁰”. Deste modo, segundo Frederico, estas organizações concebiam que

a ditadura militar somente seria derrubada pela violência: seja através de uma “revolução socialista”, de uma “guerra de libertação nacional”, de uma “guerra popular” ou de qualquer outro programa revolucionário entre os muitos que a esquerda esboçou naquele conturbado período¹⁵¹.

Apesar disto, cabe ressaltar que as organizações revolucionárias armadas eram vistas como alternativas de atuação não apenas pelo rigor imposto pelo Estado de Segurança Nacional que vinha se formando. Neste mesmo contexto, diversos teóricos produziram trabalhos que entravam diretamente em choque com as teses pecebistas. Eram desmistificadas as ideias de “revolução por etapas” (desenvolvimento de uma revolução “nacional-democrática” para, posteriormente, chegar ao socialismo) e de aliança entre trabalhadores e burguesia nacional contra os latifundiários aliados ao imperialismo. Dentre estas teses, podemos citar a

“teoria da dependência”, então propalada na América Latina, por exemplo, pelas teses de Gunder Frank, que foi professor universitário no Brasil, tendo publicado na “Revista Brasileira” um célebre artigo de contestação à ideologia do PCB intitulado “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo¹⁵²”.

Além das teses de Andrew Gunder Frank, também teve grande relevância para os revolucionários que compunham as organizações revolucionárias armadas a obra *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Júnior. Aluizio Palmar narra que dentre as obras que influenciaram as críticas da Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ) à direção do PCB, esta obra teve fundamental importância, tendo em vista que “o livro era uma crítica decisiva à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional antiimperialista¹⁵³”. Esta obra teve um grande peso na formação destes movimentos, pois muito embora não propusesse como saída a luta armada e nem a implantação imediata do socialismo,

O que prestigiou o livro nos meios de esquerda foi [...] sobretudo, a crítica mordaz à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional

¹⁵⁰ DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 64).

¹⁵¹ FREDERICO, Celso. *op. cit.* (p. 58).

¹⁵² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* (p. 32-33).

¹⁵³ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 268).

antiimperialista – ente imaginário causador de erros políticos imperdoáveis. Sendo a agricultura brasileira já inteiramente capitalista, dominada pelas relações de trabalho assalariado, também era estultície a luta pela reforma agrária de orientação camponesa. O autor massacrou a tese pecebista sobre o feudalismo no passado histórico do país e as consequentes “sobrevivências feudais” na atualidade. O livro misturava penetrantes observações inovadoras a ideias antiquadas já superadas pela realidade (como a da persistência do antigo sistema colonial) e a flagrantes desacertos de análise (como a da negação da existência do campesinato no Brasil)¹⁵⁴.

Deste modo, já não se acreditava mais na superação dos problemas econômico- sociais brasileiros dentro do capitalismo, através de uma revolução que visasse, em primeiro momento, apenas a “libertação nacional”. Acreditava-se tampouco na possibilidade de aliança entre operários e camponeses com a burguesia, visto que

o imperialismo e as relações atrasadas no campo estariam imbricados ao próprio capitalismo brasileiro, de modo que não seria possível falar em uma revolução nacional e democrática na qual os interesses da burguesia fossem contrários aos de imperialistas e latifundiários¹⁵⁵.

Assim, o fenômeno da adesão de setores da esquerda comunista à luta armada não pode ser considerada apenas uma resistência contra o autoritarismo promovido pela Ditadura de Segurança Nacional, pois muitas das organizações não visavam o retorno à institucionalidade democrática de 1946, mas sim uma revolução que suplantasse o atraso econômico e social através da implantação de um Estado socialista.

Apesar dos ataques aos paradigmas pecebistas, deve-se reconhecer que também houve a permanência de alguns resquícios do PCB nas organizações armadas. Dentre estas continuidades, haviam várias organizações que “defendiam, com pequenas variações, o esquema segundo o qual a revolução deveria seguir duas etapas: a de libertação nacional e a socialista”. Também na compreensão de “vanguarda revolucionária” cultivada por tais organizações fazia-se presente muito do pensamento pecebista. Devido a isto, em muitos casos as organizações atribuíram-se “a condição de vanguarda que tinha a consciência de que a revolução era iminente e inevitável”, sendo assim “pródigas em agir em nome e no lugar dos trabalhadores, considerados como sujeitos da revolução¹⁵⁶”.

¹⁵⁴ GORENDER, Jacob. *op. cit.* (p. 80-81).

¹⁵⁵ *Idem*, p. 34.

¹⁵⁶ DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 75).

Inicialmente, tais grupos preocuparam-se em atuar junto ao operariado, sendo esta preocupação voltada “para a ‘tarefa estratégica’ de preparação da guerrilha rural, e também da urbana¹⁵⁷”. Contudo, a relação entre estes grupos e a os movimentos dos trabalhadores sempre foi algo “problemático e nem sempre preciso”. Segundo Marcelo Ridenti, mesmo as organizações que demonstravam valorizar a combinação de ações armadas com a necessidade de um trabalho de massa não chegaram a granjear resultados satisfatórios nesse meio¹⁵⁸. Após a promulgação do AI-5, a repressão imposta aos organismos de luta da sociedade (sindicatos, movimento estudantil, etc.) frustrou parte dos planos das organizações armadas, impondo a estas uma atuação clandestina que “impunha disciplina rigorosa e acentuava o isolamento com o movimento operário¹⁵⁹”.

Outra peculiaridade destas organizações armadas é a concepção de que o meio rural seria o núcleo central da articulação da luta contra o Regime Empresarial-Militar. Esta diretriz, adotada por todas as organizações armadas (de modo mais ou menos rígido), deve ser compreendida levando em consideração que “os exemplos mais vivos de revolução na década de 60 eram os de países onde a luta no campo fora fundamental: casos de Cuba, Vietnã e Argélia, sem contar o paradigma um pouco anterior da Revolução Chinesa¹⁶⁰”. A vitória da revolução nestes países evidenciava a potência revolucionária do campesinato, levando à conclusão que o campo seria o lugar da revolução. Neste sentido

os escritos cubanos salientavam a impossibilidade do êxito da luta revolucionária quando se trava nas cidades, onde o inimigo concentra seu poder. O locus privilegiado da revolução só pode ser o campo, onde o inimigo se vê obrigado a dispersar as forças, enquanto os revolucionários recebem apoio dos camponeses para a guerra de guerrilhas. Deste estreito embasamento conceitual se desdobrou a “teoria do foco guerrilheiro” ou “foquismo¹⁶¹”.

Regis Debray teria sido o mais radical no sentido de defender o campo como lugar da revolução, afirmando que as cidades são o “túmulo da revolução”, ridicularizando os revolucionários urbanos de “acomodados burgueses de esquerda¹⁶²”. Será feito, no próximo capítulo, uma análise aprofundada sobre a teoria do foco guerrilheiro a partir dos documentos

¹⁵⁷ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* (p. 178).

¹⁵⁸ Idem, p. 169.

¹⁵⁹ DIAS, Reginaldo Benedito. *op. cit.* (p. 72).

¹⁶⁰ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* (p. 238).

¹⁶¹ GORENDER, Jacob. *op. cit.* (p. 84).

¹⁶² Idem, p. 89.

produzidos pelo primeiro MR-8, bem como das obras *Guerra de guerrilhas* de Ernesto Che Guevara e *Revolução na revolução*, de Régis Debray. Por hora cabem enfatizar três postulados desenvolvidos por Che Guevara sobre o foco guerrilheiro:

1) as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército; 2) nem sempre devemos esperar que todas as condições para a revolução estejam dadas: o foco insurrecional pode criá-las; 3) na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve situar-se fundamentalmente no campo¹⁶³.

Também a concepção maoísta foi de suma importância para diversas organizações revolucionárias armadas, possuindo duas divergências fundamentais com o pensamento de Guevara e Debray. Em primeiro lugar, os maoístas subordinavam o fator militar ao fator político, e deste modo subordinavam o exército guerrilheiro às diretrizes do partido. O foquismo, indo na direção oposta, considerava a estrutura do partido ineficiente na situação de repressão política vivenciada pelos povos latino-americanos, devido à sua lentidão burocrática. Em segundo lugar, “a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa antiimperialista e antifeudal¹⁶⁴”. Deste modo, os maoístas optavam pela guerra popular prolongada em detrimento do foco guerrilheiro.

Dentre os primeiros grupos dissidentes que surgiram desta cisão com o PCB, merecem destaque a Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado por Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Miguel Batista; o Partido Operário Comunista (POC), fruto da aproximação da dissidência do Rio Grande do Sul com a Polop; e a Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ), que posteriormente, deu origem ao primeiro Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), fundada, entre outros, por Aluizio Palmar, Humberto Trigueiro Lima, Antônio Rogério Garcia da Silveira, Milton Gaia Leite e Nielse Fernandes.

O MR-8 derivado da Dissidência Comunista do Rio de Janeiro (DI-RJ), objeto desta pesquisa, constitui uma das dissidências pioneiras neste processo de adesão à luta armada e a

¹⁶³ GUEVARA, Ernesto “Che”. *op. cit.* (p. 13).

¹⁶⁴ GORENDER, Jacob. *op. cit.* (p. 91).

primeira a aderir abertamente ao foquismo cubano. Apesar de ter sido curta sua existência, teve grande importância nesta nova estratégia de atuação política, sendo, segundo Marcelo Ridenti, um dos poucos grupos armados assumidamente foquistas. Desenvolvendo suas ações principalmente a partir dos postulados de Régis Debray, o grupo guerrilheiro “voltou-se inteiramente para a preparação da guerrilha”. Segundo afirmam os escritos de Carlos Alberto Barão “raros grupos levaram tão longe uma concepção estrita de foquismo como a DI-RJ, organização que, mesmo a custo da perda de parte expressiva de sua militância, tomou a decisão, no final de 1968, de se afastar das cidades¹⁶⁵”. O processo de formação deste grupo será desenvolvido e problematizado no próximo capítulo.

Além disso, é importante lembrarmos, como constataremos no capítulo a seguir, que desde o momento anterior ao Golpe empresarial-militar já estava ocorrendo no seio da esquerda brasileira um importante redimensionamento do que seria a “revolução brasileira”. Esta renovação se deu a partir de diversas organizações, tais como a Ação Popular (AP) e a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), e da constituição de novas teses, dentre elas as que, desenvolvidas por Caio Prado Jr, embasaram diversas críticas à direção do PCB. O intelectual pecebista influenciaria os caminhos a serem trilhados pelo MR-8, enquanto tentariam aproximação dos dois movimentos citados visando a constituição de uma “frente revolucionária” para lutar contra a Ditadura¹⁶⁶. Após a formação da Ditadura, estas mudanças passam a se manifestar com intensidade ainda maior na formação de movimentos armados, que apesar de suas diferenças, manifestaram o repúdio de uma nova geração de comunistas aos paradigmas do PCB.

Muitos romperam com a própria concepção de “revolução nacional-democrática”, acreditando que a única forma do país sanar seu histórico atraso seria com o desenvolvimento do socialismo, tendo em vista que o nosso capitalismo seria marcado pela dependência e por traços coloniais. Outros, embora ainda acreditassem que esta “etapa” deveria ser concretizada juntamente com a libertação do nosso país antes da construção do socialismo, já não acreditavam mais na possibilidade da hegemonia deste processo ser burguesa. Recusavam até

¹⁶⁵ BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. *História do marxismo no Brasil/Volume 1: o impacto das revoluções*. João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (org.). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 (p. 316).

¹⁶⁶ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

mesmo qualquer aliança com esta burguesia brasileira que, em suas concepções, nunca conseguira fazer-se “nacional”, preservando traços mandonistas e conservadores da nossa formação colonial. Tal burguesia preferia lançar mão de Ditaduras de Segurança Nacional a executar reformas que seriam necessários à maximização de seu potencial enquanto classe dirigente, tendo em vista que o preço de tais reformas seria a inclusão das classes subalternas no processo político brasileiro. Evitava-se, assim, o risco de uma revolução “dentro da ordem” vir a tornar-se, com a autonomização da classe trabalhadora advinda de sua politização, uma revolução “contra a ordem”.

Após compreendermos um pouco do contexto que motivou a formação de diversas organizações revolucionárias armadas, analisaremos as teorias de Caio Prado Jr, dado à sua influência direta na formação do MR-8, bem como um pouco do MNR, Ligas Camponesas, AP e Polop, dado ao contato que foi estabelecido com tais movimentos.

1.3 CONTESTAÇÕES E ALTERNATIVAS AO PCB QUE CONTRIBUÍRAM NA FORMAÇÃO DO PRIMEIRO MR-8

A consolidação da nova política desenvolvida ao longo destes anos, juntamente com a influência de suas diretrizes na forma como o PCB passaria a desenvolver suas ações a partir de então, gerou divergências tanto internas ao partido quanto externas, provenientes de outros partidos e movimentos progressistas. Paralelo a isto, houve também organizações que, embora não tenham surgido do PCB e nem tenhamos documentos para constatar se desenvolveram críticas ao partido, também surgiram enquanto alternativas ao mesmo. É importante dizer que, a partir de influências vindas de experiências revolucionárias internacionais, tais como o maoísmo e o foquismo, estes grupos, antes e depois do Golpe de 64, influenciaram diversos militantes a partir da criação possibilidades de resistência e transformação da realidade nacional. Neste caso específico, abordaremos correntes teóricas e movimentos de quem os militantes se aproximaram (ou ao menos tentaram se aproximar) de modo a constituir uma “frente revolucionária¹⁶⁷”, fazer um trabalho de massas ou até mesmo sorver de suas experiências.

¹⁶⁷ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

Segundo Aluízio Palmar narra em entrevista a mim, uma das organizações com a qual teve contato quando foi para Curitiba à procura de Beto Curvo, que o indicaria Fábio Campana, teria sido o “Jurandir da Polop”. Além deste, ele teria também contato com Teresa Urban, militante da AP e namorada de Campana, Azizo Cordeiro da Fonseca, agricultor analfabeto militante das Ligas Camponesas em Campos/RJ, bem como Lucas Alves e Osvaldo Soares (“Fanta”), militantes do MNR com quem o MR-8, no início, teria buscado estabelecer parcerias. Palmar chega a afirmar que teria feito expedições a diversas cidades do Oeste do Paraná na companhia de Osvaldo Soares para fazer mapeamentos e levantamentos¹⁶⁸, sempre conseguindo com ele livros e cópias de instruções militares e táticas de guerrilha¹⁶⁹. O interesse em arregimenta-los se dava justamente por, devido à influência foquista que os militantes do MR-8 já estavam sorvendo, pensar que poderiam se nutrir das experiências militares destes. Já no caso de Azizo Cordeiro da Fonseca, o mesmo foi trazido à região Oeste do Paraná devido à sua experiência com movimentos camponeses, visualizando-se assim do mesmo, além de cuidar dos sítios adquiridos com o dinheiro das expropriações, auxiliar no trabalho político com os posseiros da região¹⁷⁰.

Tratando das críticas que ocorreram internamente ao PCB, Antonio Carlos Mazzeo defende que, no V Congresso do PCB, realizado em 1960, “aparecem dois tipos de divergências com o núcleo hegemônico do Comitê Central do partido”: as de teor prático-político e aquelas inerentes a questões teórico-interpretativas. As primeiras foram encabeçadas por membros do alto-escalão diretivo como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar¹⁷¹ que, após racharem com o PCB, constituíram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). As segundas foram encabeçadas principalmente por Caio Prado Jr. Levando em consideração, contudo, a importância do legado caiopradiano nas críticas que seriam feitas ao partido (principalmente pela obra *A Revolução Brasileira*) nos deteremos apenas nas críticas de caráter “teórico-interpretativo”. É desnecessário focar aqui, novamente, a importância do teórico pecebista na formação do MR-8, tendo em vista isto já foi exposto no tópico anterior.

¹⁶⁸ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluízio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

¹⁶⁹ Depoimento de Aluízio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

¹⁷⁰ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluízio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

¹⁷¹ MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/ Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (org.). São Paulo: Cortez, 2003 (p. 160).

Quanto às críticas externas ao PCB, estas foram desenvolvidas principalmente pela Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), movimento cujos membros foram influenciados por uma série de intelectuais, principalmente Rosa Luxemburgo, August Thalheimer e Nicolai Bukharin, visando que aquela experiência desembocasse na criação de um partido revolucionário renovado. Defendendo a necessidade de autonomia política do proletariado, os militantes da Polop teciam diversas críticas ao PCB e à sua concepção etapista, argumentando que esta mantinha a classe trabalhadora submissa aos interesses da burguesia brasileira.

Além de tais críticas, analisaremos ainda a formação do maoísmo e sua incidência na AP, bem como o MNR e as Ligas Camponesas, que tiveram influência direta, em dado momento, do foquismo cubano. Como o foquismo foi também abraçado pelo MR-8 como uma possibilidade de enfrentamento da Ditadura, o mesmo será tratado com propriedade no segundo capítulo, não sendo necessário ser exposto neste tópico.

1.3.1 Caio Prado Jr e as críticas teórico-interpretativas à nova “linha política” do PCB

A compreensão das críticas teórico-interpretativas desenvolvidas por Caio Prado Jr se faz de suma importância aqui neste momento. Tal necessidade ocorre levando em consideração o peso que suas obras tiveram na crítica que, não só o primeiro MR-8, mas várias outras organizações armadas que compunham as novas esquerdas fariam aos paradigmas vigentes na esquerda brasileira, hegemônica pelo PCB. Segundo Marcelo Ridenti,

As ideias de Caio Prado Jr contidas em *A revolução brasileira* - livro dedicado a combater as teses pecebistas sobre o caráter agrário, democrático-burguês, antifeudal e antiimperialista da revolução brasileira - também pesaram na crítica exacerbada de vários grupos armados a todos os que discordavam do caráter socialista que a revolução deveria tomar de imediato¹⁷².

Apesar da obra *A revolução brasileira* ter possuído maior peso na articulação da crítica das organizações de esquerda à linha política do PCB, seria complicado analisar apenas esta obra. Isto se deve ao fato de que, em toda a sua trajetória, Prado ter desenvolvido teses que, por dois vieses principais, contrariavam as perspectivas da direção do partido.

¹⁷² RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* (p. 32-33).

Trataremos aqui separadamente estas duas questões, relacionadas ao “desenvolvimento” e à formação do capitalismo brasileiro pela “via colonial”.

1.3.1.1 Caio Prado Jr e a “via colonial”

De acordo com Antonio Carlos Mazzeo, a partir de 1960 as produções de Caio Prado Jr teriam certo peso no interior do PCB, contestando a “teoria do feudalismo e, conseqüentemente, o conjunto tático-estratégico da revolução brasileira do núcleo dirigente comunista¹⁷³”. Apesar disto, podemos perceber nos escritos de Francisco Luiz Corsi que, muito antes da formação da nova linha política do PCB, ainda nas décadas de 1930 e 1940, Caio Prado Jr produziu obras que representaram um marco nas ciências sociais no Brasil. Dentre estas, pode-se citar as obras *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945). Tais produções tiveram como principal marco o não enquadramento “na ortodoxia predominante em sua época, buscando fugir da aplicação mecânica à realidade brasileira de modelos concebidos para outras realidades”. Segundo Francisco Corsi, esta preocupação se dava pela necessidade que Caio Prado Jr via em compreender as especificidades da história do Brasil e, deste modo, adaptar o marxismo a esta, desenvolvendo conceitos próprios¹⁷⁴.

Ao buscar compreender as especificidades do desenvolvimento da sociedade brasileira, Caio Prado tornou-se um crítico de algumas concepções cultivadas pela nossa esquerda entre as décadas de 1930 e 1950. Dentre estas, atacaria a ideia que concebia o Brasil enquanto um país que havia passado pelo feudalismo e estaria em vias de transição para o capitalismo, necessitando assim desenvolver uma aliança com camponeses, operários, classe média e uma suposta “burguesia nacional” e antifeudal. Caio Prado Jr atacaria tais postulados por considerar que “a esquerda brasileira teria aplicado, de forma mecânica, conceitos elaborados para explicar outras sociedades, tentando encaixar os fatos em teorias existentes, em vez de procurar entendê-los em suas especificidades e deixando-os de lado quando não se

¹⁷³ MAZZEO, Antonio Carlos. *op. cit.* (p. 159).

¹⁷⁴ CORSI, Francisco Luiz. Caio Prado Júnior e a questão do desenvolvimento. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003 (p. 136).

encaixavam em seus modelos¹⁷⁵”. Mazzeo, criticando também esta tendência dominante no interior do PCB, considera que

Essas análises interpretativas do continente, impregnadas por uma visão universalista e fortemente eurocêntrica, priorizavam o aspecto jurídico-político na conformação da organização da estrutura colonial, isto é, a herança de aspectos histórico-superestruturais de ordem feudal, que permaneciam nas formas administrativas das metrópoles ibéricas, o que possibilitava a elaboração de interpretações analógicas em relação à Europa, exatamente por não elevar o aspecto concreto da especificidade latino-americana, seja em suas particularidades histórico-processuais, seja referente aos elementos concreto-singulares¹⁷⁶.

Partindo, então, das especificidades do desenvolvimento brasileiro, Carlos Nelson Coutinho defende que

Prado seria um dos pioneiros na proposição da linha segundo a qual o desenvolvimento do Brasil seguiria uma via não-clássica. Essa interpretação começou a ser desenvolvida em suas primeiras obras, em particular em “Formação do Brasil contemporâneo”. Essa obra se estrutura em torno do conceito de sentido da colonização, a partir do qual Caio Prado procura apreender a especificidade histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil¹⁷⁷.

Levando em consideração a importância da colonização para o desenvolvimento da sociedade brasileira, Caio Prado Jr deixa claro que este processo só poderia ser compreendido a partir da expansão comercial ultramarina, na qual a economia brasileira surge como um negócio¹⁷⁸. Deste modo, como sintetizam Bernardo Ricupero e Adauto Novaes,

ele busca reconstruir a sociedade colonial como uma totalidade multideterminada. Os portugueses, movidos pelo ímpeto comercial, ao se defrontarem com os condicionamentos materiais do Novo Mundo, criaram uma economia cujo objetivo principal seria fornecer produtos primários para o mercado exterior, com base na grande propriedade e no trabalho escravo. Todos os aspectos da vida social, econômica política e cultural da colônia teriam sido, direta ou indiretamente, condicionados pelo sentido da colonização¹⁷⁹.

¹⁷⁵ Idem, p. 136-137.

¹⁷⁶ MAZZEO, Antonio Carlos. *op. cit.* (p. 154).

¹⁷⁷ COUTINHO, Carlos Nelson *apud* CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 136).

¹⁷⁸ CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 137).

¹⁷⁹ NOVAES, Fernando; RICUPERO, Bernardo *apud* CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 136).

Deve-se levar em consideração que a negação da existência do feudalismo no Brasil por Caio Prado Jr, longe de possuir um caráter meramente teórico e conceitual, viria a resultar posteriormente também em críticas à atuação do Partido, principalmente no que diz respeito à questão agrária. De acordo com Caio Prado Jr, as relações de trabalho no campo se davam “numa ruralidade já integrada e subsumida ao capital”. Isto implicava em uma concepção de reforma agrária que iria “além da mera distribuição de terras aos trabalhadores rurais e ter uma perspectiva de organização da massa de trabalhadores que, lutando por sua inclusão no direito trabalhista, supere a própria condição material posta pelas relações de produção capitalista¹⁸⁰”.

Apesar de suas contribuições ao reconstituir o processo de colonização brasileiro, bem como sua marca na formação de nossa sociedade, a obra “Formação do Brasil contemporâneo” possuía limitações que seriam evidenciadas por diversos autores. Isto se dava pelo excessivo enfoque de Prado na permanência do passado colonial em nossa sociedade, mesmo com o “avanço da industrialização, a modernização da agricultura e o intenso processo de urbanização¹⁸¹”. Ainda assim, suas críticas são pertinentes devido ao país ainda carregar, de certa forma, marcas do processo de colonização, dentre estas, podemos citar que

a industrialização e a expansão do mercado interno não teriam sido suficientes para superar essa situação, dado que a industrialização não teria resolvido os crônicos problemas de desequilíbrios das contas externas e continuaria dependente do capital estrangeiro. O Brasil continuaria, portanto, subordinado aos interesses do imperialismo¹⁸².

Segundo Caio Prado Jr, as marcas deste passado colonial se fariam presentes principalmente no fato do país não ter conseguido até então, “construir um sólido mercado interno, considerado a base de qualquer economia nacional¹⁸³”. Este empecilho, por sua vez, também comprometia a unidade nacional e a possibilidade de romper com a situação de subordinação econômica. A permanência destes resquícios coloniais se daria, principalmente, ela incapacidade de integração de uma grande parcela da população brasileira, que viveria “à

¹⁸⁰ MAZZEO, Antonio Carlos. *op. cit.* (p. 162).

¹⁸¹ CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 139).

¹⁸² *Idem*, p. 139.

¹⁸³ *Idem*, p. 139.

margem da vida nacional em termos sociais, econômicos e políticos¹⁸⁴”. Segundo Sérgio Silva, em seus comentários sobre a obra *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr,

a esmagadora maioria dessa população é constituída de descendentes dos antigos escravos. E a situação dessa maioria não tem explicação fora da história do capitalismo brasileiro. Ela se explica por uma independência que fundou a unidade nacional no escravismo, por uma abolição gradual e segura, para os homens de negócios da época, que transformou o escravo em trabalhador e cidadão de segunda categoria (quando lhe coube algum trabalho, se é que lhe coube alguma cidadania; um país que não é nação não tem cidadãos) essa mancha escura está em qualquer esquina mais pobre das cidades, por todo o país [...] exibindo, para quem quiser ver, os traços coloniais do capitalismo brasileiro e uma desestruturação nacional que não tem modernidade que dê jeito [...]. O nível das desigualdades sociais e regionais confere ao capitalismo brasileiro uma qualidade particular e configura a sua estrutura nacionalmente desestruturada. Nesse sentido, de acordo com Caio Prado, o Brasil ainda não constitui suas bases econômicas e sociais enquanto nação¹⁸⁵.

Deste modo, concebe-se que a incapacidade brasileira de constituição de um mercado interno se dá, principalmente, pelos resquícios coloniais que constituem o capitalismo brasileiro, um “capitalismo colonial”. Neste capitalismo, permeado pela “miséria, exclusão social, desemprego estrutural, discriminação social e violência¹⁸⁶”, haveria tremenda dificuldade de integração de grande parcela da população nacional. Esta população, descendente de escravos, acabara por herdar de seus antepassados a exclusão da vida política do país, comprometendo conseqüentemente a construção de um projeto de cidadania.

Além da questão da marginalização de grande parcela da população brasileira, também enfoca-se o fato da burguesia ter sido “incapaz de realizar sua tarefa histórica fundamental, isto é, a revolução burguesa”. Esta realidade demonstra

que a raiz colonial do Brasil – e sua não-superação – determina uma inserção subordinada no conjunto do sistema mundial do capitalismo, onde a não realização de um processo modernizador a partir de uma ruptura revolucionária com a estrutura colonial, em moldes burgueses [...] lança o Brasil tardiamente no processo de industrialização e, conseqüentemente, no redimensionamento da economia mundial, a partir da segunda metade do século XIX¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Idem, p. 140.

¹⁸⁵ SILVA, Sergio S. A crítica ao capitalismo real. In: D’INCAO, Maria A. (org.). *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989 (p. 360).

¹⁸⁶ CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 140).

¹⁸⁷ MAZZEO, Antonio Carlos. *op. cit.* (p. 164).

Após abordar um pouco sobre a questão da “via colonial” em Caio Prado Jr, cabe agora trabalhar com suas concepções de desenvolvimento.

1.3.1.2 Caio Prado Jr e a questão do desenvolvimento

Assim como Caio Prado Jr se voltara contra o pressuposto de que o Brasil teria passado por uma etapa feudal, constituindo assim a tese da “via colonial”, o mesmo também se voltara contra teorias ortodoxas sobre questões relacionadas ao desenvolvimento e subdesenvolvimento. O ponto central desta crítica se dava no fato de que

Para Caio Prado, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento só podem ser entendidos a partir de uma perspectiva histórica. Os modelos excessivamente genéricos e abstratos não conseguiriam dar conta das especificidades históricas de cada país ou região à medida que os englobaram em um todo homogêneo, como se realidades sociais, econômicas e políticas bem diversas pudessem ser reduzidas a um punhado de variáveis abstratas¹⁸⁸.

Levando em consideração esta necessidade de procurar compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica, Caio Prado Jr posicionava-se contra a concepção unilinear. Tal visão apregoava que todos os países “passariam invariavelmente pelas mesmas formas ou estágios de desenvolvimento”. Deste modo, isso levava a crer que adotando uma série de políticas econômicas “corretas”, todos os países poderiam chegar a ser desenvolvidos. Para o autor, no entanto, o subdesenvolvimento só poderia ser compreendido a partir da realidade concreta vivenciada por cada país, que consequentemente poderia também gerar possibilidades de pensar a superação de tal subdesenvolvimento¹⁸⁹. Neste sentido, Caio Prado Jr não só se contrapunha ao pensamento dos economistas ortodoxos, mas também ao pensamento do PCB, que acreditava que o socialismo viria com o progresso da economia capitalista.

Além de constatar que não existiam “fórmulas” ou medidas prontas para um dado país se desenvolver, Caio Prado Jr também partia do pressuposto de que “o capitalismo conforma um sistema onde os países ocupam lugares distintos”. Deste modo, chega-se à conclusão que

¹⁸⁸ CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 141).

¹⁸⁹ Idem, p. 141.

o subdesenvolvimento seria fruto de circunstâncias históricas que impediriam que o grosso do processo de acumulação e do processo de reprodução do capital se dessem no interior das economias nacionais subdesenvolvidas e fossem nacionalmente controlados¹⁹⁰.

Segundo Caio Prado Jr, no caso dos países subdesenvolvidos, o grande problema residia no fato de suas economias, longe de se estruturarem em bases próprias e nacionais, o faziam “em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema¹⁹¹”. Segundo Corsi, Caio Prado Jr defendia que a tendência de tais países, tal como ocorria no Brasil, era basear suas economias na agricultura de exportação e importar bens manufaturados para suprir o mercado interno. Isto levava a uma situação de desequilíbrios no balanço dos pagamentos, o que conduziria, conseqüentemente, à vulnerabilidade externa¹⁹².

Como o Brasil se enquadrava na situação destes países, o simples crescimento da industrialização não levaria o país ao desenvolvimento, segundo acreditavam alguns economistas do Cepal e desenvolvimentistas brasileiros. O grande entrave para a industrialização brasileira e de outros países latinoamericanos se dava no fato de que estes “vinham se industrializando com larga participação do capital estrangeiro, o que, somado a outras características impediria a formação de economias nacionais integradas¹⁹³”. Mesmo com a política de “substituição das importações” ocorrida em diversos países latino-americanos duramente a 1ª Guerra Mundial que fez com que a industrialização avançasse,

essa indústria tinha fundamentos precários, pois tinha crescido à sombra de uma reserva de mercado, que, de um lado, propiciava lucros fáceis e mercado cativo e, de outro, inibia a concorrência, desestimulando as exportações, agravando o desequilíbrio externo e contribuindo para o declínio do setor exportador¹⁹⁴.

Apesar dos avanços proporcionados pela industrialização na superação das heranças coloniais, o Brasil “continuará preso às suas velhas estruturas socioeconômicas e o seu desenvolvimento bloqueado pelo imperialismo”. Para Caio Prado Jr, segundo análise de Bernardo Ricupero e Sampaio Jr,

¹⁹⁰ SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda *apud* CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 141).

¹⁹¹ PRADO Jr, Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966 (p. 192).

¹⁹² CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 144).

¹⁹³ Idem, p. 143-144.

¹⁹⁴ Idem, p. 144.

O problema central parece ser a incapacidade de a industrialização incorporar a massa de excluídos em vez de dirigir-se apenas para uma parcela restrita da população, como vinha acontecendo. A incorporação dessa população seria [...] imprescindível para a criação de um mercado integrado, capaz de proporcionar as bases para a ruptura das relações coloniais¹⁹⁵.

As análises de Caio Prado Jr teriam bastante relevância principalmente às organizações armadas que desenvolveram críticas à concepção de feudalismo, muito embora seja importante lembrar que ele jamais defendeu a transição direta ao socialismo nem sequer corroborava a luta armada, levando a crer que algumas das conclusões tiradas a partir da leitura dele estavam além do que o próprio autor pretendia. A importância do pensamento caiopradiano se dava por ele ressaltar o fato do Brasil continuar, apesar deste processo de industrialização, a ser um país subordinado e dependente, distante da consolidação de um capitalismo autônomo¹⁹⁶. Não apenas a grande penetração de capital estrangeiro, mas também o controle do processo tecnológico reduziria as possibilidades de autonomia, fragilizando a burguesia do país dependente. Isto se daria porque, como mostra Corsi em seus apontamentos sobre o pensamento de Caio Prado Jr,

A burguesia não teria condições de competir com as empresas estrangeiras, dado o diferencial no grau de concentração e centralização de capital que inviabilizaria qualquer concorrência mais equilibrada, o que levaria essa burguesia a se associar aos empreendimentos externos. Assim, as burguesias periféricas estariam condenadas à subordinação. As heranças de um passado colonial de classes dominantes subordinadas, vinculadas ao negócio de exportação, seriam reforçadas. Desta forma, a burguesia brasileira, como a de muitos outros países subdesenvolvidos, não seria antiimperialista, posição bem distinta daquela prevista pelo chamado modelo democrático-burguês, que acreditava na existência de uma burguesia nacional e antifeudal¹⁹⁷.

Devido às razões explicitadas, embora houvesse discordâncias entre o pensamento de Prado e a direção do PCB, ele também concebia que “somente após a constituição e desenvolvimento deste capitalismo nacional se colocaria o advento do socialismo¹⁹⁸”. Aproximava-se, deste modo, da defesa à revolução democrático-burguesa afirmada pela

¹⁹⁵ RICUPERO, Bernardo; SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda *apud* CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 145).

¹⁹⁶ CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 146).

¹⁹⁷ Idem, p. 150.

¹⁹⁸ Idem, p. 145.

“Declaração de Março de 1958”, mas não depositava qualquer esperança em uma “burguesia antiimperialista” nem tampouco na “superação dos restos feudais”. Longe disto, concebia que

o elemento basilar da política dos comunistas deveria estar nucleado pelo proletariado, e não subordinada à pretensa burguesia nacional, sendo que esse proletariado, na medida em que avançasse em sua organização, construiria alianças, inclusive com setores da burguesia que, por um motivo ou outro, momentaneamente, estivessem em divergências com o imperialismo, já que para Caio Prado, a burguesia brasileira não apresenta em sua essencialidade um caráter nacional¹⁹⁹.

O Brasil, sendo já um país capitalista, teria como saída a consolidação deste capitalismo com um desenvolvimento calcado em bases nacionais. Ainda, descrendo de qualquer esquema teórico preconcebido, Caio Prado Jr enfocava que o caráter da revolução brasileira “só poderia ser apreendido a partir da análise concreta da realidade brasileira²⁰⁰”.

Após esta análise do legado teórico de Caio Prado Jr, vejamos alguns elementos constituintes das críticas da ORM-Polop aos paradigmas pecebistas.

1.3.2 ORM-Polop

Sendo fundada em fevereiro de 1961, na cidade de Jundiaí- São Paulo, a ORM-Polop (ou simplesmente Polop) foi constituída por militantes advindos de diversas organizações e partidos de esquerda diferentes. Dentre estes, destacam-se a Juventude Socialista, da Guanabara; a Liga Socialista e a Juventude Trabalhista, de Minas Gerais; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e muitos militantes independentes²⁰¹. Também sua constituição teórica era extremamente diversificada, possuindo várias influências de diferentes teóricos marxistas. Dente estes, podemos citar

August Talheimer, dirigente do Partido Comunista Alemão nos anos 1920 e Nicolai Bukharin, bolchevique morto por Stalin nos anos 1930. Além das leituras de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo. Tudo isso, em grande parte, filtrado pela experiência de seu principal mentor intelectual, o comunista austríaco Eric Sachs²⁰².

¹⁹⁹ MAZZEO, Antonio Carlos. *op. cit.* (p. 162).

²⁰⁰ CORSI, Francisco Luiz. *op. cit.* (p. 151).

²⁰¹ SALES, Jean Rodrigues. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária e a revolução cubana nos anos 1960. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: 2013 (p. 316).

²⁰² Idem, p. 317.

Esta organização teve como principal contribuição teórica uma análise da sociedade brasileira que se afastava de todas as demais produzidas pelos demais partidos de esquerda até aquele momento, principalmente do PCB, então hegemônico. Seus militantes embasavam-se no pressuposto de que “a economia brasileira seria plenamente capitalista e a burguesia nacional era associada ao imperialismo, não restando outro caminho ao proletariado senão o da independência política e da revolução socialista²⁰³”.

Segundo Theotonio dos Santos, suas ideias foram estruturadas em crítica à “Declaração de Março de 1958”, acreditando que “a luta contra os elementos pré-capitalistas da sociedade, como a estrutura agrária, ‘contra o imperialismo e pela implantação da democracia não poderiam se dar nos marcos de um capitalismo democrático’²⁰⁴”. Deste modo, a única solução seria a revolução socialista, necessária para a resolução dos problemas da classe trabalhadora. Tal revolução se daria, basicamente, pela estratégia bolchevique, a partir de uma “insurreição de massas” comandada diretamente pela classe operária²⁰⁵.

Também a questão do nacionalismo era revista e criticada pela organização. Uma vez que a Polop via com descrença a possibilidade de a burguesia liderar qualquer revolução antiimperialista, os mesmos também desacreditavam de bandeiras nacionalistas e abraçavam o internacionalismo proletário. Segundo a concepção de Eric Sachs

se aceitarmos o movimento nacionalista como solução, aceitamos a continuação da tutela burguesa sobre o movimento operário e a renúncia às reivindicações de classe do proletariado que só podem impor-se contra a burguesia nacional. Se aceitarmos esta solução nós nos conformamos também com a tutela da burguesia sobre o movimento “antiimperialista” que nessas condições só poderá ser escrito com aspas. Pois a nossa burguesia não é diferente de suas irmãs que nasceram antes e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis²⁰⁶.

Isto não significava que Sachs fosse essencialmente contra o nacionalismo, tendo em vista que considerava que o mesmo ainda tinha “um papel progressista a desempenhar no

²⁰³ Idem, p. 315.

²⁰⁴ DOS SANTOS, Theotonio *apud* SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* (p. 317).

²⁰⁵ SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* (p. 317).

²⁰⁶ SACHS, Eric *apud* SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* (p. 319).

Brasil²⁰⁷”. Contudo, segundo Eurico Mendes, Sachs priorizava a participação independente da classe trabalhadora nas lutas, o que não seria possível com a priorização do nacionalismo pela classe trabalhadora. Isto ocorria devido ao fato de o nacionalismo ser “evidentemente uma ideologia burguesa e sua expansão no seio da classe operária deixaria esta à mercê da liderança ideológica e – para isso basta apenas um passo – orgânica da burguesia²⁰⁸”.

Baseado na necessidade de organização independente do proletariado brasileiro, Sachs pressupunha que o PCB havia falhado em sua

tarefa primordial, que era a de construir no proletariado a “consciência de classe que lhe permitisse preencher um papel independente na política nacional”. Mais que isso, o PCB sequer conseguiu aplicar os fundamentos teóricos do marxismo à realidade brasileira: “Ainda não foram criadas as bases teóricas e práticas do marxismo brasileiro²⁰⁹”.

Faz-se importante ressaltar que a Polop não era um partido de vanguarda tradicionalmente estruturado. Sendo caracterizada como uma organização ou movimento socialista independente, a organização propunha uma frente política na cidade e no campo²¹⁰. Da atuação orgânica destas frentes, no movimento real da luta de classes, nasceria um partido que aplicasse construtivamente o marxismo, já que os partidos tradicionais da esquerda brasileira já não eram considerados capazes de fazê-lo²¹¹. Esta realidade, experimentada precocemente pela Polop, estaria presente nas diversas organizações armadas que erigiram no Brasil após o Golpe de 1964.

1.3.3 Formação e caracterização do pensamento maoísta e sua incidência sobre a AP

Daniel Aarão Reis Filho, em suas análises sobre o maoísmo e sua incidência sobre os partidos marxistas brasileiros, alega que esta linha de pensamento pode ser caracterizada como uma adaptação do marxismo-leninismo às condições históricas e específicas da China. Posteriormente, a via revolucionária chinesa seria apresentada como “um caso exemplar para as demais sociedades asiáticas, em particular, e para o conjunto dos povos explorados e

²⁰⁷ MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na Encruzilhada; *Novos tempos*, n. 4, janeiro de 1958 <http://www.marxists.org/portugues/sachs/1958/01/movimento.htm>> Acesso em 22/09/2013, às 05:57.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Política Operária *apud* SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* (p. 319).

²¹¹ SALES, Jean Rodrigues. *op. cit.* (p. 318).

oprimidos pelo imperialismo”. Ou seja, de adaptação do leninismo para as condições chinesas, o pensamento de Mao Tsé-Tung se torna um “modelo revolucionário mundial” para os povos colonizados ou dependentes²¹². Tal afinidade que os povos colonizados, principalmente da Ásia, tiveram com o maoísmo, se deu principalmente pela forma como o mesmo se desenvolveu e as determinantes das quais o mesmo foi produto. Gerado dentro de um contexto de lutas antiimperialistas, havia um forte enfoque na questão nacional, juntamente com as quais

se associariam as guerras camponesas, que, em ondas sucessivas, formariam a base social dos conflitos até a vitória da luta de libertação nacional, em outubro de 1949. Lutas sociais camponesas violentas pela salvação nacional – aí temos, em resumo, desenhado o quadro geral de onde emergiria o maoísmo²¹³.

Além destas questões citadas, ainda havia diversos fatores que caracterizavam o maoísmo, alguns em consonância com o leninismo, outros de caráter inovador. Os aspectos que aproximavam ambas as linhas de pensamento seriam principalmente, no que tange à “reflexão geral sobre o imperialismo, a formulação sobre a aliança operário-camponesa e a tese central a respeito da imprescindibilidade de uma vanguarda, consciente e organizada de forma centralizada”. Além disto, também teve forte importância

a formulação de Stálin sobre o Bloco das Quatro Classes (burguesia nacional, pequena burguesia, campesinato e proletariado urbano), com as indicações provenientes da experiência dos Planos Quinquenais, em particular, e das características gerais que assumiu a construção do socialismo na URSS. Por exemplo, entre outras, a ideia de que o processo de construção da nova sociedade seria acompanhado pela radicalização crescente e impiedosa da luta de classes²¹⁴.

Também cabem destacar os traços peculiares relacionados ao maoísmo, que o diferenciava do leninismo. Possivelmente a maior delas se daria no que diz respeito à questão camponesa. Uma vez que os leninistas apregoava a subordinação do campesinato à direção do proletariado ou da burguesia progressista, os maoístas afirmavam a “autonomia do

²¹² AARÃO REIS FILHO, Daniel. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: *História do marxismo no Brasil volume 1: o impacto das revoluções*/João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (org.). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003 (p. 183-184).

²¹³ Idem, p. 185.

²¹⁴ Idem, p. 187.

movimento camponês”, bem como sua capacidade de dirigir o processo revolucionário a nível nacional²¹⁵. Segundo as formulações do comunista chinês Li Dazhao, a necessidade de salvação nacional tornava o povo chinês como povo proletário, “aliado do proletariado mundial na luta pela destruição do capitalismo e do imperialismo²¹⁶”.

Juntamente com o enfoque na capacidade do campesinato enquanto classe dirigente se aglutinavam diversos outros fatores. Agregado à tradição de lutas camponesas, estaria também as “expressões literárias da rebeldia contra a ordem dominante” e, juntamente, “a exaltação da coragem e da iniciativa, da perseverança e do uso da força armada, da arte militar²¹⁷”. Deste modo, os maoístas construíram sua concepção revolucionária baseados na ideia de que

Tanto a estratégia revolucionária da guerra camponesa prolongada (acúmulo de forças a partir de bases rurais libertadas, cerco das cidades pelo campo, força armada autônoma, adoção da metodologia da guerrilha popular) quanto o projeto de construção do socialismo (revolução ideológica, reeducação do povo pela pedagogia revolucionária, noção da atividade transformadora como um “serviço”, construção do homem novo), propostos pelo pensamento Mao Zedong, são regidos pelas referências camponesas e encontram sua maior concretização política e organizativa numa instituição camponesa, as Comunas Populares²¹⁸.

No contexto da revolução chinesa, a atuação do campesinato foi decisiva, estando os mesmos agrupados no Exército Popular de Libertação, encabeçado pelo Partido Comunista. Os princípios deste exército, contidos nos *Escritos Militares* de Mao Tsé-Tung, foram importantes para diversas guerrilhas na Ásia, África e América Latina, deixando clara a importância das virtudes militares para os maoístas. Dentre suas diretrizes, é relevante afirmar que

A sistematização da tática de guerrilha (enfraquecer o inimigo com repetidos ataques às suas forças dispersas e isoladas; concentrar em cada combate forças absolutamente superiores às do inimigo; jamais entrar em combate sem esmagadora superioridade e certeza da vitória; reforçar a guerrilha em homens e armas à custa do inimigo; definir como objetivo principal a aniquilação das forças vivas do inimigo), a perspectiva da guerra de longa duração, acumulando forças a partir das bases revolucionárias situadas em regiões

²¹⁵ Idem, p. 190.

²¹⁶ Idem, p. 188.

²¹⁷ Idem, p. 187.

²¹⁸ Idem, p. 188.

“fronteiriças”, de difícil acesso, a estratégia do cerco das cidades pelo campo, a luta pela obtenção da mais perfeita sintonia com as aspirações populares (o guerrilheiro deve operar junto das massas como um peixe na água), o estímulo a um agressivo estilo de luta, caracterizado pela coragem, pelo espírito de sacrifício, pela disposição de travar combates contínuos, são referências que se apresentarão a seguir como modelares para os povos colonizados ou dependentes às voltas com processos sociais revolucionários de tipo “nacional” ou “democrático-burguês”²¹⁹.

Devido à constituição do povo chinês, com mais de 90% de população camponesa, e até mesmo ao modo como se desenvolveu o processo revolucionário na China, com pouca participação dos trabalhadores urbanos, o maoísmo desenvolveria uma maior admiração ao camponês do que ao homem urbano. Com isso, após a vitória do Exército Popular de Libertação, o campesinato teve também suma importância para a formação do chamado “novo homem”, a partir de sua atuação nas chamadas “Comunas Populares”. Estas comunas solidificariam o maniqueísmo presente no pensamento maoísta no que diz respeito à relação campo – cidade, sendo idealizada a figura do camponês em detrimento da imagem do homem urbano. As virtudes revolucionárias, tais como “dedicação, disciplina, perseverança, austeridade, espírito de sacrifício”, seriam comumente referidas ao camponês, sendo este dotado de uma função pedagógica no momento da construção do socialismo na China. Já as cidades, “não raras vezes, seriam caracterizadas como centros de iniquidades, portadoras dos ‘desvios’ capitalistas, como o individualismo, o egoísmo, a sedução pelos valores burgueses, etc. Não é gratuito que a correção (a reeducação) fosse remetida ao universo rural”²²⁰.

Ainda, cabe dizer que o maoísmo, dentro da influência de Li Dazhao, era fortemente nacionalista. Tinha-se a ideia, primeiramente, de emancipação do país do jugo do imperialismo, e posteriormente de afirmar a China como uma nação socialista rica e próspera, que serviria de exemplo e guia da revolução mundial. Após o XX Congresso do PCUS, e do início do processo de desestalinização que ocorreria na URSS, vários partidos comunistas, a nível mundial, passam a apoiar as medidas tomadas por Krushev e adapta-las para suas realidades internas. Neste contexto, vários comunistas, descrentes da capacidade revolucionária dos soviéticos e, conseqüentemente, dos seus partidos, rompem com os mesmos e passam a conceber a China como “farol” da revolução mundial²²¹. O Brasil não ficaria externo a esta tendência.

²¹⁹ TSÉ-TUNG, Mao *apud* AARÃO REIS FILHO, Daniel. *op. cit.* (p. 195-196).

²²⁰ AARÃO REIS FILHO, Daniel. *op. cit.* (p. 192-193).

²²¹ Idem, p. 199-200.

A AP, originária da JUC (Juventude Universitária Católica), foi fundada em um congresso ocorrido em fevereiro de 1963 na Bahia. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, o movimento teria se aproximado do maoísmo ainda neste mesmo ano, quando a organização, concebendo-se enquanto uma alternativa ao PCB, enxergou no maoísmo embasamento para suas críticas aos soviéticos, que apregoavam a transição pacífica ao socialismo, bem como a coexistência entre o bloco socialista e o capitalista. Depois do Golpe de 64, a radicalização ocorrida no movimento em decorrência da situação política teria feito com que a AP se afastasse das estruturas hierárquicas da Igreja Católica, aproximando-se ainda mais do marxismo e reafirmando-se enquanto maoísta²²².

Além das críticas que desenvolviam ao revisionismo soviético, a AP teve outras razões para aderir ao maoísmo. Dentre elas, devem ser citadas

as propostas favoráveis à revolução violenta, a ênfase revolucionária no “rural” e no “popular”, em detrimento do apelo à classe operária (embora esta referência não fosse completamente excluída), [bem como] as críticas às concepções tradicionais de fazer política e de organizar-se para fazer política, típicas do modelo leninista de partido [...]²²³

Ainda, deve ser enfocada a importância da pedagogia revolucionária presente no maoísmo e em consonância com o perfil desenvolvido pela AP desde a sua fundação. De igual forma, devemos citar

a ética maoísta, caracterizando a ação revolucionária como um “serviço” ao povo, valorizando qualidades como a humildade, o trabalho paciente e anônimo, a austeridade, o igualitarismo, etc., propunha uma concepção comportamental que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, reinterpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada teologia da libertação, muito em voga em meados dos anos 60 e que contava com inúmeros adeptos entre os militantes da AP²²⁴.

Entre os anos de 1968 e 1972, a organização deveria rachar, tendo, no começo, uma parte deles saído e fundado o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), e

²²² AARÃO REIS FILHO, Daniel. *op. cit.* (p. 213).

²²³ Idem, p. 214.

²²⁴ Idem, p. 214.

posteriormente outros ainda foram para o PCdoB. Outra parte dissidente compôs a Ação Popular Marxista-Leninista (APML)²²⁵.

Após abordarmos um pouco a influência do legado maoísta na formação da AP, abordaremos brevemente o MNR e as Ligas Camponesas, primeiras organizações brasileiras a serem diretamente influenciadas pelo foquismo e pela Revolução Cubana.

1.3.4 Ligas Camponesas, MNR e o foquismo cubano

De acordo com Fernando Antônio Azevedo, as Ligas Camponesas foram formadas no período posterior à democratização de 1945, ligadas ao PCB, sendo, contudo, desarticuladas quando o registro do partido foi cassado em 1947, retornando apenas na metade dos anos 1950, desempenhando importante papel na região nordeste²²⁶. Segundo Dênis de Moraes, as mudanças no interior do movimento foram grandes no decorrer de sua existência, passando da concepção de uma atuação legal em prol das questões agrárias para, por volta de 1961, defenderem o socialismo enquanto um dos objetivos de luta, a ser conquistado principalmente pelo campesinato²²⁷.

Por volta de 1962, houve uma grave divergência entre os militantes do PCB do interior das Ligas com os demais, justamente devido à aproximação do movimento com o foquismo cubano, o que incentivou um processo de radicalização no mesmo, cujos militantes passaram a defender a ideia de “reforma agrária na lei ou na marra”. Segundo Carlos Alberto Barão, “Julião e vários dirigentes camponeses visitaram Cuba e a Venezuela, integrando a comitiva do então candidato à presidência da república, Jânio Quadros²²⁸”. Ainda sobre este episódio, Barão alega que

Quando a direção das Ligas incorporou a experiência da Revolução Cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, elas já defendiam a necessidade de um confronto direto com o bloco industrial-agrário para a conquista da reforma

²²⁵ Idem, p. 213.

²²⁶ AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (p. 55-59).

²²⁷ MORAES, Dênis de. *op. cit.* (p. 80).

²²⁸ BARÃO, Carlos Alberto. *op. cit.* (p. 285).

agrária almejada. Esta foi a raiz do confronto com o PCB e a causa da exclusão dos militantes deste partido nas Ligas. Os melhores quadros das Ligas de Pernambuco foram remanejados para outros estados do país, e os militantes mais firmes enviados para os campos de treinamento guerrilheiro, futuro núcleo do dispositivo militar das Ligas. O primeiro campo localizava-se em Goiás e os quadros eram compostos por alguns camponeses e, sobretudo, por universitários e secundaristas. Esta estrutura militar, dirigida por Clodomir dos Santos Moraes, tinha autonomia quase completa²²⁹.

Em 1963, contudo, inicia-se uma crise nas Ligas Camponesas, devido à pressão dos sindicatos dirigidos pela igreja e pelo PCB, devido ao processo de sindicalização rural que estava se desenvolvendo, com a tentativa de aparelhamento e, assim, maior controle dos rumos do movimento. Após este abalo, “em 3 de outubro de 1963 é criada uma nova organização política, tomando o nome Ligas Camponesas do Brasil, com uma nova estrutura orgânica constituída por uma Organização de Massa (OM) e uma Organização Política (OP), uma espécie de embrião de um partido agrário baseado no marxismo-leninismo²³⁰”. Antes disso, em 21 de abril de 1962, Francisco Julião tentou recuperar sua influência política com a criação do Movimento Tiradentes, defensor do socialismo e do legado cubano. Contudo, houve uma crise interna em outubro do mesmo ano, a partir da qual o mesmo foi expulso, passando o setor militar do movimento para o controle do PCdoB²³¹.

Já o Movimento Nacionalista Revolucionário é fundado após o Golpe de 64 enquanto tentativa de resistência armada, do qual fez parte o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Segundo Gilson Rebello, o treinamento militar do núcleo guerrilheiro em Caparaó começou no dia 26 de novembro de 1966, com a ida de 14 homens ao alto da serra, participando da direção, entre outros, Amadeu Rocha e Bayard Boiteux. Há versões e depoimentos que defendam o apoio de Cuba, tanto financeiro quanto em treinamento militar, ao movimento armado, doando recursos “para compra de armamentos, viver e uniformes”, objetivando a instalação de frentes militares²³².

A guerrilha, contudo, não foi à frente, pois o plano foi descoberto, sendo desarticulado antes mesmo que fosse disparado o primeiro tiro. Em 1966 ainda houve o rompimento entre

²²⁹ Idem, p. 286.

²³⁰ Idem, p. 286.

²³¹ Idem, p. 286.

²³² Idem, p. 287.

Brizola e Fidel Castro. Segundo Barão, o MNR teria sido, desta maneira, “o primeiro movimento guerrilheiro ocorrido no Brasil após 1964” que “adotou uma certa interpretação do foco e dos ensinamentos de Guevara e provavelmente foi apoiado por Cuba. Derrotada antes de disparado o primeiro tiro, a guerrilha, no entanto, não teve uma identidade marxista-leninista²³³”. Este ponto é importante, tendo em vista que a teoria do foco guerrilheiro poderia ser (e era) instrumentalizada por qualquer movimento que visasse a libertação nacional num momento de difusão de Ditaduras de Segurança Nacional, fosse ele revolucionário ou resistente. No caso recém exposto, trata-se de um movimento nacionalista.

Com o fracasso da possibilidade de formar uma guerrilha, os brizolistas permaneceram “tentando articular outras formas de resistência ao golpe por meio de contatos com lideranças políticas e militares que ainda atuavam legalmente no país²³⁴”.

Como pudemos perceber, o MR-8 foi formado em meio a um leque de influências diferentes, cada uma a seu modo destoante do PCB, de onde os militantes da DI-RJ vieram. Ainda que não se possa dizer que todos tenham possuído influência teórica sobre o movimento armado, podemos dizer que, a tentativa dos militantes da Dissidência do Rio de Janeiro de constituir, junto com os mesmos, uma “Frente Revolucionária”, diz muito sobre os pontos que estas organizações poderiam ter em comum. Ainda que não fossem muitos, mas um, ao menos, ficava evidente: a recusa aos paradigmas pecebistas de “revolução por via pacífica” ou de alianças com uma suposta “burguesia nacional”.

No próximo capítulo, analisaremos melhor as discussões teóricas a partir dos documentos produzidos pela própria organização, em que os mesmos, a partir de suas experiências e análises de conjuntura, delimitam passos, possibilidades e limites para a construção de um foco guerrilheiro, dentro das condições possíveis. De igual forma, analisaremos as obras *Guerra de guerrilhas*, de Che Guevara, e *Revolução na revolução*, de Régis Debray, paralelo à discussão sobre partido desenvolvida no *Que fazer?*, de Lenin, para que melhor possamos compreender as diretrizes que deram sustentação à curta trajetória deste movimento armado.

²³³ Idem, p. 287-288.

²³⁴ Idem, p. 288.

CAPÍTULO 2 – EMBATES TEÓRICOS NO MR-8: A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO NA FORMAÇÃO DE UMA VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA POLÍTICO-MILITAR

Neste capítulo serão abordadas questões inerentes à formação das bases teóricas do primeiro MR-8 até à sua vinda à região oeste do Paraná em 1968. Esta análise será feita tomando como base as divergências do grupo armado com a linha política do PCB e inserindo tal processo na conjuntura de fortalecimento das organizações armadas revolucionárias no Brasil. Buscaremos, a partir da compreensão deste momento histórico, compreender o MR-8 dentro de um contexto maior de radicalização política dos comunistas no Brasil. Dentre as fontes, serão analisadas especialmente neste capítulo obras teóricas e documentos produzidos pelo movimento, que discutiam questões essenciais da atuação revolucionária naquele momento, realizando análises conjunturais e expondo meios práticos de implantação do foco guerrilheiro. Estas fontes são de vital importância para compreender, principalmente, a formação das diretrizes teóricas que nortearam a ação do grupo guerrilheiro.

Para que melhor se possa compreender o processo de constituição do MR-8, este capítulo será dividido em três partes. Na primeira parte deste capítulo serão abordados os embates internos ao PCB que geraram a DI-RJ, bem como os referenciais teóricos dos quais partiram os quadros deste grupo para constituírem seus caminhos. Neste sentido, serão analisados a obra *Revolução na revolução*, do teórico francês Régis Debray, e os documentos “Tarefas aos revolucionários do Brasil”, “Importância do trabalho político no meio do proletariado”, “Situação socioeconômica”, “A importância da prática”, “[...] base operacional” e um outro documento que, mesmo que não se possa definir o nome, é importante pela exposição dos problemas na formação de uma estratégia e os meios de superar tais limites. Estes documentos dialogarão principalmente com as obras, dentre outros autores, de Debray e Guevara. As influências de Régis Debray e Ernesto Guevara terão grande enfoque tendo em vista não apenas o grau de importância que os mesmos tiveram na articulação do MR-8, mas também o fato de ser a marca que distingue esta organização de várias outras que existiram. Por esta razão, deixamos a primeira parte deste capítulo inteira para ponderar a influência do foquismo no grupo, tendo sido ponderadas as influências também importantes de Caio Prado Jr., do Maoísmo e da Polop no capítulo anterior, bem como a constituição da AP, MNR e Ligas Camponesas.

As obras *Revolução na revolução*, de Régis Debray, e *Guerra de guerrilhas*, de Che Guevara, serão analisadas tendo em vista a importância da teoria do foco guerrilheiro para a consolidação de uma concepção política revolucionária em contraposição à do PCB. Apesar das duras críticas realizadas à concepção foquista, acusada por vários militantes comunistas brasileiros de sectária, militarista, vanguardista e pragmática, estas obras terão aqui um enfoque especial. Suas análises serão de grande valor para compreendermos várias atitudes tomadas posteriormente pelo primeiro MR-8, inclusive na secundarização da importância da luta de massas e na articulação da revolução no meio urbano. Será necessária a análise de ambas, principalmente, devido às diferenças de conteúdo das obras de Guevara e Debray. Embora suas concepções de foco guerrilheiro possuam pouca diferença, a obra deixada por Che contém um caráter mais prático e operacional, enquanto a obra de Debray desenvolve de forma mais profunda as discussões sobre partido e guerrilha. Suas análises acerca das possibilidades de atuação revolucionária e os problemas que deveriam ser superados na constituição de uma vanguarda são de vital importância para a compreensão da curta atuação do MR-8, bem como de várias outras organizações armadas brasileiras.

Para análise destas fontes textuais, tanto da obra de Debray quanto dos documentos produzidos pelo MR-8, será necessário recorrer a recursos metodológicos para de análise de discurso. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, no artigo “História e análise de textos”, ponderam que “o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um ‘discurso’ que, assim considerado, ‘não pode ser visto como algo transparente’”. Deste modo, articulando-se “texto e contexto” podemos “buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos”. Ou seja, sem “negligenciar a forma do discurso”, devemos “relacioná-lo ao social²³⁵”.

Na segunda parte deste capítulo, será inserida a discussão sobre “partido” tendo como base o viés leninista contido na obra *Que fazer?*, de suma importância para a compreensão da forma do partido revolucionário, no que diz respeito à formação de uma linha revolucionária, a constituição de quadros profissionais e a importância do trabalho político no meio das várias

²³⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: *Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia*/CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997 (p. 377-378).

classes existentes em dada sociedade. De igual forma, o rechaço a tendências reformistas e burguesas como o “economismo”, o “espontaneísmo” e o “terrorismo” são de vital importância para a compreensão da atuação a partir do foco guerrilheiro, tendo em vista que, o que foi produzido por Che Guevara e Régis Debray, foi produzido tendo como base o que já havia: os partidos comunistas tradicionais, formados sob os preceitos leninistas. Devido ao teor da discussão desenvolvida por Lenin, a mesma será intercalada com a discussão de Debray situada em *Revolução na revolução*, devido ao fato de, por vezes, ambas possuírem um teor bem próximo, abordando problemas similares.

Levando em consideração a conjuntura de repressão política existente no Brasil, que contribuiu para que vários comunistas abandonassem a possibilidade de atuação pela via pacífica e duvidassem da funcionalidade do tradicional partido marxista-leninista, tais guerrilhas serão pensadas, tal como aborda Debray, enquanto “partidos” de novo tipo. Levando em consideração que, na perspectiva do teórico francês, a maioria dos partidos comunistas na América Latina não haveria cumprido suas tarefas históricas, a formação de uma vanguarda revolucionária deveria dar-se de forma independente. A formação de um novo partido viria futuramente, sendo este fruto de um exército revolucionário que, por sua vez, fora gerado pelo poder transformador do foco.

Na terceira parte deste capítulo serão analisados os documentos produzidos pela organização de modo a compreender os embates ocorridos no interior da mesma, bem como as influências teóricas que incidiram sobre ela. A partir de tais documentos, veremos claramente o quanto as novas diretrizes teóricas e operacionais, legitimadas pela vitória da Revolução Cubana, foram importantes para a constituição de pontos de partida que buscassem a resposta ao problema da constituição de uma estratégia revolucionária. A busca por uma linha político-militar e os limites na constituição de uma teoria revolucionária nos possibilitarão enxergar as divergências e embates ocorridos prematuramente no MR-8, dando aos mesmos um real caráter de “movimento”.

2.1 FORMAÇÃO DAS DIRETRIZES TEÓRICAS E PRÁTICAS DO MR-8: O FOCO GUERRILHEIRO

O MR-8, tendo sido um dos primeiros movimentos revolucionários armados de orientação marxista a atuar e ser desbaratado no Brasil, experimentou em seu processo de

formação diversas angústias e problemas que os outros grupos armados com objetivos similares viriam a sofrer. A partir das fontes, pode-se constatar que um dos principais problemas vivenciados foi o embate entre guerrilha e partido, entre a viabilidade de constituir o partido ou a guerrilha, e se o caráter da luta deveria ser foquista ou insurrecional. Aluizio Palmar deixa bem claro este conflito no que diz respeito ao partido, ao afirmar que “o objetivo era construir um partido revolucionário, mas como nós vamos construir um partido revolucionário? [...] nós vamos construir na luta! Mas era isso que Debray sistematizou, não é? Formar partido na ponta do fuzil, essa história toda²³⁶”. Neste momento de incertezas, a Revolução Cubana e a teoria do foco guerrilheiro, a partir de Guevara e principalmente Debray, foram de vital importância enquanto pontos de partida para a construção da crítica aos paradigmas pecebistas. Segundo Palmar,

nós nos inspiramos na experiência revolucionária de Cuba para defender que era possível fazer a revolução socialista a partir do foco guerrilheiro. Nós conhecíamos a teoria do foco através dos escritos de Che Guevara, mas foi a cópia de um livrinho mimeografado que o Umberto Trigueiros Lima conseguiu com o pessoal da Polop e me entregou certo dia no Jardim São João, em Niterói, que suscitou nosso entusiasmo para ‘subir a serra’. O livrinho era *Revolução na Revolução*, do teórico francês Régis Debray²³⁷.

Ainda, em sua entrevista, Aluizio Palmar estabelece um dos fatores que levaram ao entusiasmo para com Debray e a recusa pela construção do partido anteriormente à luta: a repressão que incidia sobre as diversas organizações de trabalhadores e camponeses naquele momento, alegando que

O Regis Debray deu um caminho quando nós estávamos perdidos na questão: construir partido revolucionário, fazer a luta de massas ou luta de guerrilha...nós sabíamos que não era esse caminho porque não estava dando, e quando decidimos que não estava dando veio o “Revolução na Revolução” de Regis Debray, ele mostra “não, vocês estão certos²³⁸”.

As obras de Regis Debray e Che Guevara, de um modo geral, visam orientar os revolucionários latino-americanos usando como ponto de partida a experiência cubana. Para isto, ambos apresentam, de forma bastante pragmática, mas sem perder a perspectiva da teoria

²³⁶ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

²³⁷ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 268).

²³⁸ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

revolucionária, alguns aspectos importantes de como articular a luta através do foco em uma zona de mata densa que, após alguns ataques ao exército inimigo, começaria a angariar o apoio do campesinato e assim constituir um verdadeiro “Exército Revolucionário”. Uma das diferenças, contudo, é que Debray desenvolve diversas análises acerca da formação dos partidos revolucionários na China e no Vietnã e, com base nisto, formula todo um raciocínio que afirma que tais experiências não eram adequadas às condições latino-americanas. Deste modo, ao invés de desenvolver partidos dos quais surgiria o Exército Revolucionário, algo impossibilitado por uma conjuntura permeada por Ditaduras, é proposto a formação de focos guerrilheiros nos quais não haveria subordinação do fator militar ao fator político, ambas as formações se dariam ao mesmo tempo e a vanguarda política seria, ao mesmo tempo, militar.

Baseando-se nesta influência da obra do Régis Debray nas posteriores ações do MR-8, todas envolvidas no objetivo da implantação de um foco guerrilheiro no campo, é que realizaremos a seguir a análise das obras *Guerra de guerrilhas*, de Che Guevara, e *Revolução na revolução*, bem como de alguns documentos produzidos por quadros do MR-8.

2.1.1 A “teoria do foco guerrilheiro” na obra *Guerra de guerrilhas*

Aluizio Palmar, em sua obra *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, corrobora a afirmação do historiador Jacob Gorender em seu clássico *Combate nas trevas*. Segundo Palmar,

A Dissidência Comunista do Estado do Rio foi a única das organizações político-militares oriundas do PCB que tentou por em prática ao pé da letra a proposta guevarista do foco guerrilheiro. Nós éramos extremamente sectários na defesa da teoria de que um grupo de combatentes enraizados numa área rural, com um mínimo de infra-estrutura e combatendo esporadicamente, poderia mobilizar o país para a luta contra a ditadura e pelo socialismo²³⁹.

No momento da queda do MR-8, dentre as várias matérias jornalísticas que saíram noticiando o ocorrido, se faz necessário citar uma particularmente interessante que, baseada nos depoimentos de Aluizio Palmar ao DOPS/PR, aborda a influência de Che Guevara e da Revolução Cubana na constituição desta organização político-militar (OPM). Intitulada “Guevara dá processo aqui”, a mesma narra que “com base no livro de ‘Che’ Guevara Guerra

²³⁹ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 277-278).

de Guerrilhas – o grupo aprendeu técnicas como ‘marcha de coluna’, esquemas ‘vanguarda-centro-retaguarda’, ‘lei do nomadismo’ e ‘coberturas para o reconhecimento’²⁴⁰. Estas técnicas de guerrilha aprendidas revelam parte do caráter pragmático que reveste esta obra que foi de tamanha importância não só para o MR-8 como também para todo e qualquer movimento revolucionário latino-americano que buscasse na experiência cubana um ponto de partida para a construção de uma vanguarda revolucionária que possibilitasse a libertação nacional através da derrubada das ditaduras burguesas que assolavam o subcontinente. Palmar, em sua obra, descreve resumidamente o que seria a teoria do foco guerrilheiro com base no legado de Che, afirmando que

o foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa e contra-ataques do Exército. Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levando a luta armada a outras regiões²⁴¹.

Sendo escrita no início de 1960, após a vitória do Exército Guerrilheiro Cubano contra as forças do Ditador Fulgêncio Batista, *Guerra de guerrilhas* “buscava sistematizar certos ensinamentos da Revolução Cubana”²⁴². Este livro, que retrata pragmaticamente todo o processo de constituição do foco guerrilheiro, passando pela constituição de colunas guerrilheiras até chegar ao estabelecimento de um Exército Regular que combaterá o exército da repressão, não intentou ser, em nenhum momento, um manual a ser seguido mecanicamente. Esta obra, escrita a partir das reflexões de Guevara sobre os erros e acertos do Exército Revolucionário Cubano, deveria servir de ponto de partida para a concretização da revolução nos vários países da América Latina em uma conjuntura marcada pela repressão política materializada nas Ditaduras a serviço do imperialismo estadunidense. A importância da teoria do foco guerrilheiro enquanto leitura das possibilidades de deflagração da revolução socialista na conjuntura vivida pelos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970 fica bem clara no momento em que Guevara afirma que

Onde um governo tenha subido ao poder por alguma forma de consulta popular, fraudulenta ou não, e se mantenha pelo menos uma aparência de

²⁴⁰ “Guevara dá processo aqui”. Recorte de jornal, s/ referência. Arquivo Público do Paraná, Pt. 1412.167

²⁴¹ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 268).

²⁴² BARÃO, Carlos Alberto. *op. cit.* (p. 273).

legalidade constitucional, o foco guerrilheiro é impossível de se produzir, por não haver se esgotado as possibilidades da luta cívica²⁴³.

A ligação entre a existência de um regime que reprima os fundamentos da legalidade burguesa e a possibilidade de concretização da luta armada a partir do foco guerrilheiro foi uma das razões que estiveram presentes não apenas a análise do MR-8 como de vários outros grupos que abandonaram a luta por via pacífica.

Por sua vez, uma das razões pelas quais esta obra não pode ser tomada mecanicamente se deve ao fato da estratégia do Exército Guerrilheiro dever “adequar-se a uma análise das capacidades do inimigo, levando em consideração que o objetivo final é derrotar seu exército. Deste modo, o inimigo deve ser analisado cuidadosamente, desde em seus costumes até em seu arsenal”²⁴⁴. De igual forma, o guerrilheiro deveria ser um grande conhecedor do terreno em que lutasse, para que, com o apoio da população, tivesse melhores condições de atacar e se esconder do inimigo²⁴⁵. Deste modo, embora fossem importantes naquele momento as instruções existentes neste livro, os guerrilheiros de cada país e região específica deveriam dispor de conhecimentos táticos para a implantação do foco nas mais diferentes condições, tendo sempre a capacidade de atingir os pontos débeis do inimigo e utilizar cada circunstância do processo de luta armada a seu favor.

Embora este ponto já tenha sido focado no final do capítulo anterior, cabe reiterar que as principais lições aprendidas com a Revolução Cubana, a partir do *Guerra de Guerrilhas* são:

- 1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército.
- 2) Nem sempre há que se esperar que se deem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode cria-las.
- 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo²⁴⁶.

Baseando-se nestes três pressupostos fundamentais, Guevara atacava, primeiramente, a atitude comodista de vários ditos revolucionários que calcavam sua inatividade na força do exército repressor e na espera que, mecanicamente, se dessem “todas as condições objetivas e

²⁴³ GUEVARA, Ernesto “Che”. *op. cit.* (p. 14).

²⁴⁴ *Idem*, p. 19.

²⁴⁵ *Idem*, p. 16.

²⁴⁶ *Idem*, p. 13.

subjetivas necessárias, sem preocupar-se em acelera-las²⁴⁷”. Diferentemente disto, fazia-se fundamental “mostrar claramente para o povo a impossibilidade de manter a luta por reivindicações sociais dentro do plano da luta cívica²⁴⁸”. Enquanto o encaminhamento das lutas e contestações dentro dos marcos legais fosse visualizado enquanto uma possibilidade, a revolução armada não seria deflagrada. Em *Guerra de guerrilhas*, o caráter de luta guerrilheira enquanto uma “luta de massas” fica bastante claro. Embora o núcleo guerrilheiro, inicialmente constituído por cerca de dez a quinze homens, fosse essencial para a constituição da vanguarda revolucionária, se fazia necessário aos quadros guerrilheiros “contar com todo o apoio da população, sem a qual não será possível o desenvolvimento da luta armada²⁴⁹”.

Quanto ao terreno escolhido para implantação do foco e consolidação da luta armada ser o campo, Guevara baseou seu “diagnóstico” em pelo menos três fatores, dentre eles a grande participação dos camponeses na vida política dos países latino-americanos, as dificuldades de articulação da revolução nos países governados por Ditaduras e, conseqüentemente, a maior dificuldade da repressão para dismantelar as forças guerrilheiras quando ocultas nas florestas densas ou nos povoados campesinos²⁵⁰. Levando em consideração que a luta não seria feita sem o apoio da população, juntamente com a compreensão de que o campo seria o lugar adequado para o estabelecimento do foco nas condições latino-americanas, Che postula que os guerrilheiros teriam que, principalmente nos primeiros momentos, depender do apoio e da discrição dos camponeses. Deste modo, se faria necessário que os quadros componentes do foco estivessem em sintonia com as reivindicações dos camponeses, principalmente no que diz respeito à “mudança da composição social da propriedade da terra”. Ou seja, dever-se-ia realizar junto aos camponeses uma propaganda baseada na “aspiração pela posse da terra”, sendo o revolucionário, antes de tudo, um “revolucionário agrário²⁵¹”.

Um dos traços mais marcantes da obra *Guerra de guerrilhas*, neste sentido, é a importância do campesinato na luta armada e, deste modo, das relações que deveriam travar-se entre campesinato e os guerrilheiros. Para viabilizar esta interação, a conduta moral dos componentes da vanguarda revolucionária deveria ser de uma tal austeridade de modo que os camponeses dessem crédito ao projeto político pretendido, sendo o guerrilheiro um “asceta”.

²⁴⁷ Idem, p. 13-14.

²⁴⁸ Idem, p. 14.

²⁴⁹ Idem, p. 15.

²⁵⁰ Idem, p. 14-15.

²⁵¹ Idem, p. 16.

De igual forma, deve-se levar em consideração que a interação entre guerrilheiros e camponeses não seria mecânica, onde apenas o campesinato aprenderia fundamentos revolucionários a partir da propaganda e da agitação. Também o campesinato teria a função de ajudar o guerrilheiro “técnica, econômica, moral e culturalmente”. Nisto pressupõe-se desde o apoio logístico, a discricção e a realização de ligações entre a guerrilha e outras cidades ou povoados (enquanto informantes) como também a educação dos guerrilheiros advinda da experiência da vida no campo, com todas as dificuldades e a carga cultural que isto significa. É necessário frisar que o guerrilheiro possui o conhecimento teórico revolucionário, mas não passou pelas dificuldades das quais o camponês passou. Logo, “o produto desta interação, do guerrilheiro com seu povo, surge a radicalização progressiva que vai acentuando as características revolucionárias do movimento e vão dando uma amplitude nacional²⁵²”.

O enfoque nesta obra da potência revolucionária do campesinato, contudo, não para por aí. Os camponeses são considerados por Guevara o melhor guerrilheiro, resguardado, é claro, as diferenças individuais que devem ser estudadas dentro de cada caso específico. Inclusive nos critérios de escolha de guerrilheiros por idade, Che afirma que

Um camponês, por exemplo, será muito mais resistente que um homem da cidade. Um homem da cidade, acostumado a exercícios físicos e à vida saudável, será muito mais eficiente que um homem que viveu sua vida num escritório, mas em termos gerais, pode-se dizer que a idade máxima do combatente, na etapa armada da guerrilha, não deve ser maior do que quarenta anos, salvo algumas exceções que se dão, sobretudo entre os camponeses²⁵³.

Além disto, também é enfocada a capacidade revolucionária do campesinato pelas razões que o motivam a aderir à luta armada. O ideal pelo qual se daria “a vida sem o menor vacilo”, existente entre praticamente todos os camponeses, seria o “desejo de ter seu pedaço de terra para trabalha-la e desfrutar de um tratamento social justo”. Já entre operários urbanos, estaria o desejo de “ter trabalho, receber um salário adequado e também um tratamento social justo”, ao passo que estudantes e profissionais tenderiam lutar por “ideais mais abstratos”, tal

²⁵² Idem, p. 39-40.

²⁵³ Idem, p. 43.

como o sentimento de liberdade²⁵⁴. A importância da adesão de camponeses faz-se tamanha, principalmente no início, que é sempre fundamental que haja guerrilheiros oriundos da zona de atuação, que conheçam o povo, o terreno, e tenham sede de justiça social²⁵⁵.

Outro ponto importante tratado por Guevara nesta obra é a importância das virtudes militares a serem cultivadas pelos membros do foco. O primeiro a cultivar tais virtudes deverá ser o comandante do núcleo combatente, sendo um dos principais recursos educativos o exemplo. Neste sentido, o comandante deverá ser o primeiro a dar o exemplo de sacrifício, seriedade e coragem aos demais guerrilheiros, sendo estas as provas que delimitarão quem subirá de posto no decorrer da luta²⁵⁶. Além das virtudes políticas que o guerrilheiro deverá cultivar, levando em consideração que é um “reformador social” que luta por mudanças estruturais na sociedade em que vive²⁵⁷, o mesmo também deverá ser possuidor da coragem de matar e morrer pelos ideais em que acredita²⁵⁸. Precisarás estar flexível a todas as circunstâncias, tendo a capacidade de sempre reverter os acidentes de ação a seu favor, (re)inventando a própria tática a cada momento²⁵⁹. Para adquirir tal disciplina e capacidade de ação, o mesmo deverá passar por um duro treinamento, principalmente nos primeiros momentos da instalação do foco guerrilheiro, acostumando-se à vida de privações que terá enquanto guerrilheiro. Segundo Guevara,

De início, as privações suportadas o convertem em um verdadeiro eleito, depois de haver passado por provas difíceis, para chegar a incorporar-se no reino de um exército mendigo, que não deixa rastros de seus passos por nenhum lado. Devem ser feitos exercícios físicos de dois tipos, basicamente; uma ginástica ágil, com ensinamentos para a guerra de tipo comando, agilidade no ataque e na retirada, e marchas forçadas, extenuantes, que vão endurecendo o recruta para esta vida. Realizar, sobretudo, vida ao ar livre. Sofrer todas as inclemências do tempo, num contato estreito com a natureza, como se faz na guerrilha²⁶⁰.

²⁵⁴ Idem, p. 44.

²⁵⁵ Idem, p. 40-41.

²⁵⁶ Idem, p. 56.

²⁵⁷ Idem, p. 16.

²⁵⁸ Idem, p. 18-19.

²⁵⁹ Idem, p. 24.

²⁶⁰ Idem, p. 91-92.

Todo este treinamento fazia-se necessário para as privações que o guerrilheiro viria a passar posteriormente, por vezes guerreando dias a fio, passando fome e sede, exposto a todas as adversidades climáticas que ocorreriam e vivendo sem possibilidade de asseio contínuo²⁶¹, tendo também que carregar, em sua mochila, todos os pertences estritamente necessários para a sua sobrevivência²⁶². De igual forma, outras qualidades seriam necessárias para não colocar em risco a si mesmo e ao foco durante o processo da luta contra o exército inimigo, dentre elas o extremo companheirismo, nunca abandonando seus companheiros feridos no campo de batalha; a discrição, não falando nem uma palavra além do necessário; o preparo físico para tornar-se infatigável; e a percepção aguçada para saber mudar o curso dos acontecimentos e utilizar todas as oportunidades a seu favor²⁶³. Devido a toda esta série de dificuldades e limitações pelas quais seria necessário passar, há nesta obra a construção idílica da figura do revolucionário enquanto um “eleito”, que venceu a si mesmo e às adversidades propiciadas pelo ambiente e pela constante guerra, tornando-se apto para constituir uma vanguarda de libertação nacional.

Cabe agora, abordar parte por parte o desenvolvimento, em teoria, da luta armada a partir do foco guerrilheiro dentro da concepção de Ernesto Guevara. Na primeira etapa, escolhe-se uma zona de operações que seja favorável à atividade guerrilheira e faz-se um levantamento completo da mesma, para que haja conhecimento do terreno, principalmente de seus pontos de fuga, caminhos secundários, população local e fontes de abastecimento²⁶⁴. Feito o levantamento, o núcleo guerrilheiro, constituído de um pequeno grupo de homens (entre dez e quinze) esconde-se em um local agreste, de preferência de mata densa, mantendo poucos contatos com os camponeses. Após alguns ataques bem sucedidos ao exército inimigo a fama do grupo armado tenderia a crescer entre os camponeses sem-terra ou posseiros, e com isso podem começar a andar entre a população com menor risco, engrossando também suas fileiras com os novos guerrilheiros que aos poucos se alistariam constituindo o que viria a ser o “Exército Regular”²⁶⁵.

Neste momento da luta, os ataques ao exército inimigo deverão ser feitos preferencialmente à noite, e, como o número de guerrilheiros é pequeno frente ao exército,

²⁶¹ Idem, p. 45.

²⁶² Idem, p. 44.

²⁶³ Idem, p. 42.

²⁶⁴ Idem, p. 26.

²⁶⁵ Idem, p. 66.

deverão ser ataques rápidos e implacáveis, com fuga rápida também²⁶⁶. Justamente por esta razão a “característica fundamental da guerrilha é a mobilidade, o que permite estar em poucos minutos longe da cena específica da ação e em poucas horas longe da região da mesma, se fosse necessário²⁶⁷”. Estes ataques rápidos, realizados preferencialmente à noite, não possuem unicamente a intenção de produzir baixas no exército da repressão, mas também produzir efeitos psicológicos negativos, dando a impressão aos inimigos que “um cerco completo rodeia o adversário”, razão pela qual as incursões devem ser constantes²⁶⁸. Segundo Guevara, o termo conhecido naquele momento que concebia o guerrilheiro enquanto o “jesuíta da guerra” se devia a “uma qualidade de traição, de surpresa, de noturnidade, que são evidentemente elementos essenciais da luta guerrilheira²⁶⁹”. Outra passagem que deixa clara a qualidade dos ataques-surpresa ao exército da repressão:

“Morde e foge” lhe chamam alguns pejorativamente, e é exato. Morde e foge, espera, espreita, torna a morder e a fugir e assim sucessivamente, sem dar descanso ao inimigo [...] tudo é consequente com a estratégia geral da guerra de guerrilhas, que é igual em seu fim último a de qualquer guerra: conseguir o triunfo, aniquilar o inimigo²⁷⁰.

À medida que o núcleo guerrilheiro vai arregimentando mais combatentes, há a tendência da guerrilha passar por um processo de sedentarização, constituindo a segunda etapa do processo de constituição da luta armada. Com isto, formam-se acampamentos provisórios, que devem ser abandonados ao passo que as forças inimigas tomem conhecimento dos mesmos. Continuando o aumento numérico da guerrilha, no momento que for possível estabelecer um acampamento fixo, se faz necessária a criação de pequenas indústrias, tais como sapataria, casa de armas, padaria, hospitais, rádio, e talvez gráfica. Neste momento, a guerrilha ganha toda a forma de um pequeno governo, com leis próprias em seus domínios. O núcleo deverá ser forte para resistir aos ataques inimigos que virão, ainda mais que as primeiras vitórias sobre o exército da repressão é que aumentarão o moral da tropa.

²⁶⁶ Idem, p. 18.

²⁶⁷ Idem, p. 22.

²⁶⁸ Idem, p. 20.

²⁶⁹ Idem, p. 17.

²⁷⁰ Idem, p. 18.

É a partir daí que deve haver a intensificação do trabalho de doutrinação das massas dentro dos pressupostos da teoria revolucionária, juntamente com a criação de escolas de recrutas para preparar o povo para a revolução. Com as novas vitórias obtidas pela guerrilha, ocorre também a captura de novas armas e munições, que possibilitarão a criação de um maior arsenal bélico. No momento em que o crescimento do núcleo guerrilheiro for de um tamanho que já não seja mais eficiente em suas investidas, torna-se necessária a criação de novas colunas guerrilheiras em outras zonas de operação, mas sempre mantendo uma coluna principal que deverá estar mais protegida que as demais. Em momentos oportunos, poderá haver a união de todas as colunas em um único exército para um único ataque direcionado às forças repressivas, separando-se novamente após a operação²⁷¹.

Sendo esta etapa da luta constituída em um ou mais territórios já declaradamente guerrilheiros (zona libertada), devem-se tomar alguns cuidados para com os camponeses e suas famílias. Por vezes, em territórios como estes, quando há a invasão do exército inimigo, diversos camponeses agregam o Exército Guerrilheiro deixando seus afazeres e terras para trás, em alguns casos trazendo suas famílias, em outros até mesmo deixando-as. Nestes casos, pode ocorrer de, quando o inimigo penetrar na área, as famílias estarem vulneráveis, tornando-se presa fácil da represália do exército inimigo, que ou utilizará suas más condições como contrapropaganda à guerrilha, ou as vitimará como forma de vingança ao camponês que agregou a guerrilha. Deve-se, portanto, ter todo o cuidado de dar suporte às famílias da zona libertada para que os objetivos da guerrilha não sejam comprometidos²⁷².

Na terceira e última etapa, já há um Exército Revolucionário constituído, com um considerável arsenal bélico adquirido da vitória sobre o exército inimigo. Neste momento, se faz necessário a constituição das chamadas “guerrilhas suburbanas”, que se instalarão, subordinadas ao comando de outra coluna guerrilheira situada no campo, nas proximidades das cidades. Estas pequenas guerrilhas terão a incumbência de realizar atos de sabotagem que, já neste momento de guerra avançada contra as forças da repressão, limitarão as possibilidades de ação inimiga e semearão a intranquilidade no meio urbano. Dentre as ações deste pequeno núcleo, estariam a sabotagem de estradas e trilhos, assim como postes de energia elétrica, telefone e telégrafos, dificultando a comunicação no interior do país, assim

²⁷¹ Idem, p. 66-67.

²⁷² Idem, p. 64-65.

como a permanência nas cidades. De igual forma, deveriam ser sabotadas empresas estratégicas, como usinas de energia elétrica e fornecimento de água, que auxiliariam nos propósitos da revolução²⁷³. Deve-se levar em consideração que, estando em terrenos extremamente desfavoráveis²⁷⁴ à luta guerrilheira, as guerrilhas suburbanas não terão autonomia de ação, deverão ser constituídas por no máximo cinco pessoas e contarão com a ajuda de pouquíssimas famílias²⁷⁵. As ações, realizadas no período noturno, deverão ser ainda mais rápidas, tendo em vista que em qualquer erro, a morte ou a tortura são destino certo.

Sobre o aspecto da sabotagem, cabe ressaltar que a mesma diferencia-se fundamentalmente de ações terroristas, sendo estas inclusive rechaçadas dentro da percepção guevarista, a não ser em casos muito particulares. Por vezes, o terrorismo pode servir a propósitos revolucionários quando usado contra algum agente da repressão de destaque, principalmente algum que atraia o ódio das massas. Contudo, não são recomendáveis ações terroristas quando as mesmas resultarem na morte de inocentes, podendo assim ser a ação instrumentalizada pela Ditadura contra os guerrilheiros²⁷⁶. Até mesmo atos de sabotagem deverão ser bem ponderados, escolhendo apenas pontos estratégicos, pois sendo realizados contra indústrias ou em qualquer ponto que não seja de importância vital em dada região, o ato apenas deixará trabalhadores sem emprego²⁷⁷.

Lenin, em sua obra *Que fazer?*, realiza diversas críticas ao terrorismo praticado na Rússia, postulando-o enquanto uma atitude voluntarista encorajada por liberais ou por vezes ainda liberais disfarçados de marxistas²⁷⁸. Tais ações, por vezes, significavam uma forma de escape ou manifestação da indignação de intelectuais militantes desacreditados na possibilidade da luta de massas, que realizavam então ataques isolados às autoridades crendo estar cumprindo seus papéis devidamente. Em contraposição aos mesmos, Lenin concebe o terrorismo enquanto a “mais ardente indignação dos intelectuais que não sabem ou não podem

²⁷³ Idem, p. 67.

²⁷⁴ Para ponderar o que é “favorável” ou “desfavorável”, baseamo-nos aqui nos pressupostos de Che Guevara contidos na página 35 desta obra, que pressupõe que todo o terreno favorável à vida humana, com facilidades de acesso e obtenção de recursos, é desfavorável aos propósitos guerrilheiros, tendo em vista a maior facilidade da repressão desbaratar o movimento.

²⁷⁵ GUEVARA, Ernesto “Che”. *op. cit.* (p. 35-36).

²⁷⁶ Idem, p. 24-25.

²⁷⁷ Idem, p. 25.

²⁷⁸ LENIN, Vladimir. *op. cit.* (p. 60).

conjugar o trabalho revolucionário e o movimento operário²⁷⁹”, realizando assim um trabalho político desprovido da essencial base operária.

Em um momento tão importante da luta contra as forças militares inimigas, se faz ainda mais importante que antes investir na propaganda, tanto no interior do Exército Regular quanto em amplitude nacional²⁸⁰. Nestas passagens, fica bem exposta a importância da mídia no desenrolar da revolução, sendo naquele momento o principal meio de comunicação o rádio, mas também sendo importantes jornais e panfletos. Segundo Guevara, a propaganda a nível externo deveria ser “de tipo nacionalista, orientadora, explicando as vitórias obtidas pelos companheiros da guerrilha, convocando para lutas efetivas de massas os operários e os camponeses e dando informes, se houver, das vitórias obtidas nesta frente²⁸¹”. Deste modo, fica clara que, tal como ocorrera na Revolução Russa e nas revoluções em países como China, Camboja e Vietnã, o sucesso da revolução depende da possibilidade de “soldar” as insatisfações mais específicas e regionais do operariado e do campesinato aos problemas mais gerais e estruturais, que abrangem a nação como um todo. Sobre isto, Gorender afirma que

Conforme demonstrou magistralmente Eric Wolf, as lutas camponesas tendem por si mesmas ao isolamento regional e só saem dele quando se associam a uma causa nacional. Na China, foi a guerra antijaponesa que transformou o exército de Yenam numa força capaz de derrubar Chiang-kei Chek. No Vietnã, a luta camponesa se identificou à guerra de libertação contra o colonizador francês. O mesmo na Argélia. Em Cuba, a guerrilha encontrou o terreno preparado pelo movimento nacional contra a ditadura de Batista²⁸².

Ainda sobre a propaganda revolucionária, cabe abordar que nos momentos decisivos da guerra contra a Ditadura burguesa, esta possui a função de explicar

as grandes palavras de ordem no movimento revolucionário, da greve geral no momento oportuno, de ajuda às forças rebeldes, da unidade, etc. Podem-se publicar alguns outros periódicos, de ação, por exemplo, explicando a tarefa dos elementos não-combatentes de toda a ilha, que se ocupam todavia de

²⁷⁹ Idem, p. 59.

²⁸⁰ GUEVARA, Ernesto “Che”. *op. cit.* (p. 88).

²⁸¹ Idem, p. 77.

²⁸² GORENDER, Jacob. *op. cit.* (p. 90).

diversos atos de sabotagem, de atentados, etc. Dentro da organização podem haver periódicos destinados a soldados inimigos, onde se lhes explique uma série de fatos desconhecidos por eles²⁸³.

Nesta última etapa da constituição do Exército Regular e da luta contra o Estado burguês (nesta conjuntura, constituído por um governo abertamente Ditatorial) a guerra deverá se estender até a vitória do proletariado armado, que possibilitará a construção de um Estado socialista.

Quanto à teoria do foco guerrilheiro, Jacob Gorenader problematiza a tendência que se desdobrou após vitória dos guerrilheiros sobre as tropas de Fulgêncio Batista em revestir a experiência cubana de um “mito”, corroborado inclusive por Fidel Castro, de que o núcleo guerrilheiro que ativou a luta de massas em Cuba teria surgido “do nada”, a partir do potencial criativo de poucos guerrilheiros. Segundo Gorenader, a iniciativa armada teria sido esmagada se não tivesse contado com o apoio de sindicatos, movimentos e partidos de esquerda e até mesmo por forças políticas burguesas. Em outras palavras, “desde antes, o grande motor – as massas – já estava em funcionamento”²⁸⁴. Contudo, dada à necessidade de “sancionar o monopólio material da coerção pela legitimação ideológica e perante as demais correntes participantes da revolução e perante as massas²⁸⁵”, o mito de caráter voluntarista do foco enquanto “criador de condições subjetivas”, que inicia a luta “do zero”, demonstrou funcionalidade. Devido a este ocorrido, prevaleceu, em diversos partidos e organizações comunistas, a visão do foquismo enquanto “voluntarismo”, desprezando toda a complexidade da qual a guerra de guerrilhas é revestida a partir das concepções de Guevara e Debray, bem como os limites e possibilidades de deflagração da luta armada a partir do foco em cada oportunidade histórica.

2.1.2 Os embates entre partido e guerrilha na obra *Revolução na revolução*

Tendo sido publicada por volta de 1967, a obra *Revolução na revolução* teve como finalidade, assim como a obra *Guerra de guerrilhas*, pensar aspectos táticos e estratégicos da

²⁸³ GUEVARA, Ernesto “Che”. *op. cit.* (p. 89).

²⁸⁴ GORENADER, Jacob. *op. cit.* (p. 90).

²⁸⁵ Idem, p. 91.

luta armada dentro das condições específicas da América Latina, partindo da experiência cubana. Contudo, pode-se afirmar que Régis Debray²⁸⁶ aprofunda algumas questões teóricas não-presentes na obra de Guevara, tais como as relações entre guerrilha e partido, o caráter da organização revolucionária na América Latina, as relações entre política e militarismo e até mesmo críticas a tendências reformistas, tais como o “economismo” e o “espontaneísmo”.

Mesmo Debray tendo seu pensamento rechaçado e fortemente criticado por vários militantes da esquerda armada, seus escritos nos auxiliam a melhor pensar este momento histórico. De igual forma, nos ajuda a compreender a ação dos comunistas dissidentes de seus partidos em uma conjuntura marcada pela descrença em antigos modelos e pela euforia com novas possibilidades de construção do socialismo. A polêmica que reveste a obra já fica explícita na nota lançada pelo editor que a relançou, ao alegar que, a despeito de todas as críticas que ela já havia recebido, publica-la era necessário por seu impacto na esquerda latino-americana, pelo peso que a mesma teve na construção da luta armada contra as Ditaduras pró-estadunidenses nas décadas de 1960 e 1970²⁸⁷.

Levando em consideração que este livro consiste na apropriação dos erros e acertos da experiência cubana, visando servir de ponto de partida para as diversas organizações revolucionárias armadas que viriam a pipocar na América Latina nos anos seguintes, Debray inicia a obra com uma crítica à avaliação, comum entre as organizações comunistas latino-americanas, de que a Revolução Cubana não se repetiria no continente, que levaria suas lideranças a ignorar a compreensão da mesma na articulação de outras revoluções²⁸⁸. Segundo o autor, “Cuba mostrou mais uma vez, em primeiro lugar, que a revolução socialista é o resultado de uma luta armada contra o poder armado do Estado burguês²⁸⁹”, e que, deste modo, havia a necessidade de aprender com a Revolução Cubana.

Mesmo enfocando a importância da experiência cubana, Debray chama a atenção para o perigo da constituição de “modelos” prontos de revolução, sem levar em consideração as

²⁸⁶ Jules Régis Debray (Paris, 2 de setembro de 1940) é um filósofo, jornalista, escritor e professor francês. Pertencente a uma família burguesa abastada, doutorou-se na Escola Normal Superior de Paris. Foi seguidor do marxista Louis Althusser. Amigo de Fidel Castro e de Ernesto Che Guevara, nos anos 1960 acompanhou Che na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967 junto com Irineu Guimarães. Nesse mesmo ano, escreveu sua primeira obra, “Revolução na revolução”. Pertenceu ao Partido Socialista Francês, do qual se distanciou por diferenças ideológicas com o ex-presidente François Mitterrand. Atualmente, Debray é mais conhecido como o criador da midiologia - o estudo crítico dos signos e de sua difusão na sociedade. Ele leciona no departamento de Filosofia da Universidade de Lyon.

²⁸⁷ DEBRAY, Régis. *op. cit.* (p. 3).

²⁸⁸ Idem, p. 5.

²⁸⁹ Idem, p. 7.

peculiaridades de cada país. Razão que o leva a afirmar que “nunca somos completamente contemporâneos do presente. A história desenvolve-se mascarada: entra no palco com a máscara da cena precedente, e já não reconhecemos a peça [...] Vemos o passado sobreposto ao presente, ainda que esse presente seja uma revolução²⁹⁰”. Baseado nesta tendência que temos de “enxergar o passado no presente”, devido às limitações da nossa consciência imediata, ele alude ao perigo de constituir os escritos de Mao, Lenin ou Giap enquanto “fórmulas revolucionárias”, ainda mais levando em consideração que “a guerra revolucionária tem, na América Latina, condições de desenvolvimento muito particulares²⁹¹”. Para saber-se o caminho a ser seguido, deste modo, seriam necessários certos sacrifícios, tentativas contínuas e estudos do próprio território até que, assim, se soubesse exatamente como desencadear o avanço da revolução²⁹². Neste momento, os revolucionários necessitariam de sobriedade e persistência para se fortalecerem com seus erros, sem aderirem a propostas reformistas²⁹³.

Ao passo que *Guerra de guerrilhas*, de Guevara, exalta as virtudes dos camponeses, considerados quase sempre “os melhores guerrilheiros”, atribuídos inclusive de funções pedagógicas; em *Revolução na revolução* há a exaltação das virtudes militares enquanto as principais, por serem tidas como essenciais. Devido ao fato da obra ter sido escrita em um momento marcado por Ditaduras burguesas e pró-estadunidenses na América Latina, Debray enfoca a necessidade de dar resposta à questão como “derrubar o Estado capitalista”? A partir deste problema, gera-se também o dever das organizações comprometidas com a revolução socialista de expressarem uma linha militar, sem a qual não poderiam ser considerados revolucionários²⁹⁴.

A importância do fator militar é tamanha que o autor reproduz, a partir das concepções de Fidel Castro, a crítica àqueles guerrilheiros que possuíam vínculo “puramente intelectual com a guerra”, que seriam responsáveis por diversos fracassos da guerrilha em diferentes países. Neste sentido, toma-se enquanto ironia o fato de haver diversos estudantes e intelectuais encabeçando a guerrilha nos países latino-americanos, sem ter uma experiência direta com as artes militares²⁹⁵. Tais críticas teriam feito o historiador Carlos Alberto Barão interpretar a obra de Debray enquanto dotada de um “forte componente antiintelectualista”,

²⁹⁰ Idem, p. 7.

²⁹¹ Idem, p. 8.

²⁹² Idem, p. 8.

²⁹³ Idem, p. 11.

²⁹⁴ Idem, p. 12.

²⁹⁵ Idem, p. 9.

pois além do fato citado anteriormente, o intelectual teria a tendência de buscar referências nas experiências passadas e, deste modo, reproduzir modelos que não se aplicam às condições latino-americanas²⁹⁶. Contudo, no desenvolvimento da obra, há o enfoque da necessidade de compreensão e discussão da teoria marxista, mas sempre acompanhada do treinamento militar.

Tal perspectiva militarista contida na obra de Debray, considerada adequada a um momento de repressão ditatorial e supressão dos movimentos sociais, fez com que Jacob Gorender produzisse uma avaliação que foi, também, reproduzida na obra de Aluizio Palmar, retratando o foco guerrilheiro enquanto a “ideia da primazia do fator militar sobre o fator político e da prioridade do foco sobre o Partido²⁹⁷”. Embora a primeira impressão da obra seja realmente esta, em diversos momentos o autor postulará que “a luta política e a luta armada vão juntas, onde uma é fraca, a outra também o é, e vice-versa²⁹⁸”. Portanto, não se defende a primazia do fator militar sobre o político, mas sim da não-separação entre o militar e o político, devendo haver juntamente com a formação política a instrução militar aos guerrilheiros, e sendo também necessário que a vanguarda política seja, ao mesmo tempo, militar. Neste sentido, o autor tipifica em Fidel Castro a imagem do líder político e militar da guerrilha, diferentemente do que ocorrera na China e Vietnã, onde as lideranças políticas e militares eram distintas²⁹⁹.

O caráter essencialmente político da luta guerrilheira fica mais claro nas críticas que Debray desenvolve aos grupos de autodefesa armada existentes em países como Bolívia e Colômbia. Tais grupos armados, geralmente constituídos por camponeses ou operários, por serem desprovidos de ideologia revolucionária não atentavam diretamente contra o poder político da burguesia, constituindo-se apenas em resistência à usurpação patronal³⁰⁰. O autor, ao tratar destes grupos, alega que

a autodefesa não aspira à supremacia militar dos explorados, e em consequência, não aspira a organizar-se em exército popular regular, com a mobilidade e iniciativa próprias. Diz-se que há autodefesa, onde a força móvel estratégica não é o objetivo número um da luta armada, onde a conquista do poder político não é a perspectiva consciente e visível da luta armada. A autodefesa não exclui necessariamente a insurreição. Mas esta insurreição será

²⁹⁶ BARÃO, Carlos Alberto. *op. cit.* (p. 277).

²⁹⁷ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 268).

²⁹⁸ DEBRAY, Regis. *op. cit.* (p. 34).

²⁹⁹ Idem, p. 76-77.

³⁰⁰ Idem, p. 14.

sempre local, e não procurará estender a sua ação ao conjunto do país; a autodefesa é parcial e a guerrilha revolucionária aspira à guerra total, ao combinar – sob sua hegemonia – todas as formas de luta em todos os pontos do território³⁰¹.

Devido a tais características, e ao rigor imposto pelas ditaduras que eram instauradas na América Latina, a autodefesa é concebida pelo autor enquanto derrotada na América Latina, tendo seu fracasso no plano militar uma correspondência com o fracasso do reformismo no plano político³⁰². Régis Debray avalia tais fracassos à existência de Ditaduras na América Latina, não sendo o reformismo nem sequer grupos de autodefesa suficientes para combatê-la, pois não obriga tais regimes a se revelarem seu caráter de classe, mantendo “o equilíbrio ‘ditadura oligárquica-pressão popular’ em lugar de ‘violenta-lo’ (‘Che’)”. Por serem desprovidos de teoria revolucionária e não pretenderem a superação do Estado capitalista terminam por fazer “o jogo da classe dominante, favorecendo os equívocos no seio das classes proletárias, mascarando em vitória as soluções de compromisso³⁰³”. Embora estes grupos de pressão pudessem, dentro de governos democraticamente eleitos, servir para a conquista de direitos para os camponeses, em regimes ditatoriais de pouco serviriam. Ainda assim, não se pode deixar de notar o quanto Debray os menospreza, tendo em vista que mesmo não sendo capazes de ultrapassar os marcos da legalidade burguesa, estes movimentos possuem grande importância para a guerrilha, podendo (e devendo) constituir uma base social sem a qual o Exército Guerrilheiro jamais poderia se desenvolver.

A crítica aos grupos de autodefesa armada e das tendências reformistas por Debray em muito reproduz as críticas desenvolvidas por Lenin na obra *Que fazer?*, ao retratar nestes grupos tendências como o “economismo” e o “espontaneísmo”, tal como o revolucionário russo o fez ao desvelar a existência de tais tendências no seio do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). Aliás, se faz necessário ponderar, antes de tudo, que tanto *Que fazer?* quanto *Revolução na revolução* foram escritos em meio a regimes autocráticos, cada qual, evidentemente, com suas particularidades, dado às possibilidades de desenvolvimento do aparato repressivo em cada um dos países. Vivia a Rússia de Lênin, em 1902, sob a autocracia czarista e diversos países da América Latina, nas décadas de 1960 e 70 sob ditaduras pró-estadunidenses. Neste sentido, na obra de Debray desenvolve-se, a partir da

³⁰¹ Idem, p. 15-16.

³⁰² Idem, p. 13.

³⁰³ Idem, p. 16.

experiência cubana, um ponto de partida para a construção de uma organização que, iniciada no foco guerrilheiro, encabeçaria a luta de massas contra ditaduras essencialmente burguesas. Da mesma forma, em Lenin há o problema da formação de um partido de vanguarda que teria como tarefa histórica “destruir o baluarte da reação europeia e asiática³⁰⁴”, o czarismo, e tornar o proletariado russo a vanguarda do proletariado revolucionário internacional. Para tanto, era necessário combater tendências reformistas e burguesas no seio do partido, assim como Debray as combate no contexto latino-americano.

Estas correntes, que vinham tomando espaço no POSDR a partir de uma pretensa defesa de alguns militantes pela “liberdade de crítica”, reproduziam uma tendência que, derivadas do pensamento do social-democrata alemão Bernstein, esvaziava o socialismo de seu caráter revolucionário, dotando o mesmo de contornos reformistas, que não visavam ultrapassar os limites da legalidade burguesa. Neste sentido, renegando o sentido revolucionário do marxismo, o bernsteinismo pregava

a teoria da atenuação dos antagonismos sociais, proclamando absurda a ideia da revolução social e da ditadura do proletariado, reconduzindo o movimento operário e a luta de classes a um sindicalismo estreito e à luta ‘realista’ por reformas pequenas e graduais. Isso equivalia perfeitamente à negação, para a democracia burguesa, do direito do socialismo à independência e, por conseguinte, de seu direito à existência; e, na prática, tendia a transformar o movimento operário então em seus primórdios, em apêndice do movimento liberal³⁰⁵.

Como já foi dito, essas tendências reformistas se desdobravam, no seio do partido, principalmente, no “economismo” e no “espontaneísmo”. A primeira corrente defenderia a primazia da luta econômica do operariado, materializada por reivindicações imediatas e específicas, em detrimento de uma luta política. Entre os intelectuais militantes, desdobrar-se-ia na “fusão com os liberais para a ‘luta’ política³⁰⁶”.

Quanto à segunda corrente enfocada, Lenin não a condenava necessariamente no meio das lutas operárias, mas sim entre aqueles que, no seio da social-democracia, a tomavam enquanto um “fim em si”. A “espontaneidade” das massas era concebida por Lenin enquanto uma “forma ‘embrionária’ de consciência”, em que a classe operária, indignada com os desmandos dos patrões e das autoridades, começava a desenvolver a necessidade de uma

³⁰⁴ LENIN, Vladimir. *op. cit.* (p. 21).

³⁰⁵ Idem, p. 13.

³⁰⁶ Idem, p. 14.

resistência coletiva na luta por seus direitos. No início, estas resistências geravam muito mais atos de “vingança e desespero” do que lutas por reivindicações precisas, que viriam posteriormente com o desenvolvimento de uma “consciência sindical”, que a partir da organização do proletariado possibilitaria as greves sistemáticas, o “embrião da luta de classes³⁰⁷”.

Ainda pensando a importância da ideologia revolucionária em detrimento do “economismo” e do “culto ao espontâneo”, Lenin desenvolve críticas aos militantes que, ainda que internos ao partido, “imaginam que o movimento puramente operário é, por si próprio, capaz de elaborar, e irá elaborar para si, uma ideologia independente³⁰⁸”. Contrariando tal avaliação enquanto contrarrevolucionária, o revolucionário russo postula que por si só, o movimento operário espontâneo mantém-se dentro dos limites da racionalidade dominante, tendo em vista que

cronologicamente, a ideologia burguesa é muito mais antiga que a ideologia socialista, está completamente elaborada e possui meios de difusão infinitamente maiores. Quanto mais jovem for o movimento socialista em um país, mais energicamente terá que lutar contra todas as tentativas feitas para consolidar a ideologia não socialista [...]³⁰⁹.

Deste modo, assim como Lenin, Debray também realiza críticas ao reformismo em sua expressão “economista” e “espontaneísta”, afirmando que tais tendências, por não reivindicarem a destruição do poder burguês nem tampouco a construção de um poder proletário, não se ocupariam de questões como a formação de uma vanguarda revolucionária ou de um partido político³¹⁰. De igual forma, há a tendência dos grupos de autodefesa armada, por não pensarem o problema da derrocada do Estado capitalista, a terem suas lutas segregadas ao âmbito local e regional, não se comprometendo aos problemas estruturais e nacionais e, conseqüentemente, não expandindo a luta a nível nacional nem englobando outros segmentos sociais e frações de classes na mesma. Em outras palavras, se naquela conjuntura não era possível conceber um movimento que, intitulado-se revolucionário, não possuísse uma linha militar, também em pouco ajudava movimentos armados serem desprovidos de teoria revolucionária.

³⁰⁷ Idem, p. 24.

³⁰⁸ Idem, p. 30.

³⁰⁹ Idem, p. 33.

³¹⁰ DEBRAY, Regis. *op. cit.* (p. 15).

Mesmo havendo tais similitudes, há um ponto de grande embate entre o pensamento marxista-leninista e a perspectiva foquista a partir da leitura de Debray: a forma da organização revolucionária a servir de vanguarda da revolução. Lenin reivindica enquanto tarefa a construção de uma organização revolucionária que seja “capaz de assegurar à luta política energia, firmeza e continuidade³¹¹”, que pudesse estar a realizar um trabalho de massas tanto nos momentos de efervescência quanto de refluxo dos movimentos contestadores. Para realizar este trabalho, esta organização, o partido revolucionário, deveria estar em meio às diversas manifestações de trabalhadores existentes naquele momento, tendo como objetivo transformar a “luta espontânea” do proletariado em “luta de classe”.

O partido, de início, englobaria alguns poucos homens cuja profissão seria a ação revolucionária (militantes profissionais) e, dada a situação política vivida pela Rússia, deveria ser não muito extensa e o “mais clandestina possível³¹²”. Ainda, se faria necessário naquele momento a criação de um jornal vinculado ao partido que possuísse amplitude nacional que circulasse principalmente entre os trabalhadores urbanos, dando-lhes revelações sobre a política e realizando a soldagem entre problemas regionais e a perspectiva da organização a nível nacional³¹³. Este jornal, muito além de servir apenas como um agitador ou um propagandista coletivo, serviria também enquanto um “organizador coletivo³¹⁴”. Neste sentido, o mesmo deverá mostrar

prontamente os contornos gerais, as proporções e o caráter dessa obra; as lacunas que se fazem sentir mais fortemente na ação conduzida em escala nacional, os lugares onde a agitação é deficiente e onde a ligação é precária, as engrenagens do imenso mecanismo comum que o círculo poderia reparar ou substituir por outras melhores³¹⁵.

Debray, em dado ponto de sua obra, também aborda o modo como o partido revolucionário é constituído dentro da perspectiva marxista-leninista, bem como sua importância para o processo revolucionário. Esta discussão se desenvolve a partir da questão “o que se deve fortalecer hoje: partido ou guerrilha”? A resposta clássica, concebida pelo autor enquanto “ortodoxa”, era que o Partido deveria ser fortalecido, tendo em vista que ele é

³¹¹ LENIN, Vladimir. *op. cit.* (p. 82).

³¹² *Idem*, p. 87.

³¹³ *Idem*, p. 111-112.

³¹⁴ *Idem*, p. 127.

³¹⁵ *Idem*, p. 131.

“o criador do núcleo dirigente do Exército Popular³¹⁶”. O Partido seria, neste sentido, o representante da classe operária e portador da ideologia proletária, difusor de um “conhecimento científico da sociedade em sua complexidade totalizante (político, ideológico, econômico, etc.) e do seu desenvolvimento”. A luta militar, por sua vez, seria nesta perspectiva apenas “um dos níveis” da luta política³¹⁷.

Além disto, também são citados alguns momentos em que, com sucesso, o partido revolucionário encabeçou a luta contra o poder burguês, mais especificamente na China e Vietnã. Dentre as razões que levaram à vitória, pode-se citar a colocação do problema, desde o surgimento destes partidos, com a tomada revolucionária do Estado a partir da luta armada, a capacidade da luta socialista se tornar também luta imperialista, pela soberania nacional contra o inimigo estrangeiro, e também o fato da vanguarda ter-se colocado desde o início a fazer o trabalho de massas com o campesinato³¹⁸. Já no caso latino-americano, a formação dos partidos revolucionários se deu de outra forma, bem como suas relações com as classes exploradas. Apesar de suas peculiaridades, todos assemelham-se “pelo fato de não terem conseguido colocar-se à testa dos movimentos de libertação nacional, em países dotados de independência formal, não puderam, dessa forma, realizar a aliança operário camponesa”. Estes fatos, juntamente com o modo como tais partidos nasceram e cresceram, tenderam a criar um estado de conformidade à ordem vigente, não havendo a “profunda transformação dos hábitos nos tempos de paz”, que seria necessária aos que se preparam para a luta armada³¹⁹.

Deste modo, Régis Debray, partindo da premissa que os partidos comunistas latino-americanos não cumpriram a tarefa histórica da qual era incumbidos (por levar em consideração que não houve empenho em transformar profundamente os hábitos em tempos de paz, ocorrendo conformação com a ordem vigente), apoia-se na perspectiva de Fidel Castro ao dizer que a existência de partidos marxistas-leninistas não significaria, necessariamente, a existência de uma vanguarda revolucionária. Ao passo que seria impossível que a revolução ocorresse sem uma vanguarda, não haveria “equivalência metafísica entre vanguarda-partido marxista leninista”, mas sim “conjugações dialéticas entre uma função dada – a da vanguarda na história – e uma forma de organização dada – a do Partido marxista-leninista”. Contudo,

³¹⁶ DEBRAY, Régis. *op. cit.* (p. 74).

³¹⁷ Idem, p. 75.

³¹⁸ Idem, p. 78-80.

³¹⁹ Idem, p. 80.

tais partidos, estando vinculados à dialética terrena, poderiam nascer, morrer e renascer de outras formas³²⁰.

Ainda, aprofundando os problemas existentes nos partidos latino-americanos, Debray, reproduz a perspectiva leninista ao alegar que “os Partidos são instrumentos da luta de classes”, contudo “onde o instrumento já não serve”, não se deverá deter a luta de classes, e sim forjar novos instrumentos. O dever dos revolucionários da América Latina seria, neste sentido, inventar novas formas de vanguarda, bem como novas formas de organização que suprissem a debilidade dos partidos então existentes que não cumpriram função de vanguarda³²¹. Dado à análise do autor que afirma que, nesta conjuntura, não deveria haver a separação entre o fator político e o militar, chega-se à conclusão que sem a luta armada não há uma vanguarda definida. Ou seja, “onde não existe luta armada havendo condições reais para isso, é sinal evidente da não existência de uma vanguarda política³²²”.

Estas noções, atreladas às condições da América Latina, levaram Castro a defender que quem fará a revolução no continente será “o povo, os revolucionários, com Partido, ou sem Partido³²³”. A partir da perspectiva foquista desenvolvida por Régis Debray, entretanto, podemos perceber que tal posicionamento é um tanto precipitado, tendo em vista que embora o foco guerrilheiro não fosse um Partido Comunista tradicionalmente estruturado, estaria incumbido de realizar as funções do mesmo. E ainda, o foco, a partir do desenvolvimento em um Exército Guerrilheiro no decorrer da luta, geraria de sua atividade revolucionária e suas construções teóricas o novo partido revolucionário, cuja existência seria possibilitada pela vitória sobre o poder burguês.

A função de partido contida no foco guerrilheiro fica explícita ao Régis Debray apontar um dos grandes avanços da experiência cubana no movimento comunista a nível internacional, defendendo que

Em certas condições, a instância política não se separa da instância militar, ambas formam um todo orgânico. Esta organização é a do Exército Popular cujo núcleo é o Exército guerrilheiro. O Partido de vanguarda pode existir sob a própria forma do foco guerrilheiro. A guerrilha é o Partido em gestão³²⁴.

³²⁰ Idem, p. 77-78.

³²¹ Idem, p. 83.

³²² Idem, p. 101.

³²³ Idem, p. 77.

³²⁴ Idem, p. 85.

A perspectiva do historiador Marcelo Ridenti a respeito das organizações revolucionárias armadas que existiram no Brasil, por ele concebidas enquanto “novas esquerdas”, deixa bem claro o caráter de partido que as mesmas possuíam. Assim como Debray, a partir de suas pesquisas, mostra o foco enquanto portador de uma teoria política não deslocada da iniciativa armada, Ridenti concebe as organizações brasileiras em seu caráter de disputa pela representação do proletariado, ao afirmar que tais grupos intentavam tornar-se “o elo de representação armada das classes exploradas contra seu outro, corporificado na ditadura militar³²⁵”.

Embora seu caráter de partido revolucionário ficasse claro, é necessário recordar que não seria um partido estruturado tal como os tradicionais, mas sim de “novo tipo”, adequado àquela conjuntura de autocracia burguesa manifesta em Ditaduras. O partido tradicional marxista-leninista, sendo considerado inadequado àquela conjuntura por sua estrutura rigidamente burocrática, leva Debray a enfatizar a necessidade da criação de organizações de caráter político-militar³²⁶ que servissem de foco guerrilheiro, o embrião do exército popular revolucionário. O historiador Carlos Alberto Barão explica a concepção debrayana sobre a forma como deveriam se organizar tais grupos, ao afirmar que

Estas organizações deveriam apresentar um novo estilo de direção. A direção deve sair das cidades e participar direta e pessoalmente da luta armada e deve ser composta de jovens - devido às difíceis condições da guerrilha. Deve apresentar também uma organização nova. Ao partido transformado impõe-se o rompimento com a tradição dos inumeráveis órgãos deliberativos e reuniões, devido a seu aspecto paralisante diante do inimigo. A conversão necessária para as novas formas de luta exige a suspensão temporária da ‘democracia interna’ no partido e a abolição temporária das regras do centralismo democrático que a assegura. A disciplina partidária torna-se disciplina militar³²⁷.

A necessidade da direção da guerrilha estar situada nos campos e não na cidade é uma das características mais marcantes das divergências entre a perspectiva foquista e os partidos que vigoraram até então, que situavam-se nas cidades e, quando apoiavam a luta armada, faziam do Exército Revolucionário ou da Guerrilha seu “braço armado”. Dentro da perspectiva de Debray, esta seria antes de tudo “uma medida de segurança” que visaria

³²⁵ RIDENTI, Marcelo. *op. cit.* (p. 247).

³²⁶ No Brasil, não apenas o MR-8 como algumas outras organizações se reconheciam justamente pela sigla OPM (Organização Político-Militar).

³²⁷ BARÃO, Carlos Alberto. *op. cit.* (p. 280-281).

garantir “a sobrevivência dos dirigentes políticos”. Um partido tradicionalmente estruturado, cuja direção se situasse no meio urbano, com toda uma “tradição das comissões, secretariados, congressos, conferências, plenários ampliados, reuniões e assembleias em todos os escalões, nacional, regional e local” tenderia a revelar-se perigosa aos militantes frente ao inimigo militarmente organizado³²⁸.

Além disto, havendo uma vanguarda política nas cidades, com uma guerrilha nos campos servindo de “braço armado” do partido, com uma vanguarda própria, militar, ocorreria o problema de, periodicamente, o comandante do foco guerrilheiro precisar descer às cidades para receber instruções da direção. Isto não apenas era perigoso para o mesmo, tendo em vista que este momento de ida à cidade seria perfeito para a captura da vanguarda militar, colocando a perder todos os planos do partido, como ainda seria desmoralizante para os demais guerrilheiros, tendo em vista que os comandantes são, no geral, os primeiros a darem exemplo de sacrifício e perseverança. Baseado nestes pressupostos, Fidel Castro afirma que “a cidade é um cemitério de revolucionários e recursos³²⁹”, posicionamento que também é defendido por Guevara, a não ser nos momentos avançados da luta contra o exército inimigo.

Esta concepção negativa sobre as cidades no que diz respeito às possibilidades de desenvolvimento da revolução é tamanha que chega ao ponto de Régis Debray afirmar que aquele que vive nas cidades, mesmo sendo um militante revolucionário, “é um burguês sem sabe-lo, em comparação com o guerrilheiro”. Tal concepção do homem urbano enquanto “aburguesado” se deveria às comodidades das quais este sujeito poderia usufruir, vivendo como consumidor com recursos sendo adquiridos através da compra, aparentemente sem muito esforço³³⁰. Esta crítica ao meio urbano enquanto “acomodador” e “aburguesador” era, conseqüentemente, uma crítica aos militantes urbanos, nos quais Debray julgava haver falta de iniciativa revolucionária. Isto não quer dizer que alguém proveniente das cidades não teria capacidade para incorporar-se ao Exército Guerrilheiro ou até mesmo tornar-se um dirigente, mas para fazê-lo seria necessário um grande ato de autossuperação.

Ainda, quanto às discussões relativas a partido e guerrilha, Debray defende que a guerrilha, sendo o braço armado de um partido situado nas cidades, tende a depender dos militantes urbanos em suas necessidades logísticas e suas diretrizes militares, o que seria um entrave ao desenvolvimento da luta armada. Alguém que vive nas cidades, distanciado da

³²⁸ DEBRAY, Régis. *op. cit.* (p. 81-82).

³²⁹ Idem, p. 51-52.

³³⁰ Idem, p. 53.

luta armada, não saberia a importância de dados materiais essenciais aos guerrilheiros, por não estar vivendo a luta. Para os militantes urbanos, mais preocupados com questões estratégicas, detalhes técnicos tenderiam a ser secundários. Haveria, assim, a necessidade de viver a luta armada, aprender a sobreviver às adversidades da selva, às privações materiais, ao desconforto. Nos primeiros meses, o inimigo é o próprio sujeito, o militante deverá vencer suas próprias limitações para tornar-se um guerrilheiro. E muitos falham³³¹.

De igual forma, vários seriam os problemas decorrentes da falta de um comando único, dado à dualização que ocorreria entre vanguarda política e vanguarda militar. Dos problemas advindos da direção de uma guerrilha por uma vanguarda estritamente política estariam “o terrorismo descontrolado na cidade e o banditismo no campo³³²”, ações que em nada ajudariam aos propósitos da revolução. Ainda, a existência de um comando único evitaria a dispersão no seio da guerrilha rural, que ocorreria por eventuais disputas e divergências mesquinhas, causando rachas e assim fragmentando a força do núcleo revolucionário³³³.

Tais seriam os problemas, segundo Debray, em conceber os fatores político e militar dentro de uma hierarquia, sendo o primeiro o principal e o segundo secundário. Também seriam os vícios daqueles partidos que ainda não haviam se desvencilhado de certa “ilusão legalista”, gerando assim dificuldades em manter uma atividade pacífica e política nas cidades e outra armada e militar no campo³³⁴. A partir destas tarefas históricas impostas aos revolucionários latino-americanos, as organizações que disputassem a vanguarda do processo revolucionário deveriam, antes de tudo, romper com qualquer forma de aliança com a burguesia.

A obsessão pelo aliancismo, segundo o autor, seria típica de partidos que colocavam sua sobrevivência enquanto um “fim em si”, para além inclusive do propósito revolucionário³³⁵. A partir desse pressuposto, Régis Debray desenvolve também uma série de críticas ao stalinismo e ao maoísmo que muito bem ilustram, inclusive, as divergências das

³³¹ Idem, p. 52-54.

³³² Idem, p. 57.

³³³ Idem, p. 61-62.

³³⁴ Idem, p. 56.

³³⁵ Idem, p. 82.

várias organizações revolucionárias armadas brasileiras com o PCB e o PCdoB. Ao pensar no caso específico da América Latina, Debray avalia que

Na raiz, sem dúvida, estão velhas concepções, hoje ultrapassadas, desacreditadas, roídas pelos fracassos, mas que apesar disso, sobrevivem. A velha teoria da aliança das quatro classes, que inclui a burguesia nacional, a perspectiva de uma ‘democracia nacional’, ou seja, a manutenção do modo de produção capitalista, sanada, livre de toda a ingerência imperialista, sob o controle das massas que exigirão, mais tarde, a passagem ao socialismo, o desprezo ou a subestimação do campesinato, a quem tal perspectiva não pode atrair. No fundo, muitas dessas organizações políticas padecem ainda de uma análise concreta dos modos de produção vigentes na América Latina, das combinações existentes entre os diversos modos de produção, das formas de dominação de um modo de produção sobre outros, análises que podem apenas indicar as relações das classes existentes³³⁶.

Apesar de, aparentemente, haver em Debray uma ruptura com a perspectiva etapista característica do stalinismo, em dados momentos esta perspectiva é retomada ao pensar o antiimperialismo e a revolução enquanto, em primeiro momento, de libertação nacional. Partindo deste pressuposto, o autor admite a possibilidade de criação de uma Frente Ampla Antiimperialista, mas que deveria ser resultado da luta armada, e não precede-la. De igual forma, afirma que é “patente que hoje, na América Latina, a luta contra o imperialismo é decisiva” e, sendo decisiva, “o resto é secundário”, devendo a luta de massas “criar a longo prazo, e apenas ela, a vanguarda capaz de levar os povos ao socialismo³³⁷”. Neste sentido, fica explícita em *Revolução na revolução* a hierarquização entre uma guerra de libertação nacional e o avanço em direção ao socialismo, que deveria ocorrer “a longo prazo”.

Após abordar toda uma série de questões teóricas e práticas que levaram Debray a rechaçar a possibilidade de constituição dos partidos tradicionais em *Revolução na revolução*, cabe agora falar, em termos operacionais, como se daria a constituição do foco guerrilheiro e do posterior exército revolucionário a partir da perspectiva do autor. É importante salientar que, neste aspecto, o teórico francês não possui muitas divergências com Guevara, a não ser no que diz respeito, talvez à “luta de massas”. Na perspectiva de Che, o processo revolucionário que desemboca do potencial criativo do foco tenderia a ser, especificamente,

³³⁶ Idem, p. 69.

³³⁷ Idem, p. 102.

uma luta de massas, surgida da interação dialética entre o camponês e o guerrilheiro. Já em Debray, afirma-se que a guerrilha “deverá apoiar-se nas massas ou estará condenada a desaparecer”, razão pela qual se faz necessário todo um trabalho de massas³³⁸. Apesar da diferença entre ambas as perspectivas parecer sutil, a perspectiva guevarista, com todas as críticas que recebeu, demonstra-se menos inclinada ao voluntarismo, ao ponderar que na constituição de um Exército Guerrilheiro, tanto um camponês aprenderia com um guerrilheiro quanto o guerrilheiro com o camponês.

Tal como em Guevara, Debray afirma que as fases de constituição da guerrilha seriam três. Na primeira fase, concebida pelo teórico como a mais difícil de ser superada, uma “força móvel estratégica³³⁹”, constituída por alguns poucos guerrilheiros, se aloca em alguma área de difícil acesso no mais absoluto nomadismo em uma área em que sejam mapeadas condições favoráveis para o foco. Neste momento, os guerrilheiros buscam adaptação a todo custo, vencendo principalmente a si mesmos. Seria também a etapa de constituição da guerrilha em que haveria a formação de uma rede de contatos entre os camponeses, definindo-se uma zona de operações, bem como a arregimentação de novos soldados seguida pelo aumento do poder de fogo do foco guerrilheiro³⁴⁰. Contudo, para que isto fosse possível, haveria toda uma série de cuidados a ser tomados.

Primeiramente, cabe-se destacar o caráter clandestino que a guerrilha deveria assumir, dentro da perspectiva debrayana. Este estado de clandestinidade implicaria, especificamente, no uso de pseudônimos por parte dos primeiros guerrilheiros, visando proteger suas identidades, bem como a independência da guerrilha em relação à sociedade civil. Nos primeiros momentos, isso se faria de extrema importância para proteger não só o foco que se iniciava como também a própria população camponesa da violência da repressão³⁴¹.

Ainda, devido às peculiaridades vivenciadas na América Latina, a constituição de uma guerrilha se daria pela superação de toda uma série de obstáculos que se originariam na interação entre os guerrilheiros e camponeses. Principalmente nos países hispânicos, haveria o choque étnico entre os guerrilheiros brancos vindos das cidades, e os camponeses indígenas. Estes tenderiam a desconfiar daqueles elementos externos a eles, ao passo que teriam respeito

³³⁸ Idem, p. 31.

³³⁹ Idem, p. 12.

³⁴⁰ Idem, p. 18-19.

³⁴¹ Idem, p. 27-29.

às fardas e armas das forças aliadas às classes dominantes, tais como polícia e exército regular³⁴². Logo, se havia a desconfiança contra os guerrilheiros brancos e a submissão às autoridades constituídas, qualquer propaganda ou discurso revolucionário só poderia ser ouvido depois que o tabu existente entre os camponeses, de sobrestimação das forças repressivas, fosse quebrado. Neste sentido, Debray defende que “não se quebra um tabu com discursos”, mas sim mostrando que as balas também atingem aos guardas rurais, soldados e policiais, de modo que, no início, um combate entre o foco guerrilheiro e as forças da repressão seria a melhor propaganda possível³⁴³. Baseado nas experiências latino-americanas, o teórico afirma que

Numerosos companheiros tem tirado dessas experiências a conclusão de que uma emboscada contra a coluna de reforços ou um outro golpe encetado ao inimigo nas vizinhanças, teria suscitado mais entusiasmo nessas aldeias, atraindo novos recrutas; teria dado uma lição política e moral mais profunda aos seus habitantes e sobretudo obtido armas, o que é o essencial para uma guerrilha que começa. A destruição de um caminhão de transporte ou tropas ou a execução pública de um policial torturado fazem mais propaganda efetiva entre a população vizinha, propaganda alta e profundamente política que duzentos cursos. Tal conduta convence do essencial, que a revolução é uma realidade já em marcha, que o inimigo não é invulnerável. Convence, em primeiro lugar, de que o soldado é um inimigo, seu inimigo, que há uma guerra em curso, e que esta depende da sua ação diária. Depois, o discurso é possível. Poderá ser escutado³⁴⁴.

Baseado nestes pressupostos, Debray afirma que não há uma propaganda política que preceda as ações militares. A melhor propaganda possível, nas condições vivenciadas pelos países latino-americanos, seria “uma ação militar lograda³⁴⁵”. Contudo, após a existência de tais ações bem sucedidas, se fará necessária a realização de comícios clandestinos para a realização de um trabalho de massas com o campesinato, “expondo quem são os inimigos reais dos camponeses, prometendo-lhes reforma agrária, etc. Apenas a partir do momento em

³⁴² Idem, p. 35.

³⁴³ Idem, p. 36.

³⁴⁴ Idem, p. 37-38.

³⁴⁵ Idem, p. 40.

que o campesinato aderir a tais propostas é que é possível, tendo uma retaguarda sólida, realizar ofensivas contra os inimigos³⁴⁶”.

Possivelmente, dado a todos estes obstáculos a serem vencidos, Debray afirme tão categoricamente que a tática predece a estratégia, ou seja, que não é possível o desenvolvimento de uma estratégia antes de saber os meios táticos possíveis para atingi-la³⁴⁷. Tal raciocínio parece estar apoiado na perspectiva guevarista sobre estratégia e tática que, levando em consideração a avaliação produzida pelo líder argentino-cubano, possuía caráter político-militar. Neste sentido, a estratégia seria “a análise dos objetivos a realizar, considerando uma situação militar total e as formas globais de realizar estes objetivos³⁴⁸” enquanto a tática seria “o modo prático de levar a efeito os grandes objetivos estratégicos³⁴⁹”. O enfoque de Debray na importância de obter dados táticos a partir da ação antes de se estabelecer uma estratégia é tamanho a ponto do mesmo alegar que o abuso de estratégia e a falta de tática seriam “vícios dos contemplativos, puramente teóricos³⁵⁰”.

Embora não seja possível conceber, realmente, a existência de uma estratégia sem meios táticos que possam nortear a chegada ao objetivo pretendido, cabe ressaltar que preceder a tática à estratégia bate frontalmente com a perspectiva leninista que encabeçava diversos partidos comunistas ao redor do mundo. Lenin acusava alguns membros do POSDR de, inspirados por correntes reformistas, de relegarem o desenvolvimento da luta operária à “marcha progressiva da obscura luta quotidiana”, por recusarem o dever da existência de uma sólida vanguarda a propagar a ideologia revolucionária entre o proletariado³⁵¹. Em Debray, embora o objetivo revolucionário não seja perdido de vista, a não-separação entre o fator político e o militar tende a levar a tática a anteceder à estratégia, com visíveis desdobramentos políticos.

Ainda, quanto às etapas da guerrilha sistematizadas por Debray, após o desencadeamento das primeiras ofensivas contra o exército da repressão, nos mesmos moldes defendidos por Che Guevara em *Guerra de guerrilhas*, torna-se possível o crescimento do núcleo guerrilheiro e a constituição de uma base, que até então se encontrava presente apenas

³⁴⁶ Idem, p. 31.

³⁴⁷ Idem, p. 44.

³⁴⁸ GUEVARA, Ernesto “Che”. *op. cit.* (p. 19).

³⁴⁹ Idem, p. 22.

³⁵⁰ DEBRAY, Régis. *op. cit.* (p. 44).

³⁵¹ LENIN, Vladimir. *op. cit.* (p. 87).

“na mochila dos guerrilheiros” que viviam em nomadismo, adaptando-se às condições da vida nas matas³⁵². Com o crescimento da guerrilha, acompanhado da formação de uma zona de operações e de uma base guerrilheira, já se poderá passar para uma nova fase, em que há a formação de colunas guerrilheiras que atuarão em outras regiões, sempre contudo, mantendo uma “coluna mãe” em um local mais protegido dos ataques da repressão. Por fim, com o estabelecimento de um Exército Revolucionário, passa-se à “ofensiva revolucionária, política e militar”, que deverá desembocar necessariamente na vitória do Exército Guerrilheiro sobre as forças da repressão³⁵³.

Assim como na obra de Guevara, há o enfoque de Debray à ação guerrilheira enquanto “uma guerra de morte, que já não admite tréguas, retrocessos ou conclusões”, desde o começo das ações nas montanhas. Para tanto, um dos aspectos cruciais do treinamento é preparar o guerrilheiro para que o mesmo tenha a consciência que “a vida não é o bem supremo do revolucionário³⁵⁴”.

2.1.3 Problematizações sobre ação revolucionária a partir dos documentos produzidos pelo MR-8

Com base no legado deixado por Debray e Guevara sobre os aspectos teóricos e práticos de constituição de foco guerrilheiro, o caráter da revolução na América Latina, bem como a problemática da importância do partido e da guerrilha naquela conjuntura, se faz possível compreender a perspectiva desenvolvida pelos membros do MR-8 no processo de amadurecimento do movimento. Como bem consta nos poucos documentos que temos disponíveis, as diretrizes desenvolvidas pelos quadros, que não chegaram a uma teoria pronta e acabada, estavam longe, contudo, de serem um “reflexo” puro da perspectiva guevarista e debrayana, embora tais influências fossem notórias. Assim, podemos perceber no MR-8 seu caráter real de “movimento”, uma vez que a organização era prematuramente permeada por divergências, incertezas, que de certa forma estiveram presentes, posteriormente, em várias

³⁵² DEBRAY, Regis. *op. cit.* (p. 49).

³⁵³ Idem, p. 18-19.

³⁵⁴ Idem, p. 42.

outras organizações armadas que lutaram contra a Ditadura, principalmente as de referencial teórico marxista.

Ainda, se faz necessário lembrar que nem mesmo os documentos produzidos pelo movimento em questão podem ser tomados enquanto um reflexo puro das ações desenvolvidas nas cidades e na região Oeste do Paraná. O grupo, dentro das condições materiais possibilitadas naquela conjuntura, tomando como base toda uma série de experiências legadas e análises de conjuntura, teve sua prática permeada por toda uma série de limites, calcados desde nas divergências internas ao movimento como também nas formas de aquisição dos recursos necessários à formação da guerrilha. A partir disto, analisemos os documentos que, no início do capítulo, foram separados para nortear este tópico.

É necessário dizer que estes documentos, por vezes, são muito pouco específicos com relação às condições em que foram produzidos, não possuindo data de emissão e, por vezes, nem a definição de quais quadros os escreveram. Vários também encontram-se incompletos dado às condições em que por vezes ficaram guardados até que pudessem, enfim, ser organizados em Arquivos Públicos destinados aos mesmos para assim chegarem às mãos dos pesquisadores. O caráter por vezes pouco específico destes documentos pode ser pensado a partir da entrevista de Aluizio Palmar concedida a mim, quando o mesmo cita diversas organizações que muito pouco ou nada produziram de documentos “justamente devido à visão foquista”, pois “não era pra deixar rastro, o que se discutia, se discutia pra entender³⁵⁵”.

A própria estrutura em que se constituiu o MR-8 e diversas outras organizações, de caráter “político-militar”, rompia com a tradição burocrática dos PCs, marcada por congressos, deliberações, atas, teses e contrateses, e isto influi incisivamente no modo como os poucos documentos existentes foram produzidos, bem como nos problemas que enfrentamos nesta dissertação. Contudo, ainda com todas as dificuldades (ou impossibilidades) de delimitação dos autores e datas dos documentos, os mesmos nos são preciosos na compreensão da formação da OPM em questão, desde os caminhos percorridos na tentativa da construção de uma teoria revolucionária, em suas influências e até mesmo divergências internas.

³⁵⁵ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

A submissão da estratégia à tática presente em Debray, que alega que a estratégia só poderia ser desenvolvida a partir dos rumos que a luta armada tomaria, pode nos auxiliar a pensar um pouco a fala de Aluizio Palmar acerca das ações pretendidas pelo MR-8. Em dado ponto do diálogo, o mesmo, ao falar dos contatos do movimento nos países vizinhos Paraguai e Argentina, defende que a importância deles se dava, principalmente, pelas incertezas que permeavam o começo das ações armadas do foco, que para seu desenvolvimento, dependeriam não apenas da ação dos quadros, mas também de todo um processo que poderia (ou não) se desenrolar naquela conjuntura. Segundo Palmar,

não era uma dúzia de pequenos burgueses mais alguns camponeses que iriam enfrentar um exército...era só pra armar o conflito, porque a gente sabia que havia outras áreas de conflito. Mariguella estava fazendo, a VPR já estava com um trabalho adiantado, e tinha gente fazendo coisas...a gente só não tinha muita informação sobre o Araguaia, mas sabíamos que o PCdoB tinha um projeto também em andamento...isso tudo explodindo, os caras não sabiam pra que lado iam, vai pro Araguaia ou vem pro oeste do Paraná, ou vai pra não sei aonde, deu muito rolo...e a gente não pretendia fazer coluna fixa...coluna móvel, devido às nossas pequenas possibilidades, nossa fraqueza...como que vai fazer enfrentamento pequeno burguês com trabuco do tempo da Guerra do Chaco [...]³⁵⁶

Esta perspectiva de “armar o conflito” e fugir para outras áreas rememora a perspectiva de Guevara acerca dos ataques rápidos ao exército inimigo, que seriam realizados esporadicamente e em lugares diferentes, o dito “morde e fuge”. A guerrilha, embora tivesse como perspectiva a derrubada da Ditadura e a construção, a curto ou longo prazo do socialismo, estava condicionada a toda uma série de acontecimentos que só poderiam ser visualizados em momentos vindouros. As ações armadas, neste sentido, segundo Aluizio Palmar, seriam “esporádicas [...] na medida em que a coisa fosse crescendo, aí sim poderia...tipo, não sei como, a gente nem visualizou isso, o que que é área liberada...isso não existia assim logo³⁵⁷”.

Estes aspectos da fala de Aluizio Palmar nos ajudam a compreender um momento em que, após a crítica a toda uma série de paradigmas desenvolvidos, tentava-se encontrar um

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ Idem.

caminho para a revolução brasileira. Embora Cuba servisse de inspiração naquele momento, não havia uma teoria pronta, sistematizada. Embora referenciais não faltassem, que iam desde Mao Tsé-Tung, Guevara, Debray até as críticas de Isaac Deutscher à URSS, não havia, logo de início, a sistematização de uma teoria, pois “a teoria estava nascendo³⁵⁸”. Isto não quer dizer, contudo, que não houvesse delimitado um objetivo final. Havia uma estratégia em andamento, como bem revelado no documento “Esboço para a elaboração de uma estratégia da guerra revolucionária no Brasil”. Este Documento, baseando-se nos pressupostos de que a revolução seria continental, traçava uma hierarquia na estratégia que ia do continental (América Latina), passando pelo nacional (Brasil) até chegar ao local (Paraná). No mesmo documento, ficava clara a concepção de que “dentro do teatro da guerra revolucionária, a guerrilha é apenas uma parte, a parte determinante, da qual derivam e se desenvolvem as demais formas de luta³⁵⁹”, deixando claros os limites da mesma no progresso da revolução brasileira.

Neste momento, a inspiração não só pela revolução ocorrida em Cuba, mas também referências de outras guerrilhas nascidas em países latino-americanos faziam-se fundamentais, tal como Aluizio Palmar defende ao dizer que

A gente decidiu ir por esse caminho, um caminho latinoamericano muito parecido com Douglas Alves na Venezuela. O Álvaro no Peru, estou citando nomes de coisas que estavam acontecendo aqui no subcontinente...essas coisas que foram acontecendo, a guerrilha do Che na Bolívia...era o momento, um, dois, três, quatro Vietnãs.³⁶⁰

Ainda, nos documentos “A importância da prática” e em outro que não possui título³⁶¹, a problemática da estratégia e principalmente da tática novamente são colocados enquanto deveres a serem cumpridos pelos revolucionários naquele momento. O primeiro documento citado condiciona a criação de uma teoria à existência das ações revolucionárias, ao dar a entender que, embora estivesse sendo desenvolvida prática revolucionária, ainda não existia

³⁵⁸ Idem

³⁵⁹ “Esboço para a elaboração de uma estratégia da guerra revolucionária no Brasil”. Arquivo Público do Paraná, pt 1412.167.

³⁶⁰ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

³⁶¹ Documento não intitulado. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

uma teoria feita nem tampouco condições de construí-la até aquele momento dado à “carência de dados que o encaminhamento prático” ainda não lhes havia oferecido.

Ficava latente que naquele momento, o estágio que a luta de classes já havia alcançado não deixava dúvidas de que lançar-se à luta armada era uma necessidade histórica nem tampouco da tarefa dos revolucionários em conduzir o proletariado à vitória. Embora tal objetivo estivesse claro, havia a necessidade de construir toda uma série de táticas, ou seja, “a sequência dos passos a serem dados para que se conduza os explorados a se organizarem e armarem para a tomada do poder político”. Ou seja, naquele momento, a certeza de que apenas a luta armada seria capaz de libertar o Brasil do jugo imperialista demandava a criação de toda uma série de táticas que, levando em consideração o caráter político-militar da luta, fugiriam à mera contemplação estratégica. A ausência de uma teoria revolucionária para suprir aquelas incertezas incorreria em vários erros, sendo necessário, deste modo, “dar mais importância aos erros, do que às vitórias parciais³⁶²”, compreendidos enquanto uma rica experiência para o movimento.

Já no documento não-intitulado, fica patente que, embora não exista uma estratégia ainda naquele momento da luta, existem objetivos finais que se calcam no caráter socialista que a revolução deveria assumir e, baseando-se nisto, a necessidade de armar o proletariado. Baseado nisto, surge a necessidade de criação também de uma estratégia local, regional e nacional para que não tropeçassem “no início da luta”. Até aquele momento, havia um planejamento sendo posto em prática, que resumia em si “as tarefas de levantamento de uma área operacional, montagem de uma base de treinamento, recrutamento e contatos com outras organizações nacionais e internacionais, como também levava a cabo a tarefa da expropriação³⁶³”.

A expropriação aqui citada, de caráter urbano, que contrariava a perspectiva tanto de Guevara quanto de Debray (ao menos nos momentos iniciais da luta), foi uma peculiaridade do processo de formação de movimentos armados revolucionários no Brasil. Não só o MR-8 como diversos outros movimentos teriam recorrido a tal artifício na esperança de que dinheiro advindo dos assaltos e desfalques pudesse financiar a formação de núcleos guerrilheiros no campo. Carlos Alberto Barão cita como principal expoente desta perspectiva o revolucionário

³⁶² “A importância da prática”. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

³⁶³ Documento não intitulado. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

Carlos Marighella, fundador da ALN na qual um dos elementos do legado guevarista fora subvertido, tendo a guerrilha começado “como guerrilha urbana, como forma de acumular os recursos necessários para a passagem à guerrilha no campo³⁶⁴”.

Os problemas e diretrizes de ordem prática acerca da constituição do foco guerrilheiro podem ser mais facilmente visualizados no documento “[...] base operacional”. Nele, é possível identificar toda uma série de instruções legadas por Guevara e Debray no que diz respeito aos aspectos logísticos de constituição do foco, o contato com a população, a estruturação do núcleo guerrilheiro, os cuidados com a repressão, a área de constituição do núcleo guerrilheiro, planos de evacuação da área em caso de emergência e o treinamento guerrilheiro. Basicamente, o documento aborda as condições para que se pudesse superar a primeira etapa de constituição do foco guerrilheiro, de acordo com o que fora desenvolvido por Che, tendo em vista que o modo como a Guerrilha se constituiria só poderia ser revelado no decorrer do processo.

Já no começo, é dito que a área escolhida para a implantação do foco guerrilheiro deveria não apenas ter uma base social favorável à constituição da Guerrilha como também condições naturais favoráveis para o desenvolvimento e defesa do núcleo guerrilheiro (a partir do que Guevara concebe enquanto “favorável” e “desfavorável”). Após ser designada uma área, se faria necessário realizar um levantamento topográfico da região antes de haver a instalação do foco. Este levantamento se constituiria no conhecimento das fazendas, ruas, pontes, quartéis, delegacias, não só da cidade onde se encontram os quadros, mas também das cidades vizinhas e, no caso da zona de operações escolhida pelo MR-8, dos países vizinhos, entre outras referências necessárias para o encaminhamento de futuras ações.

Além do levantamento topográfico, se faria necessário um levantamento socioeconômico da população local para que fosse mais bem conhecida, juntamente com suas insatisfações bem como possíveis lutas e aspirações. De igual forma, enfocava a necessidade de constituição de uma “base artificial de apoio”, tendo em vista que se faria necessário haver apoio logístico antes de ser desenvolvida uma rede de contatos entre os camponeses e trabalhadores rurais da região.

³⁶⁴ BARÃO, Carlos Alberto. *op. cit.* (p. 295).

Em todo este processo, revela-se essencial a existência de quadros profissionais que seriam responsáveis pela formação de uma “base operacional”, indispensável para o desenvolvimento da guerrilha. Estes quadros teriam a função de, nos primeiros momentos de instalação do núcleo guerrilheiro, realizar o “povoamento artificial” da região, desenvolvendo aparelhos que serviriam de logística para os futuros guerrilheiros. Levando em consideração os mecanismos desenvolvidos pelos órgãos da repressão para a captura dos “inimigos internos”, seria de suma importância que os quadros incumbidos do povoamento inicial fossem discretos. Não poderiam ter ficha na polícia, nem desenvolver trabalho de massa junto à população local, devendo misturar-se ao campesinato tendo conhecimento de seus costumes, além de serem disciplinados e saberem dar satisfação às várias questões que certamente seriam feitas pela polícia local.

Embora o trabalho de tais revolucionários fosse de grande importância, fica claro no documento que a transformação do “aparelho” em “base operacional” só se daria quando “o trabalho político-militar” conseguisse “o apoio do povo³⁶⁵”, sendo principalmente o contato com a população local “politizada” de grande importância, embora esta não fosse constituir, de início, a frente guerrilheira, mas sim o apoio³⁶⁶.

Dado à avaliação realizada não só pelo MR-8 mas também por diversos outros movimentos comunistas armados brasileiros, optou-se por adquirir “aparelhos” e “bases operacionais” com o dinheiro das expropriações realizadas nas cidades, embora na perspectiva guevarista e debrayana isso fosse extremamente perigoso. De igual forma, o contato com a população local tenderia a ocorrer desde o começo, sendo as bases operacionais geralmente localizadas em terras compradas, ao invés de ser em mata densa, e sendo seus recursos comprados, doados ou pilhados. No próprio documento, o quadro do MR-8 que o produziu afirma que “o ideal seria o que o Foco fosse auto-suficiente, isto é, independente das redes de abastecimento. Isto, pelo menos na fase inicial, não será possível”. Deste modo, as linhas de abastecimento se constituiriam em “depósitos, com armas, munições, remédios, mantimentos, etc.”, “pilhagem”, “compras, junto à população” e “grupos de solidariedade³⁶⁷”.

³⁶⁵ “[...] base operacional”. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem.

Para que a guerrilha obtivesse sucesso em seu primeiro estágio, marcadamente voltado à sobrevivência, seria de suma importância a existência de “bases de segurança” e um “plano de emergência”, caso fosse necessária a evacuação da área. As “bases de segurança”, sendo organizadas pelos quadros profissionais, teriam como função, principalmente nos momentos iniciais, “reabastecer, informar e evacuar constantemente a coluna”. Seriam os locais onde haveria a “reorganização do núcleo combatente entre um combate e outro”, sendo constituídos em áreas florestais, principalmente de mata densa, e em fazendas situadas em lugares estratégicos³⁶⁸.

Já o “plano de emergência” ou de “evacuação” se faria de suma importância levando em consideração que “a eficácia militar do Foco depende de várias circunstâncias, desde o valor pessoal dos combatentes até o funcionamento a contento da logística”. Tal plano deveria ser usado apenas em último caso, por exemplo quando houvesse grande número de baixas no núcleo guerrilheiro durante um combate. Tais bases, tidas no documento como “santuários” seriam os lugares onde a tropa se reuniria para se reabilitar para o combate, estudando as possibilidades de continuação da Guerrilha a partir da revisão de sua tática. Dadas as situações enfrentadas pelos países vizinhos Paraguai e Argentina, que se encontravam também tomados por Ditaduras burguesas, bem como as dificuldades de travessia da fronteira devido ao fato da mesma ser separada por rios, os países estariam longe de constituírem uma tradicional “Fronteira de Apoio”, ou seja, para a realização de recuos estratégicos. Ainda assim, de acordo com a avaliação contida neste documento, eram países que, como o Brasil, possuíam “condições políticas para o desenvolvimento de uma guerra revolucionária”. Dado a tais fatos, o melhor seria, naquele momento, que as bases onde ocorreria o reagrupamento dos guerrilheiros se situassem no Brasil, dentro da própria região operacional³⁶⁹.

Com relação à formação do “núcleo combatente”, o autor do documento rememora a organização das Ditaduras que, num contexto de internacionalização da luta de classes, tenderia a organizar o aparelho repressivo das burguesias de vários países na luta contra as forças revolucionárias. Neste sentido, as forças da repressão utilizariam todo o seu potencial possível para evitar que os movimentos revolucionários se enraizassem entre o povo. A teoria do foco guerrilheiro, neste contexto de acirramento da luta de classes e da repressão a nível

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Idem.

internacional, se revelaria uma possibilidade de organização do povo na luta contra o poder burguês como um todo, devendo os guerrilheiros, a partir do foco, mostrar ao proletariado que “é possível a derrota do inimigo³⁷⁰”. Esta condicionante, presente fortemente em Debray, se calcaria na necessidade de quebrar o medo e a subserviência ante as forças coercitivas do Estado e das classes dominantes, revelando também à classe trabalhadora quem são seus reais inimigos.

Levando em consideração a superioridade evidente do exército da repressão em relação ao nascente núcleo combatente, haveria a necessidade de o foco ser constituído pelos melhores quadros do movimento. Quando se diz “os melhores”, significa dizer “os que possuem melhor nível político” e que “tem a consciência mais elevada entre os revolucionários”, pois partindo destes princípios, seriam os que estariam mais engajados no conhecimento das leis e métodos de condução da guerra e dos aspectos socioeconômicos da região. Isto, especificamente, incumbe em conhecer

a distribuição da economia, as relações de trabalho e sua divisão; a organização social; formação histórica; organizações populares; as instituições civis do Estado e seu relacionamento com a população; as instituições militares, sua organização [...] e abastecimento; redes de comunicação/ vias e meios de transporte (terrestre, aéreo e fluvial); topografia das cidades, vilas e lugares e sua organização socioeconômica, sabendo diferenciar a importância de uma para a outra, a topografia das cidades e outras vias de transporte, etc.³⁷¹

O “núcleo combatente”, a partir das funções que seus quadros são incumbidos, necessitaria de uma hierarquia em seu interior. Primeiramente, os combatentes seriam divididos em combatentes “da ativa” e “reservistas”, ficando os últimos nas bases de segurança, sendo arregimentados à tropa nos momentos necessários. O “núcleo combatente”, para melhor operacionalização de suas ações, seria dividido em “vanguarda”, “centro” e “retaguarda”, tendo cada divisão o seu comandante e subcomandante correspondente, e um comandante chefe eleito por um “coletivo de comandantes”. Este coletivo de comandantes ficaria responsável pelo planejamento de todas as operações. Dentro de cada núcleo, o

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Idem.

comandante teria a função de organizar as tarefas cabíveis a cada combatente, bem como “aplicar o centralismo [democrático] como norma” para criar um consenso entre todos os combatentes acerca dos passos a serem dados. De igual forma, se faria necessário “utilizar a discussão coletiva para o aprofundamento das questões sempre que possível, criando inclusive condições para estas discussões³⁷²”, que são parte importante da formação política da tropa.

Ainda, o documento deixa claro, com base nas leis de guerra geral e de guerra revolucionária, a necessidade de treinamento político-militar à tropa, principalmente devido à superioridade das forças contrarrevolucionárias sobre o Foco Guerrilheiro, visto sob uma perspectiva militar. O documento, estando incompleto, revela apenas os pontos do treinamento que dizem respeito à “adaptação” e “sobrevivência”. A adaptação se faria principalmente necessária dada a pouca aptidão da maioria dos quadros à vida militar no núcleo combatente, sendo em geral militantes urbanos, necessitando assim ser reforçado este aspecto que o próprio Debray designava enquanto uma “luta contra si mesmo”. Já a sobrevivência, intrinsecamente ligada ao problema da adaptação, se dedicaria à superação de três principais problemas, sendo eles “alimentação, abrigo contra os fenômenos da natureza e a prevenção contra os animais nocivos”. No documento, fica clara a necessidade de tais necessidades serem superadas a partir, na medida do possível, dos recursos oferecidos pela própria natureza, sendo necessário o conhecimento “das plantas medicinais, dos vegetais e dos vários tubérculos, incluindo também a localização das águas³⁷³”.

2.1.4 Problematizações sobre teoria revolucionária e análises de conjuntura nos documentos produzidos pelo MR-8

Saindo destas questões de caráter pragmático, existem também alguns poucos documentos, organizados também no Arquivo Público do Paraná, que tratam, ainda que sucintamente, de questões teóricas voltadas à conjuntura em que se situavam. Dentre os temas abordados, ganham prioridade o imperialismo, o capitalismo monopolista, a internacionalização da luta proletária, a importância do Brasil no contexto latino-americano, bem como sua formação social, as classes que deveriam constituir a vanguarda

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

revolucionária, e ainda a forma da organização revolucionária a lutar contra a Ditadura. Para esta discussão, separamos aqui três documentos para análise, intitulados “Situação socioeconômica”, “Importância do trabalho político no meio do proletariado” e “Tarefas dos revolucionários do Brasil”.

Em “Situação socioeconômica”, o autor inicia situando a Ditadura num contexto de unificação da ação imperialista sobre a América Latina, ao afirmar que

O Brasil como os demais países do continente acha-se integrado dentro do sistema capitalista monopolista, formando um todo indissolúvel, que determina que para o continente, o imperialismo tenha uma ação conjunta, isto coloca as classes dominantes intimamente ligadas num planejamento comum política e militarmente para se sustentarem nesta sua última fase. Quanto a este aspecto podemos dizer ser o denominador comum que caracteriza a contradição entre capital e trabalho, determinando a internacionalização da luta dos trabalhadores explorados contra o inimigo comum: o imperialismo³⁷⁴.

Partindo do princípio que a luta contra o imperialismo e o capitalismo deveria se dar de braços dados, e levando em consideração que a revolução deveria ser de proporções continentais, tal como já havia postulado Guevara, o autor passa a pensar a importância do Brasil no desenvolvimento desta revolução de libertação nacional e socialista. Segundo sua avaliação, apesar do desenvolvimento capitalista na América Latina ter se dado fundamentalmente da mesma maneira, existiam certas diferenças em alguns países que deveriam ser enfocadas, a começar pelo caso brasileiro. O destaque do país, neste caso, se deveria à sua importância geográfica e econômica a nível continental, sendo o Brasil, por seu grande porte, “um continente dentro do continente”. Com base nisto, deveria ser dada importância às suas fronteiras, com destaque à fronteira sul, onde estaria concentrada, segundo a avaliação do autor, um maior contingente populacional.

Além da importância geográfica e econômica, também é focado o processo de desenvolvimento da industrialização no Brasil que, intensificando-se à partir da década de 1930, teria gerado um importante parque industrial no país, favorecendo a ascensão do operariado urbano enquanto classe política. Ao mesmo tempo, contudo, tal processo teria

³⁷⁴ “Situação socioeconômica”. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

gerado fortes mudanças nas relações de trabalho no campo, tendo em vista que o campo, neste contexto, passa a ter grande importância na manutenção e no desenvolvimento das indústrias brasileiras, o que teria acarretado no acirramento das contradições sociais no campo³⁷⁵.

Pode-se dizer que a avaliação acerca das contradições sociais no campo brasileiro bem como a concentração populacional na fronteira sul do Brasil tenham sido de suma importância para o estabelecimento de um foco guerrilheiro do MR-8 no Oeste do Paraná. Além do fator já citado no documento “[...] base operacional”, que colocava a fronteira com a Argentina e o Paraguai enquanto propícias para o contato com as organizações revolucionárias existentes nestes outros países, também se enfoca a existência de diversos conflitos de terra entre trabalhadores e posseiros contra latifundiários nesta região. Em entrevista aos membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura e Memória no Oeste do Paraná”, Aluizio Palmar falou um pouco sobre as lutas pela terra que ocorriam nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Segundo ele,

Aqui em Ramilândia, havia um lugar que era o Banhadão, e nesse lugar teve uma organização camponesa porque de fato eles se organizaram, havia um galpão lá e os posseiros fizeram reuniões nos galpões e nós tínhamos o Azizo, ele era um agricultor analfabeto. Ele vinha de uma experiência política do Julião, das Ligas Camponesas, ele tinha uma visão política boa. E ele estava no meio dessa gente aí que ocupou a terra e durante anos se manteve na terra, todos eles armados, mas nada assim de...papo amarelo, rifle, arma...alguns revólveres, um pessoal bem armado [...] Era coisa da região. Nós só estávamos só passando, mais pra frente quando comessem nossas operações na região, começaria pelo destacamento de Santa Helena, a gente ia pegar arma lá. Quando comessem as nossas operações, a base social seria essa³⁷⁶.

Ainda neste sentido, tratando da importância do campesinato no processo revolucionário, segundo a leitura do MR-8, a organização produziu o documento “Importância do trabalho político no meio do proletariado”, onde se pode observar uma forte influência maoísta, tendo em vista que são abordadas as características do PC chinês na revolução que ocorreu no país. Segundo o autor, na China, assim que o proletariado começou

³⁷⁵ Idem, p. 180.

³⁷⁶ Entrevista com o Aluizio Palmar realizada por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”. *Espaço Plural/Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná* – ano XIII. Nº 27. 2012 – 2º Semestre.

a adentrar na arena política, o Partido Comunista Chinês viu-se incumbido de uma grande responsabilidade com relação à formação de uma vanguarda revolucionária. Partindo de uma perspectiva claramente leninista, o quadro do MR-8 defende que “se a liderança do proletariado e do PC é ausente ou falha qualquer guerra terminará certamente por uma derrota”. A capacidade dirigente do proletariado chinês, juntamente com o PC, adviria do aprendizado dos mesmos com “as experiências do proletariado de vanguarda do mundo inteiro e seus partidos”, bem como sua organização.

Além disso, também é abordada enquanto um ponto positivo a capacidade do proletariado e do PC Chinês de romper com o egoísmo de classe. Somente a partir disto, segundo o autor, o proletariado se torna capaz de fazer-se vanguarda de uma revolução, conseguindo arregimentar o campesinato, a pequena burguesia urbana, a burguesia e evitar que o lumpén-proletariado partilhe de atitudes contrarrevolucionárias. Lenin, em “Que fazer?”, alega que é tarefa da vanguarda revolucionária conhecer as relações sociais que permeiam todas as classes de dada sociedade, bem como estender a consciência revolucionária às demais classes além da operária. Segundo Lenin,

A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprendem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população [...] para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não apenas teóricos [...] como fundamentado na experiência da vida política [...]³⁷⁷

Conhecendo os mecanismos de funcionamento da sociedade em que vivem, bem como das relações sociais concretas, os revolucionários adquirem também a possibilidade de estender sua ação para além das organizações operárias, arregimentando intelectuais e militantes de outras classes. Lenin, ao dizer isso, afirmava que o Partido Revolucionário não poderia se constituir em vanguarda se não unisse todas as forças sociais que, naquele

³⁷⁷ LENIN, Vladimir. *op. cit.* (p. 55).

momento, lutavam contra a autocracia russa. A libertação do país contra o jugo czarista tornava-se, neste sentido, uma bandeira que deveria unir operários, estudantes, funcionários públicos, camponeses, entre outras classes e grupos sociais³⁷⁸. Da mesma forma aconteceu na China, no sentido da luta contra o imperialismo inglês tornar-se um fator de atração das diversas classes sociais, que, sob a hegemonia do PC chinês, realizaram uma revolução de libertação nacional, que possibilitou a construção do socialismo no país.

Após estas ponderações, o autor do documento desfecha-o avaliando a pequena burguesia urbana e o campesinato enquanto as “principais forças na guerra revolucionária”. Ressalvou, contudo, que “a produção em pequena escala, que constitui sua característica e limita seus horizontes políticos, torna-os incapazes de exercer uma liderança correta na guerra”. Já tendo sido explanada no documento “Situação socioeconômica” o porque do campesinato teria tamanha importância no processo revolucionário, cabe abordar um pouco os problemas relacionados à pequena burguesia urbana.

Em entrevista a mim, Aluizio Palmar retrata a si e seus companheiros (com exceção de Bernardino Jorge Velho) enquanto “pequeno burgueses”, retratando isto de forma negativa, e não levando em consideração que Nielse Fernandes, que esteve no treinamento, era operário naval. Ainda, segundo Palmar, sendo eles “pequeno burgueses”, o treinamento guerrilheiro teria a importância de torna-los aptos à sobrevivência em condições adversas, bem como à luta que deveria vir posteriormente. Estes elementos levam a crer que a visão que Palmar cultivava acerca de si mesmo e seus companheiros urbanos enquanto “pequeno-burgueses” pode ter sido devido à influência de Régis Debray em sua leitura da realidade. Levando em consideração que para Debray as debilidades físicas e morais dos homens urbanos, que dificultavam a adaptação e a sobrevivência dos mesmos em mata densa, se deveria ao fato dos mesmos serem urbanos, e do homem urbano ser um “burguês sem sabe-lo”, não é difícil que os militantes, naquele momento, fizessem tal julgamento em relação a si próprios.

Por fim, se faz também importante para o aprofundamento das discussões travadas no interior da organização a análise do documento “Tarefas dos revolucionários do Brasil”, que apresenta toda uma série de questões teóricas sobre a formação do imperialismo, tido como um “estágio superior do capitalismo”, e os problemas que o mesmo traria aos propósitos

³⁷⁸ Idem, p. 67.

revolucionários. Estas discussões, longe de produzirem uma teoria pronta, apresentam mais problemas do que soluções, sugerindo, ao invés de pontos de chegada, pontos de partida para a eclosão da revolução no Brasil. Tendo sido escrito por três quadros que se apresentavam sob os pseudônimos de “Luiz” (José Bartolo Calvert), “Paulo” (Ronaldo Fernando Martins) e “Silas” (Mauro Fernando de Souza)³⁷⁹, o escrito revela de modo bem nítido algumas diretrizes que norteariam as ações do MR-8. Estes guerrilheiros, justificando suas concepções, desenvolvem a ideia segundo a qual o capitalismo, aperfeiçoando seus métodos de repressão ao longo do tempo, traz grandes dificuldades às organizações revolucionárias por meio da “internacionalização da repressão”. Partindo de uma análise bem similar à de Debray em *Revolução na revolução*, defendem a necessidade de mudança na atuação das vanguardas ao longo do tempo, e apostam no potencial criativo do foco como uma forma de desenvolver, processualmente, respostas aos problemas que assolavam a esquerda comunista brasileira naquele contexto.

Os autores iniciam o texto abordando o desenvolvimento do capitalismo a nível mundial, e tomando o imperialismo e o capitalismo monopolista enquanto formas de internacionalização da exploração do trabalho e, conseqüentemente, da luta de classes. O Estado, neste sentido, deixaria de ser um organismo de defesa de uma classe dominante nacional e passaria a gerir os interesses de uma burguesia internacional. Partindo do pressuposto de que este sistema está em crise à nível internacional, e que a única saída para tal crise seria “o controle do poder pelo proletariado³⁸⁰”, estaria ocorrendo também um processo de internacionalização da repressão. Neste caso, não é difícil compreender a avaliação que os quadros do MR-8 faziam acerca da Ditadura instaurada no país em 1964, tendo em vista que a mesma é inserida em um processo de integração das várias “burguesias num só sistema”, gerando uma “organização em escala mundial do Capitalismo³⁸¹”. Em suma, a Ditadura que estaria em vigor no Brasil e em vários outros países latino-americanos seria um desdobramento das necessidades geradas pela nova etapa do capitalismo.

As problematizações desenvolvidas no decorrer deste documento se baseiam em pressupostos teóricos que afirmam

³⁷⁹ “Pedido de busca nº 047/SNI/ACT/69/Exemplar 03. Arquivo Público do Paraná, pt 1412.167.

³⁸⁰ “Tarefas dos revolucionários do Brasil”. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

³⁸¹ Idem.

que um processo só existe à medida que exista uma contradição que lhe dê fundamento e que lhe dê base para sua existência – é a contradição fundamental do processo. Sabemos ainda, que em cada momento de um processo, existe uma contradição que emperra o seu desenvolvimento que não deixa que se desenvolva o processo – é a contradição principal³⁸².

Uma vez que a luta no Brasil era vista como necessária, devido ao diagnóstico de que o capitalismo estava mundialmente “em crise”, analisava-se também uma contradição principal no processo, sendo esta “justamente a inexistência de uma forma fundamental de luta”. Logo, os revolucionários do país passavam justamente por esta contradição principal, “responder a questão da forma fundamental de luta no Brasil, com o desenvolvimento da Guerra Revolucionária localizada”. Contudo, as formas secundárias de luta só poderiam ser conhecidas a partir da experiência concreta. Concebe-se, nesse momento, enquanto crucial a ação transformadora possibilitada pelo Foco Guerrilheiro³⁸³. Deste modo, em um momento marcado pelas incertezas quanto a um modelo revolucionário, quanto às reais possibilidades de encaminhar a luta revolucionária no país, a teoria do foco guerrilheiro, sistematizada por Guevara e Debray, oferecia não um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida de atuação tanto política quanto militar, tendo em vista que tais fatores, dentro da concepção foquista, não eram passíveis de ser separados neste momento. Neste sentido, concebia-se que a ação do foco daria “uma forma orgânica e centralizada ao processo revolucionário”, que naquele momento ainda possuía “forma inorgânica e descentralizada”.

Esta avaliação acerca das possibilidades de revolução no Brasil, bem como de suas incertezas advindas do não conhecimento das formas secundárias de luta, nem a delimitação de tática e estratégias definidas, podem nos auxiliar bastante a compreender o MR-8 em sua atuação embrionária em relação às demais OPM que se formariam posteriormente. A fala de Aluízio Palmar, citada no começo deste tópico, em que o mesmo alega que na formação do MR-8 a teoria ainda estaria nascendo, e que não eram visualizadas áreas liberadas ou formação de colunas guerrilheiras é reforçada aqui. O desconhecimento de caminhos concretos para a revolução seria dado aos limites proporcionados pela atuação que a organização teria até aquele momento, e só poderia haver conhecimento de tais caminhos à medida que houvesse o amadurecimento da luta contra a Ditadura.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

Deve-se levar em consideração, também, que o foco guerrilheiro tinha a importância de, em uma conjuntura marcada pela dificuldade de organização política da classe trabalhadora, dar resposta ao problema da derrubada do Estado burguês. Uma vez que, com a internacionalização da repressão e implantação de ditaduras em toda a América Latina, qualquer forma pacífica de luta de massas estaria comprometida, a revolução socialista seria a única saída para a crise instaurada. De acordo com a leitura do MR-8, “a coexistência dos Estados burguês e proletário, num mesmo tempo e espaço histórico”, se revelaria naquele contexto enquanto uma “lei de guerra revolucionária³⁸⁴”, demonstrando o acirramento político e ideológico entre o capitalismo e o socialismo.

Apontando o socialismo como única alternativa à dominação imperialista e enfocando a importância das vanguardas durante este momento de dificuldade para as organizações revolucionárias, os militantes do MR-8 defendiam que “só uma organização que pode impor sua vontade poderá de fato transformar a realidade”. Partindo por este princípio, chega-se à conclusão que a única forma de atuação nesta conjuntura “terá que ser militar”. O papel da luta armada é tão focado nas concepções de Debray a ponto do mesmo alegar a necessidade de expressão de uma linha militar da parte dos revolucionários, sem a qual não poderiam ser considerados revolucionários³⁸⁵. Assim, firma-se a concepção de que a vanguarda seria fruto da luta guerrilheira, não existindo cristalizada na direção do partido marxista-leninista.

Uma vez que se defende a necessidade da ação militarizada, o antigo Partido Comunista dá lugar a um “exército revolucionário”, caracterizado como um “instrumento formado pela ação transformadora do Foco” e “pelo desenvolvimento de leis Político-militares da Guerra Revolucionária³⁸⁶”. Deste modo, inverte-se a concepção vigente até então, de que o Partido marxista-leninista seria a vanguarda que encabeçaria o exército revolucionário. Segundo o historiador Carlos Alberto Barão, Régis Debray concebia que “as tarefas colocadas pela revolução na América Latina exigiriam a formação do núcleo do partido a partir do exército popular, e não o inverso. Para isso é preciso antes formar e desenvolver o núcleo guerrilheiro³⁸⁷”.

³⁸⁴ “Tarefas dos revolucionários do Brasil”. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

³⁸⁵ DEBRAY, Régis. *op. cit.* (p. 12).

³⁸⁶ “Tarefas dos revolucionários do Brasil”. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

³⁸⁷ BARÃO, Carlos Alberto. *op. cit.* (p. 281).

No que tange ao objetivo final deste processo, os militantes redatores do documento analisado afirmam que, através desta guerra encabeçada pelo exército revolucionário, seria possível consolidar

a Ditadura do Proletariado sobre a burguesia. Este é o método de controle do Poder, é o método da Guerra de Classes, e do combate político e militar pela extinção do Estado burguês e suas instituições, pela sua substituição pelo Estado Proletário, que se efetuará no processo da própria Guerra, a transformação na infra e na supra-estrutura, ou seja a Organização do Estado Socialista é um desdobramento da Guerra³⁸⁸.

Continuando no enfoque do caráter político-militar desta conjuntura, os autores do documento enfocam a necessidade do conhecimento das “leis político-militares”, que só poderiam ser conhecidas em fatos, e não de forma abstrata. Dentre estas leis, são citadas a importância de conhecer o inimigo em amplo aspecto, para assim saber as possibilidades reais de ação, bem como a existência de uma base social que dê suporte à luta guerrilheira, constituindo uma “retaguarda” onde o núcleo guerrilheiro possa constantemente se recompor. Mesmo sabendo que o exército burguês se utilizaria constantemente de artimanhas para conquistar a simpatia das classes subalternas, os quadros que escreveram o documento corroboram, com base no materialismo dialético, a tese de que as forças militares da burguesia não possuiriam “condições de enfrentar uma guerra prolongada de classes”. Isso se deveria ao fato deste exército ser a “própria expressão do poder burguês”, estando “historicamente derrotado pela sua própria essência de classe³⁸⁹”, partindo tal análise de uma clara concepção teleológica.

Tal como pudemos perceber neste capítulo, os problemas abordados prematuramente no MR-8, buscavam a resposta à forma que deveria possuir a organização revolucionária em uma conjuntura marcada pela internacionalização da repressão a serviço do capital monopolista e de uma burguesia internacional. A formação de ditaduras latino-americanas, constituindo-se em uma resposta às necessidades do capitalismo internacional em seu estágio imperialista, trazia diversas dificuldades à organização política do proletariado. Tais dificuldades geraram a avaliação de que a única organização capaz de alterar substancialmente a realidade seria aquela de tipo político-militar. De igual forma, a constatação da impossibilidade de mudanças dentro do capitalismo, devido à forma como o

³⁸⁸ “Tarefas dos revolucionários do Brasil”. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

³⁸⁹ Idem.

mesmo foi formado na América Latina, não deixava outra possibilidade senão a de uma revolução que visasse, diretamente, a constituição do socialismo.

Baseando-se, ainda, no pressuposto de que os partidos comunistas latino-americanos não teriam cumprido suas funções históricas, a única possibilidade de revolução se daria pela formação de vanguardas organizadas de outras formas. Partindo da concepção de que não há uma correspondência necessária entre a existência de um partido e a de uma vanguarda revolucionária, concebe-se que a ação revolucionária, naquele momento, deve dar-se independente dos partidos, ao menos em sua forma tradicionalmente estruturada. A teoria do foco guerrilheiro, longe de fugir à perspectiva marxista-leninista, apenas procura, a partir da experiência cubana, buscar novos pontos de partida para a revolução no continente, levando em consideração que a estrutura burocrático-partidária se faria morosa e ineficiente em um momento de maior estruturação do aparato repressivo.

Longe de pretender o predomínio da prática sobre a teoria, os idealizadores da teoria do foco guerrilheiro pretenderam a não-separação entre o fator político e o militar, bem como a defesa da ideia de que a vanguarda seria ao mesmo tempo política e militar. A guerrilha e o Exército Revolucionário, outrora concebidos enquanto braços armados de um partido, agora adquiriam a característica, eles próprios, de partidos, concentrando tanto as discussões políticas quanto as decisões mais práticas em seu seio, ainda que por vezes, as leis de guerra exigissem a quebra temporária da democracia interna no partido. Contudo, concebia-se que, naquele momento, a ausência de resposta para os princípios da guerra revolucionária só poderia ser sanada na prática, sendo o foco não um método infalível, mas sim um ponto de partida para a construção de uma organização revolucionária, dotada de uma vanguarda e uma teoria revolucionárias.

Não se pode deixar de abordar, apesar de todos os esforços para criar novos paradigmas, que os pressupostos gerados por vezes não rompiam com várias das concepções cultivadas pelo PCB e por outros partidos comunistas latino-americanos, dignatários do stalinismo. Em Debray, principalmente, é possível verificar, em alguns momentos, a manutenção de uma percepção etapista, no sentido de conceber o imperialismo como principal inimigo, e os demais, conseqüentemente, secundários. A separação entre luta antiimperialista e anticapitalista revela o quanto ainda restava de etapista no autor, apesar do mesmo esforçar-se por combater, através dos seus escritos, as tendências ao aliancismo e ao reformismo, típicas dos partidos que pensam a “revolução por etapas”. O MR-8, neste

contexto, encontrava-se claramente em meio a uma encruzilhada de rompimento com os velhos paradigmas, mas sem conseguir dar resposta clara aos novos problemas que surgiam para a organização revolucionária. A resposta só poderia ser obtida através da ação.

Uma vez que pudemos analisar, através de documentos produzidos pelo grupo, os problemas teóricos e práticos que foram surgindo no decorrer das experiências vividas (ou na consciência da falta das mesmas), agora se fará necessário analisar a trajetória do movimento para que assim possamos perceber o quanto, na ação, as influências teóricas para a formação do foco guerrilheiro surtiram efeito, resguardando, é claro, todos os limites que poderiam haver no desenvolvimento do foquismo. Levaremos em consideração, deste modo, que a “teoria do foco guerrilheiro”, longe de ser uma fórmula, constituía-se em um ponto de partida, uma iniciativa claramente experimental, para o desenvolvimento da luta armada nos vários países latino-americanos dominados por autocracias burguesas. O desenrolar das atividades, bem como a forma que a luta tomaria, dependeria única e exclusivamente das saídas encontradas pelos militantes para a transposição de limites dentro de cada conjuntura vivida.

CAPÍTULO 3 – DA “SUBIDA À SERRA” AO PRESÍDIO DA ILHA DAS FLORES: NASCIMENTO E QUEDA DE UM MOVIMENTO ARMADO

Antes de abordar especificamente o conteúdo deste capítulo, cabe dizer que traçar a trajetória do primeiro MR-8 não é tarefa fácil. Não apenas por haver poucos escritos historicizando-a, traçando seu desenvolvimento e ações dentro de uma perspectiva cronológica, mas também por não sabermos exatamente em que momento a organização político-militar (OPM) em questão passou a ser chamada pelo nome de “Movimento Revolucionário 8 de outubro”, nem tampouco como ocorreu. O que é consenso até então, pelos depoimentos de Aluizio Palmar e Mauro Fernando de Souza, é que o nome é uma homenagem a Ernesto Guevara, morto nesta data. Ainda, em entrevista à mim, Palmar relata que este era o nome de uma revista redigida pela organização, chamada “8 de outubro” pelas mesmas razões³⁹⁰. Já sobre quem nomeou a organização deste modo, existem três versões até então, derivadas dos depoimentos de Palmar, Souza e também de Lauro Consentino Filho, que deu apoio logístico ao movimento em Medianeira/PR. Aluizio, em seu depoimento à Sociedade DHPaz, alega que

O João Manoel Fernandes, numa expropriação, fez um discurso no banco anunciando que aquela ação era do MR-8 [...] nós tínhamos uma revista chamada “8 de outubro” [...] uma criação do João Manoel pois a gente não tinha nome, a gente era a Dissidência do Rio de Janeiro. Como nós pretendíamos formar uma Frente Revolucionária a gente evitava criar nome³⁹¹.

Já Mauro Fernando de Souza, cuja perspectiva sobre a luta armada se encontra registrada na monografia de Fernando Freitas de Souza, alega que o mesmo seria o possível “criador da sigla”, tendo sido o “primeiro a lançar a sigla MR-8”, em uma reunião “noite afora, no sítio Boi Piquá, tendo sido consenso de todos os companheiros do grupo³⁹²”.

³⁹⁰ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

³⁹¹ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

³⁹² SOUZA, Fernando Freitas de. MR-8: a origem da sigla. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica do Salvador: Salvador, 2008. <<http://historia-mr8.blogspot.com.br/2009/10/mr-8-movimento-revolucionario-8-de.html?m=1>> Acesso em 14/01/2015, às 12:46.

Também Lauro Consentino Filho, dentista que fora membro do Movimento Estudantil Universitário e do PCB em Curitiba e que deu apoio logístico ao MR-8, embora não tenha sido quadro da organização, defende que o nome da mesma se deu por decisão através de votação. Esta versão, contudo, diferencia-se pelo mesmo não relatar a presença de Mauro Fernando de Souza (“Silas”), nesta reunião. Recentemente, o mesmo escreveu uma obra, intitulada *Ocoy: o rio que levou boiando capacetes militares...e os sonhos*, onde o mesmo relata sua trajetória de militância, seu envolvimento com a OPM e sua prisão durante a Ditadura³⁹³. Ao falar sobre a escolha do nome para o movimento, Lauro Consentino Filho narra que

Não lembro o mês, mas foi no início de 1969, houve uma reunião, à noite no consultório: participaram André, Cezar, Miguel, Ivan e eu. Na pauta, o nome da organização. Foram apresentados três nomes e venceu o Movimento Revolucionário 8 de outubro – MR-8. O nome era em homenagem ao companheiro Che Guevara, morto nesta data na Bolívia. Acredito que antes houve votação do Rio de Janeiro³⁹⁴.

Além das divergências sobre quem teria sido o primeiro a dar ao grupo o nome de “Movimento Revolucionário 8 de outubro”, ainda devemos levar em consideração que membros de várias dissidências do PCB e também movimentos compuseram o MR-8, tendo sido o processo, contudo, encabeçado pela DI-RJ. Em sua pequena trajetória, o 8 pode contar com parcerias e inserções de membros vindos da Polop, da AP, do “Grupo dos 11”, do MNR, das Ligas Camponesas, do Movimento Estudantil secundarista e universitário do Rio de Janeiro e Paraná, bem como alguns membros recrutados das Dissidências da Guanabara, do Paraná e de Brasília. Talvez, a explicação de Aluizio Palmar sobre a necessidade visualizada de construção de uma “Frente Revolucionária”, e por conta disto a não-priorização da criação de um nome, seja uma das razões pelas quais é difícil precisar a história do MR-8, bem como os grupos envolvidos.

A possibilidade de criação de uma Frente, arregimentando militantes de diversas organizações, se tornaria mais concreta com a ida de Aluizio Palmar a Curitiba, depois de ter recebido contatos da cidade nos tempos em que ficou hospedado no CRUSP, em São Paulo. De forma bem humorada, Palmar trata o proselitismo que caracterizou tais tentativas de

³⁹³ No próximo tópico, aprofundaremos a análise de alguns aspectos da obra, bem como da vida de Lauro Consentino Filho.

³⁹⁴ FILHO, Lauro Consentino. *op. cit.* (p. 40).

recrutamento em Curitiba como as pregações de um pastor evangélico, dizendo que foi à capital paranaense

pregando, pregando, esta é a palavra certa, o guevarismo, o foquismo, “tá na hora da gente pegar em arma, e tal”. Fiquei um tempão aqui em Curitiba, igual pastor evangélico, fazendo reunião com todo mundo, e defendendo a necessidade da implantação imediata de um foco no Oeste do Paraná³⁹⁵.

Neste capítulo, iremos reconstituir o período que se inicia com as primeiras ações do MR-8 no meio urbano carioca, ainda enquanto DI-RJ, passando pela sua aliança com a DI-PR, o estabelecimento do foco na região Oeste do Paraná até a queda da organização em 1969. Esta queda resultou na morte de Reinaldo Silveira Pimenta e na prisão de quase todos os seus demais quadros na Ilha das Flores, na Baía de Guanabara/RJ, tendo sido, em 1971, alguns exilados no Chile, e outros soltos após cumprimento de pena. Após o estabelecimento das alianças entre as Dissidências do Rio de Janeiro e Paraná, alguns quadros se instalaram no oeste do Paraná com a intenção de fazer levantamentos da geografia da região, no intuito de melhor conhecer os conflitos que permeavam as relações sociais, para poder posteriormente iniciar os treinamentos e recrutamentos que dariam origem ao foco guerrilheiro. Outros quadros, que permaneceram no meio urbano carioca em Niterói, no estado da Guanabara e em Curitiba ficaram incumbidos de realizar as expropriações que financiariam a luta armada, fornecendo também logística e abrigo em eventuais recuos estratégicos.

Após ter vários embates com a direção do PCB, devido principalmente à necessidade que viam de romper com a “via pacífica”, bem como as divergências quanto à perspectiva etapista, a Dissidência do Rio de Janeiro, inicialmente constituída por estudantes universitários e operários navais, desenvolve pequenas atividades de articulação e resistência no meio urbano carioca. Paralelo a tais ações, também há a averiguação das possibilidades de parcerias para o desenvolvimento da luta armada, que pela avaliação realizada com base no que ocorria naquele momento, ocorreria no campo. Aluízio Palmar, em suas entrevistas, fala sobre as aspirações e tentativas de alianças com o MNR e as Ligas Camponesas para o estabelecimento do foco guerrilheiro na área rural. Tais tentativas se dariam, principalmente, pelas possibilidades de tais movimentos, enriquecidos pela experiência militar e pelo trabalho

³⁹⁵ Depoimento de Aluízio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

com os camponeses, poderem auxiliá-los diretamente na constituição da organização e no desenvolvimento de um projeto revolucionário.

De igual forma, também houve a tentativa de união da DI-RJ com as outras dissidências do PCB nos demais estados, realizada no momento em que Aluízio Palmar ficou hospedado no CRUSP, conjunto residencial dos estudantes da USP, em São Paulo. Neste momento, Palmar tomou conhecimento das várias iniciativas que já existiam e que viriam em poucos anos a constituir organizações revolucionárias armadas, tais como a ALN, desenvolvida a partir da Dissidência de São Paulo (DI-SP). Entretanto apenas a Dissidência do Paraná aceitou a proposta de parceria pretendida por Aluízio Palmar, tendo em vista que as demais não aceitavam, naquele momento ainda, a ideia de estabelecer um foco no campo. A partir da aliança com a Dissidência do Paraná, tornou-se mais viável o estabelecimento de um foco neste estado, tendo em vista que a possibilidade já era visualizada, tendo sido constatada nos documentos analisados no capítulo anterior.

Uma vez estabelecidos no oeste do Paraná, os quadros do MR-8 Aluízio Palmar e Nielse Fernandes, juntamente com Bernardino Jorge Velho (“bigode branco”), membro da Dissidência do Paraná e residente no Oeste do estado, começaram uma série de andanças por diversas cidades da região. Iniciaram, com isso, um processo de mapeamento da área, fazendo o levantamento de pontes, estradas, trilhas e fazendas. Palmar, em entrevista a mim, narra que inicialmente estes caminhos eram percorridos de jipe, mas posteriormente passaram a ser feitos a pé, tanto por questões de maior segurança quanto pelo fato do veículo não passar por algumas partes das estradas. Deste modo, optaram por caminhar vestidos como camponeses, chamando menos a atenção da população local e podendo, assim, se tornarem mais acessíveis aos trabalhadores e posseiros³⁹⁶. Ainda, fizeram contato com a população rural local, estabelecendo uma rede de apoio à guerrilha e conhecendo mais profundamente os conflitos sociais resultantes dos embates entre posseiros e trabalhadores rurais contra grandes proprietários de terra. Neste meio tempo, criaram também suas bases guerrilheiras com o dinheiro das expropriações e desfalques realizadas na Guanabara pelos “grupos de expropriações” da organização, adquirindo o sítio “Boi Piquá” em Cascavel e “Banhadão” em Ramilândia. Além destas bases, criaram também um aparelho em Medianeira onde guardavam livros, munições e armas, que funcionaria no consultório dentário de Lauro

³⁹⁶ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluízio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

Consentino Filho, antigo militante do PCB que dado ao contato com Fábio Campana, da DI-PR, acabou por auxiliar o MR-8, embora não fosse quadro da organização.

Tendo realizado este reconhecimento, os membros residentes no oeste paranaense, tendo se tornado clandestinos, se isolaram no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, para, enquanto revolucionários profissionais, treinarem para combater as forças da repressão. Foram treinados por Rodolfo Villalba (“Aquino”), membro do Ejercito Revolucionario Popular (ERP), braço armado do Movimento Popular Colorado (Mopoco), do Paraguai. Neste meio tempo, iniciam-se as divergências no MR-8. Alguns quadros, alocados no meio urbano carioca, começam a duvidar da eficácia da perspectiva foquista na luta contra a Ditadura, lançando documentos de autocrítica. Com isso, convocam os quadros em treinamento na mata, que constituíam a direção da organização, para um Congresso para decidir que caminhos tomar dali para diante, Congresso este que não chegaria a ser realizado.

Em 1969, os quadros alocados no Oeste do Paraná resolveram desativar as bases e aparelhos, por terem consciência que já havia na região quem desconfiasse dos seus planos de estabelecerem um foco guerrilheiro. Isso se deu pelo fato dos mesmos, por diversas vezes, se envolverem em questões conflituosas entre trabalhadores rurais e fazendeiros, ainda que, dentro da perspectiva desenvolvida por Guevara e Debray, não deveriam fazer isto, visto que eram quadros profissionais trabalhando na primeira etapa de constituição do foco. Contudo, ao desmobilizar o foco, Aluizio Palmar acabou sendo pego pelos policiais do DOPS e jagunços da região, em uma ocasião em que sofreu um acidente em Cascavel com o carro em que estavam ele e o quadro “Silas”. Antes ainda deste ser preso no Paraná, as bases do Rio de Janeiro eram desmobilizadas pela polícia política, tendo este processo de quedas se iniciado devido à existência de um infiltrado que no MR-8, que teria entregado alguns militantes que desenvolviam trabalhos no estado da Guanabara. Posteriormente haveria também a queda dos militantes alocados em Curitiba.

Depois de presos, os membros da organização foram encaminhados para o presídio da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, sofrendo um extenso processo encabeçado pelo Centro de Inteligência da Marinha (Cenimar). Enquanto isso, jornais e revistas exibiam, orgulhosos, matérias sobre a desarticulação do MR-8 e a prisão dos seus quadros, enquanto uma vitórias das forças da Ditadura contra mais uma “ameaça comunista”. Esta euforia durou apenas até o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, realizada em um esforço conjunto da ALN e Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB). Após o sequestro do embaixador, as

duas organizações armadas enviariam um documento dando as condições para a libertação do embaixador, que consistia na troca do mesmo por presos políticos. Neste momento, a DI-GB assina o documento como “MR-8” com a intenção de desmoralizar a Ditadura que propagara em vários veículos de comunicação que o grupo armado havia sido extinto.

Posteriormente, ocorre em 1971 o sequestro do embaixador sueco Giovanni Enrico Bucher, em uma ação encabeçada por Carlos Lamarca. Em troca do embaixador, setenta presos políticos, dentre eles vários do primeiro MR-8, são mandados para o exílio no Chile. Neste exílio, alguns ficam afastados da militância, enquanto outros buscam rearticular a luta armada alocando-se em outras organizações.

Para reconstituir esta trajetória da articulação da guerrilha até a sua desmobilização, com a prisão e exílio dos seus quadros, iremos dispor de diversas fontes diferentes. Tais fontes serão obras de memórias, documentos produzidos pelo grupo guerrilheiro e apreendidos pelo DOPS, entrevistas, documentos gerados pelos diversos órgãos de repressão por onde passaram quadros do MR-8, um artigo escrito por Umberto Trigueiros Lima, antigo militante da organização, recortes de jornais e revistas da época e escritos desenvolvidos pelo *Projeto Orvil*.

A obra intitulada *Projeto Orvil* (anagrama de “livro”), tendo sido idealizada por um ex-analista do Centro de Informações do Exército (CIE), que se apresentava sob os pseudônimos de “N2” e “F. Dumont”, é desenvolvida enquanto uma resposta aos esforços do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, sendo difundido na internet desde 2007 pelo grupo “Ternuma” (“Terrorismo Nunca Mais”), em contraposição direta ao “Tortura Nunca Mais”. Levando em consideração seu caráter político, o *Orvil* representa uma aberta oposição a diversas memórias construídas sobre a repressão e a luta contra a Ditadura tanto de caráter combativo, que visam à punição dos torturadores e agentes dos órgãos repressivos, quanto conciliatório. Desenvolvida em 1984, esta obra, de 953 páginas, historiciza a atuação das diversas organizações de esquerda brasileira desde a década de 1920. A partir deste esforço, que enfoca principalmente ações tidas como violentas ou arbitrarias, tais como expropriações e justicamentos, o *Projeto Orvil* busca legitimar a versão que da Ditadura enquanto uma “revolução democrática” que teria impedido a implantação do socialismo no Brasil. Embora este projeto tenha em vista a incriminação das organizações armadas comunistas que lutaram contra a ditadura, nos é importante utiliza-la pois expõe, cronologicamente, ações desenvolvidas por vários grupos guerrilheiros (principalmente no que tange às expropriações),

nos auxiliando na difícil tarefa de organizar dentro de uma linha temporal as ações do MR-8. Deste modo, nos será possível conhecer mais detalhadamente as expropriações que financiaram a manutenção do foco na região oeste do Paraná.

Visando facilitar o entendimento do processo ocorrido, este capítulo será dividido em quatro partes. Na primeira parte, serão abordadas as primeiras articulações e ações do MR-8 realizadas no Rio de Janeiro, ainda sob o nome de DI-RJ, bem como suas tentativas de alianças com o MNR, as Ligas Camponesas e as demais Dissidências do PCB, até a consolidação de uma parceria com a DI-PR que possibilitou o estabelecimento de um foco no Oeste do Paraná. Para o conhecimento deste processo, será importante não só a obra de memórias do Aluízio Palmar, mas também todas as suas entrevistas e depoimentos, tanto feitos a mim, ao Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná” e à Sociedade DHPaz.

Na segunda parte, será abordado o reconhecimento da região oeste do Paraná feito pelos guerrilheiros, o estabelecimento da rede de contatos, e o começo do foco guerrilheiro. Como tais atividades não podem ser dissociadas do que era feito no meio urbano, analisaremos também as atividades dos quadros que permaneceram nas cidades realizando expropriações, reunidos em “frentes urbanas” e “grupos de expropriação”. Neste momento, problematizaremos a importância dos referenciais teóricos adotados nas ações do grupo, percebendo em que medida a teoria revolucionária influenciava em suas práticas e visões de mundo. Será importante, neste momento, a análise não apenas da obra de Valdir Alves e das entrevistas de Lauro Consentino Filho e Fábio Campana, mas também do *Projeto Orvil*, ligado à visão dos agentes que constituíram o aparato repressivo da Ditadura, que nos auxiliará na reconstituição das ações dos quadros do MR-8. Além dele, também analisaremos documentos apreendidos pelo DOPS produzidos pelos próprios militantes da organização. Tais documentos consistem em: anotações sobre normas de segurança que deveriam ser adotados pelos quadros no meio urbano; um levantamento que caracteriza a cidade de Medianeira; um documento escrito em espanhol sobre cuidados a serem tomados nos treinamentos na mata; e diário escrito por Aluízio Palmar durante o tempo de treinamento no Parque Nacional do Iguaçu.

Posteriormente, reservaremos a terceira parte para tratar das divergências que ocorreram na organização, em um dado momento em que alguns quadros que atuavam no meio urbano carioca começaram a duvidar das possibilidades de atuação foquista, criticando o distanciamento dos guerrilheiros profissionais das bases urbanas. Com o intuito de discutir

esta questão, convocaram todos os membros para um congresso que ocorreria no Rio de Janeiro, para discutir os rumos do MR-8. Neste momento, analisaremos dois documentos produzidos por estes quadros divergentes, intitulados “Aos companheiros do MR-8” e “Estudos anotados”.

Na quarta parte, abordaremos a queda da organização armada nas cidades e no campo, as prisões e processos que sofreram, a resistência dos presos para da Ilha Grande, assim como o exílio de alguns deles para o Chile, e a soltura dos demais após cumprimento de pena. Neste momento, utilizaremos como fonte, principalmente, diversos recortes de jornais, que nos mostram o cenário de histeria criado em torno da desativação das bases do primeiro MR-8, bem como a percepção que os agentes da repressão e a mídia enquanto legitimadora do poder vigente possuía em relação ao grupo guerrilheiro. Também analisaremos documentos gerados pela Marinha que abordam alguns fatos que ocorreram nos anos em que os militantes passaram presos, tais como atos de resistência contra a prisão e a Ditadura.

Além disso, faz-se importante também a análise dos artigos escritos nos últimos anos pelo ex-militante da organização Umberto Trigueiros Lima e publicados em sites na internet, que nos auxiliam na reconstituição da prisão e do exílio que ocorreu com os membros do primeiro MR-8. Dentre os artigos, analisaremos “40 anos do voo da liberdade”, bem como um email enviado à Comissão de anistia intitulado “Aos membros do CASC e aos membros da Diretoria e do Conselho de Representantes da ABAP”. Neste último documento, é pedido por Umberto e subscrito pelos demais membros do primeiro MR-8 a anulação da indenização concedida a Vanderli Pinheiro dos Santos, apontado por eles como um infiltrado que teria auxiliado na desmobilização da organização.

3.1 AÇÕES E ARTICULAÇÕES DA DI-RJ NA LUTA CONTRA A DITADURA

Como já foi visto no capítulo anterior, o momento que sucede ao Golpe de 1964 foi marcado por acirrados debates no interior dos vários partidos e movimentos de esquerda. Cabe a nós, aqui, abordar um pouco do ocorrido no PCB, que foi de fundamental importância para a formação da DI-RJ, futuro MR-8.

Segundo Aluizio Palmar, as divergências que ocorreram dentro do partido, naquele momento, deram origem a dois tipos de vozes destoantes. Um grupo, que constituiu as

Dissidências (DIs), foi formado pelos vários militantes, principalmente mais jovens, universitários ou secundaristas, que não viam qualquer possibilidade de ação dentro de uma perspectiva etapista. Além disso, não visualizavam também qualquer chance de fazer valer suas concepções, tendo em vista que os militantes mais antigos, defensores da revolução nacional-democrática, detinham a hegemonia no interior da organização. Outro grupo de divergentes, dos quais posteriormente viria a nascer o PCBR, manteve em vista o objetivo de ganhar o VI Congresso, que viria a ocorrer em 1967, não tendo êxito, como já sabemos.

Na tentativa de fugir do impasse criado pelo autoritarismo da Ditadura e forjar uma nova organização, os membros da DI-RJ reuniram-se com as bases do PCB em várias cidades do estado do Rio de Janeiro, debatendo com as mesmas a partir da perspectiva teórica da qual tinham acesso. Segundo Aluizio Palmar, em seu depoimento à Sociedade DHPaz,

Decidimos, que a revolução brasileira, a partir do livro de Caio Prado Jr, [...] em reuniões, não só em Niterói mas também em outras cidades do interior do estado, com as bases do partido, definimos que a contradição principal da sociedade brasileira coincidia com a contradição fundamental [...] a contradição na sociedade capitalista é entre capital e trabalho, entre classe trabalhadora, operária e capital [...] e nós decidimos que esta contradição inerente ao sistema capitalista era a contradição fundamental. Tendo em vista isto, a revolução brasileira seria uma revolução socialista, e não nacional libertadora, nacional-desenvolvimentista, a gente já tinha pulado essas etapas, e que a derrubada da Ditadura seria o passo importante para a instalação do regime socialista no Brasil³⁹⁷.

Em sua obra, Aluizio Palmar trata deste momento, falando à respeito do momento em que se tornou funcionário do partido, em 1967, tendo como tarefa, juntamente com Apolônio de Carvalho, “reorganizar as bases do Estado do Rio”. Além disto, passou a trabalhar na edição do jornal mensal *Avante*, o órgão oficial do Comitê Estadual do PCB no Rio de Janeiro, ajudando a escreve-lo e a leva-lo para o Rio de Janeiro para distribuição, com todos os percalços de segurança que tais ações envolviam³⁹⁸. Este jornal, embora pertencesse ao partido, sendo escrito principalmente por Apolônio de Carvalho e Miguel Batista, lançava

³⁹⁷ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

³⁹⁸ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006 (p. 266).

contestações às teses do Comitê Central para o VI Congresso além de expor “matérias sobre as lutas do movimento operário e estudantil de Niterói”, bem como “denúncias contra a ditadura³⁹⁹”. Tateando na busca de respostas e, principalmente, condições de enfrentamento à Ditadura, os membros da DI-RJ viviam entre a legalidade e a clandestinidade. Alguns se desligaram de seus empregos e estudos e se tornaram funcionários de seus partidos ou revolucionários profissionais de suas organizações, outros mantiveram suas vidas pessoais, emprego e família paralelos a ações de resistência, sem aderir à clandestinidade.

Após tomar conhecimento do foquismo sob a perspectiva de Debray, os membros da DI-RJ passaram a ter, com maior clareza, perspectiva das ações que poderiam ser desenvolvidas. Chegaram inclusive a ir à São Fidélis/RJ, cidade natal de Aluizio Palmar, planejando expropriar os fuzis do Tiro de Guerra do município. Falando sobre o episódio, Palmar narra que

Sem maiores preparativos fomos eu, Nielse Fernandes e Carlos, um venezuelano que, segundo informações não me lembro de quem, havia pertencido às Forças Armadas de Libertação Nacional da Venezuela. Ficamos os três em casa de velhos amigos e simpatizantes de nossa causa. Fizemos o levantamento do Tiro de Guerra e preparamos a evacuação. O plano era levar as armas rio Paraíba abaixo até Campos, camufladas nos barcos que transportavam banana. Em Campos, as armas seriam descarregadas e depositadas na casa de um feirante que eu havia recrutado para o Partido. Até que o plano era bom, só que tinha um furo: os rifles que o Exército mandava para os Tiros de Guerra não possuíam ferrolho. Ainda bem que desistimos, pois se a ação fosse executada meus amigos de São Fidélis seriam presos⁴⁰⁰.

Além deste plano que não chegou a ser concretizado, houve a invasão à Rádio Difusora da cidade de São Fidélis. O planejado era invadir a rádio e, após tocar algumas músicas de protesto, realizar um discurso contra a Ditadura em vigor, visando a mobilização e conscientização da população quanto aos desmandos exercidos pela mesma. Contudo, antes que o discurso pudesse ser pronunciado “chegou o dono da rádio com um pedaço de pau nas mãos e bradando palavrões contra os comunistas, agitadores e subversivos⁴⁰¹”. Com isso,

³⁹⁹ Idem (p. 267).

⁴⁰⁰ Idem (p. 270).

⁴⁰¹ Idem (p. 271).

Aluízio Palmar e Valdir Vieira, que havia ido com ele à rádio, “bateram em retirada” até a rodoviária, pegando um ônibus para Campos e posteriormente outro para Niterói.

Possivelmente o malogro de operações como estas, arriscadas e por vezes realizadas de modo espontâneo, sem um planejamento rígido, tenha feito Aluízio Palmar, após certo distanciamento temporal, ver determinadas ações com um olhar negativo. Ao dizer que “muitas vezes a gente acaba expondo os amigos, devido à nossa irresponsabilidade e à fragilidade das organizações de esquerda”, podemos perceber um acerto de contas entre o velho militante, no momento em que escreve atuando na construção de uma memória da Ditadura, e o militante jovem, resistindo ao autoritarismo ditatorial. Contudo, essa suposta “irresponsabilidade” reflete um importante momento pelo qual passou a DI-RJ, num dado momento em que, embora tivessem inspirações teóricas advindas de obras e práticas guerrilheiras, ainda não havia o amadurecimento das possibilidades concretas de desenvolvimento da revolução.

Passos mais consistentes teriam se dado posteriormente, com as tentativas de fusão com outras Dissidências e movimentos de esquerda, com uma melhor noção de questões de ordem estratégica e tática a serem discutidas. De igual forma, devemos ressaltar também tais atos, levando em consideração a conjuntura vivida, que levava muitos membros à necessidade de “fazer algo” efetivo contra a estrutura autocrática que estava se firmando. Ainda, a atuação clandestina de alguns quadros, posteriormente, muito se deve a estas situações de risco a que se expunham, pois acabavam por ter que se isolar em locais afastados para fugir da repressão policial, fortalecendo os núcleos armados no interior do país.

Ainda assim, tais ações não podem ser consideradas simplesmente atos de resistência contra um regime autocrático, tendo em vista que havia uma razão das mesmas ocorrerem justo no pequeno município de São Fidélis, na região norte do estado do Rio. Em entrevista a mim, Aluízio Palmar afirma que tentou, junto com outros membros da DI-RJ,

fazer alguma expropriação de armas no próprio estado do Rio e trabalhar com o pessoal de Ligas Camponesas. Havia alguma coisa que sobrou lá no norte do estado do Rio, na região de usina de Campos dos Goytacazes e nós tínhamos

uma base, porque quando a gente rompeu com o PCB, nós trouxemos uma base operária forte, grande...⁴⁰²

Deste modo, já neste momento, as ações tentadas pelos dissidentes revelam a intenção de fazer um trabalho com as bases das Ligas Camponesas existente na região norte do Rio de Janeiro, predominantemente rural. Sendo já o esboço da tentativa de criação de uma “Frente Revolucionária”, ela se constituiu no prenúncio daquilo que viria a ocorrer mais tarde, com as fusões que possibilitariam a breve existência deste MR-8. Esta intenção de trabalhar com as bases das Ligas revela também a consciência dos quadros da DI-RJ acerca da importância que o campesinato teria no processo revolucionário, bem como a teoria do foco guerrilheiro, que já havia inspirado membros tanto das Ligas Camponesas quanto do MNR.

Em depoimento à Sociedade DHPaz, Aluizio Palmar diz que uma das formas encontradas, primeiramente, de conseguir suporte financeiro à Dissidência foi organizando festas no meio urbano carioca, em Niterói⁴⁰³. Dentre estas festas, a mais conhecida, narrada também em seu livro de memórias, teria sido o “Baile do Esqueleto”, ocorrida no Sindicato dos Operários Navais. Neste baile, realizado por estudantes secundaristas, universitários e membros da DI-RJ, os estudantes, em dado momento, começaram a cantar “a paródia da marchinha *Máscara Negra*, de Zé Kéti, que era mais ou menos assim: *Quantos tiras/Oh! Quantos milicos/ Mais de mil gorilas em ação/ Estudantes desfilando pelas ruas da cidade/ Gritando por liberdade...*”⁴⁰⁴. O resultado disto teria sido a repressão do DOPS aos militantes, com prisões. Com o dinheiro arrecadado, teria sido comprada uma impressora para a emissão de jornais e panfletos clandestinos⁴⁰⁵.

A partir de ações como estas, a atuação de Aluizio Palmar fora da clandestinidade passaria a ficar difícil, tendo em vista que a polícia carioca já o conhecia. Neste momento, Palmar, por vezes acompanhado de outros militantes, outras vezes sozinho, começa a fazer algumas viagens que teriam por objetivo tanto esconder-se da repressão quanto articular contatos com as outras Dissidências e organizações. Posteriormente trataremos um pouco

⁴⁰² Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

⁴⁰³ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

⁴⁰⁴ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 271).

⁴⁰⁵ Idem (p. 272).

sobre sua viagem a São Paulo, em que ficou hospedado no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), ao Oeste do Paraná e à Curitiba.

Um dos contatos que, embora não tenha gerado qualquer aliança efetiva, foi de grande importância para as ações do MR-8, teria sido com o MNR, tendo em vista que foi a partir do contato com seus membros que se levantou a ideia de estabelecer um foco no Oeste do Paraná. As tentativas de estreitamento de laços com este movimento se deu, entre outros fatores, baseado na perspectiva foquista que então os influenciava. Levando em consideração a importância das organizações revolucionárias serem portadoras de uma linha militar, dentro da perspectiva de Debray, os militantes da DI-RJ teriam considerado a necessidade de fortalecer-se “com a experiência desse pessoal marinho e do exército, tanto sargentos quanto oficiais, como o Lucas Alves⁴⁰⁶”. Em seu depoimento à Sociedade DHPaz, Aluizio Palmar alega que, quando foi ao oeste paranaense para fazer o trabalho de implantação do foco, grande parte do peso de sua mala era de livros e manuais. Os manuais, em geral do exército, teriam sido adquiridos “com esses companheiros do MNR”, devido ao fato de não ter dado “para fazer a fusão⁴⁰⁷”.

Em entrevista aos membros do grupo de pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”, Aluizio Palmar fala melhor à respeito da importância do contato com o MNR para a escolha do oeste paranaense como área para a implantação do foco, bem como o modo como teriam se dado as articulações para que isto fosse possível. Segundo Palmar,

o Oeste do Paraná virou uma coisa mítica dentro da esquerda. Ninguém falava, mas todo mundo procurava. Quando a gente começou a procurar a área pra implantar o foco guerrilheiro guevarista, ou de acordo com o Regis Debray... começamos em 1966. Na verdade começamos em 1966, discussões em Minas, discussões em Goiás. Então, a gente sempre... eu não sei de onde partiu o Oeste do Paraná. Mas eu tenho a impressão, não sei se eu esqueci, é que nos contatos com o pessoal do MNR, tentativas nossa de unir a pré-dissidência, que estava caminhando para a dissidência, neste contato com o MNR. Eu tinha um contato bem próximo com o sargento Lucas Alves que morreu na tortura em Belo Horizonte, um ano depois dos “mãos amarradas” foi ele. O primeiro foi o Raimundo em Porto Alegre e, em seguida, foi o Lucas Alves. E o Lucas sugeriu... eu estava num aparelho do MNR, e ele sugeriu o Oeste do Paraná. E abriu um mapa. Era eu, ele e o sargento Osvaldo “Fanta”

⁴⁰⁶ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

⁴⁰⁷ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

que saiu no sequestro do Alemão. Aí eu vim pra cá com o Osvaldo “Fanta”. Viemos direto pra Foz do Iguaçu. Viemos e voltamos. E começamos a levantar, conhecer a região por mapa, alguma coisa escrita, espaço assim. E decidimos que seria aqui devido a proximidade com a fronteira e os contatos que a gente podia ter com o pessoal que estava se organizando na Argentina, os paraguaios dissidentes, essa coisa da cobertura vegetal excelente que tinha em toda a região, os conflitos, a gente sabia dos conflitos de terra⁴⁰⁸.

Além das razões enfocadas, ainda cabe ressaltar, a partir dos documentos analisados no capítulo anterior, a importância da fronteira sul do Brasil devido à alta densidade demográfica. De igual forma, cabe ressaltar a importância do campo brasileiro no processo de industrialização do país após 1930, que teria tornado o meio rural uma área de conflitos sociais mais intensos, não só entre latifundiários e posseiros, mas também envolvendo trabalhadores rurais diaristas.

Apesar das tentativas de fusão com o MNR, não foi possível a arregimentação dos mesmos na pretendida “Frente revolucionária” citada anteriormente. Em depoimento à Sociedade DHPaz, Aluizio conta que chegou mesmo “a ir à Porto Alegre fazer reuniões com os Brancalone, mas acabou uma parte indo pro POC e outra pra ALN⁴⁰⁹”, não resultando na fusão pretendida. A partir de então, Aluizio Palmar iria ao Oeste do Paraná também com Nielse Fernandes, operário naval de Niterói, fazer levantamentos topográficos na região, como etapa de reconhecimento da zona de operações delimitada. Juntamente com Nielse Fernandes, aludido por Aluizio Palmar como alguém muito bom no desenho dos mapas, foi feito em 1967 o levantamento topográfico de diversas cidades do Oeste e do Sudoeste do estado. Ao falar sobre tais viagens para a realização dos levantamentos, Palmar alega que faltava tanto quadros quanto logística para a realização das tarefas, ficando ambos em hotéis ou mesmo na casa de autoridades da região, tendo que alegar aos mesmos, para tanto, que eram topógrafos ou outros tipos de profissionais. Segundo narra Palmar em entrevista a mim,

a gente chegava e ficava em casa de prefeito. Nós éramos topógrafos, era sempre uma história diferente...não havia chat, não havia email, não havia

⁴⁰⁸ Entrevista com o Aluizio Palmar realizada por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”... *op. cit.*

⁴⁰⁹ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

internet. Então nós fizemos um levantamento no sudoeste até o outro lado do rio, Planalto, Realeza, Santo Antônio e fizemos o oeste inteiro. Fizemos o oeste inteiro até Rondon, pra cima de Rondon...Toledo fica mais longe, né? Fizemos um levantamento topográfico que consistia de que? Ruas, caminhos secundários, pontes⁴¹⁰ ...

Ainda, cabe ressaltar que não só pelos contatos com o MNR a DI-RJ teria “descoberto” o Oeste do Paraná, mas também pelo contato com outras Dissidências no período de hospedagem de Aluizio Palmar no CRUSP. Em sua entrevista cedida a mim, Aluizio Palmar fala um pouco de como foi sua estadia no Conjunto Residencial e da importância desta viagem para o estabelecimento de contatos com militantes paranaenses. Segundo Palmar, ao conversar com o Martins, membro da DI-GB, foi aconselhado a procurar o Jeová de Assis Gomes e o Fernando Ruivo, membro da Dissidência de São Paulo, para poder debater com os dissidentes do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo⁴¹¹. De igual forma, havia a intenção de, na perspectiva de criação da “Frente Revolucionária”, unir as demais Dissidências, o que tornava tal viagem ainda mais necessária. Sobre este episódio, Palmar narra que

Eu fui procurar o Jeová no CRUSP...conjunto residencial em São Paulo pra tentar ganhar o pessoal da Dissidência de São Paulo para esse projeto da guerrilha no Paraná. E foi bom, eles estavam bem avançado...eles estavam conversando com o Marighella mas conversavam com a gente também...e foi o Jeová que me passou um contato, pra eu procurar o Beto Curvo, do Mato Grosso do Sul, Aquidauana. Era advogado lá que era dissidente e um líder estudantil, acho que presidente da UPE...União Paranaense dos Estudantes, e era do “Partidão”, dissidente também. Procurei o Beto, fiquei com ele e a partir do Beto fui conversar com mais gente que era do PCB e estava rachando, que já era dissidência do Paraná e com o pessoal da AP, Teresa Urban que morreu recentemente, e o Jurandir da Polop. Ou seja, eu já estava reunindo todo mundo...vamos “subir a serra” [...]⁴¹²

Em sua obra, Aluizio Palmar cita outros momentos importantes de sua estadia no CRUSP. Naquele contexto, as divergências entre a forma da organização revolucionária bem

⁴¹⁰ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

⁴¹¹ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 273).

⁴¹² Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

como os aspectos táticos e estratégicos da revolução eram muitas, de modo que não eram muitos os grupos que estavam dispostos a “ir pro mato”, ou ao menos que não consideravam aquele momento apropriado. Este momento de discussões e divergências foi de vital importância para a luta armada no Brasil, pois foi a encruzilhada que precedeu à formação das organizações. A partir daquele momento, a DI-SP, que estava junto com Marighella, teria constituído a ALN, a DI gaúcha constituiu o POC, enquanto a DI-PR topou unir-se à DI-RJ⁴¹³, tornando possível o estabelecimento do foco no Oeste do Paraná de forma prática, devido às possibilidades de constituir redes de contatos, bases guerrilheiras, aparelhos, dentre outros aspectos logísticos.

Depois de conseguir o apoio da DI-PR, Aluizio Palmar partiu à Curitiba em 1968 no intuito de arregimentar militantes, travar contatos com outras organizações, tais como a Polop e a AP, bem como convence-los a constituir um foco guerrilheiro na região oeste do estado. Após ter contato com o Beto Curvo, do ME paranaense, logo tomou também contato com o Jurandir, da Polop, e a Teresa Urban, da AP. Esta lhe passou um contato em Foz do Iguaçu com o Fábio Campana (“Zapata”), líder do ME paranaense, membro do DI-PR e, naquele momento, residente em Foz do Iguaçu. A Dissidência do Paraná, constituída basicamente por membros do Movimento Estudantil universitário e secundarista, teria trazido ao MR-8, ou ao menos para dar apoio à organização, membros que tiveram forte importância para a trajetória da mesma. Além de Fábio Campana, podemos também citar João Manoel Fernandes (“César Amaral”), que esteve presente em grupos de expropriação no Rio de Janeiro, no treinamento guerrilheiro e em um aparelho em Curitiba, onde teria sido preso. De igual forma, cabe recordar de Lauro Consentino Filho, que embora não tenha sido membro da OPM, foi de grande importância para o estabelecimento da mesma dando logística aos seus quadros na cidade de Medianeira, onde residia e possuía um consultório dentário.

A partir do depoimento de Fábio Campana à Sociedade DHPaz e das memórias de João Manoel Fernandes na obra *João Rocco: o último guerrilheiro*, torna-se possível reconstituir o processo passado pela DI-PR até fundir-se com a DI-RJ na formação do MR-8. Fábio Campana, em sua fala, volta ao início de sua trajetória política, quando ainda era militante do Movimento Estudantil Secundarista em Foz do Iguaçu, sua cidade natal. Já com 12 anos de idade, teria ingressado na Juventude do Partido Comunista Brasileiro em Foz do

⁴¹³ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 273).

Iguaçu, onde começou a tomar contato com as concepções do partido acerca da Revolução Nacional-Democrática. Em 1960, Fábio Campana se muda para Curitiba e, como já tinha contatos do partido na cidade, continua a militar no ME Secundarista. Após o Golpe, o mesmo teria sido preso diversas vezes em suas atividades enquanto militante do PCB e do Movimento Estudantil, tendo sido sua primeira prisão logo em 1964.

Fábio Campana, assim como Aluízio Palmar, também narra um pouco das divergências que ocorreram no interior do PCB após o Golpe. Sobre este processo, Fábio afirma que

Nesta época, iniciou-se uma discussão enorme dentro da esquerda, que colocava em conflito, na verdade, duas posições: uma que era a posição do PCB, com sua linha pacifista, reformista, e que acreditava que o movimento militar desapareceria logo; e nós, então mais jovens, do Movimento Estudantil, que tivemos contato com outra referência. Nossa referência passou a ser a ideia de que pela linha pacífica, através das reformas, não chegaríamos a lugar nenhum. E que o regime militar não desapareceria rapidamente se não houvesse uma reação eficaz, uma reação que fosse além dos protestos. O Brasil vivia em protestos: protesto pela liberdade, protesto pelas eleições, e quanto mais isso acontecia, mais o regime militar endurecia, e vieram os Atos Institucionais restringindo liberdades. E nessa época a esquerda se fragmentou, surgiram vários movimentos [...]⁴¹⁴

Uma vez que estes jovens, que constituiriam a DI-PR, não creditavam mais a possibilidade de haver um retorno à democracia, nem tampouco a chegada ao socialismo, através de manifestações pacíficas, os mesmos passaram a necessitar de uma linha que apresentasse possibilidades de derrubada da Ditadura pela luta armada. Neste momento, o foquismo, que então inspirava diversos movimentos de esquerda na América Latina, se mostrou uma forma concreta, segundo Fábio Campana, de “começar um movimento armado, com um foco guerrilheiro que era uma forma de lutar contra uma força militar infinitamente superior com as armas e as condições que tínhamos, procurando fazer com que fosse um catalizador de todos os movimentos que já estavam na sociedade⁴¹⁵”.

⁴¹⁴ Depoimento de Fábio Campana à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=8qDEXF2r6xg>> Acesso em 26/08/2014, às 16:18.

⁴¹⁵ Idem.

A partir destas influências, e da necessidade de iniciativa contra a Ditadura, os quadros da DI-PR, em início de 1966 e finais de 1967, resolveram se desligar dos protestos e passeatas que então ocorriam em Curitiba para articular um foco guerrilheiro. Neste momento, Fábio Campana retorna à Foz do Iguaçu na tentativa de colocar tais planos em prática. Sobre este momento, o mesmo afirma que

Nesta época eu me desloquei para a minha cidade de origem onde eu tinha contatos, que era Foz do Iguaçu. Lá nós nos organizamos primeiramente, principalmente com os movimentos dos países vizinhos, especialmente o do Paraguai. Existiam muitos exilados paraguaios em Foz do Iguaçu. Essa convivência com movimentos de outros países que tinham a mesma perspectiva que a nossa, que incluía a ideia de que seriam necessários mil Vietnãs nos associou e passamos a trabalhar em conjunto e a pensar a organização do foco⁴¹⁶.

Esta ligação de Fábio Campana com partidos e movimentos sociais existentes principalmente no Paraguai foi um dos fatores que teria motivado os membros da DI-RJ a se instalarem na região Oeste do Paraná, razão também que tornava o seu contato tão importante para Aluizio Palmar, no momento de articulação com a DI-PR. Inclusive, por volta de 1969, um dos membros da Frente Revolucionária Popular (FRP), braço armado do Movimento Popular Colorado (Mopoco), conhecido sob o pseudônimo de “Aquino” (Rodolfo Ramirez Villalba), teria treinado os quadros do MR-8 em meio ao Parque Nacional do Iguaçu⁴¹⁷. Ainda, ao falar sobre o contato que teve com a DI-RJ e sobre a formação do movimento, Fábio Campana afirma que

Esse contato se faz antes, pela Dissidência. Nós tínhamos um contato anterior, que restara do movimento anterior. O MR-8, inclusive o pessoal que vai pra Foz do Iguaçu, vai de Niterói e o Rio, não tinha nada a ver com o movimento estudantil. Eles eram alguns da indústria naval, operários, e o contato é feito por aí. Nós tínhamos contato com as dissidências. E eles vem. Desta maneira, o MR-8 não era um movimento que começou aqui e terminou aqui. Ele era um movimento discutido dentro de um aspecto bastante grande da Dissidência do Partido. Discutia-se em São Paulo, no Rio, mas os principais estados passaram a ser o Rio e o Paraná. E o foco em cima da perspectiva da fronteira. É claro,

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 278).

se você olhasse o mapa na época, a fronteira entre três países, as características, as condições, propiciariam um movimento. Eles não tinham, mas nós tínhamos esse trabalho associado ao movimento de outros países, principalmente no Paraguai⁴¹⁸.

A partir de Fábio Campana, João Manoel Fernandes, outro militante de grande relevância, teria ingressado no MR-8, a partir dos contatos que teve com o mesmo enquanto militante do Movimento Estudantil Secundarista em Curitiba. Já aos 13, sendo de família católica e filho de um operário da Companhia Siderúrgica Nacional, João Manoel Fernandes iniciou sua trajetória de militância na Juventude Operária Católica, onde teve os primeiros contatos com posições políticas de esquerda, sob uma perspectiva cristã⁴¹⁹. Em 1966, após a conclusão do ginásio, muda-se para Curitiba para concluir seu Ensino Médio no Colégio Estadual do Paraná, onde passou a cursar Ciências Biológicas, tendo em vista seu objetivo de, posteriormente, ingressar no curso de Medicina, vivendo uma dupla jornada de estudante e trabalhador. No Colégio Estadual do Paraná travaria os primeiros contatos com as várias organizações de esquerda que existiam naquele momento, iniciando também sua militância no Movimento Estudantil Secundarista⁴²⁰, vinculando-se em dado momento à União Paranaense dos Estudantes⁴²¹.

Dentre os contatos que teve com militantes de esquerda, um que parece ter bastante importância, dado o enfoque do autor no livro, teria sido com Júlio Cesar, quadro do PCB que arregimentava militantes no Colégio. Depois de meses em contato com João Manoel Fernandes, ele teria lhe emprestado “um livro de Roger Garaudy, época em que o escritor ainda professava o direito do proletariado impor sua ditadura e um outro contendo os princípios básicos do marxismo⁴²²”. Tempos depois, no final do ano letivo, Júlio César o teria convidado para militar no partido, mas este recusa dado à perspectiva cultivada pela direção do mesmo, de reestabelecimento da democracia por um movimento de massas. Naquele

⁴¹⁸ Depoimento de Fábio Campana à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=8qDEXF2r6xg>> Acesso em 26/08/2014, às 16:18.

⁴¹⁹ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 68).

⁴²⁰ Idem (p. 69-70).

⁴²¹ Idem (p. 76).

⁴²² Idem (p. 74).

momento, segundo é narrado em suas memórias, João Manoel Fernandes já estava convencido de que apenas a luta armada poderia levar à derrubada da Ditadura⁴²³.

Em meio à consciência da necessidade da criação de um movimento armado para lutar contra a Ditadura e chegar ao socialismo, João Manoel Fernandes acaba por conhecer os membros da DI-PR e, dos vários convites que recebera das organizações de esquerda com que tinha convívio, acaba por ingressar na Dissidência. O escritor de suas memórias, Valdir Alves, narra que

João Manoel resolveu aprofundar esta discussão com os membros da dissidência do Paraná [...] e começa a ler alguns documentos do Ho Chi Min, Mao Tsé Tung e Régis Debray. No final de uma semana, respondeu positivamente, mas soube que não seria recrutado sem antes manter uma conversa com o chefe, o hoje jornalista Fábio Campana, à época conhecido como zapata, metido, permanentemente, dentro de uma capa preta, longa até os tornozelos. O encontro é acertado. Com um exemplar da revista Realidade debaixo do braço, para identifica-lo, ele foi até um “ponto” no centro da cidade onde foi abordado por Campana. Os dois seguiram até uma antiga loja, desativada, tomaram um alçapão e se ajeitaram no subsolo, o QG da dissidência⁴²⁴.

Neste subsolo, reunido com a DI-PR, João Manoel Fernandes teve uma noite inteira de “muita conversa, avaliação da vida nacional e da América Latina”. Chegaram à conclusão de que os demais partidos e organizações de esquerda estavam teorizando muito, discutindo muito, mas pouca coisa de eficaz estaria sendo feita. Deste modo é que estes, dentro da perspectiva de iniciar à luta armada, concebiam a si mesmos enquanto os formadores do “primeiro foco guerrilheiro para enfrentar a ditadura⁴²⁵”. Possivelmente, ao dizer isto, estavam falando do primeiro foco guerrilheiro de formação teórica marxista e revolucionária.

Juntamente com as ações da DI-PR, também são narradas as perspectivas da DI-RJ, tendo em vista que naquele momento, dado à mesma análise que as duas dissidências possuíam com relação à Ditadura, estavam unindo-se para a constituição de uma “Frente de Quadros”. Novamente, são explicadas as razões pela opção do oeste paranaense, por ser

⁴²³ Idem (p 74-75).

⁴²⁴ Idem (p. 71-72).

⁴²⁵ Idem (p. 72).

uma área coberta por uma imensa floresta, longe de tropas do exército, marinha e aeronáutica e com muito espaço para a movimentação de uma coluna guerrilheira. Ficava próxima de um grande centro urbano, São Paulo, e concentrava um bom número de camponeses, principalmente posseiros, que viviam em constantes atritos com grileiros. A região ainda fazia fronteira com o Paraguai e Argentina, uma alternativa que poderia ser utilizada na eventualidade de uma retirada estratégica⁴²⁶.

De igual forma, já existia também na região uma “verdadeira luta armada pela disputa da terra, onde os posseiros faziam suas plantações dentro da floresta para não despertar a atenção dos fazendeiros, que investiam destruindo lavouras e casas e matando aqueles que insinuassem resistência⁴²⁷”.

Como já foi visto no capítulo anterior no documento “[...] base operacional”, a Tríplice Fronteira não se constituiria em uma das melhores possibilidades em uma situação de fuga, tendo em vista que, naquele momento, havia barreiras naturais que dividiam os países, dificultando a travessia. De igual forma, tanto Argentina quanto Paraguai eram assolados por ditaduras de teor anticomunista, não sendo países apropriados para se exilar, tal como seria, por exemplo, o Chile. A grande vantagem da fronteira tríplice seria, contudo, os contatos que poderiam ser travados com grupos revolucionários que atuavam na fronteira daqueles países. Quanto ao fato de ser uma região de difícil acesso para a repressão, isso já era naquele momento contestável, segundo a própria fala de Fábio Campana ao DHPaz, tendo em vista a presença das forças militares estavam crescendo constantemente naquela região⁴²⁸. De qualquer forma, a mata densa do Parque Nacional do Iguazu e os conflitos de terra entre posseiros e grandes proprietários ainda os favoreciam, e os levavam a enxergar aquela zona enquanto favorável, tanto ao treinamento guerrilheiro quanto por haver uma base social.

A partir da união entre as dissidências que compartilhavam de uma mesma perspectiva foquista, constituindo o então chamado MR-8, Aluizio Palmar vai à Foz do Iguazu, juntamente com alguns quadros, com a finalidade de tomar dadas iniciativas que propiciassem

⁴²⁶ Idem (p. 72).

⁴²⁷ Idem (p. 72).

⁴²⁸ Depoimento de Fábio Campana à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=8qDEXF2r6xg>> Acesso em 26/08/2014, às 16:18.

a constituição de um foco guerrilheiro. Neste mesmo momento são criados diversos aparelhos em Curitiba com a finalidade de dar suporte logístico para a guerrilha que estaria por acontecer.

3.2 DIREÇÃO DO MR-8 NA CONSTRUÇÃO DO FOCO GUERRILHEIRO E BASE NOS “GRUPOS DE EXPROPRIAÇÃO”: ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO CAMPO E NA CIDADE

Desde já, é importante salientar que não é tarefa fácil delimitar, em ordem cronológica, os acontecimentos que então se seguiram, nem tampouco mapear a atuação de cada quadro do MR-8 no campo e na cidade. Isso se dá pelo fato de que, por vezes, a atuação de vários destes militantes se deu tanto no campo quanto na cidade, de acordo com a necessidade específica de cada momento. Ocorreram, na curta história do MR-8, várias mudanças de função dos membros no decorrer do processo. Alguns se mudaram de Curitiba para o Rio de Janeiro para auxiliar nas expropriações, outros foram do Rio para Curitiba constituir aparelhos responsáveis pela logística da organização, e outros ainda estiveram tanto no meio urbano curitibano quanto carioca e também passaram pelo treinamento guerrilheiro no Parque Nacional do Iguaçu. A fala de Aluizio Palmar à Sociedade DHPaz nos dá uma ideia do quanto foi irregular a mobilização dos quadros para a região Oeste do Paraná, ao dizer que “no sítio ficou eu, o Bernardino Jorge Velho, Nielse, o Mauro, e depois o povo foi chegando, veio o Sebastião Medeiros, Marcos Medeiros, César Cabral, o povo foi chegando⁴²⁹”.

Antes de falar especificamente sobre a instalação dos quadros do MR-8 inicialmente em Foz do Iguaçu, com vistas à constituição do foco guerrilheiro, cabe dizer que tal “escolha” de aderir ao foquismo e iniciar a luta armada no campo foi um tanto custosa à organização. O caráter radical da mesma, focado nas obras *Combate nas trevas* de Jacob Gorender e *O fantasma da revolução brasileira* de Marcelo Ridenti, citado já no primeiro capítulo, se dá pelo fato da adesão à teoria do foco guerrilheiro ter custado a perda de toda a base social que a mesma tinha em Niterói, formada pelos operários navais dissidentes do PCB. Ao falar sobre este ocorrido, Palmar narra que

⁴²⁹ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

A base dos operários navais rompeu com o Comitê Central junto com os universitários e os secundaristas [...] Nós perdemos a nossa base de operários navais pois os mesmos não podiam “subir a serra”, alegavam que tinham família, emprego, e nós perdemos essa base [...]⁴³⁰

Muitos destes operários navais, segundo ainda a fala de Aluizio Palmar, teriam depois ingressado no PCBR, dado ao fato da militância neste partido ser mais favorável ao modo como suas vidas eram constituídas, com empregos fixos e família.

Segundo Aluizio Palmar, sua ida ao Oeste do Paraná, para a cidade de Foz do Iguaçu, teria se dado no outono de 1968, quando desembarcou na rodoviária da cidade “carregando uma imensa mala de couro, com manuais de guerrilha, livros de Régis Debray e Che Guevara, mapas da região, um revólver 38, um rifle de ferrolho e alguma munição⁴³¹”. Segundo seu depoimento à Sociedade DHPaz, boa parte deste peso era dos livros, tanto manuais de guerrilha provenientes do exército, através dos contatos com o MNR, quanto teóricos, o que revela a busca daqueles quadros pela construção de uma organização revolucionária, pautada também na constituição de uma teoria revolucionária e análises da conjuntura vivida. Tanto é que quando chegou a Foz do Iguaçu, Aluizio Palmar se deparou com Fábio Campana e César Cabral (“Miguel”), membro do MR-8 vindo da DI-PR, estudando o *18 Brumário de Luís Bonaparte* de Karl Marx, e *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior⁴³².

À procura de seu contato Fábio Campana, uma das primeiras coisas que teria Aluizio Palmar feito seria buscar o contato com os militantes colorados de esquerda, do Paraguai⁴³³, relação esta que já estava sendo cultivada desde que a DI-PR aderiu ao foquismo⁴³⁴. Neste contato com os paraguaios também foi importante a figura de César Cabral, que auxiliou a intermedia-los. Este, antes de morar em Foz do Iguaçu, teria estudado

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 275).

⁴³² Idem (p. 279).

⁴³³ Idem (p. 275).

⁴³⁴ Depoimento de Fábio Campana à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=8qDEXF2r6xg>> Acesso em 26/08/2014, às 16:18.

economia na Universidad del Noreste, na Província do Chaco, Argentina, e devido à sua militância de esquerda passou a ser perseguido naquele país. Em Foz, César foi ajudar o pai a tocar um açougue e em pouco tempo fez amizade com Fábio Campana, que passava a temporada com a família⁴³⁵.

Aluizio Palmar foi hospedado por Fábio Campana, por razões de segurança, “num quartinho nos fundos da Padaria Progresso, de Rodolfo Mongelos⁴³⁶”. Logo que Aluizio Palmar pode ser instalado, Fábio Campana retornou para Curitiba dado a duas razões principais citadas por ele mesmo em seu depoimento, alegando que

Eu estava já neste período depois de muito tempo eu já estava extremamente queimado na fronteira, pois eu era de lá. Então eu fui deslocado para cá [Curitiba] a ideia era montar perifericamente ao foco, um sistema logístico de sustentação material. Aqui tivemos vários aparelhos, iniciativas para realizar isto⁴³⁷.

Segundo João Manoel Fernandes, o acertado entre os quadros do Rio de Janeiro e do Paraná foi que “o pessoal do Paraná ficaria responsável pela rede de apoio fornecendo roupas, remédios, dinheiro e o que fosse necessário no campo⁴³⁸”. O apoio logístico recebido pelo MR-8 foi de extrema importância para a manutenção das atividades realizadas em seu curto espaço de existência. Baseando-se no documento analisado no capítulo anterior “[...] base operacional”, a impossibilidade da autossuficiência do foco guerrilheiro, ao menos em seus primeiros estágios de existência, tornava necessária a existência de uma rede de apoio, tanto no meio urbano curitibano e carioca quanto no meio rural em que o foco se estabelecera, no oeste paranaense. No momento em que as limitações financeiras pesaram sobre os ombros da organização, os quadros situados no Rio de Janeiro começaram a realizar desfalques em bancos e constituíram “grupos de expropriação”. Estes grupos, através de assaltos a bancos na Guanabara, puderam financiar as atividades do pequeno núcleo combatente do Oeste do Paraná, ao mesmo tempo em que durante tais operações lançavam palavras de ordem contra a

⁴³⁵ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 278).

⁴³⁶ Idem (p. 275).

⁴³⁷ Depoimento de Fábio Campana à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=8qDEXF2r6xg>> Acesso em 26/08/2014, às 16:18.

⁴³⁸ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 72-73).

ditadura que então vigorava, explicando o quanto as expropriações eram necessárias aos propósitos revolucionários.

A estrutura que estava se constituindo tomando como ponto de partida a teoria do foco guerrilheiro e adaptando-a às condições brasileiras mantinha a dualidade da organização revolucionária entre o campo e a cidade. Embora não houvesse no MR-8 propriamente dito a dualidade entre o político e o militar que Debray tanto criticara na maioria dos partidos comunistas, principalmente latino-americanos, havia a concentração de todos os esforços militares no campo. Contudo, ao mesmo tempo que o campo, dado à avaliação da OPM, seria o meio adequado para o desencadear do processo revolucionário, o núcleo combatente não veria a capacidade de, ao menos a princípio, tornar-se autossuficiente, característica fundamental de uma guerrilha, na percepção guevarista. A primazia dos esforços na constituição do foco guerrilheiro no campo concentraria a direção da organização neste meio, enquanto que a dependência do foco no campo em relação aos recursos da cidade a tornaria um apêndice da luta armada. Isto, com o passar o tempo, aprofundaria o distanciamento da direção para com os problemas dos militantes urbanos, o que geraria profundas divergências no seio da organização.

Embora Aluizio Palmar já tivesse, em outros momentos, realizado um levantamento topográfico da região juntamente com o sargento Osvaldo Soares (“Fanta”), do MNR, fazia-se necessário aprofunda-lo, constituindo também redes de contato e suporte à guerrilha na região. Para esta etapa da implantação do foco, se fez de suma importância a presença de Bernardino Jorge Velho (“Santos⁴³⁹”), conhecido na região do oeste paranaense como “Bigode Branco”, que supriu o papel do contato politizado que, nos primeiros momentos, intermediaria a relação entre os quadros revolucionários e o campesinato, dentro da perspectiva guevarista. Bernardino Jorge Velho era um dissidente do PCB que distribuía o jornal *Terra livre* na região, tendo por volta de seus quarenta anos. Em entrevista aos membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”, Palmar narra alguns aspectos da formação de “Bigode Branco”, afirmando que

⁴³⁹ Declarações de Milton Gaia Leite (Fiat) no dia 6/7/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

Ele foi sargento do exercito. Saiu do exercito e tinha uma terrinha aqui em Santa Terezinha, e o dono da terra, ou o que se dizia dono da terra, queria tirar o Bernardino e ele não saia. Ele ameaçava o Bernardino, e ele não saia. Aí um dia foram lá e atearam fogo na casa do Bernardino, deram uma surra nele, expulsaram da terra e o Bernardino ficou... já era revoltado, consciente, aí ficou mais ainda. Aí ele entrou no partidão, aquela coisa toda, não é... era as terras da família D'al Bocchi de Foz do Iguaçu, uma família bem conhecida. Pois é, então a história do Bernardino é essa. Super conhecido, conhecia tudo aí na região. Foi nossa mão direita. Foi um dos nossos que não caiu, foi levado pra São Paulo e de lá desapareceu. Aparece anos depois já na década de 1990⁴⁴⁰.

O perfil que Aluizio traça sobre Bernardino Jorge Velho, em entrevista a mim, merece também ser notado, pois em muito exprime a percepção que os militantes possuíam naquele momento a respeito do homem camponês, com base, possivelmente, em um legado intelectual guevarista ou maoísta. O entusiasmo com que aborda as qualidades de “Bigode branco”, adaptado à vida campesina, contrasta com as dificuldades dos mesmos em relação àquela forma de vida, tendo em vista que eram todos urbanos, alguns operários, outros estudantes acadêmicos ou secundaristas. Dentre as qualidades enfocadas, Aluizio cita que “o Bernardino não tinha um estereótipo nosso, assim, parecido com a gente...tinha outra forma de falar, de se comunicar, de se vestir, de comer, de andar...gente da terra. Não era uma pessoa com a nossa formação, era outra formação⁴⁴¹”. Dado a tal formação que o mesmo tinha, de ex-militar e posseiro, homem da terra, os quadros puderam ter contato com uma série de posseiros e trabalhadores rurais, pelos conhecimentos que “Bigode branco” possuía na região e sua capacidade de se articular com aquele povo.

Em contraposição à figura de Bernardino Jorge Velho, Aluizio Palmar, ao falar sobre o treinamento guerrilheiro, refere a si mesmo e a seus companheiros do MR-8 enquanto “fracos, pequenos burgueses”, que estariam ali no mato para aprender a “andar como bicho”, “viver como bicho⁴⁴²”. Esta desqualificação de si enquanto “pequenos burgueses”, sendo que entre eles havia inclusive operários navais, além de rememorar a perspectiva de Debray, que tinha todo militante urbano enquanto um “burguês”, ainda nos leva a outro ponto importante, contido na obra de Che Guevara, quando este aborda o papel pedagógico da relação entre os

⁴⁴⁰ Entrevista com o Aluizio Palmar realizada por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”... *op. cit.*

⁴⁴¹ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

⁴⁴² Idem.

guerrilheiros e os camponeses. Em *Guerra de guerrilhas*, Guevara afirma que os camponeses, salvo raríssimas exceções, constituem os melhores quadros guerrilheiros, tanto por suas condições materiais de existência que por vezes os forçam a lutar quanto pelos seus costumes e rotina diária que facilitam a adaptação ao treinamento guerrilheiro. Além disso, como a base social principal da luta armada dentro da perspectiva foquista, seria justamente o campesinato, seria da interação dialética entre o camponês e o guerrilheiro que seria formado o Exército Popular Revolucionário.

3.2.1 Andanças no Oeste do Paraná: memórias da solidariedade campesina e dos conflitos entre posseiros e fazendeiros na região

Deste modo, juntamente com Bernardino Jorge Velho, Aluizio Palmar e Nielse Fernandes realizaram uma vasta andança por diversas cidades do Oeste e do Sudoeste do Paraná, com a intenção de mapear “rios, riachos, pontes, pontilhões, áreas de conflitos sociais, postos policiais e outros prédios públicos⁴⁴³”. Só para ter uma ideia, no momento da queda do MR-8 saiu uma matéria abordando a prisão de Aluizio Palmar, narrando partes de seu IPM. Neste documento, Palmar dizia que foram realizados levantamentos nas estradas que ligam Cascavel a diversas cidades como Toledo, Assis Chateaubriand, Corbélia, Laranjeiras do Sul, Catanduvas, Medianeira, Capanema, Realeza, Capitão Leônidas Marques, Matelândia, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Cafelândia, Palotina, entre outras⁴⁴⁴.

Além do propósito de fazer o mapeamento dos conflitos sociais, era nessas andanças que, através de Bernardino Jorge Velho, conhecido na região, eram travados contatos com posseiros e trabalhadores rurais, constituindo uma rede de bases que pudesse oferecer apoio a eles no momento em que precisassem. Em entrevista a mim, Aluizio Palmar define tais “bases” dizendo que as mesmas eram “um rancho, com um cavalo, filhos, cultivo disso e daquilo, criação de porcos, aquilo era a base. Não era aquele pessoal retido ali discutindo teoria⁴⁴⁵”, era um lugar onde eles podiam guardar os materiais de ordem logística. Em sua

⁴⁴³ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 275).

⁴⁴⁴ “Guevara dá processo aqui”. Jornal não especificado. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁴⁴⁵ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

obra, ainda, Palmar rememora com bastante gratidão o auxílio destes camponeses nos momentos em que necessitaram, ao dizer que

Daquele período de preparação para os combates que não aconteceram ficou gravada em minha memória a solidariedade de nossos contatos camponeses. Que tempo, meu Deus! Vez ou outra a gente saía do meio do mato para jantar no rancho do seu Pedro Gordo. No meio da noite, equipados de coturnos, mochilas, rifles e fuzis, atravessávamos a BR-277, na altura de Tatu Jupy, e éramos recebidos com um bufê de galinha caipira, pirão, arroz, feijão e mandioca, que fumegava no fogão à lenha, feito de tijolo e argila⁴⁴⁶.

Ao continuar narrando sobre o apoio recebido, afirma que

Esses apoios vinham de todas as direções e nos momentos de maior sufoco transmitiram segurança ao grupo e revitalizaram nossas convicções. Quando chegávamos a Vera Cruz do Oeste, perto de Cascavel, por exemplo, dona Astra Fruet e seu Artur nos ofereciam o celeiro para passar a noite. Era um luxo deitar naquela montanha de arroz ainda sem descascar. Luxo porque na maioria das vezes dormíamos no meio das roças, como em certa ocasião quando fomos fazer uns contatos em Pato Bragado. Na volta para Foz do Iguaçu, um pouco antes de Itacorá (lugarejo que hoje está submerso pelas águas do Lago de Itaipu), começou a chover às pampas. Paramos no meio de uma plantação de menta e deitamos entre as toras espalhadas pela área recentemente desmatada. Naquela noite, dentro de nossos sacos de dormir, com o fecho eclair puxado até o queixo, pegamos no sono embalados pelo barulho da chuva e suave aroma de hortelã⁴⁴⁷.

Em entrevista ao Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”, Aluízio Palmar ainda narra a importância de outros contatos, tais como o de Israel Rezende, pescador que vivia em Foz do Iguaçu e um verdureiro que, por vezes, ajudava-lhes no transporte. Ao falar sobre isso, Palmar afirma que

aqui em Foz era o pescador Israel Rezende. Era um pescador e na casa dele, um rancho a beira do rio Iguaçu a gente ficava hospedado. E nós chegávamos

⁴⁴⁶ PALMAR, Aluízio. *op. cit.* (p. 279).

⁴⁴⁷ Idem. (p. 279).

sempre aqui em Foz pela estrada velha. Era uma estrada que cortava o parque, entrava em Matelândia na picada Benjamin que nós fazíamos inteira e saíamos aqui no portão do parque e chegávamos até a casa do Israel. Esse trabalho feito a pé [...] Chegamos a ter mais um contato no portão de Santa Terezinha. Era um verdureiro que tinha uma horta. Ele vinha entregar verdura em Foz, e a gente vinha na charrete dele quando ele vinha aqui em Foz entregar verdura. Ou seja, esses contatos eram feitos assim [...] ⁴⁴⁸

Estas andanças foram inicialmente feitas de carro, mas posteriormente precisaram ser feitas a pé, basicamente por duas razões. Ao falar sobre elas, Aluízio Palmar alega que

Se a gente chegava de carro, num botequim com o pessoal tomando cachaça, comendo um pão com mortadela ia chamar a atenção. A pé, camponês, saquinho nas costas, a gente chegava tomava cachaça comia pão com mortadela e conversava com as pessoas. Gente humilde, pobre...começa que o jipe nem entrava, era a pé, e estava certo ⁴⁴⁹.

Em seus depoimentos, Aluízio Palmar sempre rememora, com bastante humor, a forma como ocorreu o diálogo com os camponeses da região no intuito de motiva-los a ajudar a organização com logística e abastecimento. Ao tratar deste assunto, Palmar, em entrevista a mim, narra:

Tem curiosidade de saber como que a gente chegava? “Nós somos a Dissidência Comunista e tal...”, não! Se você fala isso o povo não entende, não é? O Bernardino me apresentava e apresentava o Nielse como pessoas enviadas pelo governador Brizola para organizar o povo. Se o Brizola mandou então tá mandado, não é? Vem aí vem, Brizola tá vindo, tá chegando. Ou seja, o messianismo mais uma vez. A história brasileira tá cheia disso. “O Brizola tá vindo aí, tá chegando pra tirar o povo dessa situação, desse regime”. E assim foi. Com o tempo, isso foi evoluindo, a gente foi evoluindo na discussão, nós somos socialistas, comunistas e guerrilheiros...é isso mesmo...e as pessoas foram consolidando a rede ⁴⁵⁰ ...

⁴⁴⁸ Entrevista com o Aluízio Palmar realizada por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”... *op. cit.*

⁴⁴⁹ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluízio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

⁴⁵⁰ Idem.

Em entrevista ao Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”, Aluizio Palmar fala melhor a raiz desta suposta perspectiva messiânica destes camponeses quanto à figura de Leonel Brizola. Esta aceitação da figura do líder político poderia ser explicada a partir da origem deste campesinato, oriunda de estados como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde Brizola teria forte influência. Segundo Palmar,

Eles vinham do sul e muitos comentavam das escolas do Brizola. Não era um ideal político, eles achavam que era possível ter um país melhor, ter uma melhoria pra eles dentro da perspectiva que o Brizola falava. Ou seja, sabiam que tinha que mudar e que a mudança era necessária por meio das reformas porque naquela época no Brasil se falava muito nas reformas, no rádio, nas décadas de 1960 as palestras do Brizola chegavam... e o grupo dos onze, e alguns deles participavam do grupo dos onze e assinaram ata, e faziam fichinha, e se queimaram, saíram fora de suas regiões⁴⁵¹.

A combatividade presente nestes camponeses influenciados por Leonel Brizola, em uma região permeada pela superexploração do trabalhador rural e conflitos entre fazendeiros e posseiros, fez surgir alguns focos de resistência armada na região. Como consequência desta organização do campesinato, ocorreram alguns episódios que marcaram o Oeste do Paraná. Dado a este fato, ao mesmo tempo em que Aluizio rememora, com carinho, a solidariedade do campesinato da região aos membros da organização, também recorda das situações de injustiça social e das lutas entre posseiros e fazendeiros presenciadas durante o reconhecimento da área.

Em sua obra *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, Aluizio Palmar rememora um episódio das andanças em que ficou, junto com seus companheiros, hospedado na Fazenda Rami, em Matelândia. Vários trabalhadores, sendo submetidos à um regime de trabalho semiescravo, tinham as pontas dos dedos decepadas por máquinas conhecidas como “periquitos”, onde eram desfibradas as hastes do rami, que posteriormente serviriam para a fabricação de tecidos, barbantes e cordas. Ao falar sobre as condições dos trabalhadores da fazenda, Palmar narra que

⁴⁵¹ Entrevista com o Aluizio Palmar realizada por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”... *op. cit.*

A jornada de trabalho era estabelecida em regime de 12 horas por dia e o pagamento feito por meio de vale-barracão. Os trabalhadores estavam sempre endividados com o dono da fazenda – também dono do armazém, onde os produtos eram duas ou três vezes mais caros do que na cidade. Havia um esquema de segurança extremamente rígido e aqueles que eram apanhados em fuga sofriam castigos físicos⁴⁵².

Hospedando-se no alojamento dos trabalhadores solteiros da fazenda, Aluizio Palmar e Bernardino Jorge Velho começaram a dialogar com os trabalhadores e, dado àquela situação de superexploração, começaram a falar em “liberdade, socialismo e revolução”. Palmar afirma que antes de irem embora, quando o dia amanheceu, “muitos daqueles peões queriam ingressar na guerrilha”, contudo eles desconversaram e saíram por compreenderem que aquele não era o momento para “aquele tipo de recrutamento⁴⁵³”.

Em outro momento, os membros do MR-8 viriam a tomar a mesma postura com relação aos conflitos sociais do campesinato contra os fazendeiros. Quando chegou ao Oeste do Paraná, uma das primeiras situações que presenciou foi o conflito envolvendo posseiros e proprietários na cidade de Santa Helena, na Fazenda dos Mesquitas. Em entrevista ao Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”, Aluizio Palmar narra que

o primeiro contato nosso com um conflito grande, porque não era latente, latente era tudo, de explosão mesmo foi na região do São Francisco, no braço falso do São Francisco em Santa Helena [...] É fazenda dos Mesquitas. Aquela fazenda era um conflito, e Bernardino conhecia todo mundo ali. Aí nós falamos com o Bernardino: “vamos sair daqui porque a situação está complicada, tá morrendo gente!” havia um conflito forte entre jagunço, PM e civil. Polícia Militar, Polícia Civil e jagunços que não era nem polícia militar nem polícia civil, e juntos pra expulsar os posseiros da fazenda. E o Bernardino conhecia todos os posseiros, nós ficamos na casa de posseiro, casa de um, casa de outro, e ficamos uns dias ali no meio daquela confusão. Nós fomos pra fazer levantamento e não pra encarar uma situação dessa. Esse foi nosso primeiro contato forte com conflito. Depois no sudoeste encontramos outros conflitos latentes, mas sempre assim, de pessoas ocupando terras e polícia e jagunço tirando as pessoas da terra. As colonizadoras tirando aquelas pessoas que estavam naquela terra a anos, eram retiradas das terras das colonizadoras⁴⁵⁴.

⁴⁵² PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 277).

⁴⁵³ Idem, p. 277.

⁴⁵⁴ Entrevista com o Aluizio Palmar realizada por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”... *op. cit.*

Embora num primeiro momento os membros do MR-8 não tenham se envolvido nos conflitos sociais existentes na região, em pouco tempo se envolveriam em problemas relacionados a uma destas colonizadoras, a “Pinho e Terra”, que expulsava colonos de suas terras ocupadas. Este envolvimento teria comprometido a segurança da organização, e levado os mesmos a ter que desmontar suas bases na região.

Em decorrência destes conflitos com os latifundiários, organizados nas colonizadoras, os posseiros começaram a se organizar também em pequenos grupos armados, uma vez que já vinham de uma trajetória política cuja luta era inspirada pela figura de Leonel Brizola. Após instalados, os membros do MR-8 trouxeram, da cidade de Campos/RJ, Azizo Cordeiro da Fonseca, agricultor membro das Ligas Camponesas, e alguns outros camponeses militantes deste mesmo movimento. A vinda destes homens para a região se deu no intuito deles auxiliarem no trabalho de massas com estes posseiros armados, que já tinham um movimento de autodefesa e poderiam, deste modo, constituir a base social da OPM. Aluizio Palmar, sobre este caso, relata que

a parada foi mais pro sudoeste na região de Barracão, Santo Antonio. Aqui na Ramilândia, havia um lugar que era o Banhadão, e nesse lugar teve uma organização camponesa porque de fato eles se organizaram, havia um galpão lá e os posseiros fizeram reuniões nos galpões e nós tínhamos o Azizo, ele era um agricultor analfabeto. Ele vinha de uma experiência política do Julião de ligas camponesas ele tinha uma visão política boa. E ele estava no meio dessa gente aí que ocupou terra e durante anos se manteve na terra, todos eles armados, mas nada assim de... papo amarelo, rifle, arma... alguns revólveres, um pessoal bem armado. Quando nós caímos em 1969, no mesmo ano o exercito ocupou aquela região na operação Feijão Verde, não sei porque do nome, mas é porque ali é a região do Feijão Verde e tem esse nome é Banhadão Feijão Verde [...] foram presos muitos camponeses no primeiro batalhão em Foz do Iguaçu porque o exercito suspeitava que nós estávamos no meio. Como o Azizo estava lá e era contato nosso e nós estivemos por lá eles achavam que eles estavam envolvidos com a gente, mas não estavam. Era coisa da região. Nós só estávamos só passando, mais pra frente quando comessem nossas operações na região, começaria pelo destacamento de Santa Helena, a gente ia pegar arma lá. Quando comessem as nossas operações, a base social seria essa⁴⁵⁵.

⁴⁵⁵ Idem.

Como se sabe hoje, o conflito na Fazenda dos Mesquitas terminou em enforcamentos e decapitações dos camponeses por parte dos jagunços e da polícia. Ao falar sobre este episódio em depoimento à Sociedade DHPaz, Aluizio Palmar narra que “nós entramos nessa área de conflito [...] o Bernardino tinha contato com esses camponeses [...] a gente não se envolveu porque nós não tínhamos armamentos, não era o momento e a gente não fez uma intervenção⁴⁵⁶”.

O plano de atacar o destacamento de Santa Helena no intuito de pegar as armas do exército, que jamais chegou a ser concretizado, é claramente inspirado na perspectiva do “morde e fuge” que caracteriza a ação guerrilheira proposta por Che Guevara. A partir de tais ataques-surpresa é que o núcleo combatente, ainda embrionário, poderia adquirir armas mais modernas para assim iniciar ataques mais eficazes e poderosos contra o exército inimigo. No momento em que se iniciassem tais ações, a existência de uma base social na região, como é o caso do grupo de posseiros armados e dos trabalhadores da Fazenda Rami, citados anteriormente, seria de vital importância para o desenvolvimento de um Exército Guerrilheiro. Isto nos leva a pensar que, embora na perspectiva de Debray os grupos de autodefesa armada compostos por camponeses tivessem o problema da ausência da teoria revolucionária que os impedisse de atentar contra o poder burguês, poderiam ser importantes para a consolidação da guerrilha. O contato com a teoria revolucionária, através dos quadros das organizações comunistas, seria de vital importância para que um movimento, a princípio de caráter local, fosse soldado com outros movimentos de modo a tomar um caráter nacional, unindo-se com outros setores subalternos da sociedade.

Para facilitar a aproximação com estes movimentos de posseiros, fazia-se de suma importância a existência entre eles, de alguns militantes que, conhecedores da vida e dos costumes camponeses, pudessem constituir este elo de ligação, como foi o caso de Bernardino Jorge Velho, Azizo Cordeiro da Fonseca e os demais membros “importados” das Ligas Camponesas. Contudo, eram importante ter cautela ao envolver-se com estes grupos armados camponeses, tendo em vista que, por serem comunistas, o contato deles com a população camponesa poderia, caso houvesse a queda da organização, ocasionar em drásticas represálias

⁴⁵⁶ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

da polícia e do exército contra os camponeses envolvidos com a organização revolucionária, suas famílias e posses.

Além da necessidade de aproximação dos camponeses, a vinda de Azizo Cordeiro da Fonseca, juntamente com os outros membros das Ligas Camponesas, foi de grande importância também para a manutenção do sítio Banhadão, localizado em Matelândia, adquirido com o dinheiro de um desfalque realizado por Mauro Fernando de Souza. Para que fosse erguida uma estrutura necessária à implantação do foco guerrilheiro no Oeste do Paraná, não bastaria o auxílio dos posseiros e trabalhadores. Quando a organização careceu deste suporte, as ações desenvolvidas pelos quadros urbanos, calcadas essencialmente em desfalques e expropriações principalmente da Guanabara, foram de grande importância para a construção de bases guerrilheiras. A partir do desfalque de NCR\$ 60.000,00 realizado por Mauro Fernando de Souza no Banco Mercantil de Niterói⁴⁵⁷, onde era funcionário, foi possível a compra do sítio Banhadão, em Matelândia, do sítio Boi Piquá, em Cascavel, de um Jeep e ainda de algumas armas no Paraguai. Após a compra dos sítios, os quadros da organização continuariam realizando as andanças, mapeamentos e contatos, tendo principalmente o sítio Boi Piquá enquanto uma base onde sempre ficavam hospedados após suas andanças. Este foi o primeiro dinheiro que a organização viria a receber de desfalques e expropriações, que serão expostas mais adiante em um tópico reservado apenas para as ações do MR-8 no meio urbano carioca e da Guanabara.

3.2.2 Lauro Consentino Filho: o dentista do MR-8

Ainda, cabe a nós falar sobre um contato de grande importância, forjado não a partir das andanças nem tampouco intermediado por Bernardino Jorge Velho, mas sim cultivado desde a época em que os membros da antiga DI-PR militavam no ME curitibano. Trata-se de Lauro Consentino Filho (“Levi⁴⁵⁸”), dentista que fora membro do Movimento Estudantil Universitário e do PCB em Curitiba. Como já foi dito anteriormente, recentemente Lauro Consentino Filho escreveu uma obra, intitulada “Ocoy: o rio que levou boiando capacetes militares...e os sonhos”, onde o mesmo relata sua trajetória de militância, seu envolvimento

⁴⁵⁷ “Declarações de Milton Gaia Leite (Fiat) no dia 6/7/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁴⁵⁸ FILHO, Lauro Consentino. *op. cit.* (p. 63).

com o MR-8 e sua prisão durante a Ditadura. Tendo sido escrita por um autor já em idade avançada, a obra possui um misto de ternura, ao rememorar alguns fatos relativos à sua infância e adolescência na cidade de Morretes/PR e sua entrada na faculdade em Curitiba, e indignação e desesperança devido às mazelas e desmandos que presenciou em sua vida.

Seus primeiros contatos com a política teriam iniciado quando ainda era adolescente no PTB, por influência de alguns amigos mais velhos. Em 1960, aos 18 anos, filiou-se ao partido, composto majoritariamente por operários, principalmente ferroviários, ainda que contra a vontade de seu pai, possuidor de um posicionamento político conservador⁴⁵⁹. Em 1964 iniciou sua vida acadêmica, cursando Odontologia na Universidade Federal do Paraná, e logo passou a militar no Movimento Estudantil, que naquele momento fervilhava com os protestos contra a Ditadura então vigente, embora também houvesse em seu seio tendências políticas de direita. Em pouco tempo, sua atuação no ME chamou a atenção dos militantes do PCB, que como não tinham uma célula no curso de Odontologia, chamaram-no para ingressar no partido, tendo aceito o convite após algumas reuniões. A partir de então passou a liderar uma pequena célula de quatro membros de seu curso, formada, entre outras pessoas, por Vera Lúcia, sua futura esposa, e passou a ser designado para algumas funções, dentre elas, de panfletagem em bairros operários e de difusão de materiais do partido⁴⁶⁰.

Em seu último ano de faculdade, Lauro Consentino Filho desligou-se do PCB e passou a fazer parte do grupo dos dissidentes, que, juntamente com as várias organizações de esquerda daquele momento, bebiam em bares e discutiam teoria revolucionária. Em seus últimos meses de graduação, a partir do seu amigo Fábio Campana, Lauro Consentino Filho conheceu “dois cariocas⁴⁶¹”. Mais à frente, em sua narrativa, o autor define-os como “André” (Aluizio Palmar) e “Ivan” (Nielse Fernandes), que naquele momento estavam tentando articular-se politicamente com a Dissidência do Paraná⁴⁶². Pouco tempo mais tarde, o autor viria a auxiliar estes cariocas na tentativa deles de estabelecimento de um foco guerrilheiro no Oeste do Paraná.

Ao concluir seu curso superior, Lauro Consentino Filho, já noivo de Vera Lúcia, mudou-se para a cidade de Medianeira, onde teria ido montar um consultório dentário, tendo

⁴⁵⁹ Idem, p. 11.

⁴⁶⁰ Idem, p. 14-15.

⁴⁶¹ Idem, p. 29.

⁴⁶² Idem, p. 38.

em vista a necessidade que a cidade, naquele momento bem pequena, possuía deste tipo de profissional⁴⁶³. Quando ali instalado, por volta de 1968, começou a receber visitas de Aluizio Palmar, e começou a dialogar com o mesmo e a participar das reuniões feitas pelos quadros do MR-8⁴⁶⁴, dentre elas a que supostamente teria ocorrido para decidir o nome da organização. Algumas vezes, como Lauro Filho viajava a Curitiba para visitar sua noiva, ele também participou de reuniões em aparelhos localizados nesta cidade, sem que Vera Lúcia tomasse conhecimento⁴⁶⁵. Para disfarçar a atuação do dentista no grupo, Aluizio Palmar virou seu cliente, visto que precisava arrumar alguns dentes⁴⁶⁶. De madrugada, Lauro recebia, em seu consultório, “armas, munições, barracas, redes, roupas, bolsas e outros componentes para a guerra”, através de “César” (João Manoel Fernandes), que vinha de jeep com o carregamento⁴⁶⁷.

Apesar do apoio logístico que Lauro Consentino Filho dava ao MR-8, algumas passagens de sua narrativa dão a entender que o mesmo, embora tenha aceitado auxiliar o movimento, tinha muitas reservas quanto a este envolvimento, certamente pelas condições em que se encontrava naquele momento, prestes a casar e construindo sua vida profissional. Em dado ponto de sua escrita, Lauro Consentino Filho deixa isto claro ao dizer que

A proposta foi amplamente discutida. Era certo no Rio de Janeiro que eu não usaria as armas, seria apenas apoio logístico. Não fazia parte do planejamento e nem do treinamento, seria o apoio para recebimento, armazenamento, transporte, distribuição, evacuação de material, armas, munições, etc. Acabei aceitando. Não sei dizer não⁴⁶⁸.

Vários são os fatores que podem ter levado Lauro Consentino Filho a escrever isto. Devemos levar em consideração tanto os acontecimentos posteriores, tais como a queda da organização e sua prisão, dado sua ligação com o grupo, quanto aquele momento vivido pelo autor, que não era propício a tal empreitada arriscada. Poderiam somar-se, deste modo, alguma sensação de arrependimento ante ao risco corrido e as consequências danosas do

⁴⁶³ Idem, p. 30.

⁴⁶⁴ Idem, p. 38.

⁴⁶⁵ Idem, p. 39.

⁴⁶⁶ Idem, p. 38.

⁴⁶⁷ Idem, p. 39-40.

⁴⁶⁸ Idem, p. 38-39.

apoio ao foco com sua perspectiva, já naquela época, contrária às ações do MR-8. Ao dissertar sobre as várias organizações que discutiam política e revolução nos bares curitibanos, o narrador deixa clara sua falta de vontade de ingressar em qualquer uma daquelas organizações. Naquele momento, já comprometido com Vera Lúcia, o mesmo visualizava a possibilidade de iniciar sua vida profissional em Medianeira, e assim poder viver com sua esposa⁴⁶⁹, o que não era compatível com os riscos da militância revolucionária naquela conjuntura.

De igual forma, podemos verificar em sua escrita alguns aspectos de sua visão política que, já naquele momento de juventude, seriam incompatíveis com a visão foquista compartilhada, majoritariamente, pelos quadros do movimento. Ao reconstruir a história da organização, sob sua perspectiva, Lauro Consentino Filho afirma que “o MR-8 não tinha mais de 25 membros. Era de fato uma loucura de jovens a criação de um foco guerrilheiro no oeste do Paraná⁴⁷⁰”. A visão sobre a suposta ingenuidade dos quadros revolucionários é justificada pelo autor com base na fragilidade militar do grupo frente ao Exército Regular, quando o mesmo afirma que “Éramos meia dúzia contra o exército nacional, a luta seria o sinônimo da morte e do sofrimento. Pessoalmente nunca tivera ou manuseara uma arma. No entanto, todos esses pensamentos não foram suficientes para abandonar a causa socialista⁴⁷¹”. Em outra parte, o mesmo fala que sempre citava, em reuniões, uma fala de Mahatma Ghandi, que havia se tornado seu herói, que dizia: “Quem vai morrer são os soldados do exército, filhos da população mais pobre do país e nós⁴⁷²...”. Pode-se constatar, a partir destes conflitos e contradições, que Lauro Consentino Filho, embora ainda se considerasse socialista, e fornecesse toda uma logística de grande importância para os quadros, havia diversas reservas no que diz respeito ao enfrentamento armado à Ditadura por questões de segurança própria e de seus companheiros.

Quando ocorreu a queda do MR-8, Lauro Consentino Filho estava fora de Medianeira, viajando em lua-de-mel com sua esposa Vera Lúcia. Durante a viagem, teria recebido a notícia da queda da organização, voltando rapidamente para Medianeira para desfazer-se das

⁴⁶⁹ Idem, p. 30.

⁴⁷⁰ Idem, p. 41.

⁴⁷¹ Idem, p. 41.

⁴⁷² Idem, p. 39.

armas que estavam no seu consultório⁴⁷³, jogando as mesmas no rio Ocoy⁴⁷⁴. Dois meses depois, teria sido preso durante seu expediente de trabalho e levado para a Delegacia de Medianeira e de lá para Curitiba⁴⁷⁵, ficando um mês preso⁴⁷⁶. Em seus depoimentos ao DOPS, Lauro Consentino Filho sempre negou envolvimento com o grupo, afirmando que conhecia Aluízio Palmar, Nielse Fernandes e Mauro Fernando de Souza, mas que nunca fez parte da organização. Aluízio Palmar, ao ser preso, haveria feito um depoimento similar, dizendo que era apenas cliente do dentista⁴⁷⁷. Como o movimento armado já estava desmobilizado e este não tinha ligação direta com o grupo, além de não haver provas contra ele, foi solto sem ser torturado⁴⁷⁸. Ao retornar para Medianeira restabeleceu sua rotina na medida do possível, dado o abalo que o escândalo teria provocado em suas relações sociais⁴⁷⁹. Em 1970, Consentino Filho seria convidado a ingressar no MDB, onde adentrou⁴⁸⁰ e passou, a partir de então, a conciliar sua vida profissional e familiar com a luta pela volta da legalidade em um caminho alternativo àquele proposto pelas organizações armadas.

3.2.3 Enquanto isso, no meio urbano carioca...

Neste tópico, vamos abordar as ações que estavam ocorrendo em Niterói e Guanabara paralelamente à tentativa de construção de um foco guerrilheiro do MR-8 no Oeste do Paraná. Fazemos questão de enfatizar a importância das ações ocorridas no meio urbano do Rio de Janeiro justamente por terem sido elas a dar sustentáculo para as ações da organização no meio rural paranaense quando, para tal propósito, a verba começou a ser escassa. Também, se faz importante levar em consideração a falta de documentos sobre as ações dos militantes urbanos situados na cidade de Curitiba que, dentro do pouco que conhecemos, eram incumbidos de manter o contato com outros grupos armados. De igual forma tinham como função oferecer logística ao movimento em caso da necessidade de recuo estratégico dos quadros que estavam no campo. Contudo, os desfalques e expropriações que tanto foram importantes para a

⁴⁷³ Idem, p. 45.

⁴⁷⁴ Idem, p. 47.

⁴⁷⁵ Idem, p. 49-51.

⁴⁷⁶ Idem, p. 63.

⁴⁷⁷ Idem, p. 62.

⁴⁷⁸ Idem, p. 61.

⁴⁷⁹ Idem, p. 65.

⁴⁸⁰ Idem, p. 78.

manutenção dos propósitos revolucionários era feita no Rio de Janeiro, principalmente na Guanabara.

Esta função dos grupos de expropriação urbanos enquanto apêndice da guerrilha rural, unida ao contexto de repressão política e aumento da vigilância sobre manifestações de caráter antiditatorial, teria feito com que estes militantes tivessem que adotar normas de segurança essenciais para suas sobrevivências. De igual forma, a manutenção de uma divisão social do trabalho entre quadros urbanos e rurais, sendo os primeiros os auxiliares no propósito de estabelecer um foco guerrilheiro no campo, teria gerado uma situação de grande estresse, com o progressivo afastamento entre os pretensos “guerrilheiros” e seus “grupos de expropriação”.

Cabe recordar que, tal como foi abordado no capítulo anterior, a existência de uma “guerrilha urbana”, a fazer expropriações em bancos, propaganda armada e ações de sequestro não era fruto de influência de Che Guevara ou Régis Debray. Esta foi uma peculiaridade desenvolvida, dentre outros países latino-americanos, no Brasil, dado à avaliação feita pelas diferentes organizações revolucionárias do país que levaram em consideração as diferenças entre o caso brasileiro e cubano. Contudo, mesmo não estando em Cuba, as cidades, providas de uma maior concentração de agentes da polícia política, continuavam a ser “zonas desfavoráveis”, dentro da perspectiva guevarista, à deflagração da luta armada, onde qualquer imprudência poderia colocar em risco os propósitos da organização e a vida de seus militantes.

O *Projeto Orvil*⁴⁸¹, elaborado enquanto uma “resposta” aos esforços atuais de denúncia aos crimes cometidos pela ditadura, traz dados sobre diversas organizações de esquerda que existiram no Brasil antes e depois do Golpe de 1964. Embora esta historicização das atividades e linhas políticas dos partidos e movimentos de esquerda tenha um caráter explícito de defesa da Ditadura e desqualificação da esquerda brasileira, mostrando-a enquanto “subversiva” e com uma trajetória marcada por arbitrariedades, a análise de deste escrito, com parcimônia, poderá nos auxiliar a reconstituir cronologicamente a história do MR-8, principalmente no meio urbano.

⁴⁸¹ *Projeto Orvil* <http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf> Acesso em 11/02/2015, às 09:11.

Segundo o *Projeto Orvil*, o MR-8 mantinha no meio urbano carioca “uma ‘frente de publicações’, além de grupos de contatos e recrutamento”. A importância desta “frente” situada na cidade fica mais explícita em um IPM produzido pela repressão na época da queda da organização, onde constam os grupos armados com os quais a OPM mantinha contato. Este documento afirma que “até a fase atual deste IPM, não ficou caracterizada uma subordinação da OPM ao grupo Marighella, grupo Lamarca, Vanguarda Popular Revolucionária, Comando de Libertação Nacional, etc., sabendo-se entretanto, que ela mantinha contato com estas organizações⁴⁸²”. A proximidade com os demais grupos armados teria sido importante no momento em que o MR-8 estava sendo derrubado. Foi neste momento que alguns membros remanescentes conseguiram ser acolhidos, tornando-se quadros de outras organizações, ainda que por pouco tempo, pois acabaram sendo pegos pela repressão. Dentre estes casos encontra-se Mauro Fernando de Souza, Zenaide Machado e Joseph Bartolo Calvert que ingressaram, respectivamente, no Colina, VPR e ALN⁴⁸³.

É importante salientarmos que estes grupos urbanos, assim como os grupos situados no campo, também realizavam um trabalho político, ainda mais levando em consideração a necessidade de não separar o político e o militar, tal como defendia a teoria do foco guerrilheiro. Os aparelhos, sendo espaços para o recrutamento de novos membros, eram lugares de discussão política, tradução de obras estrangeiras e produção de documentos voltados à análise de conjuntura. Valdir Alves, na obra *João Rocco: o último guerrilheiro*, narra um momento em que João Manoel Fernandes, juntamente com sua companheira Maria Cândido Gouveia e Nielse Fernandes, gastaram “boa parte da tarde discutindo a situação do país, as medidas que deveriam adotar e dedica ainda algum tempo na elaboração de uma apostila baseada na teoria de Régis Debray insuflando a criação de focos guerrilheiros, que deveria ser distribuída aos novos quadros que a organização vinha preparando⁴⁸⁴”.

Devido à exposição que os grupos urbanos sofriam, fazia-se importante, naquele momento, adotar algumas medidas de segurança, tanto internamente, no contato entre os quadros, quanto em relação ao comportamento em lugares públicos. Milton Gaia Leite, em seu IPM, deixa claro isto ao dizer que não saberia localizar o aparelho onde teria sido levado o dinheiro de um dado desfalque cometido por ter sido levado ao mesmo de olhos

⁴⁸² Documento Secreto, Informação: 30/06/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁴⁸³ *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 366-367).

⁴⁸⁴ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 26).

vendados⁴⁸⁵. Embora não se possa saber se isto foi verdade ou se ele estava tentando proteger os aparelhos do MR-8, seus companheiros e o dinheiro, isto revela a preocupação dos militantes no que diz respeito às suas falas, bem como às estratégias das quais se valiam para resguardar os propósitos da organização.

Outros comportamentos e cuidados que visavam a segurança do MR-8 ficam claros em um pequeno documento, escrito à mão e dividido em duas partes intituladas “Normas de Segurança” e “Mandamentos”. A normal de segurança principal estipulada seria “não revelar para os companheiros sua identidade pessoal, nome verdadeiro, endereço da família ou nome de parentes⁴⁸⁶”. Os mandamentos listados seriam “1) Não esquecer nunca que a liberdade está na consciência da necessidade; 2) Que a mãe do estudo (conhecimento) está na repetição; 3) A segurança na fase de preparação da Luta Armada é um princípio básico; 4) Ser discreto é uma qualidade indispensável para ser um bom revolucionário⁴⁸⁷”. Estas diretrizes, embora pareçam simples, se faziam necessárias naquele momento para o desenvolvimento da disciplina que caracteriza o trabalho desempenhado pelo revolucionários, principalmente os quadros profissionais.

Com a instalação de um foco guerrilheiro no Oeste do Paraná, por volta de julho de 1968, a situação financeira do MR-8 teria começado a apresentar problemas, tendo em vista que, até então, teria se baseado “apenas pela contribuição de militantes, simpatizantes e colaboradores⁴⁸⁸”. Para suprir este problema foram realizados, de início, três desfalques⁴⁸⁹. O primeiro foi realizado por Mauro Fernando Souza, da quantia de NCR\$ 60.000,00, no Banco Mercantil de Niterói, onde era bancário. Com este dinheiro teria sido montada uma infraestrutura básica para a articulação e sustentação do foco guerrilheiro, composta pelos sítios Boi Piquá (próximo Cascavel) e Banhadão (em Matelândia), bem como um jeep e algumas armas usadas tanto pelos quadros instalados no campo quanto na cidade. Ainda, com este mesmo desfalque, foram montados alguns aparelhos na cidade de Curitiba e comprados quatro carros Volksvagen⁴⁹⁰.

⁴⁸⁵ “Declarações de Milton Gaia Leite (Fiat) no dia 6/7/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁴⁸⁶ “Normas de segurança”. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167 (p. 151).

⁴⁸⁷ “Mandamentos”. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167 (p. 151).

⁴⁸⁸ *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 225).

⁴⁸⁹ “Declarações de Milton Gaia Leite (Fiat) no dia 6/7/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁴⁹⁰ *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 225).

Posteriormente, foram realizados ainda dois desfalques por um sujeito chamado por Milton Gaia Leite em seu depoimento pelo apelido de “Setenta”, devido ao fato do primeiro desfalque dele ter sido de NCR\$ 70.000,00. O terceiro desfalque teria sido de NCR\$ 130.000,00⁴⁹¹. Não se tem notícias, no depoimento de Milton Gaia Leite nem em outros documentos de quem seria “Setenta”, nem tampouco se o chamavam realmente assim ou se esta designação foi apenas uma forma encontrada para protegê-lo, ou sequer se o mesmo existia.

Quando este dinheiro se tornou escasso, precisou ser criado um “Comando de Expropriações” no Rio de Janeiro que, através de assaltos a bancos, pode continuar a financiar o grupo armado e seus quadros profissionais. Segundo informações do *Projeto Orvil*, o grupo responsável pelas expropriações foi constituído por: Reinaldo Silveira Pimenta⁴⁹², João Manoel Fernandes (“César”), Ivens Marchetti de Monte Lima (“Vicente”), Tiago Andrade de Almeida (“Henrique”), Sebastião Medeiros Filho (“Saulo”), Umberto Trigueiros Lima (“Mazini”), Antônio Rogério Garcia da Silveira (“Wladimir”), Ronaldo Fernando Martins Pinheiro (“Luiz”), Luiz Carlos de Souza Santos (“Bento”), Marcos Antonio Farias de Medeiros (“David”), Gerardo Galisa Rodrigues (“Lucas”), Joseph Berthold Calvert (“Paulo”) e Zenaide Machado (“Andrea”)⁴⁹³. Foram expropriados, no total, três bancos na Guanabara, sendo eles o “Banco Lar Brasileiro” (Agência Ipanema), “Banco Aliança do Rio de Janeiro” (Agência Abolição⁴⁹⁴) e o “Banco Nacional Brasileiro” (Agência Piedade)⁴⁹⁵. No “Projeto Orvil” também consta uma expropriação realizada no depósito do Projeto Rondon, na Universidade Estadual da Guanabara, de onde não roubaram dinheiro, mas sim materiais e equipamentos para dar suporte ao foco guerrilheiro⁴⁹⁶.

Valdir Alves, em sua obra *João Rocco: o último guerrilheiro*, relata as expropriações ao Banco Lar Brasileiro e ao Banco Aliança sob a perspectiva de João Manoel Fernandes, tendo em vista que o mesmo chegou a participar de algumas ações na Guanabara. Segundo relata Valdir Alves, sua presença na Guanabara se deu pois, apesar de seus poucos 21 anos, o

⁴⁹¹ “Declarações de Milton Gaia Leite (Fiat) no dia 6/7/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁴⁹² Há controvérsias sobre seu pseudônimo no MR-8, em alguns documentos constando como “Joaquim” e outros como “Gabriel”.

⁴⁹³ *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 366).

⁴⁹⁴ *Idem*, p. 366.

⁴⁹⁵ Documento Secreto, Informação: 30/06/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167 (p. 45).

⁴⁹⁶ *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 366).

mesmo possuía “experiência de tiro com revólver e Winchester⁴⁹⁷”. Isto demonstra o quanto a função dos quadros da organização era rotativa, cada um desenvolvendo as tarefas que eram necessárias em cada momento determinado. Deste modo, João Manoel Fernandes, do mesmo modo que esteve em um aparelho em Curitiba, onde foi preso, também esteve em treinamento guerrilheiro no Parque Nacional do Iguaçu e participando de expropriações na Guanabara. Outros quadros, principalmente os cariocas, também conheceriam tal rotatividade de funções. Isso nos faz recordar da concepção de Régis Debray sobre a temporária quebra da democracia interna que estas organizações político-militares necessitariam sofrer para que suas operações fossem concluídas com êxito.

Sobre a expropriação do Banco Lar Brasileiro, realizada no dia 6 de janeiro de 1969, Valdir Alves narra em sua obra que foi necessária “uma minuciosa observação onde foi detalhada a hora da abertura do Banco Lar Brasileiro, a hora de entrada dos funcionários, a hora de chegada do carro forte e os momentos com maior movimentação⁴⁹⁸”. Enquanto a expropriação foi realizada, João Manoel Fernandes ficou a cuidar dos funcionários e clientes, momento em que teria ocorrido o discurso que daria nome a organização, versão defendida tanto por ele quanto por Aluízio Palmar, em seu depoimento à Sociedade DHPaz. Sobre este momento, Valdir Alves narra que ele

Aproveitou o momento para fazer um pouco de proselitismo político e num determinado momento falou que pertenciam ao Movimento revolucionário Oito de Outubro – data em que foi morto Che Guevara, em 1966, nas serras bolivianas – que estavam lutando em favor dos brasileiros, contra os militares. No outro dia, lembra Luiz Carlos, o jornal estampou manchete com o nome da organização que, internamente, ainda não tinha decidido se realmente MR-8 seria o nome do grupo. A manchete do jornal O Dia, porém, tornou irreversível a homenagem ao guerrilheiro que ajudou a fazer a revolução cubana⁴⁹⁹.

Nesta primeira expropriação foram arrecadados apenas NCR\$ 13.500,00, dinheiro que estava nos caixas, devido ao fato de que “quando foi dada a voz de assalto, alguns clientes

⁴⁹⁷ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 84).

⁴⁹⁸ Idem, p. 84.

⁴⁹⁹ Idem, p. 85.

fugiram e deram o alarme, não permitindo que o caixa-forte fosse aberto⁵⁰⁰”. Valdir Alves, ao falar sobre esta primeira expropriação, aborda, com base nos depoimentos que lhe foram dispostos, os aspectos moralmente conflituosos dos quadros da organização naquele tempo, ao mesmo tempo que aborda situações bem-humoradas que ocorreram no decorrer da operação. Segundo Valdir Alves

só o autocontrole muito forte permitiu levar a missão até o fim. Embora sabendo da finalidade que seria dada ao dinheiro, o ato mexia com a consciência, contrariava seus princípios. O consciente autorizava, mas no subconsciente algo dizia que estava errado. Foi em frente. Já se encontrava no interior do banco e Humberto Trigueiros Lima sofre um bloqueio e não saca a metralhadora. O vacilo permitiu que alguns cliente fugissem. Um deles saiu gritando que se tratava de um assalto. No banheiro, Reinaldo Silveira esquece completamente o assalto, olhando encantado para as pernas de uma moça, que emergiam esbeltas de uma minissaia azul-marinho. Mas, apesar dos percalços, a operação foi concluída com sucesso⁵⁰¹.

Alguns meses depois, haveria a segunda expropriação, feita ao Banco Aliança, a qual o autor não explora em riqueza de detalhes. Nesta operação foram levados NCR\$ 17.000,00. Neste período de tempo os quadros do MR-8 conheceram Jorge Medeiros Vale, funcionário do Banco do Brasil, que, segundo Valdir Alves, “recomendou aos garotos que ‘parassem com aquelas ações que arrecadavam muito pouco’, que ele repassaria o numerário suficiente para o desenvolvimento da luta”. É defendido pelo autor da obra, com base nos documentos que o mesmo teve acesso, que a partir deste momento, “o MR-8 não teve mais problemas financeiros⁵⁰²”.

Pelo auxílio dado não apenas o MR-8, como também outras organizações, através de desfalques do dinheiro do banco e de esquemas de corrupção, Jorge Medeiros Vale ficaria conhecido, entre os grupos armados, como “Bom Burguês”. Quando o MR-8 foi desbaratado, vários de seus membros presos foram questionados, sob tortura, acerca do fim dado aos desfalques realizados por ele. João Manoel Fernandes uma vez preso, foi inquirido sobre onde o MR-8 haveria escondido um recibo da LBA (Legião Brasileira de Assistência) “de 600 mil

⁵⁰⁰ Idem, p. 85.

⁵⁰¹ Idem, p. 85-86.

⁵⁰² Idem, p. 85.

dólares fornecidos por dona Iolanda Costa e Silva, presidente da entidade⁵⁰³ e, naquele momento, esposa do Presidente Costa e Silva. Após muito ser seveciado, negando saber onde estaria o recibo, os torturadores teriam chegado à conclusão de que, realmente, ele não deveria saber. Tempos depois João Manoel Fernandes teria vindo a saber do desfalque feito pelo “Bom Burguês” de dois milhões de dólares ao Banco do Brasil. Valdir Alves narra que

junto com outros doleiros do Rio de Janeiro, fizeram uma doação à LBA – Legião Brasileira Assistência – de 200 mil dólares recebendo, em troca, um recibo da presidente da entidade, no valor de 600 mil dólares. Bom Burguês escondeu esta operação para, num momento extremo, ter um trunfo para negociar com os torturadores. A marinha soube da operação e queria o recibo. Apanhado das mãos de um guerrilheiro seria importante para intimidar os oficiais do exército e facilitar a indicação de Radmaker para a presidência da república⁵⁰⁴.

A partir de desfalques, expropriações e contatos como estes, o MR-8 conseguiu desenvolver algum suporte para a formação de um núcleo combatente, comprando sítios que serviriam de bases, bem como armas, munições e um jeep. Também adquiriu apartamentos no meio urbano carioca e curitibano que serviram de “aparelhos” e carros que facilitaram suas ações, servindo como viaturas. Contudo, a exposição a que estes quadros urbanos estavam submetidos viria a gerar problemas posteriores no interior da organização, que se materializariam em divergências. De igual forma, teria facilitado a queda da organização em momentos posteriores pela suposta infiltração de um delator entre eles. Muito embora houvesse normas de segurança estipuladas pelos dirigentes dos grupos de expropriação, a partir de alguns documentos encontrados no Arquivo Público do Paraná, nós podemos verificar o quanto os militantes continuavam vulneráveis. Dentre os documentos encontrados podemos ver, inclusive, registros de transações legais realizadas pelos quadros na compra de carros, terras e na locação de apartamentos que viriam a servir de aparelhos. Levando em consideração o modo ilegal como este dinheiro era obtido, estas transações legais poderiam, em algum momento, ser favoráveis à repressão na captura dos membros da OPM.

⁵⁰³ Idem, p. 51.

⁵⁰⁴ Idem, p. 53.

Apesar destes dramas enfrentados, a existência de grupos armados urbanos, servindo de suporte para a guerrilha no campo, foi uma realidade experimentada por praticamente todas as organizações revolucionárias armadas brasileiras, tendo em vista a avaliação que foi feita, da parte de seus militantes, sobre a realidade brasileira.

3.2.4 O treinamento guerrilheiro no Parque Nacional do Iguaçu

É difícil precisar, ao certo, o tempo que os quadros do MR-8 ficaram isolados no Parque Nacional do Iguaçu em treinamento guerrilheiro, assim como são escassas as informações a respeito. Na obra “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”, é relatado que Aluizio Palmar, Nielse Fernandes, Milton Gaia Leite, Bernardino Jorge Velho, César Cabral e João Manoel Fernandes ficaram quase um ano sendo treinados por Rodolfo Ramirez Villalba, paraguaio membro da Frente Revolucionária Colorada (FRC)⁵⁰⁵. Em seu relato à Sociedade DHPaz, Palmar acrescenta que, em tal treinamento, também se encontrariam Mauro Fernando de Souza e “Zapatinha” (Cândido Gomes Gaia), militante que entrou no MR-8 através da DI-PR, residente em Maringá/PR⁵⁰⁶. Já em entrevista a mim, Palmar teria relatado que o treinamento teria sido dado por Benjamim Villalba, irmão de Rodolfo Villalba, também membro da FRC⁵⁰⁷. O certo é que o instrutor de guerrilhas do movimento usava como pseudônimo “Aquino”. Segundo Aluizio Palmar, seria um paraguaio que teria recebido treinamento em Cuba por volta de 1961 ou 1962⁵⁰⁸. Ainda em um documento emitido pelo CIE, é dito que, na verdade, “Aquino” era argentino, tendo como nome de registro “Augustin Goiburu”, tendo se envolvido com a organização devido ao contato que tinha com César Cabral (“Miguel”)⁵⁰⁹.

⁵⁰⁵ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 278).

⁵⁰⁶ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

⁵⁰⁷ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

⁵⁰⁸ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

⁵⁰⁹ “Atividades subversivas”. Centro de Informações do Exército. <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/alguns-documentos-reveladores-sobre-o-mr8-velho/>> Acesso em 05/03/2015, às 04:51.

Uma das razões que torna complicado estabelecer o tempo que os militantes ficaram no Parque Nacional do Iguaçu, tal como foi visto no tópico anterior, se deve ao fato de que a permanência dos quadros em uma região ou outra variava de acordo com a necessidade da organização. João Manoel Fernandes, ao reconstituir sua trajetória no MR-8, narra que foi ao treinamento de guerrilha duas vezes, pois precisou ser remanejado ao Rio de Janeiro para realizar expropriações e só após a execução das ações pode retornar ao Oeste do Paraná⁵¹⁰. Também é relatado que, no momento em que os quadros urbanos entraram em embate com a concepção foquista defendida pelo grupo, foi necessário que os quadros saíssem do Parque Nacional do Iguaçu para que fossem realizadas as devidas discussões e reuniões no sítio Boi Piquá⁵¹¹.

Tal como foi citado no capítulo anterior, o treinamento guerrilheiro, principalmente dentro da perspectiva de Régis Debray, possuía uma função pedagógica. Aluizio Palmar, quando entrevistado por mim, relata que a estadia no Parque Nacional do Iguaçu, em condições difíceis, era importante para que os quadros, a quem ele próprio definia enquanto “pequenos burgueses”, aprendessem a “andar como bicho e viver como bicho”. A adequação à vida guerrilheira, concebida, na avaliação do grupo, indispensável para o andamento da revolução, só poderia ocorrer quando os militantes em treinamento, parafraseando Debray, se “suicidassem enquanto classe”, sendo afastados de seus privilégios, o que incluía o conforto e as facilidades da vida urbana. Como já era de se esperar, este processo seria custoso e sofrido tanto em aspecto físico quanto psicológico aos membros alocados no campo, constituindo uma verdadeira “guerra contra si mesmo”. As dificuldades enfrentadas encontram-se documentadas, principalmente, na entrevista de Aluizio Palmar à Sociedade DHPaz, no livro sobre a trajetória de João Manoel Fernandes e no diário escrito por Palmar relatando a experiência do treinamento guerrilheiro. A partir destas experiências documentadas, podemos ter alguma noção tanto da percepção que os mesmos tinham a respeito da importância daquele treinamento, da difícil adaptação, mas também da vitória contra “si mesmos”, contra suas limitações físicas e psicológicas.

⁵¹⁰ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 83-86).

⁵¹¹ Idem, p. 83-84.

A partir da perspectiva contida na obra de Valdir Alves, é possível reconstituirmos várias dificuldades concretas dos quadros em meio ao Parque Nacional do Iguaçu. Dentre elas, é narrado que

O primeiro contato com a selva foi assustador. O avanço diário era muito pequeno. O jovem idealista começou a pensar que poderia perder a guerra para a natureza antes de enfrentar os militares, debilitado pelo cansaço e o inferno criado por mosquitos e outros insetos. As sanguessugas e carrapatos, que se agarravam ao corpo, eram retiradas com ponta de cigarro aceso. Do contrário, no local atacado formavam-se feridas. O manejo do facão – instrumento indispensável no mato – dilacerou as mãos finas acostumadas às lapiseiras escolares. Nos pés brotavam bolhas incômodas [...] O próprio ato de andar é penoso. Os pés precisam levantar um mínimo de 30 centímetros para evitar as ramagens e raízes que formam verdadeiras ratoeiras para incautos⁵¹².

Mais à frente ainda, na mesma obra, é narrado, sobre a adaptação ao treinamento guerrilheiro, que

neste início de preparação, não existe nenhum alvo palpável, o inimigo não existe e o combate não vai acontecer. A motivação revolucionária, o ímpeto mudancista cantado nas mesas de bares entre um chope e outro, acaba desaparecendo, o inferno parece intransponível. No final do dia, alguns hematomas podiam ser contabilizados pelos braços e pescoço. João Manoel encosta a mochila, de aproximadamente 30 quilos, se recosta sobre uma ramada, perguntando se realmente teria condições de aguentar aquele tipo de vida por muito tempo. Foi uma dúvida muito grande, a possibilidade de desistir foi avaliada. Mas era preciso resistir⁵¹³.

A partir destes pequenos trechos da obra de memórias, podemos pensar alguns problemas postulados por Guevara e Debray sobre os percalços da vida guerrilheira, mas ao mesmo tempo sua importância na formação do quadro profissional daquele tipo de organização. As dificuldades encontradas na adaptação, comparadas aqui a um verdadeiro “inferno”, que faria com que os aspirantes a guerrilheiros, antes mesmo de perderem para os

⁵¹² Idem, p. 82.

⁵¹³ Idem, p. 82-83.

militares, corressem o risco de perderem para si mesmos, em muito rememora a perspectiva de Debray acerca da formação do guerrilheiro.

De igual forma, há nas passagens citadas do livro a desqualificação do militante urbano enquanto um “idealista de mesa de bar”, sem qualquer vínculo direto com a guerra e que, por conta disto, estaria passível de abandonar a causa assim que suas teorizações e discussões acaloradas dessem lugar para a vida revolucionária no campo. Também, a ausência em primeiro momento de um inimigo palpável, direto e tangível contra quem lutar, a não ser contra as próprias limitações físicas e psicológicas, abalaria o moral dos militantes de modo que a desistência se tornaria uma possibilidade a ser pensada. No caso de João Manoel Fernandes e seus companheiros, contudo, a força de vontade foi maior e a adaptação do corpo ocorreu pouco a pouco, bem como a localização dentro do mato⁵¹⁴.

Dentre os desafios encontrados na adaptação, a localização dentro do mato está dentre as principais. João Manoel Fernandes fala a respeito de um dado momento em que, depois dele e Nielse Fernandes terem se perdido do ponto de reabastecimento, passaram dias comendo palmito. Para matar a fome, acabaram por comer carne de macaco, que embora fosse cozida por horas continuava dura. Também é reconstruído, por Valdir Alves, as centenas de quilômetros percorridos em trinta dias, bem como os treinamentos com revólver calibre 38 que faziam para aprender a atirar melhor e a se defenderem⁵¹⁵.

Outro tipo de percalço enfrentado se deveria, principalmente, à rigidez do treinamento guerrilheiro, que se aprofundava com a hierarquia militar existente no foco guerrilheiro e, com isso, a quebra temporária da democracia interna que caracterizava as organizações político-militares. Uma situação que ilustrou bem estes aspectos do grupo armado, segundo Valdir Alves, foi quando o instrutor de guerrilhas do MR-8 quis levar César Cabral ao fuzilamento por estar dormindo na hora da sentinela. Alves narra que, para resolver esta situação “foi então formado um Conselho de Guerra que decidiu pela absolvição de Cabral⁵¹⁶”. Devido a isto, o instrutor teria se aborrecido e ido embora.

A partir do diário de Aluizio Palmar, escrito em alguns dias que passou acampado no Parque Nacional do Iguaçu, podemos também verificar vários problemas enfrentados durante

⁵¹⁴ Idem, p. 83.

⁵¹⁵ Idem, p. 83.

⁵¹⁶ Idem, p. 87.

o treinamento guerrilheiro, principalmente de ordem logística, dado à necessidade de conviver com diversos fenômenos da natureza. Mas também fala sobre os avanços angariados por seu pequeno núcleo combatente. Em uma das passagens de seu diário, Palmar narra que

Santos fala muito em voltar à cidade. Estamos preocupados. Fizemos uma limpeza geral das armas. Armamos uma barraca com os 3 plásticos, que por sinal são horríveis, para cobrir o fogo, pois a chuva continua. Sentimos uma imensa falta de plásticos. Nossos víveres estão uma verdadeira “zona”, tudo molhados. Outra coisa são as nossas botas, que estão debaixo d’água por 4 dias consecutivos. Estão em petição de miséria. A noite dormimos ao redor do fogo [...] Roberto⁵¹⁷ contou passagens da vida dele. Impressionante a forma como ele adquiriu consciência revolucionária. O rádio receptor transistor deixou de funcionar. Estamos sem notícias⁵¹⁸.

Continuando a tratar das dificuldades e rotina estabelecida no treinamento guerrilheiro, Aluízio Palmar narra também que

Todos nós quando saímos p/ buscar água, defecar, etc. levamos sempre nossas armas e o bernal c/ as munições, isto se tornou lei entre nós. Fim da tarde, todo mundo, c/ as roupas ensopadas, botas, armas, mochilas, tudo molhado. A comida está no fim e a chuva continua. Fiz uma discussão política c/ Roberto. Antes de apresentar a escala da ronda, apresentei p/ discussão do coletivo os planos para os próximos dias⁵¹⁹.

Em entrevista dada à Sociedade DHPaz, Aluízio Palmar também fala de alguns imprevistos que ocorreram nos treinamentos. Para que pudessem aprender a se localizar em meio à mata densa, os quadros eram divididos em duplas e submetidos a um treino de dispersão na mata e encontro em algum ponto delimitado. Sobre isto, Palmar narra: “teve uma vez que eu me perdi junto com o ‘Zapatinha’. A gente não conseguiu chegar no ponto de

⁵¹⁷ Segundo a entrevista de Aluízio Palmar à Sociedade DHPaz, “Roberto” era o mesmo “Aquino”, o instrutor de guerrilha do MR-8, conhecido também como o “irmão Villalba”.

⁵¹⁸ Diário de Aluízio Palmar. < <http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/diario-de-treinamento-guerrilheiro-no-parque-nacional-do-iguacu/>> Acesso em 10/03/2015, às 18:35.

⁵¹⁹ Idem.

encontro e ficamos perdidos. Passamos uma noite de inverno, chovia pra caramba [...] eu me atraquei no ‘Zapatinha’ ele se atracou em mim pra um esquentar o outro até passar a noite⁵²⁰”.

Estes trechos do diário escrito por Aluízio Palmar nos revelam, além das várias dificuldades enfrentadas, também os pontos positivos que iam se somando aos propósitos do MR-8. Se por um lado “Santos” (Bernardino Jorge Velho), em alguns momentos, demonstrava vontade de retornar à cidade (embora não seja esclarecido exatamente o porque, tendo em vista que Palmar sempre o caracterizava como alguém adaptado às difíceis condições da guerrilha), por outro existem progressos sendo feitos por “Roberto”. A interação com “Roberto”, no que tange às discussões políticas, assim como as reuniões de planejamento do grupo, revelam a importância do comando do foco guerrilheiro, que tinha como uma de suas incumbências motivar a discussão da conjuntura política nacional e da teoria revolucionária. Tanto é que na entrevista à Sociedade DHPaz, Palmar narra que sempre carregavam livros em suas pesadas mochilas, junto com armas e comida. Dentre suas leituras, encontrariam-se “Che Guevara, *O Capital* de Marx, *A Origem da Família*, Engels”, razão pela qual Aluízio comenta, bem humorado, que eles faziam “guerrilha lendo filosofia⁵²¹”.

Também podemos notar que a convocação de conselhos e reuniões de planejamento mostra que, embora exista em alguns momentos a quebra da democracia interna, também existe discussão política e decisões de comum acordo no interior do foco. Mais à frente, Aluízio Palmar ainda mostra a importância da teoria do foco guerrilheiro nas ações dos quadros, ao dizer que eles tem “obedecido sempre ao esquema Vanguarda, Centro e Retaguarda. Quando paramos para o descanso, cada um para o seu lugar⁵²²”.

A disciplina rígida e militarizada, importante de uma maneira geral para as organizações constituídas por quadros e agora ainda mais enfocada tendo em vista que a conjuntura era, dentro da avaliação do grupo, marcadamente político-militar, contribuía no sentido de preparar os membros do MR-8 física e moralmente para o papel de vanguarda revolucionária. As privações enfrentadas em uma zona desfavorável à vida humana (porém favorável aos propósitos do foco guerrilheiro) possuiria uma função pedagógica de

⁵²⁰ Depoimento de Aluízio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

⁵²¹ Idem.

⁵²² Idem.

transformar um militante urbano e supostamente “pequeno burguês” em um revolucionário profissional. Dentro da perspectiva daqueles militantes, em um momento como aquele, apenas a coragem, resistência, cooperação e espírito de sacrifício desenvolvidos com o treinamento guerrilheiro, juntamente com o estudo e compreensão da teoria revolucionária, forjaria militantes capazes de realizar a tarefa histórica não concretizada por nenhum dos partidos comunistas da América Latina.

3.3 DIVERGÊNCIAS ENTRE OS QUADROS DO MR-8

A partir das fontes das quais dispomos para reconstituir a trajetória do MR-8, podemos constatar que, em pelo menos três momentos, houve divergências no seio da organização que foram decisivas para os rumos tomados pela mesma. Podemos dizer que estas discussões e embates, de uma maneira geral, giravam em torno da perspectiva da luta contra a ditadura e do meio social onde a mesma deveria ser organizada. A partir de tais problemas, travavam-se constantes discussões normalmente polarizadas entre a possibilidade de se desenvolver a luta através de um foco guerrilheiro ou de um movimento de massas, bem como entre o desenvolvimento da luta na cidade, no campo, ou no estabelecimento dos quadros em ambos simultaneamente.

Para melhor compreensão deste processo, se faz de vital importância a leitura da obra *João Rocco: o último guerrilheiro*, a entrevista de Aluízio Palmar a mim, bem como seu depoimento e o de Fábio Campana à Sociedade DHPaz. Existem também dois documentos, apreendidos pelo DOPS e atualmente disponíveis no Arquivo Público do Paraná, intitulados “Aos companheiros do MR-8” e “Estudos anotados”. Embora estes documentos não estejam assinados nem conste data, fica claro que os mesmos tratam das divergências dos militantes urbanos em relação à perspectiva foquista e ao distanciamento da direção do movimento quanto aos problemas enfrentados nas cidades.

Valdir Alves narra em sua obra o momento em que os quadros outrora pertencentes à DI-PR rompem com o MR-8 por discordarem das ações que estavam se desenvolvendo com base na teoria do foco guerrilheiro. Sobre isto, Alves defende que, quando ocorreram as primeiras incursões no mato para treinamento guerrilheiro,

Zapatinha vai aprofundando as divergências com o pessoal do Rio de Janeiro e resolve romper, definitivamente, retornando para Curitiba, caminho logo tomado pelos demais. Aí começam reuniões intermináveis na busca de uma alternativa que colocasse fim aos desentendimentos, o que acabou não acontecendo. João, que tinha estado ausente dos debates, foi chamado por Fábio Campana e comunicado do rompimento. Seria impossível começar a luta armada daquele jeito, que o pessoal de Niterói não tinha armas, não tinha dinheiro nem gente para levar a missão adiante. Continuar seria suicídio. O pessoal de Niterói sofria da doença infantil do comunismo, do voluntarismo. João Manoel não concordou e ficou com a dissidência de Niterói⁵²³.

Cabe ressaltar que estas divergências iniciadas pelos quadros da DI-PR se deram em um momento em que o MR-8 ainda não havia partido para as ações de expropriação, nem recebido dinheiro dos desfalques. Como já vimos no tópico anterior, a situação da organização neste momento estava bastante difícil, levando em consideração que a mesma sobrevivia por doações de simpatizante e militantes. Esta situação precária, aliada à manutenção da ideia de que a luta armada deveria ser iniciada à qualquer custo poderia ter levado à avaliação, da parte de alguns membros da Dissidência do Paraná de que o MR-8 era “voluntarista”. Contudo, devemos deixar claro também que, em outras fontes, são apontadas outras razões que nos auxiliam a pensar o racha entre os quadros do Rio de Janeiro e de Curitiba.

Fábio Campana, em entrevista à Sociedade DHPaz, ao falar sobre as razões que levaram ao racha no MR-8, defende que

nós vínhamos tendo discussões internas muito ásperas porque divergíamos quanto à condução deste projeto. Nós aqui achávamos que não se realizaria de um modo objetivo aquilo que se estava organizando, que havia riscos e limitações enormes, até porque tinha aumentado a concentração militar na fronteira. E nós chegamos a nos dividir⁵²⁴.

⁵²³ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 73).

⁵²⁴ Depoimento de Fábio Campana à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=8qDEXF2r6xg>> Acesso em 26/08/2014, às 16:18.

Estes problemas abordados por Fábio Campana, que dizem respeito à segurança da organização em um momento de acirramento da vigilância nas fronteiras, com a instalação de quartéis militares, também leva a outra razão pela qual os embates internos teriam ocorrido. Em seu depoimento, Campana narra que as ações do MR-8 no Oeste do Paraná não corriam o risco de compreender apenas a vida de seus militantes, mas também os propósitos das organizações paraguaias com quem tinham contato. Ao reconstituir este momento em sua fala à Sociedade DHPaz, ele defende que

foi braba a briga [...] porque não só nós brigamos. Eu me sentia muito responsável no seguinte sentido: eles colocavam em risco todo o outro movimento que estava voltado para o outro país, que era o Paraguai, a ideia de derrubar o Stroessner, e tal. E quando a gente colocava para eles este risco eles passaram a achar que ‘não, não tem’, assim, aquela coisa. E foi uma discussão desse tipo, nós achávamos que a condução era imperfeita, era errada. Não só nós, a discussão começa lá, os paraguaios rompem com eles, dizem ‘não, não queremos mais trabalhar juntos, nós temos a nossa maneira, a nossa forma, nós precisamos de segurança, de um trabalho com segurança’, e aconteceu o que aconteceu, você sabe⁵²⁵.

Esta divergência com os quadros da DI-PR, que levaram ao racha no MR-8, teria sido decisiva para os rumos que a organização viria a tomar posteriormente, tendo em vista que haveria, a partir de então, problemas diretamente relacionados à segurança do foco guerrilheiro no Oeste Paranaense e até mesmo dos demais militantes situados no meio urbano. Ao falar sobre este episódio, Aluízio Palmar, em depoimento à Sociedade DHPaz, narra que o apoio da antiga Dissidência do Paraná foi perdido no começo de 1969 porque

a DI-PR considerou que a forma de luta era uma conjugação de guerrilha urbana, guerrilha rural e insurreição [...] que a gente não podia deixar de lado o trabalho de base, o movimento de base, o movimento operário, ações urbanas e ações no campo [...] fizemos uma reunião com a DI-PR e eles romperam com a gente [...] isso criou um problema de segurança gravíssimo, pois eles conheciam a nossa atuação no Oeste [...] uma prisão de qualquer membro da DI-PR poderia levar à prisão de qualquer membro do MR-8 [...] ⁵²⁶

⁵²⁵ Idem.

⁵²⁶ Depoimento de Aluízio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

Aluizio Palmar, neste mesmo depoimento, ainda defenderia que este problema gerado para a segurança do MR-8 teria sido uma das razões pelas quais se votaria, posteriormente, pela desativação das bases existentes no Oeste do Paraná, que ocorreu pouco antes da queda da organização como um todo. Valdir Alves reconstitui este momento vivido pelo movimento abordando uma decisão drástica que fora tomada por seus quadros para preservar a segurança de todos os militantes envolvidos naquelas ações. Alves narra que

Consumado o racha com o pessoal do Paraná, a dissidência de Niterói reúne-se para dar sequência às suas atividades. Nos debates defrontam-se com um provável empecilho que poderia representar o fim de tudo. Fábio Campana, conhecendo todos os detalhes da organização poderia delata-los caso viesse a ser preso e não resistisse a tortura. Daí, só restava uma saída: mata-lo. A tarefa é confiada a João Manoel, que durante duas semanas, armado com um revólver calibre 22, que carregava dentro de uma velha sacola, circula por bares, escolas e todos os lugares antes frequentado por Fábio Campana. Inutilmente, o ex-companheiro estava muito longe de Curitiba escondido da polícia que também o procurava. Diante da realidade, o assunto foi esquecido [...]⁵²⁷

Embora a execução de Fábio Campana não tenha sido levada a cabo, este episódio nos remete diretamente aos problemas reais existentes no interior de diversas organizações revolucionárias clandestinas que atuaram na luta contra a Ditadura no Brasil. A forte repressão ditatorial, que colocava como risco permanente a estes movimentos a prisão, tortura e assassinato, não só de seus quadros, mas também de pessoas próximas, levava muitos destes a adotarem, como parte de uma disciplina militarista, uma conduta que, baseada em seus objetivos maiores, os levava a adotarem medidas de segurança por vezes consideradas drásticas.

Este cenário era de tal forma tenso que não só assassinatos de militantes, mas também suicídios, foram parte das ações de alguns dos membros destes grupos armados, visando resguardar os propósitos maiores dos mesmos. Afinal, tal como defendera Régis Debray em seu *Revolução na revolução*, a vida não era, nem de longe, o bem mais precioso de um

⁵²⁷ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 81).

guerrilheiro. Por esta mesma razão, o cuidado com delatores era constante, tomando-se cuidado com aqueles que porventura viessem a ser pegos pelas forças repressivas, tornando-se possíveis “cães” de torturadores.

Além deste racha com a DI-PR, Valdir Alves também cita em sua obra algumas divergências que ocorreram no MR-8 em um momento anterior à criação dos “grupos de expropriação” urbanos. Este embate girava em torno das diferentes perspectivas de luta armada, que era polarizada em torno da forma como deveria ser estruturada e hierarquizada a organização de modo a dar suporte para o foco guerrilheiro. Segundo Alves, o treinamento que estava a ser realizado no Parque Nacional do Iguaçu foi interrompido

por um bilhete deixado num dos postos de reabastecimento, convocando-os imediatamente, para um encontro na fazenda Boi Piquá, recentemente comprada com recursos oriundos de um desfalque dado por Mauro Fernando, contra os cofres do Banco do Brasil, de Niterói. O motivo para tanta pressa tinha uma forte razão: as pessoas que comandavam o movimento racharam literalmente ao meio quanto ao prosseguimento da empreitada. Foram dois dias de muita conversa e tensão. Os 16 moços, com idade entre 20 e 21 anos, não chegavam a um acordo a respeito do andamento da luta. Uns queriam que todo o efetivo fosse imediatamente deslocado para área da guerrilha, outros defendiam necessidade de conciliar a luta no campo com a ação urbana. Estes argumentavam que as expropriações seriam fundamentais para manter o pessoal do campo. Sem dinheiro e sem um trabalho político de recrutamento nos centros urbanos, o movimento fracassaria [...] Finalmente, acordaram sobre a combinação da luta paralela na cidade e no campo⁵²⁸.

Ainda que o problema relacionado à necessidade de existência de grupos armados na cidade tenha sido resolvido neste momento, outros problemas viriam a aparecer em breve, como já foi dito, devido à existência dos mesmos e suas divergências com os quadros que residiam no Oeste do Paraná. E é justamente sobre tais divergências que Aluizio Palmar trata nos depoimentos dados a mim e à Sociedade DHPaz.

Segundo Aluizio Palmar, a divergência, que teria chegado a gerar algumas reuniões (as quais chama, em entrevista à Sociedade DHPaz, de “congressos”) no Rio de Janeiro e em Curitiba, se deu em torno da possibilidade de continuar com as bases no Oeste do Paraná,

⁵²⁸ Idem, p. 83-84.

tendo em vista que àquela altura a organização já estaria gerando desconfianças das colonizadoras e da polícia na região. Mas além disto, e mais essencialmente, estava sendo questionada, pelos militantes urbanos, a viabilidade da opção foquista, cujas críticas eram encabeçadas por algumas mulheres do movimento, tais como Iná Medeiros e Zenaide Machado. Sobre este episódio, Palmar narra que

o grupo urbano achou que era necessário fazer uma reflexão sobre a região Oeste, se ela estava queimada ou não, mas o fundo da questão não era nem isso [...] as companheiras da organização começaram um debate sobre a viabilidade do foco guerrilheiro [...] o pessoal da área urbana estava em contato permanente com a Colina e a DI-GB e talvez a partir daí receberam as influências até mesmo do PCBR e decidiram fazer uma reflexão acerca do foco [...] o nosso Congresso foi feito aqui em Curitiba e no Rio [...] ⁵²⁹

Em entrevista, Aluizio Palmar também enfoca a importância de ser discutida esta questão vinculada à viabilidade do foquismo devido à importância que os militantes urbanos, que constituíam os “grupos de expropriação”, possuíam para dar continuidade aos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos⁵³⁰. Para pensar esta situação, devemos levar em consideração a estrutura em que o MR-8 (e outras organizações armadas) foi se constituindo, de modo a necessitar das ações na cidade para dar sustentação àquele projeto, embora o meio urbano continuasse a ser visto como inapropriado para o desenvolvimento da revolução.

A partir dos documentos escritos pela organização, intitulados “Aos companheiros do MR-8” e “Estudos anotados”, podemos ter mais clareza acerca do teor das críticas à concepção foquista e das condições em que estas foram produzidas. Vamos nos deter, primeiramente, no documento “Aos companheiros do MR-8”, que possui uma clara crítica à direção do movimento e à estrutura em que este estava constituído. De igual forma, há a crítica a algumas continuidades de práticas do antigo partido e à ausência de uma linha política definida.

No primeiro parágrafo, o(s) autor(es) sintetiza(m) as críticas realizadas à atuação do MR-8 no documento, caracterizando-o por uma “total dispersão de suas forças, uma estrutura

⁵²⁹ Depoimento de Aluizio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

⁵³⁰ Entrevista feita a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

totalmente inadequada à luta clandestina e a inexistência de objetivos claramente definidos e compreendidos por todos os quadros”. Estes pontos da crítica, de certa forma complementares, teriam ocorrido principalmente em consequência do “crescimento do número de quadros e quantidades de tarefas da organização”. O movimento, inicialmente, teria sido provido de um número menor de quadros e também de “posições iniciais que unificavam os quadros”, mas que eram consideradas um tanto “gerais e insuficientes para uma prática de qualidade”⁵³¹.

Dando prosseguimento, critica-se a ausência da criação de possibilidades para o aprofundamento das discussões e da criação de uma linha política, que era dificultada, dentre outros fatores, pela distância geográfica entre os membros da OPM. Neste contexto, o(s) autor(es) enfoca(m) enquanto consequência direta a priorização do imediatismo e da pressa, posições caracterizadas pelos mesmos como “pequeno burguesas”. A partir desta acusação, inclusive, é alegada a existência de uma não-ruptura com toda uma série de ações que outrora permeavam o PCB, dizendo-se, ironicamente, que

Não era possível perder-se tempo com discussões. Discussões eram próprias para o partido e para quem não quer fazer as coisas, o tempo destes já passou. Estes contras absurdos eram ditos e repetidos. Como se no partido alguém discutisse e refletisse sobre a prática. Como se a prática cega e intocável, decisões invioláveis do CC, não fossem próprias do Partido⁵³².

Neste trecho, como podemos perceber, há uma crítica direta a um suposto pragmatismo no qual a direção do MR-8, baseada no foquismo, estaria terminando por adentrar. Embora nem percepção de Régis Debray assim como tampouco a de Che Guevara desprezem a importância da teoria revolucionária e das análises de conjuntura, há uma crítica, principalmente no primeiro intelectual citado, ao excesso de teorização enquanto característico dos contemplativos. De igual forma, a submissão da tática à estratégia, característica da teoria do foco guerrilheiro, tenderia a causar discussões no interior da organização, tendo em vista um determinado trecho onde o(s) autor(es) alega(m) que

⁵³¹ “Aos companheiros do MR-8”. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁵³² Idem.

A tomada de consciência de que aquelas inúmeras tarefas, realmente de uma qualidade diferente das que levava a maioria das esquerdas, não era fruto de uma visão geral sobre a etapa da revolução e sim estavam inteiramente desligadas umas das outras. Enfim a realidade de uma organização que tinha sua prática não ditada por uma Linha Política, mas sim uma Linha Política ditada por sua prática⁵³³.

Partindo de uma percepção claramente leninista sobre o modo como as tarefas da organização revolucionária deveriam ser conduzidas, com a submissão da prática a uma linha política definida, o(s) autor(es) do documento demonstram que, embora houvesse críticas à atuação do PCB, diversos aspectos presentes no mesmo não estavam superados, se é que havia realmente a intenção de supera-los. Mais uma vez, nossas fontes demonstram o caráter experimental e inacabado deste MR-8, caracterizado mais como movimento do que como uma organização revolucionária sólida, com diversas divergências de sentido teórico e prático.

Dando prosseguimento, é relatado no documento que, devido ao crescimento da qualidade das tarefas da organização, foi delegada aos quadros “a necessidade de apresentação de propostas que definissem uma estrutura e uma direção para a Organização”. A direção estaria incumbida, por sua vez, da coordenação do “processo de discussão para a definição de uma Linha Política”. Após a eleição da direção, e devido ao modo como a discussão para a elaboração de uma Linha Política (não) teria sido conduzida até, foi constatada uma grande quantidade de propostas divergentes que demonstravam a desunião no interior do movimento. O(s) autor(es), falando sobre este momento, revela(m) negatividade, alegando que

A quantidade relativamente grande de propostas, a impossibilidade de se conseguir ao menos uma maioria significativa, os fatores que levaram alguns quadros a fecharem com a proposta vencedora, a aproximação pessoal, o desespero de se ver arrebentar todo o resto da organização existente, etc. Por outro lado, as propostas revelam uma completa falta de profundidade e capacidade política em definir-se o momento que viviam e por isto mesmo não passavam de esquemas e organogramas em nenhum ponto justificados⁵³⁴.

⁵³³ Idem.

⁵³⁴ Idem.

Mesmo com todas as dificuldades, é exposto no documento o esforço dos quadros para, a partir das decisões tomadas, criar condições para que houvesse o desenvolvimento da discussão. Defendendo este pressuposto da existência de condições para o desenvolvimento qualitativo de uma Linha Política, o(s) quadro(s) autor(es) do documento acusa explicitamente a direção do MR-8 de traição “quer por incapacidade política, quer por irresponsabilidade ou outro qualquer motivo⁵³⁵”. Este problema se deveria ao fato de que o tempo para a formulação de uma Linha Política por parte da direção já teria se expirado, sem que tivesse sido apresentada qualquer tese ou justificativa por sua ausência.

Ainda, fica evidenciada neste documento a ocorrência da queda de alguns membros do movimento, reduzindo-os a menos da metade e comprometendo seus trabalhos. Tal fato grave acirra ainda mais as críticas dos militantes urbanos à direção, afirmando-se que mesmo neste contexto tenso os quadros desta continuariam na “irresponsabilidade, alheios completamente à realidade, num total desrespeito à decisão que os elegeram”. Para se manterem imunes, ainda estariam a se utilizar de atitudes arbitrárias, baseadas no “isolamento entre os quadros [...] a intriga e a difamação, até as empulhações de quadros a recrutar e dos contatos com outras organizações⁵³⁶”. Ao invés de realizarem as discussões dentro das condições reais que o MR-8 atravessava, de modo a constituir uma unidade orgânica, os quadros da direção estariam a mascarar a situação vivida pelo movimento.

Por fim, há uma convocação dos poucos militantes que haveriam restado para que retornassem às discussões para que encontrassem, juntos, alguma saída para o problema que a organização estava passando. Encerram, ainda, enfocando a disposição para levar a Linha Política, ainda que limitada pelas condições daquele momento, à prática, estando certos que somente ela permitiria “a montagem do foco, único meio de levar o povo brasileiro à Guerra Revolucionária e ao Socialismo⁵³⁷”. Mesmo com todas as contradições que o movimento apresenta em relação à teoria do foco guerrilheiro, bem como a aversão às decisões e ações arbitrárias da direção, ainda o foquismo é mantido como a única possibilidade de deflagração da luta armada naquela conjuntura.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷ Idem.

Já no documento intitulado “Estudos anotados”, as críticas não são voltadas, em sua maioria, à direção do MR-8, mas sim à eficácia da teoria do foco guerrilheiro (ao menos do modo como estava sendo apreendido pelo movimento), às tarefas a serem desenvolvidas para além da preparação do foco, bem como a problemas relacionados à disciplina dos quadros. O(s) autor(es) em si não se contrapõe(m) à perspectiva foquista, mas sim a algumas leituras que, embora estejam presentes nas obras de Che Guevara e Régis Debray, não seriam mais aplicáveis tendo em vista as possibilidades concretas de deflagração da luta armada naquele momento no Brasil.

Partindo das tarefas que até então tinham sido desenvolvidas na prática pelo MR-8, as críticas visam criar uma “organização estruturada capaz de canalizar, centralizar e dirigir todos aqueles” que estivessem “dispostos de uma forma ou de outra a participar da revolução”. Levando em consideração de solucionar tal problema, há a crítica da ausência de uma estratégia que possibilitasse “de fato a tomada do poder político”. Apenas a adoção de uma linha política concreta poderia arregimentar um maior número de quadros, que pudessem ser conscientes, constituindo um número maior de comandantes e dirigentes, dos quais o grupo, dentro desta avaliação, já estaria a necessitar⁵³⁸. Com base nesta leitura, há a contraposição ao modo como a organização estaria lidando, até então, com aqueles que estavam dispostos a auxiliá-la, dizendo sempre que esperassem o momento adequado. Segundo o(s) autor(es), isto seria

fruto exclusivo de uma visão estritamente unilateral das tarefas da revolução. Então o início da luta armada se resume simplesmente em armar 20 homens, fazer alguns contatos com outras organizações, montar uma logística. O resto que se dane! É assim que se exclama. Parece que a organização se basta por si só. Isto precisa ser superado logo para que não nos leve a erros amargos no futuro⁵³⁹.

Além desta crítica, também ganham destaque outros fatores que colocam em xeque a eficácia da teoria do foco guerrilheiro, apreendida de forma mecanicista, a partir da leitura de Che Guevara e Régis Debray. Neste sentido, são citadas algumas medidas que já estavam

⁵³⁸ “Estudos anotados”. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁵³⁹ Idem.

sendo tomadas pelo governo Costa e Silva com a intenção de combater as guerrilhas. Há aqui o enfoque ao “aperfeiçoamento da guerra anti-guerrilhas [...] que incluem desde a formação de unidades especializadas de elite até a propaganda através de uma falsa ajuda no campo da assistência social”. Também é problematizada a suposta execução de um projeto de reforma agrária, que visaria “possibilitar uma maior elasticidade do consumo interno” e “evitar insurreições conduzidas por uma vanguarda dotada de uma visão correta⁵⁴⁰”. Tendo em vista a percepção de Che Guevara de que para que o campesinato aderisse à revolução seria necessário o abandono da perspectiva da luta dentro dos marcos legais, projetos de assistencialismo e reforma agrária poderiam representar um entrave ao desenvolvimento da revolução.

Estes fatores citados teriam levado alguns militantes do MR-8 a considerarem a importância de rever alguns pontos não adaptáveis à realidade brasileira, sob pena de amargarem a derrota. Um deles seria não ocupar-se apenas da constituição de um núcleo combatente, encarnando funções de um verdadeiro “partido”, deixando claro que

hoje, pretendemos uma linha política, pretendemos uma estratégia, pretendemos saber os meios táticos concretos, queremos um programa para o ponto convergente onde nossas forças serão concentradas, queremos o estabelecimento de pontos que nos levem a uma unificação com as esquerdas, queremos estruturar uma organização político-militar com normas e princípios definidos⁵⁴¹.

A partir de tais necessidades, há no documento a crítica à direção do MR-8, que longe de comprometer-se com a produção de avaliações sobre a realidade concreta, embasadas nas práticas desenvolvidas até então, mantinha-se na “unilateralidade” e na “superficialidade⁵⁴²”.

Além destas críticas de caráter mais teórico e programático, há também críticas de caráter mais prático e pontual. Dentre estas, podemos evidenciar aquela relacionada à concepção que alguns militantes tinham com relação à organização, considerando-o uma “grande família” constituída não só pelos membros mas também por pessoas próximas ao

⁵⁴⁰ Idem.

⁵⁴¹ Idem.

⁵⁴² Idem.

MR-8. Esta percepção de “família”, concebida no documento enquanto ingenuidade, poderia causar fortes problemas de segurança para os quadros e para os propósitos defendidos como um todo⁵⁴³.

Também é feita uma crítica quanto a questão da disciplina dos militantes, que por falta dela algumas vezes expunham o grupo a diversos riscos e lidavam com pouco cuidado com a logística adquirida com o dinheiro das expropriações e desfalques, deixando-a em estado precário e gerando impedimentos de ação. Contudo, segundo o(s) autor(es), não seria simplesmente através de normas disciplinares que se resolveria este problema, mas sim através de uma melhor formação de quadros revolucionários⁵⁴⁴.

Por fim, é discutida a importância da existência de mecanismos internos que punissem os militantes que cometessem erros ou deslizos, bem como as penas que deveriam ser aplicadas. Sendo aquela fase da constituição da organização ainda embrionária, não havia comando ou direção capaz de realizar tal tarefa, sendo a mesma desenvolvida pelos coletivos. Contudo, na medida em que houvesse um avanço da guerrilha, seria necessária a existência de um comando que realizasse tal função, mas mais ainda fosse capaz de punir as falhas de tal modo que houvesse contribuição na formação dos militantes. Em um momento avançado da guerra revolucionária, isto seria de vital importância para evitar que o moral da tropa fosse corrompido pela ausência da disciplina revolucionária⁵⁴⁵.

Todas estas críticas, de um modo geral, caracterizavam a insatisfação dos militantes urbanos para com a direção da organização, que dentro destas avaliações, além de não cumprirem com suas funções, ainda tomavam constantes medidas arbitrárias e autoritárias. Mantinham-se também, dentro do que é defendido pelo(s) autor(es) dos documentos, alheios aos problemas enfrentados nas cidades, e usando a bel-prazer dos recursos adquiridos.

De igual forma, existe também a crítica direta a alguns postulados claramente defendidos por Che Guevara e Régis Debray que, apesar de terem servido como um norte para a Revolução Cubana, não seriam aplicáveis dentro da realidade concreta brasileira. Dentre os pontos enfocados estão: a submissão da estratégia à tática, a manutenção de um número reduzido de quadros, com a arregimentação de um número maior de combatentes em

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ Idem.

⁵⁴⁵ Idem.

uma fase posterior, bem como a preocupação única e exclusiva com a constituição do foco guerrilheiro. Embora não haja rompimento com o foquismo, estas contraposições erigem enquanto uma preocupação de alguns militantes do MR-8 em organizar a luta levando em consideração as peculiaridades da conjuntura vivida, bem como os problemas gerados pelo modo como a teoria do foco guerrilheiro estava sendo aplicada.

Ainda, podemos perceber a insatisfação quanto a vários problemas não resolvidos, desde os programáticos até os mais funcionais, tais como a ausência de uma estratégia e de dados táticos, bem como as deficiências na estrutura da organização no que tange ao contato com outros grupos, a eficácia das ações e a manutenção da disciplina interna. Estes problemas ainda sem resposta serviriam de empecilho para a consolidação do movimento enquanto, verdadeiramente, um “partido”, no que diz respeito, é claro, ao seu caráter de classe.

Estas críticas realizadas por militantes urbanos acabaram por gerar reuniões nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba, com a intenção de chegar a um consenso e não dispersar os poucos quadros que ainda restavam. Em uma destas reuniões, foi resolvido desativar as bases existentes no Oeste do Paraná, principalmente por considerarem que estavam “queimadas”, tendo chamado a atenção de jagunços e dos fazendeiros donos das colonizadoras que atuavam na região. Contudo, a desmobilização das bases e aparelhos, longe de possibilitar um processo de autocrítica e renovação do movimento, deu sequência (ou será que iniciou?) a prisão de uma série de membros. Estas prisões foram ocorrendo até que em julho de 1969 fosse possível ler nos jornais e revistas da época matérias que, de forma entusiasmada e sensacionalista, noticiassem a queda dos “terroristas” do MR-8.

3.4 FIM PARA UNS, COMEÇO PARA OUTROS: O DESBARATAMENTO DO MR-8, SEU IMPACTO NA MÍDIA E A INESPERADA FORMAÇÃO DO MR-8/DI-GB

Faz-se necessário dizer, primeiramente, que as mesmas dificuldades que encontramos na tentativa de traçar, dentro de uma perspectiva cronológica, o processo de formação do MR-8 e suas ações no meio rural e urbano, também se encontram em pensar o momento da sua queda. Segundo as informações que constam dispostas cronologicamente no *Projeto Orvil*, a queda da organização teria se iniciado no meio urbano carioca. Ainda, em 15 de fevereiro de

1969, Umberto Trigueiros Lima (“Mazini”) foi preso na Guanabara⁵⁴⁶. Segundo indicam nossas fontes, o processo de prisões dos quadros do MR-8 teria se dado pela delação de um dos seus membros, vindo de Brasília, chamado Vanderli Pinheiro dos Santos.

Na obra *João Rocco: o último guerrilheiro* é narrado este momento afirmando-se que

a repressão havia prendido, em Goiás, Vanderlei Pinheiro dos Santos, que mantinha contato com a organização. Ele não só entregou alguns companheiros como resolveu colaborar com a polícia e foi então posto em liberdade. Pouco tempo mais tarde, conseguiu contatos no Rio de Janeiro e forneceu à repressão nomes e locais utilizados pela organização. Com esta ajuda, o trabalho ficou facilitado e o MR-8 no Rio começou a ser mapeado⁵⁴⁷.

Entretanto, recentemente, também podemos ter acesso à informação sobre a delação dos quadros do MR-8 a partir de um documento enviado ao Dr. Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em 24 de agosto de 2012⁵⁴⁸, enriquecido com fontes que no tempo da publicação da obra de Valdir Alves ainda não eram conhecidas. Neste documento, subscrito por antigos membros da organização⁵⁴⁹, é pedida a anulação da anistia concedida a Vanderli Pinheiro dos Santos, com base na reportagem publicada na revista *Época*, edição nº 706, em 28/11/2011, intitulada “Os Infiltrados”. A partir desta matéria, escrita com base na consulta de alguns documentos do Cenimar, os ex-militantes defendem que

A apuração feita pela Revista vem comprovar nossas gravíssimas suspeitas que Vanderli Pinheiro dos Santos já trabalhava como agente do SNI nos primeiros meses de 1969, quando foi supostamente preso no Rio de Janeiro, ocasião em que infiltrado no MR8, levou à prisão diversos militantes da

⁵⁴⁶ *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 366).

⁵⁴⁷ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 88).

⁵⁴⁸ Aos membros do CASC e aos membros da Diretoria e do Conselho de Representantes da ABAP. Email enviado por Umberto Trigueiros Lima à Comissão de Anistia. <http://anistiapolitica.org.br/abap/index.php?option=com_content&view=article&id=1821:aos-membros-do-casc> Acesso em 26/08/2014, às 16:10.

⁵⁴⁹ Subscreveram este documento os antigos membros do MR-8 Luiz Carlos de Sousa Santos, Umberto Trigueiros Lima, Ziléa Reznik, Antonio Rogério Garcia Silveira, Aluizio Ferreira Palmar, Iná Meireles, Martha Mota Lima Alvarez, Rosane Reznik, Maria Cândida de Souza Gouveia, Rui Cardoso Xavier, Zenaide Machado de Oliveira.

organização, todos submetidos à tortura. Foi “solto”, tentou uma nova infiltração no grupo, através de diversas visitas a casas de familiares dos presos. Buscava contato com o dirigente do MR8, Reinaldo Silveira Pimenta, então na clandestinidade, e que em junho de 1969 foi capturado e assassinado em um apartamento na Rua Bolívar, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. Segundo as informações reveladas e também por relatos de militantes, antes disso, Vanderli já tinha atuado como agente infiltrado num grupo de dissidência do PCB em Brasília e após a sua “soltura” no Rio voltou à Capital e infiltrado no mesmo grupo já então ligado a ALN do DF, entregou todos à repressão, levando ao sofrimento e à tortura diversos militantes⁵⁵⁰.

A partir deste documento, é exposta inclusive a versão, defendida pelos membros do MR-8, de que a morte de Reinaldo Silveira Pimenta (“Joaquim⁵⁵¹” ou “Gabriel⁵⁵²”) teria se dado por assassinato, e não por suicídio tal como defendem os agentes da Ditadura em um documento emitido pelo Deops carioca⁵⁵³.

Enquanto ocorriam estas quedas no meio urbano da Guanabara, no Oeste do Paraná as bases guerrilheiras estavam sendo desmobilizadas para que, posteriormente, o MR-8 pudesse dar continuidade aos seus trabalhos, após estabelecer um diálogo com suas bases urbanas. As razões que levaram a desativação das bases e aparelhos na área se devem a algumas razões, para além da já citada crítica interna ao foquismo discutida no tópico anterior. Uma delas, segundo é exposto por Valdir Alves, é que foi feita uma avaliação de que não seria prudente que os treinamentos fossem realizados na mesma área onde, posteriormente, pretendia-se desenvolver o foco guerrilheiro. Deste modo,

foi escolhida uma fazenda de propriedade de Ari Camargo Pires – de 300 hectares – localizada um pouco abaixo da Serra dos Pires em Rio do Sul. Pesou na decisão as proximidades com o Parque Nacional e o imenso corredor

⁵⁵⁰ Aos membros do CASC e aos membros da Diretoria e do Conselho de Representantes da ABAP. Email enviado por Umberto Trigueiros Lima à Comissão de Anistia. <http://anistiapolitica.org.br/abap/index.php?option=com_content&view=article&id=1821:aos-membros-do-casc> Acesso em 26/08/2014, às 16:10.

⁵⁵¹ “Pedido de busca nº 047/SNI/ACT/69”. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁵⁵² “Depoimento de Maria Cândida Souza Gouveia (Kátia)”. Arquivo Público do Paraná. Pt1412.167.

⁵⁵³ “Entrega de utensílios domésticos móveis”. Departamento de Ordem Política e Social. <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/reinaldo-silveira-pimenta-dirigente-do-mr8-de-niteroi/>> Acesso em 27/08/2014, às 13:35.

verde que se forma em direção ao oeste, facilitando os futuros deslocamentos da coluna guerrilheira⁵⁵⁴.

No *Projeto Orvil*, é dito com maior precisão que a zona operacional que teria sido escolhida para a instalação de um novo foco guerrilheiro seria nas proximidades da Serra do Pires, em Santa Catarina, entre as cidades de Mafra, Lages, Curitiba e Rio do Sul⁵⁵⁵.

Além disto, também houve o problema, como já foi citado, da desconfiança por parte dos quadros do MR-8 de que a zona de operações já estaria “queimada”. Anteriormente, foi citado o caso da chacina na Fazenda Mesquita, em que os jagunços, juntamente com as Polícias Civil e Militar, assassinaram diversos posseiros que resistiam à tomada da fazenda que estavam ocupando pelas colonizadoras. Este momento remonta a uma série de mudanças sociais, com aprofundamento de conflitos de luta pela terra que ocorreram no Oeste do Paraná com a chegada das colonizadoras, neste caso mais especificamente a “Pinho e Terra”. Segundo Aluizio Palmar, em sua entrevista ao Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”, embora inicialmente os membros da OPM tenham optado por não atuarem diretamente nestas lutas sociais, tanto pela falta de armas quanto por não considerarem aquele momento adequado, por volta de 1969 teriam acabado por envolver-se⁵⁵⁶, ainda que contrariando a perspectiva foquista que norteava suas ações.

Em entrevista, Aluizio Palmar fala um pouco sobre este processo de envolvimento com os conflitos sociais na região. Ernesto Guevara e Régis Debray alertam, em suas obras, para o perigo da exposição demasiada nos primeiros momentos de constituição do foco guerrilheiro, tanto aos propósitos da organização revolucionária quanto à população camponesa. Embora Palmar, em sua entrevista, reconheça que envolver-se com os atritos existentes entre os posseiros e os fazendeiros não teria sido prudente, ao menos dentro da concepção foquista, ele expõe algumas situações presenciadas que, dado a formação dos quadros do MR-8, impunha limites à esta disciplina guerrilheira. Sobre este momento vivido, Palmar narra que

⁵⁵⁴ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 88).

⁵⁵⁵ *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 366).

⁵⁵⁶ Entrevista com o Aluizio Palmar realizada por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”... *op. cit.*

nós éramos pra ser guerrilheiros profissionais, 24 horas por dia, não era pra movimento de massa, não era pra se envolver em atrito de terra, não era pra se envolver em defesa dos direitos de ninguém...o cara podia levar uma porção de porrada na nossa frente e a gente tinha que cruzar os braços...podia pegar a mulher de um camponês e estuprar na nossa frente e a gente tinha que ficar quieto...Não tinha como, e a gente se envolveu. A gente se envolveu na questão de terra, a gente se envolveu na defesa dos direitos e acabou se queimando. Chamou a atenção dos grileiros, dos jagunços, polícia⁵⁵⁷.

Embora não tenham chegado a ser, efetivamente, guerrilheiros, devido ao fato do estabelecimento do foco guerrilheiro ter avançado muito pouco além do primeiro estágio, a alcunha de “guerrilheiro profissional” dada a si e a seus companheiros serve para diferenciar suas funções no interior do MR-8 daquelas delegadas aos militantes urbanos, que compunham a logística da organização.

Devido a toda esta série de problemas para a segurança da OPM que foram surgindo, os quadros residentes no Oeste do Paraná começaram a desativar suas bases para poder retornar ao meio urbano carioca e, posteriormente, dar continuidade às suas ações. Contudo, neste meio tempo, ocorreu a prisão de Aluizio Palmar em Cascavel/PR. Em sua obra *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, Palmar rememora o ocorrido, dizendo que estavam saindo da casa de um dos contatos de jipe e sua captura se deveu ao fato de Mauro Fernando de Souza ter batido em outro veículo nas proximidades da rodoviária de Cascavel. Após o ocorrido, Mauro Fernando de Souza teria ido procurar um mecânico para fazer o orçamento do conserto do outro veículo, ficando Palmar a espera-lo com o jipe carregado de armas e livros de orientação marxista escondidos no porta-malas. Neste meio tempo, segundo narra Palmar, aconteceu que: “Em poucos minutos Marins Bello, um conhecido jagunço da Companhia Pinho e Terra, aproximou-se de mim acompanhado por alguns policiais e, aos gritos de agitador e comunista, me agarraram e me arrastaram até a delegacia de polícia, de onde ainda consegui fugir, mas fui recapturado⁵⁵⁸”.

Ao retornar do mecânico, Mauro Fernando de Souza presenciou toda a movimentação e, percebendo que o jipe havia sido descoberto, conseguiu fugir, indo para Curitiba e, posteriormente, para o Rio de Janeiro. Falando sobre o ocorrido, Fernando Freitas de Souza, em sua monografia, narra que ao chegar ao Rio de Janeiro e articular-se com os quadros que

⁵⁵⁷ Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

⁵⁵⁸ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 281).

ainda restavam no movimento, foram estabelecidas “duas propostas: tentar recompor o MR-8 ou se integrar a outra organização. Do que sobrou do MR-8, três aparelhos, no de Mauro Fernando de Souza havia uns seis elementos. Num desses aparelhos havia um pessoal com uma forte influência no MR-8⁵⁵⁹”.

De acordo com um “Pedido de busca” emitido pelo SNI⁵⁶⁰ em 30 de julho de 1969, Mauro Fernando de Souza (“Silas”), José Bartolo Calvert (“Paulo”), Ronaldo Fernando Martins (“Luiz”) e Zenaide Machado (“Andrea”), teriam sido os últimos membros do grupo armado a serem presos pela repressão. Possivelmente isto ocorreu devido ao fato dos militantes “Silas”, “Paulo” e “Andrea”, por cultivar discordâncias com o MR-8 “em virtude do mau planejamento das operações⁵⁶¹”, terem ingressado respectivamente, na Colina, VPR e ALN⁵⁶², onde tiveram possibilidades de gozar de maior proteção. Contudo, estes posteriormente foram presos, inclusive tendo “Paulo” sido encontrado em Rivera, no Uruguai, a caminho do exílio em Montevideu, e conduzido para o DOPS/RS⁵⁶³ para dar seu depoimento e, posteriormente, para o Rio de Janeiro onde encontravam-se os demais presos da OPM recém desbaratada. “Luiz”, segundo consta no *Projeto Orvil*, jamais chegou a ser capturado⁵⁶⁴.

Enquanto Mauro Fernando de Souza conseguia escapar e ir para o Rio de Janeiro reunir-se com os militantes que restavam, Aluizio Palmar, sendo preso, fora levado para a Delegacia de Polícia em Cascavel, sofrendo torturas. Posteriormente, ele teria sido levado ao Batalhão de Fronteiras em Foz do Iguaçu e de lá para o quartel da Polícia do Exército e para o DOPS, ambos em Curitiba, passando novamente por sevícias⁵⁶⁵. Após isto voltou para Foz do Iguaçu, onde respondeu a um “Inquérito Policial Militar, instaurado pelo general-de-divisão José Carlos de Aragão, comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria. Por ter

⁵⁵⁹ SOUZA, Fernando Freitas de. *op. cit.*

⁵⁶⁰ “Pedido de busca nº 047/SNI/ACT/69”. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

⁵⁶¹ “Depoimento de Joseph Bartolo Calvert”. Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/a-prisao-de-bartolo-calvert-a-caminho-do-exilio/>> Acesso em 05/03/2015, às 04:08.

⁵⁶² *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 366-367).

⁵⁶³ “Depoimento de Joseph Bartolo Calvert”. Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/a-prisao-de-bartolo-calvert-a-caminho-do-exilio/>> Acesso em 05/03/2015, às 04:08.

⁵⁶⁴ *Idem*, p. 367.

⁵⁶⁵ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 281-282).

tido a sorte de cair sozinho e de meus interrogadores não conhecerem minha história, acabei sendo o único indiciado neste inquérito⁵⁶⁶”.

As idas e vindas de Aluizio Palmar de Foz do Iguaçu à Curitiba cessaram quando, com a gradativa queda dos membros do MR-8 na Guanabara, as ações dele foram associadas às da organização. Em 28 de maio de 1969, Palmar foi levado de Curitiba ao presídio da Ilha das Flores no Rio de Janeiro por agentes do Cenimar. Neste momento foi iniciado um processo de deslocamentos de Curitiba para o Rio de Janeiro que só acabou quando chegou “a hora das audiências no Tribunal Militar da Marinha⁵⁶⁷”. Vale ressaltar que o julgamento de todos os quadros do MR-8 capturados pelos agentes da repressão foi realizado pelo Cenimar, o que proporcionou grande prestígio a tal órgão de investigação devido à ampla divulgação da queda da organização nos jornais e revistas.

Após a prisão de Aluizio Palmar, ainda em abril de 1969, mais especificamente no dia 28, foram presos na cidade de Laranjeiras do Sul/PR os quadros Antonio Rogério Garcia Silveira (“Wladimir”), Ivens Marchetti de Monte Lima (“Vicente”), Sebastião Medeiros Filho (“Saulo”) e Marcos Antonio Farias de Medeiros (“David”). Segundo depoimento dado pelo motorista de taxi Milidino Becchi que estava incumbido de leva-los à Medianeira, ele teria suspeitado dos quatro elementos devido ao fato de ter reparado que um deles tinha grande quantidade de munição guardada em seu bolso. Depois ainda, quando parou para almoçar com eles, notou que em suas bagagens havia armas, desconfiando também pelo fato deles falarem em gíria e terem dito que queriam que a corrida para Medianeira ocorresse sem outros passageiros. A partir de tais suspeitas, o motorista resolveu comunicar o ocorrido à polícia⁵⁶⁸, que os prendeu e conduziu à Curitiba, posteriormente mandando-os para o Rio de Janeiro, onde estariam os demais membros do MR-8. Existem desconfianças que podem ser suscitadas neste relato quanto à veracidade das informações contidas no documento que registra o depoimento do taxista, tendo em vista que, sendo esta corrida solicitada para quatro pessoas, não haveria espaço para entrar mais pessoas no carro.

⁵⁶⁶ Idem, p. 282.

⁵⁶⁷ Idem, p. 282.

⁵⁶⁸ “Cópia das declarações do motorista Milidino Becchi”. Departamento de Polícia Federal. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina. <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/alguns-documentos-reveladores-sobre-o-mr8-velho/>> Acesso em 05/03/2015, às 05:18.

Existem controvérsias sobre a real razão que os teria levado a fazer esta viagem passando por Laranjeiras do Sul objetivando chegar, ao menos até onde sabemos, à Medianeira. Na obra *João Rocco: o último guerrilheiro*, Valdir Alves, a partir das fontes que teve acesso, narra que este teria sido parte de um plano para resgatar Aluizio Palmar do cárcere⁵⁶⁹. Já Lauro Consentino Filho, em sua obra, defende a hipótese desta viagem mal-sucedida ter possuído como finalidade o ocultamento das diversas provas da atuação do MR-8 na região Oeste do Paraná, sumindo com as armas e livros que se encontravam no consultório dentário⁵⁷⁰.

Segundo informações presentes no *Projeto Orvil*, a partir de maio de 1969 ocorreram uma série de quedas tanto nos aparelhos situados meio urbano carioca quanto em Curitiba⁵⁷¹. Embora não tenhamos acesso a mais fontes que evidenciem o processo de queda destes aparelhos no Rio de Janeiro, dispomos de informações preciosas sobre as prisões dos quadros do MR-8 na capital paranaense, iniciadas no mês de julho do mesmo ano. Segundo consta em documento emitido pelo DOPS/PR⁵⁷² foram apreendidos, em Curitiba, cinco militantes, sendo estes, em ordem: Nielse Fernandes (“Ivan”), João Manoel Fernandes (“César”), Maria Cândida Souza Gouveia (“Kátia”), Iná de Souza Medeiros (“Lúcia”) e Milton Gaia Leite (“Fiat”). Ainda, em um documento emitido pelo CIE, consta a prisão de Maria da Glória Oliveira Leite⁵⁷³. Como não foi possível encontra-la entre os quadros da organização que foram fichados pelo Cenimar⁵⁷⁴, fica a dúvida se ela realmente era militante ou se apenas oferecia apoio.

Nielse Fernandes, ao ser preso em uma banca de revistas no centro da cidade, tentou reagir à prisão, estando armado, mas acabou sendo rendido. Sendo levado ao interrogatório, acabou por dizer que vivia no mesmo aparelho que João Manoel Fernandes e Maria Cândida de Souza Gouveia, relatando ainda que ambos eram membros do MR-8 e estavam armados.

⁵⁶⁹ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 89-90).

⁵⁷⁰ FILHO, Lauro Consentino. *op. cit.* (p. 57-58).

⁵⁷¹ *Projeto Orvil. op. cit.* (p. 366).

⁵⁷² “Informações circunstanciadas referentes às detenções dos seguintes integrantes, no Paraná, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro)”. DOPS/PR. Arquivo Público do Paraná. PT. 1412.167.

⁵⁷³ Relatório sobre as prisões ocorridas em Curitiba. Centro de Informações do Exército <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/arrombamento-prisoas-e-tiros-em-curitiba/>> Acesso em 09/03/2015, às 16:39.

⁵⁷⁴ “Fichados pelo Centro de Informações da Marinha – Cenimar, no processo do MR8/DIRJ” <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/fichados-pelo-centro-de-informacoes-da-marinha-cenimar-no-processo-do-mr8dirj/>> Acesso em 09/03/2015, às 16:35.

Em decorrência disto, no mesmo dia estes foram presos, sendo a prisão de João Manoel Fernandes documentada em duas versões, uma desenvolvida pela repressão e outra desenvolvida na obra de Valdir Alves.

Na obra *João Rocco: o último guerrilheiro*, Valdir Alves narra que a prisão de João Manoel Fernandes teria se dado no momento em que ele foi encontrar-se com Nielse Fernandes (não sabendo que o mesmo havia sido pego) em um ponto. Enquanto ele o esperava, teria sido abordado por dois policiais, resistindo, contudo, à abordagem e escapando pelas ruas do centro da cidade, sendo perseguido sob os gritos de “pega ladrão”⁵⁷⁵. Enquanto fugia, lembrou-se que sua companheira, já namorada neste momento, Maria Cândida de Souza Gouveia, estava ainda no “aparelho” e poderia ser pega pela repressão, então o mesmo correu em direção ao prédio e, vendo na entrada um bloqueio policial formado, disparou um tiro para dispersá-los e subiu ao quarto correndo pelas escadas.

Quando chegou, tentou avisar Maria Cândida Gouveia sobre o perigo, mas como ela estava no banho não conseguiu escuta-lo. Ao retornar à porta para tentar bloqueá-la com a escrivãzinha deu de cara com os agentes do DOPS e do Cenimar, havendo então uma troca de tiros entre João Manoel Fernandes e seus perseguidores à serviço da Ditadura. Neste confronto, uma bala atravessou a garganta do militante, deixando-o com o apelido de “João Rocco” devido ao rompimento de uma de suas cordas vocais⁵⁷⁶. Após isto, ele foi levado para o hospital para a realização de uma cirurgia, ficando em recuperação⁵⁷⁷ e sendo posteriormente encaminhado para a prisão, inicialmente no quartel do exército em Curitiba⁵⁷⁸, sendo depois transferido para a Ilha das Flores, no Rio de Janeiro⁵⁷⁹.

Já na versão narrada pelos agentes do DOPS/PR, não é narrada qualquer perseguição nas ruas de Curitiba, mas sim que, ao adentrarem no “aparelho”, João Manoel Fernandes datilografava um documento e, ao perceber a presença dos policiais, tentou reagir disparando

⁵⁷⁵ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 27).

⁵⁷⁶ Idem, p. 31-32.

⁵⁷⁷ Idem, p. 34-35

⁵⁷⁸ Idem, p. 38.

⁵⁷⁹ Idem, p. 57.

a arma. Na troca de tiros, o mesmo acabou sendo ferido na garganta. Maria Cândida de Souza Gouveia, tendo sido pega ao sair do banho, foi presa sem poder reagir⁵⁸⁰.

Independente das reais circunstâncias em que ocorreu a prisão de João Manoel Fernandes, podemos notar no documento emitido pelo DOPS paranaense uma preocupação em justificar o tiro disparado contra a garganta do militante. Possivelmente, esta justificativa foi feita tendo em vista que, quanto mais discrição houvesse em uma operação como esta, melhor seria, e também que haver troca de tiros em uma operação como esta poderia denotar incompetência. Com o tiro dado em João Manoel Fernandes, ocorreu toda uma série de transtornos, desde ter que transporta-lo ao hospital, ter que ficar na sala de cirurgia de escolta enquanto ele era operado⁵⁸¹ e ainda depois na sala de recuperação⁵⁸². Neste meio tempo, houve diversos atritos entre os agentes da Ditadura e os médicos, que reclamaram da arbitrariedade. Por fim, cederam às exigências dos policiais e militares sob pena do paciente ser retirado sem a execução do procedimento cirúrgico⁵⁸³.

Como forma de justificar um ato que gerou diversos inconvenientes, os agentes do DOPS que redigiram o relatório sobre as prisões em Curitiba afirmaram que, quando foram designados para invadir o aparelho do MR-8, já sabiam que iriam encontrar João Manoel Fernandes armado, tendo consciência prévia de que “o elemento era violento”. Ainda, afirmaram que, após ser preso, o mesmo afirmou que “se não tivesse sido detido em surpresa, teria matado a diversos elementos policiais⁵⁸⁴”. Meses mais tarde, após a prisão de todos os quadros da organização no presídio da Ilha das Flores, seriam também emitidos documentos negando as denúncias de tortura a presos políticos que, vazando das prisões, chegaram ao exterior.

Estas justificativas, evidenciadas a partir de documentos emitidos pelos órgãos repressivos, assim como a explicação pela morte de Reinaldo Silveira Pimenta na Guanabara em alegado “suicídio”, revelam o caráter ilegal e criminoso que norteiam as ações da repressão em uma Ditadura de Segurança Nacional. Ainda que houvesse a hipertrofia do

⁵⁸⁰ “Informações circunstanciadas referentes às detenções dos seguintes integrantes, no Paraná, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro)”. DOPS/PR. Arquivo Público do Paraná. PT. 1412.167.

⁵⁸¹ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 34).

⁵⁸² *Idem*, p. 37.

⁵⁸³ *Idem*, p. 34.

⁵⁸⁴ “Informações circunstanciadas referentes às detenções dos seguintes integrantes, no Paraná, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro)”. DOPS/PR. Arquivo Público do Paraná. PT. 1412.167.

Poder Executivo, com o estabelecimento de decretos e Atos Institucionais que respaldavam as ações contra “inimigos internos”, se fazia necessário o ocultamento de determinadas ações que, embora fossem acumpliciadas pelo executivo e judiciário, eram criminosas. Desde o forjamento de conflitos armados com quadros de organizações armadas até mesmo a negação descarada de assassinatos e torturas faziam parte da rotina daqueles que, ilegalmente, porém obedecendo a ordens de seus superiores, executavam ações de apreensão, agressão e, por vezes, assassinato a resistentes e revolucionários.

Após as prisões citadas, foram presos ainda em Curitiba Iná de Souza Medeiros e Milton Gaia Leite, fechando o ciclo de prisões no Paraná. Pouco tempo depois, já no mês de agosto, diversos jornais e revistas noticiariam com orgulho a captura dos militantes do MR-8. Difundindo uma concepção de vitória nesta empreitada enquanto um trunfo da Ditadura (principalmente do Cenimar, que ficara responsável pelo processo da OPM), os diversos meios de comunicação ora expunham informações que denotavam fraqueza e desorganização, ora exacerbavam no poder fogo e articulação do grupo. Esta apologia explícita à ação dos órgãos repressivos, que tomava a forma de uma euforia idealista, enfocava heroicamente uma luta da “ordem” e da “segurança nacional” contra o “terror” e a “subversão”, com a vitória dos primeiros sobre estes. O termo “terrorismo” fora usado em larga escala para designar um movimento revolucionário que, em sua curta existência, jamais fizeram uso de qualquer ação que pudesse ser considerada “terrorista”, sendo este termo usado mais enquanto uma expressão de acusação do que de explicação de uma realidade concreta. Isto fica ainda mais latente levando em consideração que, com exceção da ALN⁵⁸⁵, várias organizações inspiradas na Revolução Cubana possuem sérias restrições às práticas terroristas, condenadas desde os escritos de Lenin até os de Guevara e Debray.

Podemos constatar um pouco deste papel na mídia deste momento na leitura, por exemplo, da edição da revista *Veja* de 13/08/1969, quando o tema “Terrorismo” virou matéria de capa juntamente com a pergunta “Terroristas: quem são? Onde estão? O que querem?”⁵⁸⁶. Nesta edição, além de abordarem a queda do MR-8, os jornalistas narram a existência de outros grupos armados que lutavam contra a Ditadura, principalmente no eixo Rio-São Paulo,

⁵⁸⁵ A partir do “Manual do guerrilheiro urbano”, escrito por Carlos Marighella em 1969, o termo “terrorismo” toma uma dimensão positiva na luta contra a Ditadura, a partir da avaliação de que o terror poderia ser favorável aos propósitos revolucionários.

⁵⁸⁶ Revista *Veja*, 13/08/1969. <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 01:23.

expondo suas ações e objetivos. No editorial, após citar a frase do General Sizen Sarmento que dizia “é preciso que o povo sinta a alta periculosidade dos elementos que estão tentando quebrar a ordem do país⁵⁸⁷”, justifica o enfoque ao “terrorismo” dizendo que não é comum que a *Veja* se ocupe com temas voltados à violência, mas que naquele caso era importante pois aquela forma específica de criminalidade seria “sintoma de uma situação maior, índice de um problema amplo e grave, expressão de um problema sociológico de proporções consideráveis⁵⁸⁸”.

Ainda, os editores da *Veja*, como forma de chamar a atenção para a onda “terrorista” que assolava o país, afirmaram que “assaltos, bombas, incêndios, mortes à bala, fatos corriqueiros nos nossos dias, tem uma indisfarçável intenção política e compõem o quadro sombrio do terrorismo⁵⁸⁹”. Misturando situações criminais que ocorriam todos os dias em diversos cantos do país com ações desenvolvidas por organizações armadas revolucionárias, tornava-se possível exacerbar a grandeza da ameaça, e com isso também justificar a dureza da coerção já naquele momento respaldado pelo AI-5. A rigidez das represálias contra este “inimigo” ficariam ainda mais explícitas em outra frase do General Sizen Sarmento na principal matéria desta edição, intitulada “As seis perguntas do terror”, em que o mesmo dizia que “contra a violência do terror, a reação também será violenta⁵⁹⁰”. Nas páginas seguintes desta reportagem, é elencada toda uma série de atos de violência, entre roubos, incêndios, explosões de bombas e assassinatos a policiais, estando os órgãos de segurança pública a qualificar a maioria destas ocorrências enquanto políticas, desenvolvidas por “subversivos”. Contudo, no decorrer da matéria é afirmado que não se tem qualquer prova de quem realmente teria realizado várias destas ações.

A matéria citada no parágrafo anterior, como forma de conceituar o “terrorismo”, é iniciada com uma pequena alusão às ações do terrorista russo Pyotr Tkatchev, narrando que

Pyotr Tkatchev, que morreu num asilo de loucos, foi um dos mais obscuros e talvez o mais conseqüente dos terroristas. Por volta de 1870, propôs que

⁵⁸⁷ “Carta ao leitor”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 15) <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 01:23.

⁵⁸⁸ Idem.

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ “As seis perguntas do terror”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 16) <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 01:23.

fossem assassinados todos os russos e russas com mais de 25 anos de idade, “porque os adultos são incapazes de compreender os ideais da revolução”. Pyotr concordava com seus companheiros anarquistas quanto à necessidade de assassinar o czar, mesmo que o czar tivesse menos de 25 anos. Porém, ia mais longe. Achava que cada czar assassinado seria sucedido no trono por um outro ainda mais brutal e autocrata. Também o novo czar teria de ser assassinado e assim por diante: gerações de terroristas deviam estar sempre prontas para ir matando todos os czares, isso durante todos os séculos, até a eternidade. Para Pyotr, o terror não era um meio de obter um fim político. Era um fim em si.⁵⁹¹

Logo em seguida, o jornalista passa a abordar as ações de algumas organizações armadas revolucionárias no Brasil, traçando umnexo entre elas e o caso de Pyotr Tkatchev ao indagar se seriam “os terroristas brasileiros discípulos de Pyotr”. A resposta seria que, diferentemente do terrorista russo, cujas ações seriam, ao menos segundo a avaliação do jornalista, desprovidas de um “telos”, a maioria dos “terroristas” brasileiros desenvolveriam todo um trabalho que teria, como objetivo final, a “destruição do ‘sistema capitalista’ e a instauração do socialismo no país”. Quando o jornalista enfoca que “a maioria dos terroristas brasileiros” teria tal propósito, ele o cita “excluindo os poucos que não são de esquerda⁵⁹²”, reduzindo assim a amplitude da esquerda a ideologias de caráter revolucionário e anticapitalista, como é o caso do comunismo. Em certo momento, chega inclusive a falar na existência de “terroristas de direita⁵⁹³” entre estes, sem especificar ou contextualizar suas atuações e seus objetivos ideológicos, deixando o termo vago.

Abordando o modo como os quadros das diferentes organizações se estruturavam, o escritor da matéria defende, a partir das análises do General Meira Matos, que a grande participação de estudantes, profissionais liberais e militares nestes grupos revelaria o fracasso da guerrilha rural na América Latina, supostamente ocorrido após a morte de Che Guevara na Bolívia⁵⁹⁴. Esta avaliação ignorava que o grupo recém-desbaratado tratado pela reportagem se utilizava de frentes urbanas de expropriação e recrutamento justamente para dar suporte a uma guerrilha rural, além de outras que também investiram em guerrilhas rurais conciliando-as

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² Idem.

⁵⁹³ “As seis perguntas do terror”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 17) <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 21:35.

⁵⁹⁴ Idem.

com grupos armados urbanos, tal como seria exposto mais à frente ao tratar do então extinto MR-8 e dos grupos ainda ativos como o Grupo Marighella, VPR e MR-26⁵⁹⁵.

Como forma de ilustrar o modo como tais grupos estavam a se articular, esta matéria ainda traz a transcrição do diário de Aluízio Palmar no Parque Nacional do Iguaçu, contrastando de forma brusca a suposta “ameaça terrorista”. Juntamente com a exposição das anotações de Palmar, é realizada uma construção da figura dos militantes do MR-8 que receberam treinamento guerrilheiro enquanto ingênuos e românticos, que andavam “à moda Guevara, pelos matos das margens do rio Cascavel, no Paraná⁵⁹⁶”. Esta desqualificação dos mesmos, que atualmente toma inclusive proporções bem maiores até mesmo enquanto tendência na historiografia sobre a Luta Armada no Brasil, acaba por obscurecer os reais propósitos e a real importância desta e de várias outras organizações armadas que atuaram contra a Ditadura, fossem revolucionárias ou resistentes.

Ainda, na intenção de melhor embasar a matéria (e seu posicionamento sobre as organizações tratadas), o escritor da mesma realiza, mais adiante, uma pequena explanação das concepções desenvolvidas por Guevara e Lenin sobre o terrorismo. É percebido que tanto Lenin quanto Guevara possuíam uma visão negativa sobre o ato do terrorismo, a não ser em ocasiões muito específicas, já em momentos avançados da guerra revolucionária como já foi visto no capítulo anterior, tanto com objetivos de intimidação ou vingança contra inimigos do povo quanto sabotagem que favorecesse o Exército Popular. Mesmo ponderando a visão negativa sobre o terrorismo nas obras de Lenin e Guevara, o autor continua a corroborar a ideia de que as organizações possuíam uma dimensão terrorista. Para tanto, ele se utiliza do argumento de que mesmo que alguns grupos armados apenas assaltassem bancos para a sustentação de focos guerrilheiros na zona rural, a frequência destes atos, junto à morte de alguns funcionários levaria o terror aos que trabalhavam nestas agências⁵⁹⁷.

Uma vez que na matéria é estabelecido o consenso da existência de uma situação de atuação de “terroristas” no país, passam a ser apontadas ações que possam paralisar os mesmos. Dentre estas possibilidades, fala-se da importância da abertura de canais de

⁵⁹⁵ “As seis perguntas do terror”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 18) <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 21:41.

⁵⁹⁶ “As seis perguntas do terror”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 17) <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 21:35.

⁵⁹⁷ “As seis perguntas do terror”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 19) <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 23:27.

mobilização da sociedade, tal como o movimento estudantil, manifestações e passeatas, que poderiam desestimular a violência revolucionária. Contudo, logo em seguida esta ideia é excluída, sendo alegado que “a sociedade ficaria então com os seus problemas inevitáveis, com os terroristas permanentes, gente talvez do tipo de Pyotr Tkatchev”. Através do arquétipo de um terrorista russo insano e sanguinário, tal como é construída a imagem de Tkatchev, difunde-se uma situação de medo e calamidade que corrobora o ímpeto repressivo da Ditadura⁵⁹⁸.

A partir da necessidade de exacerbação da ameaça “terrorista” e do enfoque dos mesmos enquanto inimigos da “ordem”, é dado espaço, mais uma vez, a argumentos que auxiliem na construção de um “inimigo”. Isto pode ser percebido através da descontextualização das organizações armadas feita pelo Prof. Eurípedes S. de Paula, ao dizer que “O terror sempre existiu em todas as épocas. São os inconformados, que querem mudar tudo violentamente, querem queimar as etapas”. Também, mais uma vez é citada a fala do General Syzeno Sarmiento, que corrobora diretamente com a construção do “inimigo interno” feita pelo autor da matéria, quando afirma que “é preciso que o povo sinta a alta periculosidade dos elementos que estão tentando quebrar a ordem do país, e nos ajude dando informações e evitando que estes elementos se ocultem de nós⁵⁹⁹”. A partir deste discurso, estruturava-se a necessidade de defender a “ordem” combatendo o “perigo” imposto por jovens que, querendo “queimar etapas”, contrapunha-se agressivamente a uma Ditadura que impediu que as mesmas fossem percorridas pacificamente durante o governo Jango.

Também podemos citar quanto ao processo de queda do MR-8 uma matéria que saiu no jornal *O Estado de São Paulo* no dia 27/07/1969⁶⁰⁰, que dissertava sobre as células da organização que haviam sido desbaratadas, bem como sobre a busca a Mauro Fernando de Souza, Joseph Bartolo Calvert, Zenaide Machado e Ronaldo Pinheiro, que já citamos anteriormente. Nesta matéria há a alusão a um suposto perigo que representariam caso não tivessem sendo desbaratados, diferentemente da reportagem anterior que, em alguns

⁵⁹⁸ “As seis perguntas do terror”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 21) <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 23:27.

⁵⁹⁹ Idem.

⁶⁰⁰ “Desbaratada célula de subversivos; 4 foragidos”. *O Estado de São Paulo*, 27/07/1969. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/01/10.jpg>> Acesso em 13/03/2015, às 04:56.

momentos, os define enquanto “ingênuos” e “românticos”. Aqui, há a alusão principalmente aos seus planos, a curto e médio prazo, e o arsenal que haviam conseguido montar.

Dentre as ações do grupo armado, é narrada a tentativa de libertação dos quadros que estavam presos na Ilha das Flores, através do auxílio de Hélio Medeiros Gomes, mergulhador profissional que portava grande carga de dinamite, tendo acesso também a uma planta detalhada da ilha que, segundo consta, teria deixado “as autoridades admiradas”. Ao falar da importância do “Bom burguês” para o MR-8, é narrada a forma como o mesmo estava a financiar o grupo. Como haveria um assalto planejado aos “Bancos Nacional e Brasileiro (Rio), e Banco do Brasil Florianópolis, Ribeirão Preto e Bauru”, o mesmo prometera todo um suporte logístico proveniente de seus desfalques. Dentre aquilo que estaria incluído nesta logística, estariam “lancha, caminhão e até avião”, além de armas e munições⁶⁰¹. Ainda, falando sobre o “Bom burguês”, o autor narra, exacerbando sua engenhosidade enquanto golpista, que

Jorge Medeiros começou a trabalhar na série de desfalques em agosto do ano passado e só agora foi descoberto. O mecanismo que utilizou para desviar o dinheiro foi considerado tecnicamente perfeito por um especialista do Banco do Brasil, que até agora está admirado com a esperteza do “bom burguês”. Dos 8 milhões novos a Polícia só conseguiu recuperar NCR\$ 425.000,00, já devolvidos ao Banco do Brasil [...] Do restante do dinheiro Jorge Medeiros Vale fez o seguinte: Deu 100 mil dólares à mulher e aos filhos e os mandou para a Europa. Depositou 600 mil dólares em um banco na Suíça. Doou NCR\$ 900 mil a dois grupos subversivos, um deles o MR-8. Comprou também 3 carros e um iate⁶⁰².

Em outra matéria da época, intitulada “MR8: as armas da subversão”, são narrados mais alguns episódios envolvendo a destruição da organização armada. Nesta reportagem, há a mistura de sensacionalismo, através de fotos onde consta uma grande quantidade de armas e munições apreendidas e narrativas sobre planos mirabolantes, com, mais uma vez, uma construção da imagem dos militantes que pende entre a debilidade, a ingenuidade e o oportunismo. Segundo é relatado nesta matéria já na introdução, Jorge Medeiros Vale teria sido preso devido à investigação dos agentes do Cenimar sobre uma das militantes do MR-8

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² Idem.

que habitavam o subúrbio da Guanabara. Com a captura da mesma, foi encontrado com ela o procurado cheque de NCR\$ 600.000,00 que ataria as pontas dos enigmas que envolviam a atuação da organização⁶⁰³.

Falando sobre os quadros do MR-8 já presos na Ilha das Flores, dá-se uma impressão de heterogeneidade ao citar que o grupo seria composto por “estudantes, arquitetos, jornalistas”, e que teria ficado desordenado após a morte de Reinaldo Silveira Pimenta, dirigente da organização no Rio de Janeiro. A reportagem enfoca, mais uma vez, a versão dos órgãos de repressão de que este teria se suicidado para “livrar-se dos interrogatórios”. Dando continuidade, o autor diferencia também os militantes em seus perfis individuais e morais, alegando que entre eles haviam alguns “realmente violentos e perigosos, outros românticos e idealistas, ao lado de aproveitadores e desonestos⁶⁰⁴”. Ao falar sobre as mulheres, é dito que a idade delas estava entre os 22 anos e que: “umas dizem que não sabem porque entraram no MR-8. Outras talvez saibam até demais⁶⁰⁵”.

Por fim, se faz importante ressaltar a parte em que o autor relata que o MR-8 já possuía uma extensa rede de vínculos com vários grupos, tanto no Brasil quanto no exterior. Externamente, são citados os contatos com o “Paraguai (Assunção), Bolívia (Cochabamba), Itália (Milão), França (Paris), Oriente Médio (Síria) e norte da África (Argel)⁶⁰⁶”. Tais contatos se faziam importantes principalmente para a aquisição de armas que, segundo as investigações, eram compradas “sobretudo na França e na Itália, com trânsito por Argel e ingresso pela fronteira das Guianas e pelo Porto de Paranaguá⁶⁰⁷”. Tendo toda uma rede de contatos e armas, é defendido que como “o inimigo” estaria “acuado”, era preciso ter cautela

⁶⁰³ “MR-8: as armas da subversão” Jornal e data não especificados. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/01/03.jpg>> Acesso em 13/03/2015, às 05:15.

⁶⁰⁴ “MR-8: as armas da subversão”. Jornal e data não especificados. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/01/04.jpg>> Acesso em 13/03/2015, às 05:45.

⁶⁰⁵ “MR-8: as armas da subversão”. Jornal e data não especificados. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/01/06.jpg>> Acesso em 13/03/2015, às 05:45.

⁶⁰⁶ “MR-8: as armas da subversão”. Jornal e data não especificados. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/01/04.jpg>> Acesso em 13/03/2015, às 05:45.

⁶⁰⁷ “MR-8: as armas da subversão” Jornal e data não especificados. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/01/05.jpg>> Acesso em 13/03/2015, às 06:18.

com o mesmo pois, neste estado, ele seria capaz de cometer ações agressivas como forma de intimidar a Ditadura⁶⁰⁸.

Sobre todos os posicionamentos expostos, é necessário deixar claro que o enfoque a um suposto arrependimento em relação à vida de militância clandestina, o idealismo ingênuo em relação à mesma, e até mesmo a criação de uma imagem inescrupulosa e fria de seus membros eram plenamente funcionais para os propósitos da Ditadura. Os agentes diretamente envolvidos nos órgãos de repressão, via mídia, consolidavam uma construção sobre os diferentes grupos de Luta Armada no Brasil, numa intenção tanto de exacerbar esta ameaça, quanto de dizer que era possível controlá-la, contato que houvesse liberdade de ação sobre a mesma.

De toda esta mistura de sentimentos que iam desde o orgulho e euforia até a disseminação do medo gerado por um “terrorismo” construído, ao menos o orgulho e a euforia haveriam de ser temporariamente quebrados devido a uma “bomba” que estava a ser estourada pelo segundo MR-8, que disseminara, em contraposição ao primeiro MR-8, um verdadeiro terror⁶⁰⁹. Em 4 de setembro de 1969, Charles Elbrick, então embaixador dos Estados Unidos, fora sequestrado por uma ação conjunta da DI-GB com a ALN em uma das ações mais bem sucedidas (e possivelmente a mais notória) dentre as que foram realizadas pelos diversos grupos armados revolucionários brasileiros. Neste momento, marcado por um misto de ironia e vingança, a DI-GB assume o nome do extinto MR-8 como forma de desmoralizar o Cenimar⁶¹⁰, que então se gabava de ter desbaratado todo um grupo de “terroristas”. Além da desmoralização, esta ação, de acordo com a entrevista cedida por Luiz Carlos Souza Santos (“Bento”), teria a intenção de embaralhar a repressão, deixando-os em dúvida se o MR-8 havia sido realmente destruído ou não.

No documento enviado às autoridades competentes, escrito por Fernando Gabeira, dentre outras exigências, era exigida a libertação de quinze presos políticos em um prazo de 48 horas, e a deportação dos mesmos em 24 horas em um avião para a Argélia, Chile ou México, que eram países que, naquele momento, poderiam conceder-lhes asilo político. Caso o

⁶⁰⁸ Idem.

⁶⁰⁹ Deve-se, neste caso, compreender o terrorismo à partir da percepção guevarista, levando em consideração as possibilidades de tais ações serem convertidas em ganhos para a luta revolucionária.

⁶¹⁰ *Projeto Orvil op. cit.* (p. 369).

que fora estipulado não fosse cumprido, havia a ameaça de “justiçamento⁶¹¹” do embaixador Charles Elbrick⁶¹², então feito refém em um dos aparelhos pertencente às duas organizações, o que poderia repercutir de forma tremendamente negativa tanto na opinião pública internacional quanto nas relações entre Brasil e EUA. Dentre os presos políticos libertos, é solto Ivens Marchetti de Monte Lima⁶¹³, membro do primeiro MR-8, enquanto os demais permanecem, entre a tortura e a resistência, na Ilha das Flores.

3.5: O MR-8 NA ILHA DAS FLORES: TORTURA, RESISTÊNCIA E LIBERDADE

Resguardamos, enfim, este último tópico para tratar do desfecho da história de uma das primeiras organizações armadas revolucionárias de nosso país que, apesar da curta trajetória, vivenciou diversas expectativas, tensões, embates, possibilidades e limites que viriam a estar presentes em diversos grupos armados posteriormente. Não nos deteremos a expor, com riqueza de detalhes, as torturas que os membros do MR-8 sofreram na prisão, mas sim a resistência dos mesmos diante das torturas e más condições impostas no cárcere até o momento em que foram soltos, seja através do exílio ou para continuar tocando suas vidas no Brasil.

A importância de pensar esta resistência se dá devido ao fato de que foi a partir destas articulações que alguns dos militantes conseguiram a liberdade através do exílio e outros conseguiram melhores tratamentos no período em que estiveram encarcerados. E mais do que isto, a partir destes atos foi possível que a mídia internacional tomasse ciência das condições em que se encontravam os presos políticos no Brasil, bem como as sistemáticas torturas e ameaças que sofriam, jogando assim a opinião pública internacional contra a Ditadura. Não só esta denúncia, mas também várias outras que ocorreram durante a Ditadura foram de vital importância para a progressiva abertura política pela qual o Brasil veio a passar.

A historiadora Maria Fernanda Magalhães Scelza, em sua dissertação de mestrado, aborda, a partir de entrevistas feitas com antigos presos políticos, a construção de uma

⁶¹¹ Termo usado, dentre as organizações armadas revolucionárias, para um assassinato cometido com uma finalidade política, geralmente visando a intimidação.

⁶¹² *Projeto Orvil op. cit.* (p. 373).

⁶¹³ *Idem*, p. 376.

identidade coletiva que teria constituído aquilo que eles mesmos chamam, nas entrevistas, de “Partido da Ilha das Flores” (PIF). Embora a convivência entre os presos políticos tenha sido bastante turbulenta, principalmente com os presos comuns, como retrata a obra de Valdir Alves, o reconhecimento da condição de preso político, em algumas situações, criou uma afinidade bastante peculiar entre diversos daqueles ativistas, fossem revolucionários ou resistentes. Sobre esta abordagem, Scelza, em um artigo onde aborda parte da discussão de uma dissertação, defende que

Compreendo que a partir do convívio dos prisioneiros políticos no cárcere, o fomento da solidariedade levou a construção do próprio sentimento de coletividade. A luta pela sobrevivência a cada dia e o pavor pela possibilidade de regressar à tortura, fez com que os entrevistados procurassem uma união que gerasse força para suportar a dor e a solidão, além de servir como proteção e garantia de sobrevivência. Sem dúvida, a troca e o apoio entre os prisioneiros fizeram com que a situação se tornasse sustentável. A preocupação, a solidariedade, o ânimo injetado uns nos outros foram triviais para conseguir transcender o momento do desespero e da solidão⁶¹⁴.

Prosseguindo, Maria Fernandes Magalhães Scelza ainda defende que

Dentro desta realidade, os presos políticos acabaram por formar um grupo bastante coeso, um coletivo tendo como principal característica o apoio prestado reciprocamente. Por conta disso, construíram uma identidade conjunta, onde seus temores e anseios se misturam à fecunda amizade que passa a existir. Trata-se, também, da extensão e continuidade da luta de resistência praticada fora da prisão⁶¹⁵.

Não nos deteremos, contudo, a pensar os desdobramentos do que é chamado pela historiadora de “Partido da Ilha das Flores” após o exílio ou a liberdade, mas sim da importância desta coesão na resistência contra as arbitrariedades sofridas no cárcere da Ditadura. Pensaremos tanto em ações conjuntas quanto naquelas desenvolvidas apenas pelo

⁶¹⁴ SCCELZA, Maria Fernanda Magalhães. Partido da Ilha das Flores: memória e identidade de ex-prisioneiros políticos. Artigo publicado nos anais do XII Encontro Regional de História da Anpuh. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ): Rio de Janeiro, 2006 (p. 5).

⁶¹⁵ Idem, p. 5.

MR-8. Embora estivessem presos, a abertura das celas que ocorria esporadicamente dava possibilidades dos mesmos se reunirem, discutirem política e fazerem algumas avaliações de erros e acertos cometidos, bem como planejar ações de resistência. A partir do coletivo constituído pelos diversos presos tinha como função, neste momento, decidir maneiras de enfrentar os castigos e arbitrariedades sofridos diariamente, fazer avaliações sobre os erros e acertos da luta armada, bem como decidir quais posições tomar em meio aos vários embates diários. Antes de tratar da coesão e da união entre os diversos presos, convém falar um pouco sobre as divergências e tensões que ocorreram.

Intentando fugir das pressões da opinião pública, tendo em vista que a Ilha das Flores já era conhecida internacionalmente por seus desrespeitos aos direitos humanos, as autoridades procuraram transferir os presos políticos para a Ilha das Cobras. Segundo Valdir Alves,

os militantes do MR-8 deveriam ficar na Ilha das Cobras até o julgamento, que os militares acreditavam que fosse realizado imediatamente. Todavia, grandes juristas brasileiros como Augusto Sussekind do Moraes Rego, Modesto da Silveira e Sobral Pinto, entre outros, assumiram a defesa dos presos políticos e o processo se arrastou mais do que o esperado⁶¹⁶.

Como já foi dito ainda neste tópico, durante a Ditadura brasileira houve a situação peculiar de mistura de presos políticos com presos comuns. Segundo Aluizio Palmar, isto se devia ao fato de que, naquele momento, todos os assaltos a bancos, tivessem finalidade política de sustentação de organizações armadas ou não, eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional⁶¹⁷. Segundo Valdir Alves, a não-distinção entre presos comuns e presos políticos era uma manobra para driblar as diversas denúncias de desrespeito aos direitos humanos que o presídio da Ilha das Flores vinha recebendo no exterior. Segundo Alves, “O governo, para responder às denúncias do exterior, insistia que não tinha presos políticos,

⁶¹⁶ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 93).

⁶¹⁷ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 287).

lançando mão de uma artimanha jurídica, editada pela Lei de Segurança Nacional, enquadrando crimes comuns e crimes políticos na mesma legislação⁶¹⁸”.

Devido a esta manobra realizada pela Ditadura brasileira, diversos presos teriam sido transferidos, ainda, da Ilha das Cobras para a Ilha Grande, convivendo com diversos contraventores e criminosos, de maior e menor destaque. No tempo em que os quadros do MR-8 ali estiveram, a prisão foi administrada primeiramente pelo capitão da Polícia Militar Calheiros, e posteriormente por Austral Manhães, também capitão da PM⁶¹⁹. Na obra de Valdir Alves são narradas uma série de arbitrariedades, torturas e assassinatos ocorridos na gestão do segundo administrador.

A partir desta mistura de presos comuns com políticos, houve diversos embates. Aluizio Palmar narra uma ocasião em que teria ficado em uma cela solitária juntamente com um preso comum conhecido pelo apelido de “Branquinho”, e que o mesmo, no meio de uma dada noite estava “dando uma de louco, ateando fogo no colchonete estofado com capim e esparramando merda para todos os lados”. Graças àquele “ataque”, Palmar teria retornado à sua cela⁶²⁰. Outra situação é narrada na obra de Valdir Alves, quando um membro da ALN, neto do marechal Teixeira Lott, foi ameaçado de morte por um preso comum. Devido a isto, um grupo de militantes desta organização teria invadido a cela do preso, dando-lhe uma surra de porretes⁶²¹.

Ainda, na Ilha das Flores, com praticamente todos os antigos militantes do MR-8 reunidos, Pedro Porfírio Sampaio, membro da organização no meio urbano carioca, resolveu “fazer, por conta própria, uma avaliação dos motivos que levou cada um deles a participar da luta armada⁶²²”. Esta análise, feita com a intenção de ponderar os erros que levaram o grupo armado ao fracasso e à prisão, se calcava exclusivamente na culpabilização dos próprios quadros, concebendo-os enquanto

pequenos burgueses frustrados sexualmente, com medo de não conseguirem se formar, de não conseguirem bom emprego ou trauma de infância. Para os

⁶¹⁸ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 95).

⁶¹⁹ Idem, p. 94-95.

⁶²⁰ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 287).

⁶²¹ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 99).

⁶²² Idem, p. 92.

irmãos Sebastião e Marcos Medeiros dedicou um capítulo especial, concluindo que os dois tinham vocação para a marginalidade mas não tinham coragem de assumir este lado, apenas por preconceito. Enfim, ninguém estava interessado em fazer a revolução ou derrubar a ditadura⁶²³.

A maioria dos militantes não deu importância à avaliação de Pedro Porfírio Sampaio, vindo da mesma, enquanto os irmãos Marcos e Sebastião Medeiros, indignados com a acusação, deram-lhe uma surra durante um banho de sol, havendo, contudo, a intervenção dos membros do MR-8. Os irmãos Medeiros prometeram não agir mais daquela maneira, deixando o assunto pendente para ser resolvido com Sampaio quando saíssem da prisão⁶²⁴.

Esta análise, realizada após a queda da organização, quer tenha sido motivada pelo fracasso, pela imaturidade, ou por ambos, revela-se, além de personalista, claramente tautológica. Tendo o raciocínio que a norteou, em síntese, chegado à conclusão de que “não fizemos a revolução porque não somos revolucionários”, desprezando erros e limites de ordem tática e estratégia, pouco auxiliou na real solução para o problema. Décadas mais tarde, este tipo de argumento seria importante na deslegitimação das organizações armadas, a partir de diversas obras tanto historiográficas como de memórias, tal como foi visto na introdução desta dissertação.

Após tratar de algumas divergências ocorridas durante o período do cárcere, cabe abordar também as ações de resistência desenvolvida pelos presos políticos do MR-8, que foram de grande importância não apenas para a melhora das condições como também para que a mídia internacional tomasse conhecimento das práticas criminosas das quais a Ditadura brasileira era protagonista. Dentre estas ações, possivelmente uma das mais importantes foi a denúncia de diversas torturas e do modo como as mesmas ocorriam através de um documento escrito na prisão que, possivelmente através do suborno de um dos agentes carcerários, conseguiu chegar ao exterior.

Na obra de Valdir Alves, é feita menção a um documento que fora escrito detalhando tudo o que ocorria no cárcere, sem contudo dar maiores detalhes das condições em que fora produzido, ou por quem foi escrito e assinado⁶²⁵. Já no site “Documentos Revelados”, temos

⁶²³ Idem, p. 92.

⁶²⁴ Idem, p. 92.

⁶²⁵ Idem, p. 100.

acesso a um documento escrito que fora assinado por diversas mulheres presas, dentre elas várias que fizeram parte do MR-8, sendo elas Rosane Reznik, Zilea Reznik, Maria Cândida de Souza Gouveia, Iná de Souza Medeiros e Martha Mota Lima Alvarez⁶²⁶. De acordo com a militante que escreveu a carta, a denúncia se fazia necessária devido ao fato de que tudo o que era dito sobre os métodos de tortura era “muito pouco em comparação com os fatos verdadeiros”. A partir desta consciência, o ato de trazer as arbitrariedades à tona tomava dimensão de um “dever para com a verdade e a justiça⁶²⁷”.

Vários casos de tortura, tanto física quanto psicológica são relatados na carta, tanto contra quadros do MR-8 quanto contra militantes de outras organizações e até mesmo contra quem não era militante de qualquer grupo, bem como as sequelas deixadas por estes procedimentos. Dentre as torturas, destacam-se os choques elétricos, sendo os torturados molhados ou não, espancamentos, fraturas, pau-de-arara, furos com alfinetes, e mesmo incêndios provocados no corpo, em uma técnica conhecida como “Galletto⁶²⁸”. Como forma de tortura psicológica geralmente torturavam um preso fazendo com que os demais membros da organização em que ele militava pudessem ouvir seus gritos. Dentre as sequelas relatadas, destacam-se tanto físicas, como paralisias, quanto psicológicas, como temporárias perdas de sanidade e distúrbios neurológicos.

Nos casos das torturas contra mulheres, destaca-se, para além das sevícias físicas, o constrangimento de serem desnudadas ante os policiais e militares homens, assim como as ameaças de violência sexual e até mesmo um caso de estupro ocorrido a uma moça que logo após foi liberada por não fazer parte de qualquer movimento⁶²⁹. Comumente, também usavam como forma de tortura ameaças a terceiros, geralmente contra pessoas da família, bem como falsas notícias da morte de seus parceiros para causar terror psicológico.

Na carta, ainda é dito que os casos de tortura estariam sendo “infinitamente repetidos”, e que se tinha a certeza que foram torturados

⁶²⁶ “Denúncia de tortura na Base Naval da Ilha das Flores Publicada nos EEUU”. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/5.jpg>> Acesso em 20/03/2015, às 11:32.

⁶²⁷ “Denúncia de tortura na Base Naval da Ilha das Flores Publicada nos EEUU”. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/1.jpg>> Acesso em 20/03/2015, às 11:50.

⁶²⁸ “Denúncia de tortura na Base Naval da Ilha das Flores Publicada nos EEUU”. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/3.jpg>> Acesso em 20/03/2015, às 14:57.

⁶²⁹ “Denúncia de tortura na Base Naval da Ilha das Flores Publicada nos EEUU”. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/4.jpg>> Acesso em 20/03/2015, às 14:59.

Luiz Carlos de Souza Santos, Sebastião Medeiros Filho, Marco Antonio Faria de Medeiros, Milton Gaia Leite, Rui de Abreu Xavier, Pedro Porfírio Sampaio, Antonio Roger Garcia da Silveira, Gerardo Galiza, Thiago de Almeida, Nielse Fernandes, Aluizio Palmar, Umberto Trigueiros Lima, Helio Medeiros, Jorge Valle, Rodrigo Faria Lima, Paulo Roberto das Neves Benchimol, Cesar Cabral, João Manoel Fernandes, Mauro Fernando de Souza, Joseph Bartolo Calvert, Victor Hugo Klagsbrunn, Pedro Garcia Gomes, Mario Fonseca Neto, Celso Simões Bredariol, Geraldo Azevedo, Luiz Henrique Perez, Antonio Oscar Fabino Campos, Flavia Monteiro e André Smolentzov⁶³⁰.

Além de ter a função de extrair informações, estas torturas e ameaças também eram funcionais no sentido de fazer com que fossem assinados depoimentos forjados. Muitos destes casos eram facilmente encobertos, tendo em vista que os torturadores não revelavam seus nomes verdadeiros aos torturados⁶³¹, e além de tudo, como é dito ao final do documento, os mesmos tinham a possibilidade de, quando necessitassem, forjar casos de suicídio ou situações de confronto para justificar eventuais assassinatos⁶³².

A repercussão foi tamanha que fez com que alguns órgãos da Ditadura buscassem formas de mascaramento destas torturas, tal como fica bem evidenciado em um documento emitido pelo DOPS/PR em 18/11/1970 visando desmentir as denúncias de Iná de Souza Medeiros e Maria Cândida de Souza Gouveia, dizendo que as mesmas são “improcedentes”. Embora as denúncias publicadas não tenham sido contra as sevícias sofridas no Quartel do Exército em Curitiba e nem tampouco no DOPS da mesma cidade, há a possibilidade dos agentes responsáveis pelos órgãos em questão terem buscado proteger-se de possíveis represálias que poderiam ocorrer, tendo em vista as denúncias que corriam internacionalmente. Sendo assim, os mesmos se defendiam, com base em publicações de jornais (apoiadores da Ditadura), dizendo: “torturas, e outros meios de se obter confissões, não foram utilizados por esta Especializada, que em princípio, é contra tal prática”. Diziam, ainda, que o único com quem foi utilizada violência foi com João Manoel Fernandes no ato de

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Idem.

⁶³² “Denúncia de tortura na Base Naval da Ilha das Flores Publicada nos EEUU”. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/5.jpg>> Acesso em 20/03/2015, às 15:01.

sua apreensão, devido ao fato do mesmo ter reagido⁶³³. Esta necessidade de justificação frente às denúncias deixa claro, de modo geral, o caráter de Ditadura de Segurança Nacional que permeava o Regime instaurado, onde havia a necessidade de acobertar atitudes que, embora fossem sancionadas, eram ilegais e não admitidas publicamente.

Além desta carta enviada ao exterior, de notória importância, ainda houveram outros atos de resistência que, além de objetivar melhoras nas condições na prisão, ainda mantinham a coesão no grupo, tanto do MR-8 quanto aquele constituído pela identificação entre os vários presos políticos. Um destes foi a greve de fome da qual participaram alguns membros da organização, em protesto que reivindicava a demissão do diretor da Ilha Grande capitão Austral Manhães. Segundo consta em um documento produzido pela Marinha, teriam feito parte desta greve de fome César Cabral, Pedro Porfírio Sampaio, Francisco das Chagas Cordeiro Santos, Gerardo Galiza Rodrigues, João Manoel Fernandes, Milton Gaia Leite, Rui Cardoso de Abreu Xavier, Nielse Fernandes, Thiago de Andrade de Almeida, Antonio Rogerio Garcia Silveira, Aluizio Ferreira Palmar, Luiz Carlos de Souza Santos, Sebastião Medeiros e Marcos Antonio Farias de Medeiros⁶³⁴.

Segundo narra Valdir Alves, a partir das fontes que teve acesso, a direção do presídio da Ilha Grande começou a ser pressionada devido às denúncias de maus tratos que circulavam no Brasil e no exterior, chegando a pousar no presídio um helicóptero com representantes da OAB, ABI e Igreja, para fazer a devida averiguação das denúncias. Com isto, iniciaram as negociações com os presos políticos em greve de fome já bastante debilitados, em que a direção do presídio prometera a abolição dos maus tratos e o retorno da concessão de banho de sol, jornais, revistas e visitas semanais, mas com a manutenção de Austral Manhães no cargo. Os militantes, percebendo que estavam conseguindo enfim alguma vantagem, não abriram mão da saída do capitão⁶³⁵, sendo este no final substituído por um general reformado do exército que aboliu os maus tratos⁶³⁶.

⁶³³ “Informações circunstanciais referentes às detenções dos seguintes integrantes, no Paraná, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro). Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Paraná. Pt. 1412.167.

⁶³⁴ “A greve de fome dos presos do MR-8” <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/a-greve-de-fome-dos-presos-do-mr8/>> Acesso em 20/03/2015, às 16:29.

⁶³⁵ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 101).

⁶³⁶ Idem, p. 102.

Ainda, quando foram enfim julgados pela justiça militar, passaram por diversas situações difíceis que exigiram uma simbólica, porém impactante, resistência. De acordo com a obra de Valdir Alves,

a maioria das pessoas que mostrasse a menor simpatia com os presos foi impedida de entrar no local, ocupado quase totalmente por marinheiros. Pouco antes da sessão, o promotor Manes Leitão reuniu-se com todos os membros do Conselho de Justiça e os agentes do CENIMAR, onde acertaram os últimos detalhes daquele julgamento fraudulento⁶³⁷.

De acordo com o que fora publicado em 31/08/1970 no jornal *Tribuna do Paraná*, as sentenças dadas aos militantes foi:

Absolvido – Antonio Calegari, Rodrigo Jose Benchemol, Pedro Porfírio Sampaio, Enio Gomes de Medeiros, Candido Gaia, Luiz Fabio Campana e Ubirajara Jose dos Reis Loureiro.
12 anos de prisão – João Manoel Fernandes e Sebastião Medeiros Filho.

10 anos de prisão – Jorge Medeiros do Vale (Bom Burguês) Geraldo G. Rodrigues, Jose Bartolo Calvert, Luiz Carlos de Souza Santos, Thiago Andrade de Almeida, Milton Gaia Leite e Nielse Fernandes.

8 anos de prisão – Mauro Fernando de Souza

6 anos de prisão – Ronaldo Fernando Martins Pinheiro, Humberto Trigueiros Lima e Aluizio Palmar.

4 anos de prisão – Cesar Cabral.

1 ano e 4 a 6 meses – Francisco Cordeiro Santos, Iná Medeiros, Maria Cândida Gouveia, Rosana Reznik, Zileia Reznik e Zenaide Machado.

Os condenados de 10 a 12 anos – 5 anos suspenso D.P.

A 8 ou 6 anos – por 3 anos suspenso D.P.

A 4 anos – por 2 anos suspenso D.P.

Os demais livres⁶³⁸.

⁶³⁷ Idem, p. 102.

⁶³⁸ *Tribuna do Paraná*, 31/08/1970. Arquivo Público do Paraná. Pt. 1412.167.

Tendo sido encerrado o julgamento, os presos ergueram-se e, de mãos dadas, realizaram a simbólica resistência anteriormente mencionada à situação em que se encontravam e, como pode ser percebido, à conjuntura vivida e à tudo o que representava a Ditadura então instaurada, cantando a estrofe do Hino da Independência: “Brava gente brasileira/Longe vá temor servil/Ou ficar a pátria livre/Ou morrer pelo Brasil⁶³⁹”. Este gesto, aplaudido por alguns presentes e assistido pelos militares, estarrecidos, desvelava, naquele momento, a que interesses uma Ditadura tão patriota (a nível de discurso) realmente servia.

Embora as sentenças estivessem dadas, em janeiro de 1971 ocorreria o sequestro, pela VPR, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, que mudaria drasticamente a sorte de pelo menos três quadros do MR-8. Entre os 70 presos políticos que foram trocados pelo embaixador, estavam Aluizio Palmar, Umberto Trigueiros Lima e Antonio Rogerio Garcia Silveira, que embarcaram para o Chile no dia 14/01/1971, sendo recebidos de braços abertos pela população chilena no aeroporto de Santiago. Viveriam a euforia e as tensões políticas instauradas no país governado por Salvador Allende, juntamente com os outros vários militantes exilados, até 11 de setembro de 1973, quando o Golpe de Augusto Pinochet os empurraria, mais uma vez, ao exílio. Umberto Trigueiros Lima neste momento é exilado em Cuba e posteriormente na Suécia, voltando ao Brasil apenas com a Anistia na década de 1980⁶⁴⁰. Aluizio Palmar, já em 1972, havia se exilado na Argentina, passando a integrar um núcleo da VPR⁶⁴¹ onde ficara ativo até 1974, quando recusou-se a ir para aquela que seria a emboscada que terminou na chacina do grupo de Onofre no Parque Nacional do Iguazu⁶⁴².

Já outros militantes, que ali permaneceram presos tais como João Manoel Fernandes, cumpriram pena e posteriormente retornaram às suas vidas “normais”. Alguns quadros retornaram à luta armada, outros apoiaram partidos e movimentos que lutavam pela abertura política, e outros ainda sofreram para adequar-se a um modelo de sociedade contra o qual veementemente lutaram, como foi o caso de João Manoel Fernandes. De todos estes militantes, vários ficaram com sequelas que perduraram enquanto estiveram vivos (e perduram naqueles que prosseguem vivos, que são muitos), assim como as dificuldades de

⁶³⁹ ALVES, Valdir. *op. cit.* (p. 102).

⁶⁴⁰ LIMA, Umberto Trigueiros. 40 anos do voo da liberdade. <http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=112%3A40-anos-do-voe-da-liberdade> Visualizado em 20/03/2015, às 18:29.

⁶⁴¹ PALMAR, Aluizio. *op. cit.* (p. 19).

⁶⁴² Idem, p. 22.

adequação, de continuação dos estudos e profissões interrompidas, bem como de aceitação em seus antigos e novos círculos de amizades. João Manoel Fernandes, segundo narra Valdir Alves, teria sofrido de alcoolismo neste processo de “readequação”, nunca recuperando-se completamente, apesar dos avanços obtidos frequentando o “Alcoólicos Anônimos” (AA). O autor, ao abordar este momento da vida do protagonista de sua obra, dá a entender que sua inclinação ao álcool era movida pelo desgosto e pela continuidade de contradições jamais superadas.

Vários, contudo, prosseguiram na luta, sendo hoje de extrema importância, a partir do ativismo ou ao menos de seus relatos e contribuições, na construção de uma memória sobre os tempos da Ditadura e da luta armada que hoje vários grupos sociais fazem de tudo para encobrir, renegar ou deixar que caia no esquecimento. Seus testemunhos existem “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

CONCLUSÃO

Após ler esta dissertação, alguém ainda poderia questionar-se por qual razão escolhi, dentre as várias organizações armadas revolucionárias e resistentes que atuaram no Brasil, justamente uma com uma trajetória tão curta, composta por poucos quadros e cujas ações foram poucas e, de certa forma, dispersas. Além do fato de que, além da monografia “MR-8: a origem da sigla”, de Fernando Freitas de Souza, não há nenhum trabalho acadêmico sobre o primeiro MR-8, ainda existem diversas razões, que pude constatar no decorrer desta pesquisa, que a tornam válida e importante, bem como importante a existência do movimento armado.

Primeiramente, a partir dos problemas enfrentados pelos quadros da organização, podemos constatar muito da dinâmica vivida por diversos movimentos armados, tanto revolucionários quanto resistentes, que atuaram no Brasil no contexto pós-golpe. Talvez, um dos maiores dilemas vivido pelos militantes do MR-8 teria sido em torno das possibilidades reais e concretas de aplicação da teoria do foco guerrilheiro, antes ainda da publicação do “Manual do Guerrilheiro Urbano” de Mariguella. Tendo sido um dos primeiros grupos armados de orientação marxista a atuar e também a ser derrubado, seus quadros tiveram contato com toda uma série de possibilidades teóricas e práticas, optando, contudo, obstinadamente pelo foquismo, ainda que outras tendências também os tivesse influenciado.

Mesmo porque, como pudemos perceber, a atuação armada andava lado a lado com o estudo da teoria revolucionária, sendo os estudos e livros os mais diversos, nos quais procuravam respostas para seus dilemas em uma conjuntura de difícil atuação.

A “escolha” daqueles jovens, em sua maioria estudantes universitários e secundaristas (ao menos aqueles vindos da DI-RJ e DI-PR), pela constituição de um foco guerrilheiro o mais próximo possível da perspectiva guevarista e debrayana, deixa claro o tremendo impacto da Revolução Cubana durante a Ditadura, bem como o foquismo uma real alternativa em um momento de acirramento da repressão aos movimentos populares. Nem mesmo as diversas perdas de apoio que perderiam durante a curta trajetória da organização, tais como a base dos operários navais e a DI-PR, os fizeram abandonar o foco guerrilheiro dentro de sua perspectiva tradicional, na qual o campo é o lugar onde o “pequeno motor” das ações guerrilheiras serviriam como uma fagulha que acenderia o “grande motor” da luta de classes. Só cogitaram em fazê-lo quando, depois sofrer diversas perdas e até mesmo quedas de membros, os militantes urbanos, apêndice importante para a sustentação das bases guerrilheiras na zona rural, ameaçaram abandonar a organização por considerarem a direção, em treinamento guerrilheiro, distante de seus problemas.

Os problemas enfrentados pelos militantes urbanos nos revelam um dos grandes obstáculos para a aplicação do foquismo pelo MR-8: a inexistência de condições que possibilitassem a construção da guerrilha tal como fora em Cuba. A peculiaridade do caso brasileiro, que demandava a existência de redes de apoio nos centros urbanos, que realizassem recrutamentos e expropriações, acabava por inverter a dualidade tão criticada por Debray. O intelectual francês, criticando os partidos comunistas por tratarem seus Exércitos Populares enquanto um mero braço, defendia a necessidade da união irrestrita do fato político com o militar, sendo as guerrilhas ao mesmo tempo lugar de treinamento guerrilheiro e discussões teóricas, que preparariam o guerrilheiro física e espiritualmente para os propósitos da revolução.

No caso brasileiro, ao invés do exército, no campo, ser um apêndice do partido na cidade, onde se encontrava a direção, os “grupos de expropriação” urbanos é que se tornavam um simples “braço” da guerrilha no campo, onde atuava prioritariamente a direção do movimento. Este distanciamento e impessoalidade, unidos aos perigos que os militantes urbanos sofriam diariamente, sendo “presas” fáceis para os órgãos de repressão, geraria uma

situação de estresse que faria com que alguns quadros questionassem a eficácia do foquismo enquanto ponto de partida para o caso brasileiro. Ainda, a grande mobilidade dos quadros do campo para a cidade, entre estados diferentes, bem como as compras e locações que eram feitas sem a utilização de um codinome, os expunha a diversos infortúnios.

A partir de tudo o que fora exposto, pode-se questionar inclusive o caráter de “organização político-militar” (OPM) do MR-8, tendo em vista não só o fato do foquismo jamais ter sido um consenso na organização, fazendo-a ter constantes perdas e críticas, como também às limitações quanto à elaboração de uma estratégia, dado à falta de dados táticos dos quais dispunham os quadros. Sendo assim, é importante ressaltar que, embora renegassem diversos paradigmas pecebistas, também não tiveram fôlego para elaborar uma alternativa concreta. Possivelmente, João Manoel Fernandes, durante o discurso no Banco Lar Brasileiro, teria sido feliz ao chamar a “frente de quadros” de “Movimento Revolucionário 8 de outubro”. Compreende-los enquanto movimento me parece mais sensato, ao final deste trabalho, do que enquanto organização, tendo em vista as constantes divergências e o caráter embrionário das suas discussões, bem como as diversas possibilidades que os vários militantes estavam a experimentar segundo as influências recebidas.

Para além dos limites deste movimento armado, também restam os pontos positivos desta pesquisa, não só no que diz respeito à atuação do grupo quanto à possibilidade de melhor compreensão da luta armada no Brasil. Principalmente a partir das entrevistas concedidas por Aluizio Palmar e da obra escrita por Valdir Alves, fica explícito o caráter experimental daquilo que era pretendido por aqueles jovens. Longe de serem “voluntaristas” ou “loucos” como alguns atualmente insistem em afirmar, ao pensar que o foquismo presumia que os mesmos, em poucos números, lutassem contra um grande e poderoso Exército Regular, podemos ver que, em diversos momentos, eles eram muito mais conscientes de suas limitações do que imaginamos. Contudo, a consciência de que não apenas eles estavam executando ações armadas, como também várias outras organizações ao redor do Brasil, dava a eles coragem de seguir em frente, por saber que, mesmo que fracassassem, haveria outros para dar continuidade e, através de ações esporádicas, poder construir um movimento ou uma frente que culminasse na derrubada da Ditadura Empresarial-Militar.

A tática do “morde e foge”, apostando na eficiência de ataques esporádicos na arregimentação de camponeses para a causa revolucionária, e a concepção de que o exército

seria constituído pela interação dialética entre o campesinato e os guerrilheiros, lançam por terra a superficialidade de quem concebe estes quadros enquanto “voluntaristas”, e suas ações enquanto “revolucionarismo pequeno-burguês”. Os documentos que pudemos analisar dão conta de suas incertezas quanto ao futuro, bem como da consciência de que nem tudo dependia apenas de suas ações, tendo em vista que o desenrolar da trama era imprevisível, sendo o foquismo apenas um experimento, um ponto de partida.

Ainda, cabe ressaltar que, embora tenham fracassado em seus planos, tiveram uma importante contribuição de resistência à Ditadura em plenos “Anos de Chumbo”, ainda que encarcerados. Além da maliciosa ironia de um grupo que cometeu um dos maiores atos desenvolvidos pelas organizações armadas brasileiras terem se apropriado do nome “MR-8”, embaralhando a repressão e desmoralizando-a temporariamente, ainda devemos nos recordar do documento de denúncia aos crimes da Ditadura que foi escrito pelas mulheres do movimento, levado ao exterior a realidade dos porões do Regime. Ainda com todos os fracassos e erros de avaliação da realidade, os diversos movimentos armados brasileiros tiveram como grande mérito, antes e depois do exílio de seus membros, a denúncia em diversos países dos crimes de Estado cometidos no Brasil. A partir das pressões que começaram a surgir no plano internacional, a Ditadura instaurada, em algum momento, se viu forçada a recuar em suas ações. Ainda que se pretendessem revolucionários, estes diversos militantes, mesmo destituídos de suas armas, minaram através do poder de suas denúncias um Estado criminoso a partir da resistência contínua e forte, lutando por suas vidas, pelas vidas das pessoas próximas a si, e pela possibilidade de voltar a lutar, um dia, pela emancipação da classe trabalhadora, sabendo que apenas a partir dela a emancipação humana seria possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

AARÃO REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução/Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: *História do marxismo no Brasil volume 1: o impacto das revoluções*/João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (org.). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. p. 31-45.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.

ALVES, Maria H. Moreira. *O Estado e a oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. *História do marxismo no Brasil/Volume 1: o impacto das revoluções*. João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho (org.). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: *Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia*/CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CORSI, Francisco Luiz. Caio Prado Júnior e a questão do desenvolvimento. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: *História do marxismo no Brasil vol. 3*/João Quartim de Moraes (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado/Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. *Nova república?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FONTANA, Josef. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

HILL, Christopher. *Some intellectual consequences of the English revolution*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1980.

IANNI, Octávio. *O Estado e planejamento econômico no Brasil:1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JÚNIOR, Caio Prado. *A Revolução Brasileira*. 7ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KHOURY, Yara Aun. A Problemática da memória como linguagem social e prática política: a experiência de trabalhadores da Thyssenkrupp do Brasil. *História e Perspectivas*. Uberlândia (46): 31-64, janeiro/junho, 2012.

LENIN, Vladimir. *Que fazer?*. Tradução da edição francesa das Editions Sociales, Paris, 1969 (traduzida sob a responsabilidade de Roger Garaudy, por Kyra Hoppe e Alexandre Roudnikov, da quinta edição russa, tomo V das *Obras* de V. I. Lenin. Direitos de tradução em língua portuguesa reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Hucitec: São Paulo, 1988.

MACIEL, David. As categorias de Gramsci e a transição política no Brasil (1974-1989). In: *Estado e poder: ditadura e democracia*/Carla Luciana Silva; Gilberto Grassi Calil; Maria José Castelano; Paulo José Koling (org.). Cascavel: Edunioeste, 2011.

MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/ Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (org.). São Paulo: Cortez, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. *História Oral/Como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: *Espaço Plural*. Ano XIII. Nº 27. 2º semestre 2012. P. 39-53.

MENDES, Eurico. O Movimento Revolucionário Brasileiro na Encruzilhada; *Novos tempos*, n. 4, janeiro de 1958 <http://www.marxists.org/portugues/sachs/1958/01/movimento.htm>> Acesso em 22/09/2013, às 05:57.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativeira da Memória?/Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, 34: 9-24, 1992.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim de. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954). In: *História do marxismo no Brasil vol. 3/João Quartim de Moraes* (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf>
Acesso em 14/07/2014, às 21:28.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p.30-45, jan./jun.2009.

PRADO Jr, Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX/ Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa* (org.). São Paulo: Cortez, 2003.

RANGEL, Inácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SALES, Jean Rodrigues. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária e a revolução cubana nos anos 1960. In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: 2013.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: *História do marxismo no Brasil volume 1: o impacto das revoluções/João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis Filho* (org.). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. Partido da Ilha das Flores: memória e identidade de ex-prisioneiros políticos. Artigo publicado nos anais do XII Encontro Regional de História da Anpuh. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ): Rio de Janeiro, 2006

SEGATTO, José Antonio. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*/Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Sergio S. A crítica ao capitalismo real. In: D'INCAO, Maria A. (org.). *História e ideal*. Ensaio sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Fernando Freitas de. MR-8: a origem da sigla. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica do Salvador: Salvador, 2008. <<http://historia-mr8.blogspot.com.br/2009/10/mr-8-movimento-revolucionario-8-de.html?m=1>> Acesso em 14/01/2015, às 12:46.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*/Caio Navarro de Toledo (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo. In: *História do marxismo no Brasil vol. 3*/João Quartim de Moraes (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da história. In: *Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia*/CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FONTES

“[...] base operacional”. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167

“A greve de fome dos presos do MR-8”
<<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/a-greve-de-fome-dos-presos-do-mr8/>> Acesso em 20/03/2015, às 16:29.

“A importância da prática”. Documento produzido pelo primeiro MR-8. Arquivo Público do Paraná. PT 1412.167.

“Aos companheiros do MR-8”. Documento produzido pelo primeiro MR-8. Arquivo Público do Paraná. PT 1412.167.

Aos membros do CASC e aos membros da Diretoria e do Conselho de Representantes da ABAP. Email enviado por Umberto Trigueiros Lima à Comissão de Anistia.
<http://anistiapolitica.org.br/abap/index.php?option=com_content&view=article&id=1821:aos-membros-do-casc> Acesso em 26/08/2014, às 16:10.

“As seis perguntas do terror”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 16)
<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 01:23.

“Atividades subversivas”. Centro de Informações do Exército.
<<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/alguns-documentos-reveladores-sobre-o-mr8-velho/>> Acesso em 05/03/2015, às 04:51.

Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.
<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_3.htm> Acesso em 25/09/2012, às 23:58.

“Carta ao leitor”. Revista *Veja*, 13/08/1969 (p. 15)
<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 01:23.

Cópia das declarações do motorista Milidino Bēcchi. Departamento de Polícia Federal. Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina.
<<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/alguns-documentos-reveladores-sobre-o-mr8-velho/>> Acesso em 05/03/2015, às 05:18.

Declarações de Milton Gaia Leite (Fiat) no dia 6/7/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

Denúncia de tortura na Base Naval da Ilha das Flores Publicada nos EEUU. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/3.jpg>> Acesso em 20/03/2015, às 14:57.

Depoimento de Aluízio Ferreira Palmar à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=Ya84BWU6U98>> Acesso em 26/08/2014, às 16:14.

Depoimento de Fábio Campana à Sociedade DHPaz <<https://www.youtube.com/watch?v=8qDEXF2r6xg>> Acesso em 26/08/2014, às 16:18.

Depoimento de Joseph Bartolo Calvert. Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. < <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/a-prisao-de-bartolo-calvert-a-caminho-do-exilio/>> Acesso em 05/03/2015, às 04:08.

Depoimento de Maria Cândida Souza Gouveia (Kátia). Arquivo Público do Paraná. Pt1412.167.

“Desbaratada célula de subversivos; 4 foragidos”. *O Estado de São Paulo*, 27/07/1969. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/01/10.jpg>> Acesso em 13/03/2015, às 04:56.

Diário de Aluízio Palmar. < <http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/diario-de-treinamento-guerrilheiro-no-parque-nacional-do-iguacu/>> Acesso em 10/03/2015, às 18:35.

Documento não intitulado. Arquivo Público do Paraná, pt. 1412.167.

Documento Secreto, Informação: 30/06/1969. Arquivo Público do Paraná. Pt 1412.167.

Entrega de utensílios domésticos móveis. Departamento de Ordem Política e Social. <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/reinaldo-silveira-pimenta-dirigente-dormr8-de-niteroi/>> Acesso em 27/08/2014, às 13:35.

Entrevista com o Aluizio Palmar realizada por membros do Projeto de Pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná”. *Espaço Plural/Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná* – ano XIII. Nº 27. 2012 – 2º Semestre.

Entrevista feita por Thomaz Joezer Herler a Aluizio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

“Esboço para a elaboração de uma estratégia da guerra revolucionária no Brasil”. Arquivo Público do Paraná, pt 1412.167.

“Estudos anotados”. Documento produzido pelo primeiro MR-8. Arquivo Público do Paraná. PT 1412.167.

“Fichados pelo Centro de Informações da Marinha – Cenimar, no processo do MR8/DIRJ” <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/fichados-pelo-centro-de-informacoes-da-marinha-cenimar-no-processo-do-mr8dirj/>> Acesso em 09/03/2015, às 16:35.

“Guevara dá processo aqui”. Recorte de jornal, s/ referência. Arquivo Público do Paraná, Pt. 1412.167.

Informações circunstanciadas referentes às detenções dos seguintes integrantes, no Paraná, do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro). DOPS/PR. Arquivo Público do Paraná. PT. 1412.167.

LIMA, Umberto Trigueiros. 40 Anos do Voo da Liberdade <http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=112%3A40-anos-do-voo-da-liberdade> Visualizado em 19/09/2013, às 16:35.

“Importância do trabalho político no meio do proletariado”. Documento produzido pelo primeiro MR-8. Arquivo Público do Paraná. PT 1412.167.

“MR-8: as armas da subversão” Jornal e data não especificados. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2013/01/03.jpg>> Acesso em 13/03/2015, às 05:15.

“Pedido de busca nº 047/SNI/ACT/69/Exemplar 03. Arquivo Público do Paraná, pt 1412167.

Revista *Veja*, 13/08/1969. <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 12/03/2015, às 01:23.

“Situação socioeconômica”. Documento produzido pelo primeiro MR-8. Arquivo Público do Paraná. PT 1412.167.

“Tarefas aos revolucionários do Brasil”. Documento produzido pelo primeiro MR-8. Arquivo Público do Paraná. PT 1412.167.

Tribuna do Paraná, 31/08/1970. Arquivo Público do Paraná. Pt. 1412.167.

LIVROS-FONTES

ALVES, Valdir. *João Rocco: o último guerrilheiro*. 2ª ed. Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Tradução: Olinto Beckerman. Centro editorial latino americano.

FILHO, Lauro Consentino. *Ocoy: o rio que levou boiando capacetes militares...e os sonhos*. <<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/03/dr-lauro-consentino-filho-2.pdf>> Acesso em 05/03/2015, às 04:36.

GUEVARA, Ernesto “Che”. *A Guerra de Guerrilhas*. 2ª ed. São Paulo, SP: Edições populares, 1980 (Coleção Che Guevara Obras Completas, vol. 3).

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

Projeto Orvil <<http://www.averdadesufocada.com/index.php/projeto-orvil-especial-78/737--a-difuso-do-projeto-orvil-download>> Acesso em 26/08/2014, às 16:22.

ANEXOS

Entrevista feita a Aluízio Ferreira Palmar, em 19/08/2013.

(Devido a um problema ocorrido no manuseio do gravador, parte da entrevista não foi gravada).

Aluízio: não dava mais...nós abandonamos o caminho insurrecionalista.

Thomaz: É, e 1968 é muito conhecido na história como um momento em que a estrutura cesarista da Ditadura Militar vem a se solidificar a partir dos atos institucionais, a partir do Ato Institucional número 5...

Aluízio: a nossa avaliação foi essa. Então começamos a manter contato com o MNR, que também era um grupo militarista pra caramba...

Thomaz: do Brizola, no caso?

Aluízio: não era o grupo do Brizola, pois já tinham rompido com o Brizola há muito anos atrás...

Thomaz: sim, no caso era o grupo que estava envolvido na Guerrilha do Caparaó?

Aluízio: não, não, eram sargentos e marinheiros, alguns deles estavam envolvidos no Caparaó, aquele pessoal do Uruguai, e o pessoal também que estava saindo dos quartéis, que tinha sido cassado. Lucas Alves, não é? Esse grupo do MNR, que foi pra Colina uma parte, e outra para a VPR.

Thomaz: o MNR...

Aluízio: é...

Thomaz: uma parte vai pra Colina e outra parte vai pro MNR...

Aluízio: sim...exatamente. VPR e Colina não vieram com a gente. Éramos bastante sectários, a gente decidiu não abrir as nossas portas porque a gente precisava de um pequeno grupo para sair e ir para o campo e ficar um setor atrás pra fazer as expropriações, fazer propaganda armada nas cidades e abastecer o campo. Então não precisava de tanta gente naquele

momento. Era preciso começar a implantação. A gente teria os contatos permanentes com as outras organizações, nós sempre tivemos ponto com as outras organizações, mas a gente procurava um caminho. Aí chegou o venezuelano, que eu não sei quem mandou...se foi o Marighella ou o que...pra fazer práticas de guerrilha, treinamento e tal. Tentamos fazer alguma expropriação de armas no próprio estado do Rio e trabalhar com o pessoal de Ligas Camponesas. Havia alguma coisa que sobrou lá no norte do estado do Rio, na região de usina de Campos dos Goytacazes e nós tínhamos uma base, porque quando a gente rompeu com o PCB, nós trouxemos uma base operária forte, grande...

Thomaz: Isso se deu em 1967, mais ou menos?

Aluízio: Por aí...eram os marítimos.

Thomaz: Os operários navais de Niterói...

Aluízio: Os operários navais...uma parcela...Mas quando a gente decidiu “subir a serra” a gente começou a ir na casa dos companheiros...aí os companheiros diziam “não...eu tenho família, eu trabalho...não dá”. Ou seja, os operários não “subiram a serra”, só alguns...alguns. Se você ver lá nas fichas, você vai ver alguns, mas a grande parte, não. Das universidades alguns também não “subiram a serra”. Então nós ficamos com aquele grupo, e criamos dois grupos de expropriação no Rio...expropriação sempre foi na Guanabara e não no estado do Rio...estado do Rio não dava, nessa época das expropriações eu já estava conhecido. E propaganda armada nós fizemos algumas nas Barcas, Central do Brasil...mas era muito difícil. Não deu mais pra fazer propaganda armada, só expropriação mesmo. E aí um grupo veio pro Paraná. Mas por que Paraná? Hum? Por que paraná?...Tinha um contato nosso da Dissidência da Guanabara...era o Martins, falou do Paraná e falou que o Jeová...Jeová você ouviu falar dele? Jeová de Assis que mataram lá em Goiás, que era daquele grupo que tava o José Dirceu, que era o Grupo Primavera Morena, também conhecido como Morena, não lembro...o Grupo Primavera, que era o pessoal da ilha, de um racha da ALN...tinha racha pra caramba...desse racha da ALN morreram quase todos, só sobrou o José Dirceu e não sei quem, os outros todos morreram...e morreu o tal Jeová. Eu fui procurar o Jeová no CRUSP...conjunto residencial em São Paulo pra tentar ganhar o pessoal da Dissidência de São Paulo para esse projeto da guerrilha no Paraná. E foi bom, eles estavam bem avançado...eles estavam conversando com o Marighella mas conversavam com a gente também...e foi o Jeová que me passou um contato,

pra eu procurar o Beto Curvo, do Mato Grosso do Sul, Aquidauana. Era advogado lá que era dissidente e um líder estudantil, acho que presidente da UPE...União Paranaense dos Estudantes, e era do “Partidão”, dissidente também. Procurei o Beto, fiquei com ele e a partir do Beto fui conversar com mais gente que era do PCB e estava rachando, que já era dissidência do Paraná e com o pessoal da AP, Teresa Urban que morreu recentemente, e o Jurandir da Polop. Ou seja, eu já estava reunindo todo mundo...vamos “subir a serra”...e era convocação...e quem não “sobe a serra” fica de logística em Curitiba...e quem não “sobe a serra”, como Judite Trindade fica de logística em Maringá...

Thomaz: Esses então, da Dissidência do Paraná, que não vieram pro oeste, ficaram de logística...e em que consistia essa logística?

Aluízio: ...ficam de logística em Maringá, Apucarana, Cornélio Procópio. Logística, em que consistia? Abastecer a gente com todas as necessidades e também servir como refúgio nas fugas durante a luta, e essas pessoas seriam nossos santuários, nossos refúgios. Aí, a Tereza Urban, era namorada, que era da AP, era namorada do Fábio Campana que era do PCB...e falou “André (meu nome no MR-8), procura em Foz do Iguaçu o Zapata (que é o Fábio Campana)...procura, que pelo menos você vai ter um contato interessante”...contato assim com Foz do Iguaçu, na região oeste...direto em Foz do Iguaçu, falei com o Zapata, que me passou esses contatos...aí eu voltei pra Niterói. Na segunda excursão, eu vim com um sargento da Aeronáutica, o Santa, que fez o sequestro do alemão. Ele era do MNR, que a gente tava tentando união, aí depois não deu continuidade. O MNR, como eu disse, uma parte foi pro VPR e outra pra Colina...

Thomaz: Tentou-se uma parceria com o MNR e não deu...

Aluízio: Não deu...ficou na mesma...ficou aí, nem chegou a Maripá. Porque o nosso grupo seria fortalecido com a experiência desse pessoal marinheiro e do exército...sargentos...basicamente eram oficiais, como Lucas Alves...o sargento...Antônio Manuel Soares? Que apareceu no rio Guaíba...morto...o Soares estaria também neste mesmo grupo, era um grupo bom, bem articulado, o do MNR...mas não deu, aí o Santa, que veio uma vez, não voltou mais. Depois eu vim com o Nielse Fernandes, operário naval, e a gente foi ampliando...faltava sujeito, faltava logística, nós não tínhamos um lugar pra ficar, a gente

ficava em hotelzinho...aqui, acolá...eu e o Nielse, com mapa. O Nielse era muito bom em mapa...

Thomaz: Isso já em Foz do Iguaçu, no caso?

Aluizio: Não, no oeste...viemos até em Rondon...67. Em 67 nós fizemos um levantamento topográfico...a gente chegava e ficava em casa de prefeito. Nós éramos topógrafos, era sempre uma história diferente...não havia chat, não havia email, não havia internet. Então nós fizemos um levantamento no sudoeste até o outro lado do rio, Planalto, Realeza, Santo Antônio e fizemos o oeste inteiro. Fizemos o oeste inteiro até Rondon, pra cima de Rondon...Toledo fica mais longe, né? Fizemos um levantamento topográfico que consistia de que? Ruas, caminhos secundários, pontes...

Thomaz: Medianeira foi feito um levantamento, né?

Aluizio: Foi feito um levantamento. Esse caiu, os outros não caíram. Esse tipo de levantamento, Nielse era muito bom. Ou seja, quando chegou 67...meados de 67, ou quase, o levantamento estava quase pronto. Aí veio o Bernardino Jorge Velho. O Bernardino (o “bigode branco”) veio com uma formação histórica acumulada...porque o Bernardino era do “Partidão”, distribuiu o jornal “Terra Livre” na região, conhecia todo mundo...onde a gente chegava encontrava um conhecido do Bernardino. E o Bernardino não tinha um estereótipo nosso, assim, parecido com a gente...tinha outra forma de falar, de se comunicar, de se vestir, de comer, de andar...gente da terra. Não era uma pessoa com a nossa formação, era outra formação. E nós conseguimos chegar e muitas bases foram criadas. E o que eram as bases? Um rancho, com um cavalo, filhos, cultivo disso e daquilo, criação de porcos, aquilo era a base. Não era aquele pessoal retido ali discutindo teoria.

Thomaz: Era alguém pra dar assistência...

Aluizio: Era a base. Porque ali a gente guardava coisas e tal. Criamos uma baita rede na região. Algumas pessoas falavam “não, na hora de pegar no pau de fogo a gente tá junto e tal...”. Tem curiosidade de saber como que a gente chegava? “Nós somos a Dissidência Comunista e tal...”, não! Se você fala isso o povo não entende, não é? O Bernardino me apresentava e apresentava o Nielse como pessoas enviadas pelo governador Brizola para organizar o povo. Se o Brizola mandou então tá mandado, não é? Vem aí vem, Brizola tá

vindo, tá chegando. Ou seja, o messianismo mais uma vez. A história brasileira tá cheia disso. “O Brizola tá vindo aí, tá chegando pra tirar o povo dessa situação, desse regime”. E assim foi. Com o tempo, isso foi evoluindo, a gente foi evoluindo na discussão, nós somos socialistas, comunistas e guerrilheiros...é isso mesmo...e as pessoas foram consolidando a rede...tinha um hotel em Medianeira...ali tinha o Adolfo Mariano da Costa que depois foi prefeito e tudo...mas não dava certo esse negócio de hotel...Tinha que ser sítio, e eu levei dinheiro da expropriação...expropriação, do desfalque que o Mauro fez...e nós compramos o sítio do Boi Piquá.

Thomaz: O desfalque que o “bom burguês” fez?

Aluizio: Não, esse é outro. Esse é do Mauro, que era caixa num banco e saiu do banco com o dinheiro, levou pra base e veio pra cá...veio parar aqui, já no sítio do Boi Piquá, então nós compramos o sítio do Boi Piquá. No sítio do Boi Piquá nós tentamos trazer gente, trouxemos o César Cabral, que era ligado ao Mopoco (Movimento Popular Colorado), lá do Paraguai e tal, que depois trouxe mais gente, e trouxemos lá da região de Campos o Azizo, camponês que foi cuidar da nossa base...

Thomaz: Das Ligas Camponesas...

Aluizio: É...que foi cuidar lá da nossa base lá do Banhadão em Matelândia, Ramilândia...mas esse trabalho de levantamento continuou. Já não era mais de carro, já era a pé. Porque daí Bernardino falou “de carro já não dá, vamos fazer a pé”. Mas eu era jovem, nós éramos jovens, o Bernardino não era mais jovem, mas aguentou...era homem do campo, lenhador, derrubador de mato, então a gente caminhava. Santa Helena à Foz, ou de Cascavel à Foz, a gente caminhava tudo isso aí. A gente dormia no meio do mato, nas plantações. A gente fazia a pé até porque era mais fácil. Se a gente chegava de carro, num botequim com o pessoal tomando cachaça, comendo um pão com mortadela ia chamar a atenção. A pé, camponês, saquinho nas costas, a gente chegava tomava cachaça comia pão com mortadela e conversava com as pessoas. Gente humilde, pobre...já começa que o jipe nem entrava, era a pé, e estava certo. Fizemos a pé as nossas ultimas amarrações de contato sempre voltando aqui pro sítio. Essa foi uma etapa importante, porque foi a etapa do levantamento e de construção de rede...construção de rede, a gente estava pronto pra fazer as coisas...já tínhamos feito

levantamento dos quartéis, destacamento, polícia, e fazia propaganda armada...já tínhamos algum esquema pra pular pro outro lado pois éramos poucos. A Argentina do lado...

Thomaz: vocês já tinham então certo planejamento de traçar uma união com guerrilhas desses outros países, né?

Aluízio: ...era pra pular fora. Sim, estávamos juntos, se não desse pra fazer enfrentamento a gente cairia fora...faria a confusão sumiria.

Thomaz: passariam pro outro lado da fronteira...

Aluízio: isso, depois volta, arma de novo e some...nós não vamos ficar aqui...

Thomaz: aí nesse momento que vocês passassem pro outro lado teriam o apoio desses grupos ali...

Aluízio: sim, não era uma dúzia de pequenos burgueses mais alguns camponeses que iriam enfrentar um exército...era só pra armar o conflito, porque a gente sabia que havia outras áreas de conflito. Mariguella estava fazendo, a VPR já estava com um trabalho adiantado, e tinha gente fazendo coisas...a gente só não tinha muita informação sobre o Araguaia, mas sabíamos que o PCdoB tinha um projeto também em andamento...isso tudo explodindo, os caras não sabiam pra que lado iam, vai pro Araguaia ou vem pro oeste do Paraná, ou vai pra não sei aonde, deu muito rolo...e a gente não pretendia fazer coluna fixa...coluna móvel, devido às nossas pequenas possibilidades, nossa fraqueza...como que vai fazer enfrentamento pequeno burguês com trabuco do tempo da Guerra do Chaco...

Thomaz: Então eram baseados em ações não tão centralizadas assim, eram ações esporádicas?

Aluízio: sim, esporádicas...não teriam nem continuidade. Porque na medida em que a coisa fosse crescendo, aí sim poderia...tipo, não sei como, a gente nem visualizou isso, o que que é área liberada...isso não existia assim logo...mas nós éramos fracos, pequeno burgueses, urbanos...então nós ficamos um ano dentro do Parque Nacional...a gente cheirava, tinha cheiro de bicho, nem tomava banho, vivia igual bicho, andava igual bicho, sem deixar vestígio. E ficamos um ano...a gente já estava bem avançado nesse tipo de treinamento. Agora, nesse tipo de treinamento tinha alguém que nos orientasse na questão de montar uma armadilha, sair de

uma armadilha...aí veio o Aquino, que foi pro Araguaia...e veio o Benjamim...esqueci o sobrenome dele...

Thomaz: irmão do Rodolfo Villalba?

Aluízio: Não, era o irmão do Rodolfo, era o Benjamim, o Benjamim que veio, o Rodolfo era o “Raul”, que também morreu, no Araguaia. Os dois, o Benjamim, era o nosso instrutor. A gente nunca mencionou nada de Cuba...era lance urgente, é pra já. Cuba? A gente indo com o pessoal da Polop, indo lá pra serra, fazendo treinamento com os cubanos, na mão dos cubanos, só saindo quando os cubanos deixassem sair...melhor treinar por aqui mesmo, nosso mato, nossa serra, nossos bichos, nossa gente. Essa foi nossa missão. Porque devido também à nossa forma de pensar. Digamos, nós éramos guevaristas, a gente tinha sim consideração pela guerrilha cubana e pela revolução cubana. O Regis Debray deu um caminho quando nós estávamos perdidos na questão: construir partido revolucionário, fazer a luta de massas ou luta de guerrilha...nós sabíamos que não era esse caminho porque não estava dando, e quando decidimos que não estava dando veio o “Revolução na Revolução” de Regis Debray, ele mostra “não, vocês tão certos”. Então foda-se o resto, foda-se os nossos contatos com a Polop, foda-se os nossos contatos com a Colina. Nós vamos continuar mantendo contato, beleza, mas nós vamos trilhar o nosso caminho, que é o caminho de ir para mato e começar a fazer as coisas do nosso jeito.

Thomaz: Então muito dessa adesão às ideias de Debray se deveram ao momento histórico pelo qual o país estava passando, esse momento de repressão aos movimentos sociais e a impossibilidade de desenvolver um trabalho de massas...

Aluízio: Sim, porque...o objetivo era construir um partido revolucionário, mas como nós vamos construir um partido revolucionário? De onde? (...) nós vamos construir na luta! Mas era isso que Debray sistematizou, não é? Formar partido na ponta do fuzil, essa história toda. Então a gente decidiu romper com essas alianças, manter os contatos e tal, mas não adianta mais tentar aliança com Polop, Colina, ALN, Corrente Revolucionária, pessoal do Marighella, vamos fazer o que nós temos que fazer e fica na cidade um grupo, que era no Rio, que era um grupo de contato com as outras organizações, que era Umberto e Joaquim...eles ficaram em contato com as organizações, e nós rompemos todos os contatos. Eu não sei, o certo seria não saberem onde nós estávamos. Eu não sei se alguém abriu pras outras organizações onde que

era o foco do 8 antigo...a gente tinha uma revista chamada MR8...não, 8 de outubro, era nossa revista, e a gente tinha essa revista, aliás, nunca mais eu vi, não sei se tem algum exemplar...ela “caiu”. Entre nós...era MR8, entre nós. Mas depois, quando nós caímos é que se inventa, a Marinha potencializou a repressão e pra mostrar serviço pro exército e tudo mais...mas voltando ao que eu falava pra você, a gente decidiu não fazer o caminho de Cuba, como fizeram as outras organizações exatamente por esse motivo. A gente sempre considerou muito a União Soviética, a revolução socialista de 1917, tudo gente boa...tínhamos uma visão crítica sobre o Estado e o Partido da União Soviética...um Estado da carteirinha, um Estado protecionista, um Estado-Partido burocrático. Trotskistas também, a nossa visão crítica era muito parecida com a visão crítica dos trotskistas...a gente leu aquela trilogia do Isaac Deustscher sobre “A revolução traída”, a revolução não sei o que e tal, em que ele analisa a União Soviética. Quando houve aquela invasão das tropas, a “Primavera de Praga”, em que a URSS sufocou, nós fizemos pichações nas ruas de Niterói e no Rio em solidariedade ao povo tcheco. Me ofereceram um voo pra Alemanha, mas eu não aceitei...por que? Porque a gente priorizava a luta aqui e nós tínhamos uma visão crítica em relação aos países da Europa oriental, do bloco socialista.

Thomaz: então o que vocês projetavam...

Aluízio: A gente não sistematizou na teoria, sabe...

Thomaz: era algo que se daria pelo movimento real da história...a partir da revolução...

Aluízio: outras experiências...

Thomaz: outros modelos...

Aluízio: Nem o soviético, nem o chinês. O cubano talvez, Cuba estava começando, não tinha nem modelo ainda. Mais precisamente o da URSS e o da China, porque o conflito sino-soviético teve influência. Porque o que a China defendia, o caminho da luta armada, de Mao Tsé-Tung e tudo. Nós éramos discípulos de Mao? Não! Mas teve influência. Teve influência na nossa visão crítica do bloco soviético. Eu acho que teve alguma influência...a gente lia muito...mas nenhum de nós entrou no PCdoB. O PCdoB também estava começando, estava surgindo...eles tentaram cooptar alguns dos nossos, mas ninguém foi pro PCdoB. A gente decidiu ir por esse caminho, um caminho latinoamericano muito parecido com Douglas Alves

na Venezuela. O Álvaro no Peru, estou citando nomes de coisas que estavam acontecendo aqui no subcontinente...essas coisas que foram acontecendo, a guerrilha do Che na Bolívia...era o momento, um, dois, três, quatro Vietnãs. Mas nós tínhamos consciência que nós éramos uma peça de xadrez na Guerra Fria. Tinha alguém manipulando...nós não éramos manipulados mas a gente fazia o jogo...um, dois, três Vietnãs justamente pra enfraquecer. A invasão do Vietnã pra enfraquecer o imperialismo, pra dispersar o imperialismo. Quem saía ganhando com isso? A URSS. A URSS saía fortalecida. A URSS ao mesmo tempo que condenava a luta armada na América Latina, na África e na Ásia, tirava proveito. Ao mesmo tempo que condenava a luta armada ela ajudava a via Cuba. Nós tínhamos consciência disso, então não vamos nos envolver nesses negócios, quem quiser que se envolva...vamos seguir nosso caminho. Humildes, trabuco, metranca que veio do Paraguai, da Guerra do Chaco, que está hoje no Parque Nacional, nossas armas que nós fomos comprando, nossas armas que foram expropriadas, nossos carros que foram comprados com o dinheiro das expropriações...essa foi a revolução. Essa questão teórica, que você colocou de início, a gente não criou, não sistematizou uma teoria, porque a teoria estava nascendo. Até que em 1969 surgiu uma divergência, a dissidência da dissidência, dentro o 8 antigo. Um pessoal de Niterói, junto com um pessoal da Guanabara...nós tínhamos um pessoal da Guanabara junto, a Dissidência da Guanabara não era só a dissidência do Frank e do Daniel não, era mais porque tinha muita gente. E, não sei se era por influência da Dissidência da Guanabara que eles estavam sempre em contato, ou outras influências, talvez...não sei...começaram no MR8 antigo uma discussão, que era voltar à forma do movimento de massas, guerrilha urbana, priorizar a guerrilha urbana, porque a nossa célula seria a cidade.

Thomaz: A dissidência que saiu dessa Dissidência do Rio de Janeiro trouxe essa discussão de retomar a luta de massas então?

Aluízio: A luta de massas e a luta urbana, a guerrilha urbana. Aí, chamamos um congresso. Não dá pra impor...samba assim e quem não samba vai embora? Nós éramos tão poucos...e eram os grupos de fogo...fazer o que? Vamos chamar pra um congresso.

Thomaz: isso em 1969...

Aluízio: Aham. Fazer um congresso no Rio e Curitiba. Desmobilizar tudo aqui no oeste do Paraná. O que é desmobilizar? Vamos sair.

Thomaz: desmontar as bases e...

Aluízio: Desmontar as bases e vamos para o congresso. Vender o sítio...o Banhadão ficou. O sítio foi vendido também porque estava queimado. Aquele cara do Maribelo, ali de Cascavel, que tinha terra...e nós éramos pra ser guerrilheiros profissionais, 24 horas por dia, não era pra movimento de massa, não era pra se envolver em atrito de terra, não era pra se envolver em defesa dos direitos de ninguém...o cara podia levar uma porção de porrada na nossa frente e a gente tinha que cruzar os braços...podia pegar a mulher de um camponês e estuprar na nossa frente e a gente tinha que ficar quieto...não tinha como, e a gente se envolveu. A gente se envolveu na questão de terra, a gente se envolveu na defesa dos direitos e acabou se queimando. Chamou a atenção dos grileiros, dos jagunços, polícia. Como o sítio estava queimado devido a essas coisas a gente vendeu, e fomos pro congresso. Aconteceu? Não, porque nós começamos a cair. Ficou algum documento? Alguns documentos ficaram, tem correspondências, tem documentos escritos durante o congresso, foram escritos documentos...a esquerda adora escrever documentos...tese contra tese...e isso eu acredito que alguma coisa caiu com a repressão. Na verdade isso daí ficou com a Marinha, e a Marinha não abre o arquivo. Só que o nosso processo, o meu processo foi no exército primeiro quando eu fui preso...quando eu fui preso sozinho, tive retaliação, tinha certa tradição. Quando eu fui preso sozinho, e a área que eu tava em 69, no mato, não tinha informação para investigar, eu montei uma história, fui coerente com ela e fui processado na 5ª Região Militar por essa história que eu montei. Quando caiu o resto do pessoal no Rio, abre-se um inquérito na Marinha...

Thomaz: Primeiro caiu vocês no oeste do Paraná e depois foi cair o pessoal da área urbana?

Aluízio: É...da área urbana. E quando caiu o pessoal da área urbana, o processo é na Marinha, no Cenimar. O Cenimar é que ficou com o nosso acervo, os nossos documentos e tudo mais ficou no Cenimar. E estes documentos da Marinha são os documentos que não estão abertos. É lá que você encontra a nossa formulação teórica...a pessoa pergunta “mas vem cá qual é a tese de vocês?”. A nossa tese é a de uma revolução socialista, de uma revolução de libertação nacional. A gente não defendia um território liberado, a gente não tinha uma tática, a gente falava também que no máximo num momento futuro, em que a ditadura estivesse enfraquecida. Com um conjunto de lutas que iria se desenvolver em todo o território com as outras organizações. Então você não encontra, porque, tipo a ALN, a ALN só tem os

documentos do “Manual da Guerrilha Urbana” e o “Discurso de Marighella na OLAS”, em Havana. A VPR tem um documento fundamental, que são as “Teses de Jamil”, fora das “Teses de Jamil” tem muito pouca coisa. Colina é que teorizou muito, devido a vir da Polop, tem documentos e mais documentos, às vezes você encontra documentos da Colina que são da Polop. Mas tem organizações que não produziram nada, em uma linha, tipo a do Bacuri...a Resistência Democrática, que era da Ala Vermelha. Aquele Grupo MAR, Movimento Armado Revolucionário, aqueles dos marinheiros, que surgiu a partir da fuga da Lemos de Brito, também não tem formulação teórica. Não tinha assim tanta elaboração teórica justamente devido à visão foquista...não era pra deixar rastro, o que se discutia, se discutia pra entender.